



UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
IP - INSTITUTO DE PSICOLOGIA
EICOS - PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FAYÃO

ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
LIMITAÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA EM
MESQUITA

Rio de Janeiro
Março de 2021

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FAYÃO

**ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
LIMITAÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA EM
MESQUITA**

Tese submetida ao corpo docente do EICOS/IP-Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**Orientadora: PROF^a. DR^a. TANIA MARIA DE FREITAS
BARROS MACIEL**

**Co-orientadora: PROF^a. DR^a. SAMIRA LIMA DA
COSTA**

**Rio de Janeiro
Março de 2021**

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

FF282e Fayão, André Luiz da Silva
Envelhecimento e participação social: um estudo de caso sobre as limitações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em Mesquita / André Luiz da Silva Fayão. -- Rio de Janeiro, 2021. 258 f.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel.
Coorientadora: Samira Lima da Costa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2021.

1. Envelhecimento. 2. Empoderamento. 3. Estigma.
4. Mesquita - RJ. 5. Representação social.
I. Maciel, Tania Maria de Freitas Barros, orient.
II. Costa, Samira Lima da, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Doutorado

Às 14:00 hs do dia **16/04/2021**, o(a) aluno(a) **ANDRÉ LUIZ DA SILVA FAYÃO** (registro nº. 116083538), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores: Tania Maria de Freitas Barros Maciel, CPF nº 129.740.307-00 (orientadora), Samira Lima da Costa (presidente da banca), CPF nº 017.646.317-81, Katerine da Cruz Leal Sonoda (coorientadora), CPF nº 10.794.197-05, Claudia Reinoso Araújo de Carvalho, CPF nº 035.252.637-83, e Flávia Turino Ferreira, CPF nº 082.345.607-27. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“Envelhecimento e participação social: um estudo de caso sobre as limitações do Conselho municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em Mesquita”** foi: (x) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a). Devido a pandemia de Covid-19 e consequências medidas sanitárias, a banca foi realizada remotamente e gravada. A presidente da banca assinou pelos demais membros, em conformidade com as resoluções institucionais publicadas para este fim.

Banca:

Orientador(a):

Aluno(a):

Observações: A banca reconhece a relevância e a qualidade da tese, e indica sua publicação e publicização em eventos científicos.

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Data: ____/____/____

Assinatura do Orientador

“A existência não tem apenas seu aspecto físico. As pessoas de mais idade podem estar muito mais vivas que as jovens, porque já experimentaram muito mais coisas.” Khalil Gibran

Em memória de Siluá Ferreira da Silva, meu avô, e de Cid dos Reis Fayão, meu pai.

Em memória de Maria Inácia D’Ávila Neto, saudosa professora. Minha eterna gratidão pelo apoio constante e pela orientação.

À Sueli Fayão, minha mãe, por dentre tantas dádivas, ter me apresentado o maravilhoso universo da leitura.

À Jandira Sucena, minha companheira, minha amiga de todas as horas e meu amor. Não há como estimar sua presença neste trabalho, ele seria impossível sem você.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a.Tania Maria de Freitas Barros Maciel quem me apoiou em todos os momentos de minhas elaborações e desafios. Obrigado, sobretudo, por consentir em me orientar.

À professora Dr^a. Samira Lima da Costa, minha co-orientadora, pelo suporte metodológico, pelos conselhos e pelas exigências. Agradeço, igualmente, pela atenção constante e pela generosidade. Aqui, expresso meu contentamento por seguir sob suas diretrizes.

À professora Dr^a.Katerine da Cruz Leal Sonoda pelo estímulo, pelos comentários precisos e, também, pelas críticas.

À minha colega do EICOS, Milena Manhães, pelo apoio e pela ajuda decisiva nos momentos mais complicados.

A Ricardo Fernandes, pessoa de qualidades inestimáveis e, indubitavelmente, um dos responsáveis pela finalização desta tese. Muito obrigado pela paciência, pela força e pelo incentivo.

A meus amigos e, também, professores, Alessandro Boechat de Medeiros, José Macelo de Andrade, Flávia Turino Ferreira, Leandro Pinheiro Chevitaese, Ronald Vizzoni Garcia, Marcio Sales Saraiva, Marcio Ferreira, Alexandre Miranda e Marconi Tabosa de Andrade. Minha gratidão pelos excelentes debates que mantivemos. Agradeço a vocês pela luz e por não me permitirem desistir.

A meus amigos do círculo baronítico, Samuel Estevão Enrique, Genario de Moura, Karen Nunes, Marcio Rocha e Cristina Morini. Essa tese deve muito a todos vocês.

A meus familiares, Samantha, Daniel, Ariadne e Rebecca. Obrigado, Becca pela carinhosa revisão destas linhas.

A Vera Sepulveda e Marly Barsi, minha enorme gratidão a ambas pelos subsídios históricos e pelos apontamentos fornecidos.

A todos os entrevistados que me honraram, compartilhando suas histórias de engajamento e luta. Uma perspectiva esperançosa sobre o envelhecimento nasce com vocês.

“Mas ninguém poderia adivinhar o que ela pensava. E para aqueles que junto da porta ainda a olharam uma vez, a aniversariante era apenas o que parecia ser: sentada à cabeceira da mesa imunda, com a mão fechada sobre a toalha como encerrando um cetro, e com aquela mudez que era a sua última palavra. Com um punho fechado sobre a mesa, nunca mais ela seria apenas o que ela pensasse. Sua aparência afinal a ultrapassara e, superando-a, se agigantava serena. Cordélia olhou-a espantada. O punho mudo e severo sobre a mesa dizia para a infeliz nora que sem remédio amava talvez pela última vez: É preciso que se saiba. É preciso que se saiba. Que a vida é curta. Que a vida é curta.

Porém nenhuma vez mais repetiu. Porque a verdade era um relance. Cordélia olhou-a estarrecida. E, para nunca mais, nenhuma vez repetiu —enquanto Rodrigo, o neto da aniversariante, puxava a mão daquela mãe culpada, perplexa e desesperada que mais uma vez olhou para trás implorando à velhice ainda um sinal de que uma mulher deve, num ímpeto dilacerante, enfim agarrar a sua derradeira chance e viver. Mais uma vez Cordélia quis olhar. Mas a esse novo olhar — a aniversariante era uma velha à cabeceira da mesa.”

Clarice Lispector, *Feliz Aniversário*, p.48

RESUMO

O presente estudo investiga a influência de fatores psicossociológicos sobre a participação social no envelhecimento. Tendo como ponto de partida uma situação problema específica, a saber, o baixo engajamento de idosos no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI) nos anos de 2008 a 2018, estabeleceram-se as seguintes hipóteses: a) a redução do engajamento observado resultaria da influência direta de representações sociais, estigmas e estereótipos relativos ao envelhecimento sobre a população adulta mais velha; b) os idosos não se identificariam com causas que dizem respeito a sua condição enquanto idosos. O recorte descritivo-qualitativo se estabeleceu a partir de duas amostras: a) um grupo de dez idosos com histórico de engajamento cívico na cidade, apresentando idades entre 63 e 78 anos; b) um grupo de cinco operadores de atividades públicas dirigidas aos idosos de Mesquita, com idades entre 41 a 52 anos. Para a obtenção dos dados, optou-se pela técnica da entrevista de profundidade. Posteriormente, recorreu-se à análise discursivo-enunciativa na abordagem das falas. As categorias de análise foram estabelecidas sobre temas como participação social, atuação no conselho municipal, hábitos e relações sociais dos idosos e, percepções e atitudes relativas ao envelhecimento. O modelo de participação social desenvolvido nos referenciais teóricos foi confrontado com os dados obtidos. Concluiu-se que, dentre os fatores convergentes que definem a participação social dos idosos, as categorias sociopsicológicas mencionadas não preponderaram. De igual modo, observou-se que a identificação de idosos com movimentos e causas que reflitam sua própria condição enquanto idosos é algo possível, ainda que a autopercepção da senectude possa despertar dissonâncias cognitivas capazes de diminuir a intensidade da identificação. Também foram constatadas limitações sociais e institucionais que dificultariam a formação de movimentos sociais baseados em uma identidade coletiva dos idosos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Controle social – Envelhecimento – Representações Sociais – Estigma – Participação Social – Engajamento cívico – Mesquita RJ – Empoderamento

ABSTRACT

The present study investigates the influence of psychosociological factors about the social participation in aging. Taking as a starting point a problem specific situation, namely, the low engagement of elderly people in the Municipal Council for the Rights of the Elderly of Mesquita (MCREM) in the years 2008 to 2018, the following hypotheses were established: a) the reduction of engagement observed would result from the direct influence of social representations, stigmas and stereotypes related to aging on the older adult population; b) the elderly would not identify themselves with causes that concern their condition as elderly. The descriptive-qualitative approach was established from two samples: a) a group of ten elderly people with a history of civic engagement in the city, aged between 63 and 78 years; b) a group of five operators of public activities aimed at the elderly of Mesquita, aged between 41 and 52 years. In order to obtain the data, we opted for the in-depth interview technique. Subsequently, discursive-enunciative analysis was used in the approach of the statements. The analysis categories were established on topics such as social participation, acting on the municipal council, habits and social relationships of the elderly, and perceptions and attitudes related to aging. The social participation model developed in the theoretical frameworks was compared with the data obtained. It was concluded that, among the converging factors that define the social participation of the elderly, the socio-psychological categories mentioned did not predominate. In the same way, it was observed that the identification of elderly people with movements and causes that reflect their own condition as elderly people is possible, even though the self-perception of senectude can trigger cognitive dissonances capable of reducing the intensity of identification. Also, social and institutional limitations were found that would hinder the formation of social movements based on the collective identity of the local elderly.

KEYWORDS: Social control - Aging - Social Representations - Stigma - Social Participation - Civic engagement - Mesquita RJ - Empowerment

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	82
Gráfico 2	84
Gráfico 3	84
Gráfico 4	84
Gráfico 5	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	81
Tabela 2	82
Tabela 3	83
Tabela 4	85
Tabela 5	86
Tabela 6	87
Tabela 7	87
Tabela 8	88
Tabela 9	89
Tabela 10	90
Tabela 11	91
Tabela 12	91
Tabela 13	92
Tabela 14	93
Tabela 15	94
Tabela 16	95
Tabela 17	95
Tabela 18	96
Tabela 19	110
Tabela 20	119
Tabela 21	164
Tabela 22	172
Tabela 23	173
Tabela 24	174
Tabela 25	175

LISTA DE FOTOS

Foto 1	77
Foto 2	78
Foto 3	79
Foto 4	80
Foto 5	96

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1	42
Esquema 2	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	83
Figura 2	154
Figura 3	163

LISTA DE SIGLAS

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APA - Área de Proteção Ambiental

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CGIAE - Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas

CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro

CMDPI - Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa

CML - Centro Municipal de Longevidade

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CONVIVE - Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DO - Diário Oficial

DOU - Diário Oficial da União

IAPS - Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IS - Interacionismo Simbólico

ISP - Instituto de Segurança Pública

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social

MP - Medida Provisória

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PMM - Prefeitura Municipal de Mesquita

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNI - Política Nacional para os Idosos

RS - Representação Social

SAS - Secretaria de Assistência à Saúde

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMDEPDI - Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência e dos Idosos

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

STF - Supremo Tribunal Federal

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

TRS - Teoria das Representações Sociais

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBS - Unidade Básica de Saúde

UTI - Universidade da Terceira Idade

VAB - Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – DEFININDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	27
1.1 O comportamento social	27
1.2 Componentes do comportamento social	28
1.3 O conceito de agência em Albert Bandura	29
1.4 O engajamento social	34
1.5 Engajamento social e participação social	36
1.6 O empoderamento	37
1.7 Empoderamento e participação social	41
1.8 A participação social: em busca de um esquema explicativo	42
CAPÍTULO II - ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	44
2.1 Aspectos biológicos do envelhecimento	44
2.2 Aspectos biológicos e comportamento	48
2.3 O envelhecimento sob perspectiva funcional	48
2.4 Teorias psicossociais do envelhecimento	50
2.5 O envelhecimento sob a perspectiva do bem-estar	58
2.6 Envelhecimento e participação social	61
2.7 Considerações sobre a participação social dos idosos no Brasil	65
2.7.1 Os movimentos de pensionistas e aposentados	66
2.7.2 As Universidades da Terceira Idade (UTIs)	71
2.7.3 Os Conselhos de Idosos	72
CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	74
3.1 Crescimento da população idosa mundial	74
CAPÍTULO IV – CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO IDOSA MESQUITENSE	77
4.1 Contexto da formação histórica, social e econômica de Mesquita	77
4.2 Perfil demográfico da população idosa de Mesquita	81
CAPÍTULO V - A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO EM MESQUITA E A BAIXA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	98
5.1 A política municipal da pessoa idosa em Mesquita	98
5.2 O papel dos municípios e a criação dos mecanismos de controle social: o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita	101

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA REPRESENTAÇÃO PSICOSSOCIOLÓGICA DA VELHICE	105
6.1.1 Apresentação da Teoria das Representações Sociais em Moscovici	105
6.1.2 Representação	105
6.1.3 Durkheim e as representações coletivas	109
6.1.4 O pensamento como ambiente e a natureza convencional e prescritiva das representações sociais	111
6.1.5 O paradigma da compreensão nas representações sociais	112
6.1.6 Universos consensuais e universos reificados.....	113
6.1.7 O familiar e o não familiar.....	115
6.1.8 Ancoragem e objetivação	116
6.1.9 Representações sociais e teoria da atribuição	118
6.1.10 A Teoria e seus expoentes	121
6.1.11 Revisão bibliográfica sobre as representações sociais do envelhecimento no Brasil	122
6.1.12 Discussão	123
6.1.13 Conclusões	129
6.2 O Interacionismo Simbólico	130
6.2.1 Breve descrição	130
6.2.2 George H. Mead.....	131
6.2.2.1 O self	131
6.2.2.2 O gesto, a consciência e o significado.....	133
6.2.2.3 A comunicação	135
6.2.2. Herbert Blumer.....	137
6.2.3 Erving Goffman.....	141
6.2.3.1 Estigma	141
6.2.4 Interacionismo, estigma e envelhecimento.....	150
6.3 Representações sociais enquanto estruturas normativas formadoras de estigmas ..	151
CAPÍTULO VII – PERCURSO METODOLÓGICO	153
7.1 Desenho metodológico: o porquê dos procedimentos qualitativos.....	153
7.2 Obtendo os dados.....	157
7.3 Critérios para a definição e seleção dos membros da pesquisa.....	160
7.4 Seleção e abordagem dos entrevistados	162
7.5 Instrumento de pesquisa	163
7.6 Abordagem aos entrevistados, objetividade e conduta ética	165
7.7 Procedimentos de análise dos dados coletados	168
CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DOS RESULTADOS	170
I. Idosos civicamente engajados:	170
8.1 Perfil e classificação dos entrevistados	170
II. Promotores de atividades voltadas para os idosos:	175
8.2 Considerações sobre as entrevistas a partir da análise da enunciação.....	176

8.3 A participação social	177
8.4 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI)	189
8.5 Hábitos e interações sociais percepções e atitudes relativas ao envelhecimento	195
8.5.1 Diversão	195
8.5.2 Informação	197
8.5.3 Convívio familiar	200
8.5.4 Interação com pessoas mais jovens	201
8.6 Percepções e atitudes relativas ao envelhecimento	203
8.6.1 A autopercepção do envelhecimento.....	205
8.6.2 As representações sobre o envelhecimento.....	207
8.6.3 Percepções sobre o empoderamento a partir da comparação com gerações passadas	211
8.6.4 Percepções sobre o empoderamento a partir da comparação com gerações mais jovens.....	214
8.6.5 Percepção sobre preconceitos sociais dirigidos aos idosos.....	215
8.6.6. Atitude relativa aos sinais do envelhecimento	217
8.7 Revisão do modelo de participação social	221
8.7.1 Habilidades sociais e agência	221
8.7.2 Capital social e contexto institucional.....	221
8.7.3 Perfis de empoderamento	222
8.7.4 As representações sociais	222
8.7.5 Estigma e desvio.....	224
 CONCLUSÃO	 228
 REFERÊNCIAS	 234
 ANEXO I	 i
 ANEXO II	 iii

INTRODUÇÃO

Meu interesse sobre a problemática social do envelhecimento nasceu nos meados da década de 2000, quando, ao longo de quatro anos, coordenei diversos trabalhos na Comissão Parlamentar do Idoso da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Na ocasião, pude me deparar com as dificuldades e problemas enfrentados pela população idosa fluminense em seu cotidiano, ali vivenciando a satisfação de ver atendidos e solucionados inúmeros casos de abandono, violência e desamor perpetrados contra pessoas extremamente vulneráveis. Foi uma experiência rica, da qual se extraíram subsídios para a formulação legislativa, com destaque na elaboração da Lei Estadual 5257/08¹.

No final do ano 2014, comecei a trabalhar na coordenação de projetos e pesquisas da extinta Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência e dos Idosos (SEMDEPDI) na cidade de Mesquita, pequeno município da região metropolitana do Rio de Janeiro com cerca de 20.000 idosos². Esta tese nasceu de uma situação problema decorrente desse período.

Em 2015, recebi a incumbência de convidar pessoas da sociedade civil cujas ações ou entidades fossem ligadas à população idosa, para que participassem do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa (CMDPI), organismo que acabara de ser reestruturado em abril daquele ano, e que permanecia inativo havia três anos. Dos oito membros constituintes do Conselho, apenas os participantes governamentais se encontravam definidos, faltando a parcela da sociedade civil que deveria ser composta por dois usuários dos programas de saúde do idoso e dois membros participantes de entidades legais da sociedade civil, cujas atividades fossem voltadas para o público idoso. Foram muitas as tardes em que, fazendo cumprir o chamamento público realizado pela prefeitura, visitei organizações não-governamentais ligadas à população idosa, todavia, sem obter sucesso. Ao fim, apenas duas entidades filantrópicas se dispuseram a participar, o que resultou insuficiente, tendo em vista a necessidade regimental de quatro participantes da sociedade civil. Desde então, cinco anos se passaram e, dentre reuniões isoladas e períodos espaçados de inatividade, os problemas persistem.

Naquele mesmo ano, a recém-criada Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude de Mesquita realizava inúmeros eventos, todos eles repletos de jovens e com visibilidade pública considerável. Em agosto, ocorreu a Conferência Municipal da Juventude³,

¹ encurtador.com.br/pyDRU

² Em termos exatos, 19.397 pessoas conforme o Censo de 2010.

³ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/08/15/mesquita-abre-conferencia-municipal-da-juventude/> (acessado em 28/04/2020)

responsável pela formulação de um Plano Municipal⁴ para os jovens mesquitenses. Em setembro, a cidade ganhou o Centro de Referência da Juventude⁵ e, em dezembro, foi criado o Conselho Municipal da Juventude⁶. Ao longo de todo ano, atividades promovidas pela Coordenadoria mobilizavam jovens nos bairros e nas escolas⁷.

Por quais razões a participação juvenil em eventos seria expressiva, em termos de número e qualidade? O contraste daquelas duas situações me levou a uma cadeia de conjecturas sobre o que poderia tornar o CMDPI objeto de pouco interesse para os idosos mesquitenses. Algumas me pareceram óbvias.

A primeira delas se encontrava no poder público. O funcionamento do Conselho poderia incrementar ações fiscalizatórias sobre a eficiência das políticas públicas locais voltadas para o segmento idoso. O inciso XVII do artigo terceiro da lei municipal 879/15, que vincula ao CMDPI “(...) a divulgação dos direitos da pessoa idosa e dos mecanismos existentes para sua proteção, incluídos os deveres da família, da sociedade e do Estado, incentivando a participação da sociedade na assistência à população idosa” torna explícita a natureza fiscalizatória do organismo. O longo tempo de abandono do órgão manifestaria, eventualmente, o temor do poder público diante do controle social crescente da sociedade civil sobre as políticas públicas do idoso locais. Ações fiscalizatórias poderiam resultar em investigações ou denúncias indesejáveis para o governo.

Em se tratando do poder público, há, também, de se considerar que um conselho influente e atuante poderia trazer novas despesas ao orçamento municipal, custos eventuais que poderiam advir com a proposição de novas iniciativas nas reuniões, de modo a diminuir recursos anteriormente destinados a demandas consideradas prioritárias pelos gestores ora eleitos.

Outra conjectura, aparentemente, óbvia dizia respeito ao desengajamento atribuído ao envelhecimento, um fator com possíveis implicações na mobilidade e nas condições de participação. Mas, opôs-se a esta formulação, o fato dos idosos mesquitenses não deixarem de ocupar seus espaços de lazer nas praças, não faltarem aos programas assistenciais e de lazer,

⁴ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/08/15/mesquita-tera-plano-municipal-da-juventude/> (acessado em 28/04/2020)

⁵ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/09/05/mesquita-ganha-centro-de-referencia-da-juventude/> (acessado em 28/04/2020)

⁶ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/12/16/mesquita-cria-conselho-municipal-da-juventude/> (acessado em 28/04/2020)

⁷ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/03/03/juventude-em-acao-dentro-das-escolas/> (acessado em 28/04/2020)

não abandonarem as missas, os cultos, as atividades religiosas e os festejos locais. Seria, então, um problema restrito à dimensão política?

Desde a criação do município, pode-se constatar a presença atuante de idosos nas coordenações de secretarias municipais, comissões parlamentares, partidos políticos, e associações de moradores. Todavia, uma parcela inexpressiva de tais agentes manifestou interesse pelo Conselho, ou mesmo por qualquer causa municipal envolvendo o segmento do qual faziam parte. Com efeito, o problema não dizia respeito exatamente à dimensão política, ainda que a mesma estivesse muito distante das preferências populares: tratava-se do desinteresse dos idosos mesquitenses_ incluindo estes enquanto protagonistas da esfera política_ quanto às políticas públicas a eles dirigidas e ao organismo de controle social mais representativo do segmento, o CMDPI.

A situação problema encontrava-se delimitada: no decorrer dos últimos cinco anos: o processo de reformulação do *Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita* (CMDPI) nos mostrou que, apesar da extrema relevância do organismo, no que tange à formulação e fiscalização de políticas públicas para os munícipes idosos, o comprometimento das entidades da sociedade civil que deveriam constitui-lo revelou-se mínimo, ou mesmo, ausente; assim gerando um vazio de poder que, ao longo dos últimos anos, resultou em longos períodos de inatividade. O problema identificado consiste ainda hoje, em um déficit participativo envolvendo agentes da sociedade civil e instâncias de governo, o qual, por sua vez, nos levou a corroborar as seguintes *hipóteses* psicossociológicas, variáveis, apenas, quanto ao grau de extensão:

a) Hipótese principal:

h 1. *Algum tipo de categoria psicossociológica sobre o envelhecimento, inclinaria os idosos mesquitenses a não participação sócio-política, sobretudo, em questões ligadas à sua própria condição enquanto idosos;*

b) Hipóteses secundária:

h 1.2. *Idosos que exercem algum tipo de protagonismo não se identificariam com causas que dizem respeito a sua condição enquanto idosos;*

Investigar a participação social dos idosos conforme a perspectiva psicossociológica, significa investigar as interações dos idosos com outros indivíduos ou grupos sociais. De uma forma geral, o olhar psicossociológico se dirige ao modo pelo qual as relações sociais e o

contexto social incidem sobre a dimensão afetiva, perceptiva e cognitiva dos indivíduos. Assim, são estudadas as representações coletivas que norteiam as relações intraindividuais e sociais, bem como, os processos de formação identitária. É sob este ponto de vista específico que as transformações biológicas, cognitivas e sociais características da velhice ganham relevância psicossociológica. Nas palavras de Maria de Fátima de Souza Santos:

A idade torna-se, assim, ao mesmo tempo, uma realidade biológica e uma convenção sociocultural, onde a cada etapa do desenvolvimento correspondem papéis sociais específicos, valores e expectativas que têm uma grande influência sobre a percepção que tem o sujeito do mundo e sobre sua própria definição enquanto sujeito que interage com este mundo. (Santos, p. 124, 1994)

Desta feita, a análise das percepções sociais dos idosos põem em relevo a vivência e a atuação dos idosos enquanto sujeitos ativos nos processos sociais que os cercam.

O entendimento das variáveis psicossociológicas que influenciam a participação de membros idosos da sociedade civil em seus respectivos mecanismos de controle social, no caso mesquitense, implicaria nos seguintes *objetivos específicos*:

- a) Identificar as construções coletivas locais sobre o envelhecimento, detectando a maneira pela qual elas impulsionam ou delimitam o empoderamento. Neste sentido, identificar papéis e estigmas sociais atribuídos à pessoa idosa, bem como o imaginário que nasce em resposta ao controle social;
- b) Detectar ações de empoderamento dos idosos locais que indiquem a continuidade de práticas anteriores ou apontem novas formas de ação;
- c) Analisar o nível de agência dos idosos estudados a partir do grau de autoreatividade de suas ações;

Uma vez esclarecidos os objetivos a serem pesquisados, foram definidas a metodologia e as etapas metodológicas necessárias à realização da pesquisa.

A primeira etapa estabeleceu uma agenda de entrevistas de profundidade com agentes públicos promotores de atividades voltadas para os idosos de Mesquita.

A segunda, uma agenda de entrevistas com idosos que se destacaram socialmente graças a seu engajamento cívico ao longo da história mesquitense. Tais abordagens visaram identificar as diferentes percepções locais sobre o envelhecimento e a maneira pela qual tais percepções poderiam ter incrementado ou restringido a participação social e política dos idosos locais. Esta foi uma opção metodológica inevitável neste estudo. Se considerarmos toda coleta de informações orais possíveis, sobretudo aquelas que dizem respeito à reconstituição histórica (declarações e discursos relativos a narrativas históricas), boa parte das entrevistas realizadas

foi, de alguma forma, a construção de uma história oral. Isto porque, ainda que as hipóteses do projeto nos remetam a um problema presente, compreender a maneira como se processou socialmente o envelhecimento dos cidadãos mesquitenses é algo essencial para que possamos entender suas escolhas de empoderamento atuais. Neste sentido, se reconhece uma dimensão histórica no projeto, cujo esclarecimento depende das narrativas orais dos entrevistados sobre episódios significativos de suas vidas. De qualquer forma, é preciso ressaltar que os elementos de história oral coletados não significaram uma metodologia predominante em nosso estudo, sendo sua obtenção o resultado indireto da aplicação de outras metodologias. Há de se evidenciar, igualmente, que as informações orais coletadas foram, na medida do possível, sempre checadas em sua conformidade com eventos históricos reais ou, ainda, confrontadas com outros depoimentos também relacionados aos acontecimentos informados.

Quanto aos principais referenciais metodológicos utilizados neste projeto, adotamos as perspectivas trazidas pelo Interacionismo Simbólico (IS) e pela Teoria das Representações Sociais (TRS). No tocante ao tema do envelhecimento, este projeto se centrou em alguns conceitos desenvolvidos por dois autores interacionistas: Herbert Blumer (1900-1987) e Erving Goffman (1922-1982).

O conceito de estigma, elaborado por Goffman em seu clássico, *Estigma: notas sobre a manipulação da personalidade deteriorada* (1963), foi um conceito interpretativo central a esta pesquisa. Entende-se por estigma uma qualidade física ou comportamental que foge aos padrões de aprovação da sociedade, e cujos efeitos levam ao descrédito, à vergonha e ao isolamento. A ideia de estigma aqui apresentada se vinculou à situação problema e ao quadro hipotético apresentados ao fim deste projeto. A existência de estereótipos impossibilitando ou diminuindo a participação social dos idosos, sobretudo no âmbito das esferas decisórias voltadas para segmento em questão, poderia explicar a ação deficitária dos mecanismos de controle social, nos quais a pessoa idosa, em tese, deveria ser o ator central.

Outra referência teórica importante para as investigações estabelecidas neste projeto, foi a Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici. Contribuíram para nossas análises algumas de suas dicotomias conceituais referentes à formação, influência e renovação de construções socialmente representativas.

Esta tese se divide em duas unidades. A primeira, composta pelos quatro capítulos iniciais, abrange os referenciais teóricos. A segunda, composta pelos quatro capítulos finais, inclui a metodologia empregada, a discussão dos dados pesquisados e a conclusão.

O primeiro capítulo analisa o conceito de participação social através do enfoque

sociológico e sociopsicológico. São abordados os componentes do comportamento social participativo, em especial, recorrendo às explicações fornecidas pelo modelo de relações sociais de Piotr Stompka e pela noção cognitivo-social de *agência* em Albert Bandura. Em seguida, a noção de participação social é confrontada com seu principal correlato conceitual no campo sociopsicológico: o engajamento social. Através da leitura de Nancy Morrow-Howell e Sarah Gehlert, são discutidas as distinções relativas a outros conceitos, dentre os quais o empoderamento, o capital social e o contexto institucional. Por fim, com base nos elementos analisados, é sugerido um modelo descritivo da participação social e suas possibilidades de otimização através dos processos de *empoderamento*.

O segundo capítulo busca compreender as relações entre comportamento social participativo e envelhecimento; São analisados os efeitos delimitadores da senescência e seus impactos na formação do imaginário social sobre a velhice. Igualmente, são debatidas as leituras funcionais do envelhecimento e as conceituações referentes ao bem-estar na senectude, que possibilitariam um processo mais positivo e participativo. O tema do engajamento social volta a ser discutido mais diretamente a partir das teorias gerais do envelhecimento e a participação social. Nesta seção são apresentadas contribuições advindas de teorias gerontológicas sobre a perda e a continuidade dos vínculos sociais. Após a apresentação de algumas postulações sobre a participação social no envelhecimento, o capítulo se encerra com uma breve contextualização da participação social dos idosos no Brasil.

O terceiro capítulo trata da transição demográfica e epidemiológica no Brasil e no mundo, destacando o aumento da população idosa e os amplos impactos sociais e econômicos desse crescimento sobre as políticas públicas.

O quarto capítulo investiga a população idosa de Mesquita. Na primeira seção, aborda a formação da população idosa local a partir das transformações econômicas, sociais e urbanas experimentadas pela cidade desde as primeiras décadas do século passado até a emancipação do município no início do século atual. Na segunda parte, estabelece uma análise demográfica dos idosos mesquitenses com base em dados censitários e epidemiológicos.

O quinto capítulo aborda a política municipal do idoso em Mesquita, a criação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI) e o problemas da baixa adesão da sociedade civil ao órgão.

No sexto capítulo são discutidos os referenciais teóricos da tese: a) A Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, incluindo uma revisão literária sobre a teoria aplicada ao estudo do envelhecimento no Brasil; b) O Interacionismo Simbólico, enfatizando a

noção de *estigma* em Irving Goffman.

O sétimo capítulo constitui a parte metodológica por excelência. Nesta parte se encontram as justificativas para metodologia qualitativa adotada. São também discutidos a técnica de obtenção de dados, o desenho amostral e os procedimentos de análise e categorização dos dados obtidos.

O oitavo capítulo apresenta os resultados das entrevistas de profundidade. A análise dos conteúdos discursivos é estabelecida conforme o estudo da enunciação. Em seguida, o modelo de participação social discutido no primeiro capítulo é revisado, item por item, a partir dos subsídios empíricos extraídos das entrevistas.

O nono capítulo encerra as conclusões finais do estudo abordando as teses apresentadas e apontando novas investigações.

CAPÍTULO I – DEFININDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1.1 O comportamento social

Abordar fatores sociopsicológicos que impeçam ou façam decrescer a participação social, exige, antes de qualquer outro esforço teórico, uma definição clara do que se entende por “participação social”. Noções como “engajamento” e “empoderamento” encontram-se relacionadas e sobrepostas ao conceito em questão; em certas ocasiões, a propósito, lhe são sinônimas. Todavia, quais seriam as diferenças culminantes no uso distinto de tais termos? Portanto, antes mesmo de iniciarmos nossa investigação acerca das construções psicossociais negativas relativas ao envelhecimento, faz-se necessário a esta tese estabelecer uma definição precisa do que vem a ser *participação social*.

Em um primeiro momento, seria mais fácil limitar, sem maiores aprofundamentos, a distinção entre os vocábulos “empoderamento”, “engajamento” e “participação social” ao campo puramente semântico. Porém, se optarmos por compreender o significado mais complexo de tais termos, teremos de recorrer à dimensão pragmática. No vasto conjunto de reações que os indivíduos manifestam em suas interações sociais, cada padrão de interação acima nomeado corresponde a um dado comportamento social. Logo, quais padrões de comportamento caracterizariam a participação social?

O *comportamento social* pode ser descrito como a multiplicidade de reações apresentadas por indivíduos em um contexto abrangente de relações com outros indivíduos da mesma espécie. Preliminarmente, é uma noção cuja abrangência ultrapassa os limites dos agrupamentos humanos, uma vez que se manifesta em qualquer forma de interação entre seres de uma mesma espécie (Lorenz, 1973; Carvalho, 1998, pp.9-10). Em se considerando os seres humanos, dois elementos tornam o comportamento social muito mais específico e complexo que o de outros animais: o reconhecimento individual e a formação de vínculos pessoais. Conforme nos escreveu Ana Maria Almeida Carvalho:

Por exemplo, numa espécie em que existe reconhecimento individual e laços interpessoais - como é o caso do ser humano - a análise de eventos sociais isolados (interações, ou contatos interpessoais) não esgota a compreensão do comportamento social: o significado de uma interação depende do tipo de relação (ou laço) que existe entre os indivíduos envolvidos, bem como da forma de inserção dessas relações no grupo social ao qual os indivíduos pertencem. Interações, relações e fenômenos de grupo são, portanto, níveis diferentes de análise do comportamento social. (Carvalho, 1998, p.10)

A diversidade dos laços e a influência de grupos mostram que o comportamento social humano não se restringe ao contexto interpessoal; pode-se, mesmo, afirmar que ele se manifesta diante de qualquer desafio imposto pelas circunstâncias ambientais nas quais se insere o indivíduo. Portanto, o comportamento social humano é um fenômeno situacional que abarca um conjunto diversificado de relações envolvendo pessoas e a própria interação com a natureza (Snyder & Ickes, 1985).

1.2 Componentes do comportamento social

O comportamento social pode ser concebido como um agregado de relações sociais de diversos tipos. O exame dessas ligações, partindo dos aspectos puramente individuais aos mais complexos níveis de interação, é de grande valia para o entendimento de fenômenos complexos como o da participação social. Com o intento de examinar, sob uma perspectiva analítica, as relações sociais, recorreremos à contribuição sociológica de Piotr Sztompka.

Sztompka aborda as *relações sociais* a partir de um esquema gradual de comportamentos que se originariam nos movimentos corpóreos mais básicos e alcançariam as interações sociais mediadas pela linguagem simbólica. Desprovidos de intencionalidade, os primeiros movimentos físicos caracterizariam os movimentos animais; sucedâneos a estes, teríamos os movimentos dotados de significado e propósito, as *ações*⁸; estas, dirigindo-se a outros agentes e solicitando aos mesmos uma resposta, resultariam nas *ações sociais*⁹. Sztompka diz que, a partir da ação social de dois agentes, nasce o *contato social*, o princípio da *interação social*¹⁰. Em suas múltiplas formas (acidentais e não planejadas, únicas ou repetidas,

⁸ Em *O processo de desenvolvimento rumo ao símbolo: uma perspectiva pragmática* (2008), pp.122-123, Carolina Lampreia analisa a passagem das ações (sinais naturais) aos gestos (sinais convencionais) em bebês, enfocando o contexto pragmático e interacional em que se desenvolvem os recém-nascidos.

⁹ A ação social foi tema central na sociologia de Max Weber. A noção weberiana de ação é pontuada por: a) um comportamento tido como significativo pelo(s) agente(s) da ação; b) o significado da ação, que pode ser o almejado pelo agente em um dado contexto histórico ou, ainda, o significado atribuído aos agentes enquanto tipo ideal. A ação deixa de ser meramente significativa e se torna social ao considerar e envolver a reação de outras pessoas. A meta da sociologia consistiria em compreender o significado de uma ação social. (Weber, 1979)

Weber denomina como *racionais* aquelas ações voltadas para valores importantes, mas que são realizadas a despeito de método, planejamento e consequência; por sua vez, ações executadas a partir de escolhas metodológicas, metas de planejamento e análise de resultados são chamadas de *instrumentais*. Ele também aborda ações tomadas sob influência das emoções (as *ações afetivas*) e aquelas orientadas por hábitos e costumes (as *ações tradicionais*), cuja durabilidade social é prolongada.

¹⁰ Embora resultem de aspectos cognitivos e disposições psicológicas individuais, as chamadas *habilidades sociais* são requisitos fundamentais à formação de interações sociais promissoras. Assim observam Rachel S. Carneiro et al: “(...) A empatia é entendida como a capacidade de compreender e de expressar compreensão acurada sobre a perspectiva e sentimentos de outra pessoa, além de experimentar compaixão e interesse pelo bem-estar desta

reguladas por normas, tradicionais, etc), as interações seriam o fundamento das *relações sociais*, que por sua vez, nas sociedades humanas, seriam definidas pela rede de significados manifesta nas *relações simbólicas*¹¹ (Sztompka, 2002 apud Patnaik, 2016, p.34).

Encerrada a exposição do esquema concebido por Sztompka, passamos a focar o sujeito promotor das relações sociais.

Vimos que a ação intencional, manifestada através de referentes simbólicos, representa o patamar mais elevado das relações que compõem o comportamento social. Por sua vez, tal ação não é resultante de determinismos sociais inexoráveis sobre um sujeito passivo. Ela pressupõe uma manifestação consciente, dirigida como resposta do indivíduo às estruturas que o conformam. Entender a maneira como nos inserimos e moldamos nossas relações sociais é uma investigação que nos guia até a noção de *agência*, objeto de estudo da seção a seguir.

1.3 O conceito de agência em Albert Bandura

De modo sucinto, tomamos *agência* como a capacidade individual de agir livremente. Embora o conceito tenha sido objeto de ampla discussão em múltiplos domínios das ciências humanas, aqui nos restringiremos ao enfoque sociopsicológico, em especial, optando pela abordagem do psicólogo social Albert Bandura. Tal escolha se deve ao entendimento de que as contribuições deste autor conciliaram adequadamente problemas relacionados ao papel da liberdade e da autodeterminação no comportamento humano¹².

(Barret-Lennard, 1993; Falcone, 1999). O conceito de comportamento socialmente competente deve incluir a capacidade do indivíduo para obter satisfação pessoal (assertividade) e, ao mesmo tempo, a motivação genuína para compreender e atender às necessidades da outra pessoa (empatia) (Falcone & Ramos, 2005). A falta e/ou deficiência em manifestar empatia e assertividade pode ocasionar padrões de comportamento socialmente inadequados, tais como a esquivia ou a agressividade. Esses padrões acabam prejudicando a qualidade da interação e favorecendo os conflitos sociais. O comportamento socialmente competente não compreende apenas desempenho aberto (verbais e não verbais) mas também componentes cognitivos de atenção, percepção e processamento de informação. Na interação social eficaz, o indivíduo seleciona, de forma acurada, informações úteis e relevantes de um contexto interpessoal, usa essa informação para apresentar comportamentos apropriados dirigidos a meta e, finalmente, executa os comportamentos verbais e não verbais que maximizam a probabilidade de obter e manter a meta de boas relações com os outros (Beddell & Lennox, 1997; Carmona & Melo, 2000).” (Carneiro, Rachel Shimba, et al, 2007)

¹¹ Ainda que o sistema de símbolos possa ser considerado o ápice de nossa sofisticação social enquanto espécie_uma vez que sem ele não seria possível a expressão de significados e intenções_ cabe salientar que, no contexto adaptativo, o comportamento social revela-se intencional, mas também, não intencional. Para Strack e Deutsch, este duplo aspecto sobrevém da integração de sistemas reflexivos e impulsivos. O sistema impulsivo funcionaria de maneira não intencional, baseado em fatores motivacionais; o sistema reflexivo atuaria de modo consciente a partir de conhecimentos obtidos e valores. Cada sistema dominaria o comportamento em momentos e ocasiões distintas, não se excluindo situações em que ambos entrariam em desacordo (Strack & Deutsch, 2004).

¹² Enquanto a primeira promove a ideia do sujeito livre e determinado que modela suas circunstâncias, a segunda renuncia por completo à possibilidade de um sujeito livre e autodeterminado, enfatizando o papel das respostas adaptativas a determinadas circunstâncias ambientais.

Em *A Teoria social Cognitiva: uma perspectiva agencial*¹³ (2001), Bandura principia o texto com a seguinte definição:

Ser um agente é fazer com que as coisas aconteçam ou se sucedam intencionalmente através das próprias ações. O agente inclui doações, sistemas de crenças, recursos de auto-regulação e estruturas e funções distribuídas, através das quais a influência pessoal é exercida, em vez de residir como uma entidade discreta em um determinado local. Os elementos centrais do agente permitem que as pessoas participem de seu autodesenvolvimento, adaptação e auto-renovação ao longo do tempo.(...) (Bandura, 2001, p.1)

Ele ressalta o papel dos computadores na superação de antigas teorias conductivistas sobre os princípios comportamentais. A mente, até então tida como algo concebido e controlado por forças ambientais (“um modelo de entrada-saída (E-R) que através de um canal interno, tornou possível o comportamento, mas não exerceu influência sobre si mesmo”(ibdem, p.1), passa a ser vista como uma “calculadora biológica”, em um modelo que “(...) completou esses canais internos com uma série de operações e representações computacionais criadas por pensadores inteligentes e criativos.”(ibdem, p.1)

As primeiras analogias com sistemas computacionais se diferenciavam do modelo de entrada-saída condutivista apenas por conceberem uma instância interna de processamento nas atividades mentais, o chamado modelo de entrada-processo-saída (E-O-R). Apesar dos acréscimos cognitivos, a referência aos sistemas computacionais continuava sendo linear.

Mais tarde, modelos computacionais capazes de realizar múltiplas operações simultaneas, ofereceram explicações mais completas para o funcionamento cerebral. Tais modelos ainda não concebiam o agente pessoal consciente. Conforme observou Bandura:

(...)Esses modelos dinâmicos incluíam redes nervosas multiniveladas com funções intencionalmente estabelecidas em uma rede executiva subpessoal que operava sem consciência via subsistemas inferiores ou básicos. Os órgãos sensorios forneciam informações a uma rede nervosa que agia como um mecanismo mental que não era conscientemente responsável por construir, planejar, motivar e regular. (ibdem, p.2)

14

Para Bandura, o nível pessoal pressupõe a consciência fenomenal, a autorregulação e o uso útil de informações. De igual modo, ele refuta a consciência como epifenômeno decorrente de um subsistema executivo de informações em nível subpessoal. Diz ele:

¹³ Tradução livre do autor a partir da tradução de Ricardo Bascuñán C..

¹⁴ Tradução livre do autor a partir da tradução de Ricardo Bascuñán C..

(...)Sem uma consciência fenomenal e funcional, as ações das pessoas, desprovidas de subjetividade ou controle consciente, seriam essencialmente automatizadas por níveis mais altos. Em geral, os seres humanos têm uma vida fenomenal significativa ou uma auto-identidade continuada, decorrente de como eles vivem suas vidas e de como eles se refletem nelas. (ibdem, p.2)¹⁵

Cabe destacar que, em sua perspectiva cognitivo-social, Bandura não toma a consciência e o pensamento como elementos extra-corpóreos e não materiais; ele reconhece que ambos constituem processos cerebrais, todavia, observa que ambos não podem ser reduzidos ao cérebro. O autor observa que, se por um lado tal assertiva descarta qualquer forma de dualismo, por outro, ela mantém a necessidade de uma explicação fisicalista: “(...)como as pessoas operam como pensadoras dos pensamentos influentes que determinam suas ações? Quais são os circuitos funcionais da providência, proação planejada, aspiração, auto-estima e auto-reflexão? Mais importante ainda: como eles são intencionalmente recrutados?” (ibdem, p.4)

Almejando unificar a microanálise dos processos mentais internos à macroanálise dos processos socioestruturais que envolvem o desenvolvimento e a adaptação dos seres humanos_ duas perspectivas opostas no escopo da tradição das teorias cognitivas_, Bandura estabelece os elementos que caracterizam sua teoria agencial:

a) A *intencionalidade* é a representação de uma ação a ser executada, que se realiza como um compromisso dirigido à promoção da ação almejada. Intenções são forças automotivadoras que afetam as probabilidades de ações futuras, ainda que seus resultados nem sempre correspondam aos objetivos originais; igualmente, implicam no estabelecimento de um plano de ação que revisa, ajusta e complementa os propósitos inicialmente estabelecidos, no decorrer da ação intencional. Por sua vez, o sucesso de uma intenção pode exigir ações compartilhadas que impliquem na integração de interesses individuais a objetivos coletivos; quando tal coisa se sucede, a ação torna-se inter-individual.

b) A *premeditação* consiste na capacidade do agente planejar metas futuras e buscar a antecipação das consequências, desenhando cursos de ação para a obtenção dos fins desejados. Os eventos futuros

¹⁵ Tradução livre do autor a partir da tradução de Ricardo Bascuñán C..

funcionam como elementos motivadores e reguladores da conduta presente (o que Bandura define como *antecipação autoguiada*). Desta forma, o agente supera suas limitações ambientais imediatas e constrói o próprio futuro.

c) A *autoreatividade* diz respeito à capacidade automotivadora e autorreguladora do agente em fazer com que a ação intencional seja efetivamente promovida. Ela decorre da reação do agente ao ambiente em que decorre a ação, ao sistema de valores que dá significado à ação e aos objetivos e padrões que lhes são pertinentes. Outra característica marcante da autoreatividade é a *agência moral*, tipo de ação reguladora gerada por contextos de ambiguidade moral. Segundo Feist, Feist e Roberts a agência moral “(...) inclui redefinir o comportamento, desconsiderar ou distorcer as consequências do comportamento, desumanizar ou acusar as vítimas do comportamento e deslocar ou pulverizar a responsabilidades por suas ações.” (Feist, Feist e Roberts, 2015, p.351)

d) A *autoreflexão* é a mais relevante das características do agente:” (..) A capacidade metacognitiva de olhar a si mesmo e a adequação de pensamentos e ações próprias são outras características humanas centrais distintivas da agência. Através da autoconsciência reflexiva, as pessoas podem avaliar sua motivação, valores e o significado de seus propósitos vitais. (...)” (Bandura, 2001, p.9)

Observa-se que, apesar das capacidades de planejamento, avaliação e adaptação descritas acima, há de se considerar a interferência do meio-ambiente, cuja imprevisibilidade dela decorrente inviabiliza qualquer tentativa de controle absoluto por parte do agente. Todavia, quanto a este aspecto, a teoria cognitivo-social de Bandura revela-se singular: a impossibilidade dos seres humanos em antecipar eventos ambientais não representa, necessariamente, um problema. Acontecimentos não intencionais inesperados atravessam a vida dos indivíduos e abrem oportunidades construtivas para a agência. Conforme as palavras autor:

O inesperado não quer dizer a falta de controle de seus efeitos. Há maneiras pelas quais as pessoas conseguem dirigir a natureza acidental da vida. Elas podem fazer disso uma oportunidade, estabelecendo uma vida ativa que aumenta o nível e a diversidade de encontros fortuitos que experimentarão. A oportunidade está a favor

dos curiosos e audazes, daqueles que vão a lugares, realizem tarefas e buscam novas atividades (Austin, 1978). As pessoas também podem permitir que as oportunidades joguem a seu favor ao cultivarem seus interesses, auto-crenças e habilidades. Tais recursos pessoais possibilitam o alcance de inúmeras oportunidades que surgem inesperadamente de tempos em tempos. Pasteur (1854) foi preciso ao mencionar que "a oportunidade favorece apenas à mente preparada". O autodesenvolvimento ajuda muito as pessoas a desenharem seus rumos nos caminhos decorrentes de sua maneira de viver. As várias atividades proativas ilustram o gerenciamento das agências do inesperado." (Ibidem, 2001,p.12)¹⁶

Segundo Feist, Feist e Roberts, "Bandura é o único teórico da personalidade a considerar com seriedade a possível importância dos encontros casuais e dos eventos fortuitos."(Feist, Feist & Roberts, p.333).

Ainda que o ponto de partida do desenvolvimento da teoria da agência seja a análise das capacidades individuais, a teoria cognitiva banduriana estabelece três modos específicos de agência nos quais as interações sociais mostram-se predominantes. O primeiro modo, denominado *agência mediada*, é aquele onde o indivíduo busca alcançar, por intermédio de outras pessoas, a realização de seus objetivos; a mediação de pessoas dotadas de maiores recursos, permite ao indivíduo passivo ampliar o controle sobre suas circunstâncias. O segundo modo, chamado *agência coletiva*, implica na elaboração de ações coordenadas entre pessoas, sem as quais, objetivos não podem ser realizados; a dinâmica das interações, os desejos e as crenças compartilhadas são fundamentais para o êxito deste tipo de agência. Por último, há *agência pessoal*, concebida fora da perspectiva dualista clássica da psicologia (*agente pessoal versus estrutura social, individualismo versus coletivismo*, etc) como um comportamento inserido em uma "uma ampla rede de influências sócio-estruturais"(Bandura, 2001, p. 14). Sob o ângulo individual e coletivo, a agência também se manifesta sob duplo aspecto no tocante a eficácia das conquistas alcançadas. Desta feita, as ações podem ser *auto eficazes* (manifestando a confiança na possibilidade de comportamentos bem sucedidos diante de certas circunstâncias), ou, coletivamente eficazes (manifestando crenças coletivas, compartilhadas na capacidade de se promover mudança).

Ainda sob a crítica das leituras dualistas que concebem a relação entre indivíduo e sociedade de maneira reificada e estanque, Bandura concebe a agência conforme outro de seus constructos teóricos, o *modelo de causalção recíproca triádica*, que, em resumo, explica a interação de fatores comportamentais, ambientais e pessoais que possibilitam aos seres humanos avaliarem suas vidas, no intuito de ajustarem suas circunstâncias socioculturais. O ambiente, por sua vez, não é um conceito monolítico: ele pode ser imposto, construído ou

¹⁶ Tradução livre do autor a partir da tradução de Ricardo Bascuñán C..

selecionado, assim traduzindo a maleabilidade do agente no tocante ao aprendizado de novos comportamentos quando diante de situações diferentes.

A teoria cognitivo-comportamental de Bandura salienta a plasticidade e o dinamismo do comportamento humano, o qual, em última instância, concebido como algo resultante da interação de *fatores externos* (o ambiente físico e social) e *fatores internos* (auto-observação, autojulgamento e processo de julgamento). Ao contrário do comportamentalismo clássico ou mesmo, das formas mais tradicionais de cognitivismo, o mérito desta leitura reside em integrar a dimensão biológica, psicológica e social do agente, fundamentando de maneira consistente sua dimensão autônoma e consciente.

Uma vez esclarecida a noção de agência e seus elementos constitutivos, na seção seguinte, abordaremos o conceito de *engajamento social* afim de estabelecer os padrões de comportamento e os tipos de interação social que definem o agente socialmente participativo.

1.4 O engajamento social

Indubitavelmente, este é um dos conceitos mais relevantes para o entendimento da participação social. É comum que ambas as noções se interponham ou se confundam, portanto, cabe, antes de qualquer análise maior, distingui-las. Neste sentido, para Zani e Barret, ao passo que *participação* se refere a tipos de comportamentos interativos, o *engajamento* (ou *envolvimento*) abrange um conjunto de aspectos motivacionais, afetivos e cognitivos como o interesse, a intenção, o conhecimento, a opinião e a criação de valores acerca de alguma temática. “Como tal, o engajamento é psicológico, e não comportamental”¹⁷, escrevem os autores (Zani & Barret, 2012, p.3). Compreendemos que a dimensão psicológica do engajamento nada mais é que a dimensão ativa dos mecanismos próprios à agência particularmente dirigidos a uma causa que se estabelece em um determinado contexto social. O agente engajado é alguém dotado de forte intencionalidade, autoreatividade e autoreflexão, cujas ações, diante de oportunidades fortuitas, envolvem socialmente outros agentes em prol de uma causa. Reconhecemos a dimensão psicológica do engajamento, mas não vemos sentido, ao menos, em termos psicossociológicos, em separar tal dimensão de sua contraparte comportamental. É o que veremos nos próximos parágrafos ao apresentarmos uma leitura não psicológica do engajamento social.

¹⁷ Tradução livre.

Nancy Morrow-Howell e Sarah Gehlert em *Social Aging and healthy Aging Society* (2012) fornecem uma ampla discussão sobre o engajamento social, sobretudo, ao demarcarem claras distinções entre o conceito e outras formulações sociais a ele correlatas. Apontaram a vagueza do termo na literatura, constatando que, quando comparado a outros conceitos tais como *capital social* e *engajamento cívico*, o engajamento social carece de limites operacionais e de mensuração (Morrow-Howel & Gehlert, 2012, p.206). Também identificaram que, de modo geral, muitos autores circunscreveram a ideia de engajamento à participação em grupos formais (atendimento, grupos, clubes, participação religiosa e voluntariado) e informais (vizinhos, amigos e parentes), concluindo que, independentemente do tipo de análise estabelecida, uma lista de atividades e a constatação de certo grau de compromisso entre os membros foram elementos citados em todos os modelos sugeridos (Ibidem, p.207).

Com base na análise de estudos diversos, Morrow-Howell e Gehlert distinguem o engajamento social das seguintes formulações:

Rede social e suporte social: O engajamento social pode gerar redes sociais e as redes sociais podem gerar oportunidades de engajamento; todavia, estas estabelecem estabelecem grupos de pessoas, mensuráveis em termos de frequência de contato e graus de homogeneidade, ao passo que o engajamento cria “laços potenciais em atividades da vida real”.(Ibidem, p.207). Citando outros autores (Berkman, Glass, Brissette e Seeman, 2000). Morrow-Howell e Gehlert observam que as redes sociais também podem criar suporte social de ordem financeira ou intrumental, capaz de criar oportunidades de engajamento.

Engajamento cívico: Tal conceito é esclarecedor no que diz respeito ao engajamento social, porém, trata-se de um subcomponente desse último, uma vez que se encontra circunscrito à atuação política e voluntária em organizações da sociedade civil (abordaremos o engajamento cívico no capítulo final).

Capital social: Esse conceito, segundo as autoras, pode ser tomado como o conjunto de recursos avaliados para relações entre indivíduos e grupos (Kawachi e Berkman, 2000, pp.459 e 463), ou, ainda, um bem coletivo diferente da rede social e do suporte social (Canuscio, Block e Kawachi, 2003). Em quaisquer dessas interpretações, se diferencia do engajamento social. O capital social nasce com a participação cívica, coletiva e confiante dos indivíduos (Rowe, 2004, apud Morrow-Howel & Gehlert, p.208) e pode ser considerado elevado se o nível de engajamento for elevado. Trata-se, então, de uma noção mais abrangente, que encontra no engajamento um indicador, todavia, incluindo outros elementos. Nos dizeres das autoras: “(...)

Como se pode observar, o capital social é um conceito maior que o conceito de participação social, incluindo também os conceitos de confiança e reciprocidade.”¹⁸ (Ibdem, p. 208)

No escopo geral dos caracteres definidores do envolvimento social, é preciso que se suceda algum tipo de atividade. As autoras observam que alguns estudiosos em suas descrições, consideram inclusas atividades desvinculadas de grupos, ou ainda, atividades mal definidas em sua vinculação com o contexto grupal (leitura, jardinagem, relações maritais etc.). Sem embargo, assinalam que a maioria dos estudiosos do engajamento social excluem do conceito as atividades ausentes de contexto social (ainda que estas ocorram em meio a outras pessoas), reivindicando que indivíduos envolvidos precisam estar inseridos em alguma relação social (mesmo quando passivos em determinada situação, a exemplo da pessoa que é ouvinte em um diálogo), a despeito da atividade ocorrer de maneira formal ou informal. Sob este aspecto, também, observam que, para alguns estudiosos, as relações sociais engajadas constituem uma forma de troca entre sociedade e indivíduo, na qual o indivíduo contribui para a sociedade ou dela recebe um algum benefício social.

Morrow-Howell e Gehlert salientam que o engajamento social é, sobretudo, uma atividade voluntária e não coercitiva. Tal característica, observam elas, faz com que a maioria dos pesquisadores excluam do conceito as atividades remuneradas e as obrigações familiares.

A partir das observações descritas até agora, podemos identificar quatro características essenciais ao engajamento social:

- a) A interação social (pressupondo, ao menos, dois indivíduos);
- b) A realização de algo através de uma atividade que ocorre em dado contexto social;
- c) O intercâmbio social (relações interpessoais de troca e recebimento);
- d) Comportamento voluntário e livre de coerção;

1.5 Engajamento social e participação social

O modelo apresentado por Morrow-Howell e Gehlert descreve comportamentos e padrões de relação social, consolidando uma leitura mais sociológica do engajamento social. Tal visão se integraria aos aspectos psicológicos do engajamento identificados por Zani e Barret, ao mesmo tempo, tornando inócua a distinção entre engajamento e participação estabelecida no início desta seção pelos referidos autores. Ainda assim, nos restaria o problema

¹⁸ Tradução livre.

de definição do conceito de participação social. O que, no caso, distinguiria participação e engajamento? Haveria sentido em tal diferenciação?

Em parte, concordamos com Zani e Barret no tocante ao aspecto não psicológico da participação. Mas, frisamos que o problema não se limita à contraposição de domínios entre dimensão intencional e comportamento objetivo do agente, mesmo porque a participação social não se resume ao agente engajado. Ela demanda a compreensão de fatores a ele externos, tais como o contexto institucional que o envolve. É importante frisar que a concepção de *instituição* aqui empregada se refere a qualquer estrutura cuja função é regular a ordem social e o comportamento das pessoas. Instituições são compostas por sistemas simbólicos que regulam crenças e formas de conhecimento, bem como, normas culturais que regulam organizações sociais (Furlanetto, 2008, p.58). Também podem ser vistas como hábitos sociais (Lopes, 2013, p.627), e, de um ponto de vista estrutural, por entidades formais (leis, códigos, regras, etc) e informais (convenções, normas, etc.) que se sobrepõem às intenções individuais (Lopes, 2013). A família, os órgãos de governo e as associações civis constituem exemplos de entidades institucionais.

Cabe recordar que abordagens institucionais frequentemente estão associadas a outra noção aqui apresentada na seção anterior, o *capital social*, noção que voltará a ser discutida na seção seguinte.

Outro aspecto externo ao agente participante que precisa ser destacado, são os elementos simbólicos e as representações que regulam suas interações sociais. Eles despontam em um primeiro momento, enquanto componentes institucionais. Mas, para que atendam aos requisitos psicossociológicos desta tese, precisam ser analisados de forma mais específica. É sob esta perspectiva que eles servem de fundamento à hipótese principal a ser investigada aqui, e, como tal, serão extensamente abordados no capítulo VI.

1.6 O empoderamento

Como afirmado nas seções anteriores deste capítulo, o conceito de participação social se intersecciona a outros conceitos. No caso da noção de *empoderamento*, a interposição conceitual se torna ainda mais confusa em razão da natureza polissêmica¹⁹ do termo em destaque.

¹⁹ A respeito dos múltiplos significados que envolvem o termo “empoderamento”, nos escreve Rute Vivian Angelo Baquero em *Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual* (2012): “Segundo Carvalho (2004), *empowerment* é um conceito múltiplo e complexo, que toma emprestado noções de

Preliminarmente, o empoderamento diz respeito a qualquer processo que possibilite ao indivíduo maior aquisição de autonomia. Nos dizeres de Rodrigo Horochovski:

(...)Numa primeira mirada, empoderamento é quase sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas –política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se auferem poder e liberdades negativas e positivas. (Horochovski, 2006, p.1)

A propósito da natureza dual que permite o empoderamento ser concebido enquanto processo e, também, atributo, Mirna Bastos Teixeira, citando Ronald Labonte, observa que:

(...) Empoderamento é um processo que descreve o relacionamento que está sempre em mudança e nunca é completo; um relacionamento entre aquele que tem formas objetivas de poder e os que não as tem. Já o resultado deve ser alcançar uma distribuição mais equitativa, em uma forma objetiva de poder através do processo de exercício de poder dentro de um relacionamento. (Teixeira, 2002, p.27)

Em último caso, toda forma de empoderamento é a aquisição de poder sobre algo que o agente empoderado não possuía, algo que se engendra enquanto relação de poder. E é neste contexto em que se evidencia o problema das liberdades e poderes, ora positivos, ora negativos, citados por Horochovski. Tal dualidade nos leva, também, ao entendimento de que a *autonomia* pode ser obtida sob dois aspectos: enquanto algo concedido ao agente, ou ainda, algo por ele conquistado. Nas palavras de Teixeira, “Isto é importante para distinguir entre a primeira definição de empoderamento que é: investir ou dar poder e autoridade a outros; e a segunda que é: tornar outros capazes, ou, dar a outros habilidades para que eles possam obter poder por seus próprios esforços” (Ibidem, p.27).

distintos campos de conhecimento.

A inexistência do termo ‘empoderamento’ na língua portuguesa e a diversidade de sentidos do termo ‘apoderamento’, ilustram a dificuldade de realizar a tradução fidedigna de *empowerment* para o nosso idioma. Sendo assim, segundo esse autor, há uma dificuldade refletida no modo com que esta categoria vem sendo traduzida em textos nos idiomas português e espanhol, seja como sinônimo de ‘empoderamento’, ‘apoderamento’ ou de ‘*emancipación*’. Tais vocábulos, no entanto, têm significados distintos, uma vez que ‘apoderar’ é sinônimo de ‘dar posse’, ‘domínio de’, ‘apossar-se’, ‘assenhorear-se’, ‘dominar’, ‘conquistar’, ‘tomar posse’. São definições que diferem do verbo ‘emancipar’, que significa, por sua vez, ‘tornar livre, independente’ (HOUAISS, 2001).

Sheilds (*apud* LAWSON, 2001) refere a teoria do *empowerment* como um enigma, alertando para a complexidade desse conceito que é mais fácil definir pela sua ausência – alienação, impotência, desamparo.

A categoria empoderamento vem sendo utilizada junto a conceitos, tais como, capital social e competência comunitária, entre outros, de forma pouco rigorosa e, muitas vezes, ambígua, em diferentes campos de conhecimento e práticas sociais. Conforme esse texto apontou, diferentes são os conceitos e as práticas de empoderamento que têm orientado trabalhos nas diferentes áreas – educação, política, serviço social, administração, saúde comunitária, economia, psicologia, antropologia.” (Baquero, 2012, p.183)

Autores como Rappaport e Zimmerman enxergam no empoderamento uma luta social gerada pela distribuição desigual de recursos. Em virtude disso, tal luta, a princípio individual, terminaria por assumir uma dimensão comunitária. A este respeito, nos escreve Horochovski:

Conquanto Rappaport (1995) concorde com Zimmerman (1995), que o empoderamento seja um construto aberto, defende aquele autor a necessidade de explicá-lo em contextos particulares. É nesse sentido que cabe a definição do Cornell Empowerment Group (apud Rappaport, 1995), segundo a qual empoderamento é "um processo intencional e contínuo, centrado na comunidade local (grifo do autor), envolvendo o respeito mútuo, a reflexão crítica, a atenção e a participação, por meio do qual as pessoas a que falta um acesso a uma fatia igual dos recursos obtêm maior acesso e controle sobre tais recursos". A esta definição, soma-se a de Perkins e Zimmerman (1995, p. 1) para quem o "empoderamento é um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais". Trata-se, aqui, da constituição de comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente. (Horochovski, 2006, p.4)

Ainda no contexto da relação indivíduo comunidade, segundo Wallerstein & Bernstein (Wallerstein & Bernstein, 1994; Teixeira, 2002, p.28) o empoderamento pode ocorrer nos seguintes níveis: a) *individual*: diz respeito aos processos decisórios em que o indivíduo²⁰ faz uso de suas habilidades cognitivas para ampliar seu poder sobre as circunstâncias; b) *organizacional*: tipo de empoderamento presente em atividades cooperativas, através das quais as pessoas dividem informações e unem esforços em direção a um objetivo comum; c) *comunitário*: tipo de empoderamento que resulta da ação conjunta de indivíduos e organizações em ações estratégicas para obtenção de recursos. Na medida em que busca construir conexões com instituições de nível diverso, o tipo comunitário representa a forma de empoderamento com maior influência em âmbito social²¹.

Agregando as observações de estudiosos do tema (Rich et al, 1995; Friedmann, 1996; Antunes, 2002; Rappaport, 1995 apud Horochovski, 2006 p.18-20), Horochovski classifica o empoderamento mediante três enfoques: *motivações, recursos e modalidades*.

²⁰ Horochovski ressalta que o empoderamento pessoal, mesmo quando reduzido ao plano das relações intrapessoais, não se encontra livre de influências externas: "O empoderamento intrapessoal não é uma variável independente de fatores externos, muito ao contrário, tem antecedentes socioestruturais, na medida em que, como afirma Zimmerman (1990), o 'empoderamento envolve um entendimento crítico do ambiente sociopolítico, não sendo um 'traço de personalidade estático', mas sim um 'construto dinâmico contextualmente orientado'. Ademais, o empoderamento intrapessoal promove, segundo a citada Spreitzer (1995), a integração de fatores contextuais socioestruturais com o comportamento individual, sendo, portanto, uma variável mediadora entre ambiente e indivíduo." (Horochovski, 2006, p.17)

²¹ Segundo Mirna Teixeira, Wallerstein & Bernstein dividem esta forma de empoderamento em dois aspectos, *capacidade e ação*, "onde capacidade é definida pelo uso de poder para resolver problemas e ação é definida por conseguir uma razoável partilha de recursos (1994: 153)." (Teixeira, 2002, p.28)

Segundo a *motivação*, o empoderamento apresentaria dois aspectos²²: a) *reativo*: empoderamento relacionado à capacidade de reação a uma ameaça (interna ou externa, a exemplo de um fator ambiental); b) *proativo*: empoderamento que auxilia na escolha de ação almejadas.

Os *recursos* se dividiriam em quatro classes, a saber: a) *sociais*: se referem ao nível de alcance de informações que permitem aos agentes atingirem racionalmente suas metas; como tal, exigem do indivíduo a disponibilidade de capital social; b) *econômicos*: recursos com expressão monetária, capazes de garantir ao indivíduo as condições necessárias a sua sobrevivência e autonomia, condições sem as quais o empoderamento seria impossível; c) *políticos*: recursos que possibilitam o amplo acesso à participação política, envolvendo as formas diretas e indiretas de democracia, bem como a existência de um capital social próprio às sociedades democráticas; d) *psicológicos*: recursos ligados a características pessoais (auto-estima, autoconfiança, iniciativa) que reforçam nos indivíduos, a crença e o sentimento de que suas ações relativas à ordem estabelecida são importantes. Horochovski salienta que a distribuição social dos recursos mencionados é assimétrica, e que, portanto, quanto maior for a parcela de recursos possuída, maior o empoderamento. Com efeito, combater a concentração de recursos, também, constitui uma atividade de empoderamento. Na explicação do autor:

(...)Empoderar, portanto, significa também desconcentrar recursos e elaborar cursos de ação que possibilitem aos mais fracos superar ou ao menos minorar a distância que os separa dos estratos sociais hegemônicos. Outra implicação importante é a de que, na medida em que esses recursos distribuem-se em escalas, o empoderamento, como síntese desses indicadores, constitui um continuum de possibilidades praticamente infinitas.(Ibidem, p.19)

²² As duas motivações citadas corresponderiam a dois modelos de participação empoderada: o *modelo adversarial* e o *modelo de parceria* (Rich et al, 1995, apud Horochowski, 2006, p.6). No modelo adversarial, caracteristicamente reativo, os participantes “reagem a fatos e decisões que lhes afetam sem participar de sua formulação, muitas vezes só lhe restando o conflito para fazer valer seus interesses.(...)” (idem, p.6) . No modelo de parceria, de motivação proativa, “os *stakeholders* (envolvidos) têm papel mais ativo, na medida em que se garante sua presença nas instâncias deliberativas, sendo possível, então, a busca de bases consensuais para ações concertadas em comum.”(Ibidem, p.6) Este último modelo, menos dispendioso em termos de tempo, garantiria maior economia de recursos, bem como, permitiria aos envolvidos maior influência na determinação de suas próprias ações.

1.7 Empoderamento e participação social

Horochovski ressalta que o empoderamento não pode ser confundido com as noções de *participação* e *capital social*. Na visão do autor, ambos funcionam como meios de aquisição do empoderamento.:

A entrada neste tema demanda um esclarecimento: não se pode tratar participação, capital social e empoderamento como sinônimos ou termos intercambiáveis. Na realidade, conforme o ponto de vista que se tome, participação e capital social, como aqui definidos, são requisitos, meios, enfim, para se atingir o empoderamento. (Ibidem, p.7)

Ademais, a garantia da participação social estaria condicionada à força dos grupos sociais. Nas palavras, do autor:

(...) Entretanto, a presença daqueles (capital social e participação) só irá garantir que isso ocorra quando as pessoas e grupos considerados tiverem, de fato, poder de decisão sobre suas vidas e assuntos de seu interesse. Assim, há quem relativize a capacidade de processos de participação, mormente quando conduzidos por ONGs em contextos de extrema pobreza, terem como resultado um empoderamento efetivo (Bell, 2004). (Ibidem, p.7)

A partir da citação acima, podemos concluir que, embora o empoderamento, em sentido primário, seja a meta da ação social participativa, maior será a possibilidade e a intensidade da participação social, à proporção que o grau de empoderamento adquirido for maior. Desta feita, empoderamento e participação social são fatores que se retroalimentam no contexto social.

Por sua vez, é possível explicar o sucesso da relação participação-empoderamento através do conceito de *capital social*. Recorrendo a Robert Putnan, Antônio Sergio A. Fernandes nos traz uma breve definição do conceito: “De modo resumido pode-se definir capital social como um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade contidas numa comunidade que facilitam a produção de capital físico e capital humano (Putnam, 2000: 19)” (Fernandes, 2001, p. 2). O capital social potencializa recursos humanos e materiais disponíveis nas comunidades, permitindo o sucesso de ações de natureza coletiva caracterizadas pela confiança mútua entre os indivíduos. A presença maior de capital social corresponde diretamente ao aumento e ao sucesso da ação coletiva (Lopes, 2001, p.3). Neste sentido, quanto maior for o capital social, maior será o sucesso da ação participativa, e, conseqüentemente, maior, também, o grau de empoderamento. Com efeito, o empoderamento alcançado aumentará

o capital humano e material, estabelecendo um círculo virtuoso de novas ações sociais participativas.

1.8 A participação social: em busca de um esquema explicativo

Por fim, chegamos a seguinte definição do conceito: *a participação social é um tipo específico de comportamento social, no qual o indivíduo, pleno de suas capacidades agências e livre de qualquer coerção, interage em um dado contexto social (institucional) com um ou mais indivíduos, no intuito de realizar demandas de empoderamento que trarão proveitos a ele próprio e à sociedade.*

O esquema (Esquema 1) abaixo busca relacionar os diversos elementos constitutivos da participação social:



Recorrendo ao esquema acima e evidenciando os elementos do comportamento social analisados nas seções anteriores deste capítulo, podemos estabelecer os seguintes níveis de composição da participação social: a) ontogenético: as habilidades sociais; b) cognitivo: a agência; c) sociointerativo: as interações e as ações sociais; d) simbólico: elementos que fornecem significado à ação social participante; e) institucional: entidades que regulam a ação social participante e suas respectivas demandas de empoderamento (no caso, demandas

atendidas de forma voluntária e não coercitiva pelo agente da participação) e o capital social. A intensidade da participação social decorre da otimização dos elementos aqui interligados: a qualidade e a intensidade das interações sociais estão sujeitas aos níveis de empatia e assertividade do indivíduo; o sucesso da ação participativa exige, do mesmo, o uso adequado de suas qualidades agenciais. Por sua vez, a natureza do contexto simbólico, em especial, a cultura estabelecida, bem como o quadro de instituições existentes e o nível de capital social a ele correspondente, estabelecem condições sem as quais o agente participativo, a despeito de suas habilidades, não conseguiria atender voluntariamente, às demandas de empoderamento presentes no contexto social em que se encontra inserido.

No próximo capítulo, abordaremos o envelhecimento e sua relação com a participação social. A partir de perspectivas distintas de abordagem que se iniciam nas alterações físicas senescentes e se estendem aos modelos funcionais sobre a velhice, estudaremos os possíveis impactos que as variáveis biológicas, cognitivas e sociais exercem no engajamento e nas demandas de empoderamento relativos aos idosos.

CAPÍTULO II - ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Definir o envelhecimento não é uma tarefa fácil haja vista a complexidade do fenômeno, expressa em questões como: “Em que momento o processo se inicia?” “Todas as pessoas envelhecem de igual forma?” “Ao longo dos tempos, os idosos foram identificados de igual maneira?” “O envelhecimento é um processo natural ou uma doença?”

Ainda que, de modo geral, o conceito evoque, de imediato, certos marcos temporais e alguns sinais físicos, tais características são insuficientes para que ele possa ser definido em sua extensão. Inúmeros fatores de ordem biológica, social, histórica e cultural influenciam o modo como o interpretamos. Consideradas estas ponderações, pressupomos que uma maior compreensão do envelhecimento exige a conjugação de múltiplas perspectivas. Assim, abordaremos algumas das principais linhas de estudo dirigidas ao fenômeno, a começar pela biologia.

2.1 Aspectos biológicos do envelhecimento

Em geral, abordagens biologicistas do envelhecimento tendem a ressaltar fatores como a degeneração física e o surgimento de patologias (Siqueira, Botelho e Coelho, 2002, p.3). A este respeito, precisamos frisar que o envelhecimento não se reduz a uma patologia, ou mesmo, a um conjunto de processos deteriorativos. De outra forma, não podemos deixar de mencioná-los em sua dimensão declinante. Em se tratando de um estudo psicossociológico sobre a redução da participação social em idosos, a análise ontogenética do envelhecimento possui grande valia no entendimento da gênese de estigmas, representações sociais negativas, estereótipos e fatores de desengajamento. Nas palavras de Neri e Freire, “Na base da rejeição ou da exaltação acrítica da velhice, existe uma forte associação entre esse evento do ciclo vital com a morte, a doença, o afastamento e a dependência” (Neri & Freire, 2000, p. 8 apud Schneider & Irigaray, 2008, p.586).

O envelhecimento biológico é um processo natural que, através de mudanças progressivas, irreversíveis e degenerativas, reduz as reservas funcionais de indivíduos maduros, aumentando-lhes a vulnerabilidade diante de agressões ambientais (Gottlieb et al, 2007). Trata-se de um fenômeno multifatorial (Dos Santos & Amodeo Bueno, 2009, p.8), cujas alterações aumentam a probabilidade de morte (Cristofalo, Vincent J. et al, 1999, p.117,).

Ainda que, para alguns autores, sua origem se encontre no próprio momento de concepção (De Marchi Neto, 2004, p.7), o envelhecimento se relaciona à *senescência*, etapa posterior ao *crescimento* e à *maturidade sexual*. Nesta fase, modificações metabólicas em nível molecular e citológico, fazem com que as células somáticas cessem de se dividir, ocasionando em níveis mais complexos, a redução funcional de tecidos e órgãos. Como consequência inexorável, a drástica diminuição das reservas funcionais resulta na falência do próprio organismo (Gava & Zanoni, 2005). Por sua vez, em sentido oposto a senescência, _que constitui um processo natural_ temos a *senilidade*, a dimensão patológica do envelhecimento gerada por doenças, hábitos insalubres e estresses acumulados ao longo do tempo (Ciosak et al, 2011).

Apesar do número crescente de descobertas científicas relativas ao envelhecimento, o estudo do declínio funcional ocorrido após o advento da maturidade reprodutiva apresenta dissensos e continua a demandar pesquisas. Na ausência de uma causa preponderante para o fenômeno, formulou-se uma gama diversa de teorias sobre os mecanismos biológicos do envelhecimento (Cristofalo, Vincent J. et al, 1999; Mota, Figueiredo & Duarte, 2004, p.90). A grosso modo, tais teorias se dividem em dois tipos, a saber: a) *programadas*, que compreendem a senescência como parte de um mecanismo regulador da cronologia de desenvolvimento e declínio do organismo; b) *estocásticas*, que o concebem como algo decorrente de danos e falhas ocorridas em nível molecular e celular (Teixeira & Guariento, 2010).

Entretanto, se até agora há muito o que se compreender quanto à dimensão biológica do envelhecimento, suas manifestações, por outro lado, são evidentes e indiscutíveis. E, apesar de seguirem etapas, variarem de indivíduo para indivíduo e estarem condicionadas a amplas influências ambientais, tais manifestações podem ser assinaladas universalmente. Começemos pelas mais visíveis, aquelas que servem de base para a formação social de estereótipos sobre a velhice, noutros termos, o estereótipo do indivíduo curvado, de pele enrugada, cabelos brancos e movimentos lentos.

Na pele, a diminuição da proliferação celular resulta na redução da tensão e no aumento das rugas. A baixa produção de melanócitos intensifica a vulnerabilidade da epiderme à luz solar e descolore os pelos. O acúmulo de lipofuscina desencadeia o surgimento de manchas, ao mesmo tempo em que a diminuição das células de Langerhans reduz a sensibilidade. Afora o impacto das transformações que podemos visualizar, a pele envelhecida é mais pálida, fina e vulnerável a lesões cuja cicatrização, a seu turno, é mais demorada (Oriá, et al, 2003; Timo-Iaria, 2003, p.116).

Também são sensíveis ao olhar, as alterações na postura e forma corpóreas. A perda

da massa muscular magra a partir dos quarenta anos é acompanhada do incremento da gordura corporal (Motta, 2013, p.6). A força dos músculos se reduz nos membros superiores e, mais intensamente, nos inferiores, gerando grande impacto na mobilidade (Timo-Iaria, *ibidem*, p.115). Tais impactos são potencializados pela degeneração em nível osteoarticular. A densidade óssea se adelgaça com a crescente porosidade e as articulações se enrijecem devido a modificações nos tecidos colagenosos; na coluna, os discos intervertebrais achatados e as vértebras desgastadas aumentam o arqueamento das costas e encolhem a estatura. Como efeito geral, a partir da senescência do sistema osteomioarticular, os esforços físicos tornam-se gradualmente mais difíceis e os movimentos mais vagarosos, se constatando notório detrimento da marcha e do equilíbrio (Rossi & Sader, 2008).

Não obstante, as transformações epidérmicas, musculares e ósseas exerçam grande peso na formação das representações psicossociológicas sobre o envelhecimento, é da senescência dos demais sistemas corpóreos que advém maior ameaça.

O envelhecimento do sistema cardiovascular é extremamente letífico. Três degenerações acometem a estrutura do músculo cardíaco envelhecido: a atrofia do ventrículo esquerdo, a diminuição do nervo simpático e o surgimento de fibroses. Em termos fisiológicos, a função diastólica torna-se deficitária e o miocárdio menos contrátil. No âmbito circulatório, a pressão arterial aumenta, pois as artérias se alongam e enrijecem, também acumulando placas ateromatosas. Como consequência da aterosclerose, o risco de infartos e acidentes vasculares se eleva (Mendes & Barata, 2008).

O sistema respiratório também experimenta déficits estruturais e funcionais. Os pulmões perdem elasticidade e a capacidade respiratória máxima declina, acompanhando a redução das trocas gasosas. Os esforços físicos mínimos acarretam maior fadiga e afecções das vias respiratórias tornam-se muito mais perigosas (Ruivo et al., 2009; Motta, 2013, p.7; Timo-Iaria, 2003, p.116).

No sistema digestório, todas as partes são afetadas: os dentes se desgastam pela perda da dentina e pela irrigação insuficiente da polpa; a incompetência esfínteriana esofágica aumenta as moléstias ligadas ao refluxo gástrico; a digestão estomacal delonga mais tempo em vista da redução da motilidade e da queda na produção do ácido clorídrico e da pepsina; o intestino delgado absorve menos nutrientes e o intestino grosso desenvolve divertículos, que, quando inflamados, causam grandes transtornos (Motta, L. B., 2013, pp.9-10; Timo-Iaria, 2003, p.116; Cordeiro, et al, 2015).

As funções excretórias e urinárias são especialmente atingidas pela senescência.

Próximo aos oitenta anos, quase metade dos néfrons estão atrofiados; após os oitenta, a capacidade de filtração dos glomérulos torna-se inferior a 50%. Afora o prejuízo da eliminação de resíduos metabólicos, o envelhecimento tem enorme impacto sobre o trato urinário. Fatores como a hiperplasia prostática e a incompetência insfincteriana uretral ocasionam, respectivamente, retenção e incontinência urinária, criando as condições necessárias para o surgimento de infecções (Motta, 2013, pp.8-9).

Quando pensamos no envelhecimento dos sistemas corpóreos, há de se destacar o papel exercido pelo sistema neuroendócrino-imunológico. Sabemos que, ora pela insuficiência das glândulas ou através do aumento da resistência dos tecidos à ação dos hormônios, ora pela incapacidade do corpo em responder de forma conjunta e organizada à ação de agentes externos, crescem as infecções, as neoplasias, as endocrinopatias e as doenças autoimunes (Ewers, Rizzo & Kalil, 2008; D'Ottaviano, 2003). Todavia, para muitos teóricos, o colapso do sistema neuroendócrino-imunológico é muito mais devastador que os efeitos de sua própria senescência: ele encerraria a origem de todos os demais processos senescentes uma vez que o organismo, gradualmente, perde o controle homeostático e torna-se vítima de suas próprias defesas.

As funções reprodutivas experimentam níveis de declínio, todavia, diferenciados entre homens e mulheres. No aparelho reprodutor feminino, a produção ovariana de estrógenos, aos poucos, é reduzida até cessar por completo. Os espaçamentos dos ciclos menstruais se ampliam e a alteração hormonal resulta em alterações psicológicas como irritabilidade, aumento da ansiedade e da depressão. Ocorrem, também, alterações circulatórias que se traduzem em ondas de calor, e alterações anatômicas que levam ao ressecamento e à atrofia da mucosa vaginal. Este período de transformações que se encerra na perda da capacidade reprodutiva feminina, chama-se climatério (Azevedo, 2010, pp.75-77; Timo-Iaria, 2003, pp. 114-119).

Em se tratando dos homens, o declínio das funções ocorre de maneira mais lenta. Porém, com o passar da idade, o tempo de retomada das ereções aumenta consideravelmente, a inclinação do pênis erétil diminui e a produção de espermatozoides se degenera.

Ainda que a atividade sexual e a libido de homens e mulheres se mantenha ao longo do envelhecimento, em termos sociais (Timo-Iaria, 2003, p.114), os déficits supramencionados colaboram para a formação de estereótipos sexuais depreciativos (representações sociais e estigmas ligados à impotência sexual, sobretudo quando relacionada a ideais de masculinidade) ou mesmo, tabus como o da ideia de que atividades sexuais não são permitidas aos idosos (Büchelet et al., 2006; Negreiros, 2004, p.84; Gomes et al, 2008; Palacios-Ceña, 2012 apud

Rodrigues, 2011, p.81)

2.2 Aspectos biológicos e comportamento

Na seção anterior, dedicamos alguns parágrafos às manifestações corpóreas senescentes, relativas à formação de imagens sociais sobre o envelhecimento; nos parágrafos seguintes, abordaremos mudanças biológicas que incidem sobre a conduta dos idosos e reforçam estereótipos comportamentais.

A senescência do sistema nervoso tem enorme impacto sobre as modificações comportamentais da pessoa idosa. A começar na redução da percepção sensorial, manifestada através das perdas auditivas, visuais e somatossensoriais. A interação social e os processos comunicativos são afetados por tais perdas, se intensificando o isolamento e a depressão em indivíduos envelhecidos. Por outro lado, no plano das atividades motoras, degenerações no sistema vestibular resultam na perda do equilíbrio e no aumento das quedas, fatores que também colaboram para a retração social da pessoa idosa (dos Baraldi, Almeida, & Borges, 2008; Meireles, et al. 2010; Motta, pp.5-6, 2013).

Para além dos campos receptivos, temos as transformações do sistema nervoso central ocorridas nas redes de neurotransmissores e nas zonas corticais do cérebro. Uma vez que o córtex é responsável pelas atividades sensório-motoras e pelo aparato cognitivo, a senescência das células corticais resulta em transtornos que vão da motricidade à consciência. Observa-se que a memória recente e a retenção de detalhes mostram-se sensivelmente comprometidas com o passar do tempo; aumenta o esquecimento de tarefas cotidianas e objetos. A aprendizagem e a linguagem tornam-se mais vagarosas e a atenção, também, experimenta déficits. Patologias diversas podem comprometer a vida psíquica do idoso, sendo comum nesta fase da vida, o aumento dos transtornos de ansiedade, a depressão e o suicídio; em grau mais severo, a pessoa idosa se encontra vulnerável a demências que lhe arrasam a vida em sua completude mental e física (de Moraes et al., 2010; Charchat-Fichman, F. H. et al., 2005; Meireles et al., 2010; Leandro-França & Giardini Murta, 2014).

2.3 O envelhecimento sob perspectiva funcional

Embora os processos senescentes sejam universais, a velhice não ocorre de forma homogênea. Assim, pessoas que possuem uma mesma idade cronológica, podem apresentar

graus diferenciados de envelhecimento vivendo sob as mesmas circunstâncias. De igual modo, idosos de idade avançada conseguem se mostrar muito mais saudáveis que seus colegas muito mais novos. Analisar o envelhecimento em consideração a estas variações dentre contextos ambientais similares é o que propõe a perspectiva funcional (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Roy Shepard propôs a classificação de idosos segundo as seguintes categorias (Shepard, 2003 apud Fecine & Trompieri, 2015, pp. 110-112):

- a) *Meia-idade*: faixa etária estabelecida entre 45 a 65 anos, marcada pelo início dos declínios funcionais;
- b) *Velhice*: faixa etária estabelecida entre 65 a 75 anos, fase inicial da velhice onde as alterações homeostáticas ainda não são incapacitantes, ainda que a perda funcional seja maior que a ocorrida na fase anterior;
- c) *Velhice avançada* (também descrita como “velhice mediana”): faixa etária estabelecida entre 75 e 85 anos; nesta etapa, as atividades cotidianas encontram-se prejudicadas por perdas funcionais significativas, ainda que o idoso usufrua de alguma independência;
- d) *Velhice muito avançada*: faixa etária superior a 85, fase em que os idosos necessitam de cuidados especiais (insitucionais/hospitais);

Categorizações funcionais semelhantes à de Shepard, também classificam os estágios do envelhecimento através de intervalos etários, bem como apontam o declínio da independência e o aumento da necessidade de cuidados a partir das idades mais longevas (Zanjani, Schaie & Willis, 2006; Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Não obstante as leituras funcionais do envelhecimento se apoiem em estudos biológicos ou médicos, elas ressaltam a natureza multifatorial, heterogênea e individualizada do envelhecimento. Shepard observa que as pessoas envelhecem em ritmos distintos, a despeito do período histórico. Nas palavras de Fecine e Trompieri em referência ao autor citado, “Segundo, ainda, Shepard (2003), a categorização funcional do idoso não depende apenas da idade, mas também de sexo, estilo de vida, saúde, fatores sócio-econômicos e influências constitucionais, estando provado, assim, que não há homogeneidade na populações idosa” (Fecine & Trompieri, 2012, p.112).

Outra observação interessante sobre as variações relativas ao envelhecimento decorre da própria ideia de idade, tomada, de início, como um demarcador temporal para a evolução da velhice. Schneider e Irigaray assinalam as limitações do referencial cronológico:

A idade cronológica, que mensura a passagem do tempo decorrido em dias, meses e anos desde o nascimento, é um dos meios mais usuais e simples de se obter informações sobre uma pessoa. Porém, o conceito de idade é multidimensional e, por isso, a idade cronológica não se torna uma boa medida da função desenvolvimental (Hoyer & Roodin, 2003). (Schneider & Irigaray, 2008, p.590)

Citando outros autores (Neri, 2005; Schroots & Birren, 1990; Hoyer & Roodin, 2003 apud Schneider & Irigaray, 2008), definem a idade com base em domínios não cronológicos. A *idade biológica* diz respeito às alterações mentais e corpóreas que atravessam a vida; a *idade social* diz respeito ao sucesso do indivíduo no exercício de papéis sociais que atendam às “(...) expectativas em relação às pessoas de sua idade, em sua cultura e em seu grupo social.(...) (idem, p.590)”; a *idade psicológica*, mais complexa que as demais, diz respeito à relação entre a idade cronológica e as capacidades psicológicas do indivíduo, bem como às habilidades adaptativas frente às ameaças do meio. Constatou-se que as variações permitidas pelo uso multidimensional da idade ajudam a compreender a diversidade do próprio amadurecimento. É o caso de pessoas muito jovens, consideradas amadurecidas em dados contextos sociais pela forma como pensam, se vestem e agem, e o exemplo de idosos vistos como jovens porque se ajustaram a mudanças sociais significativas, graças à preservação de suas habilidades cognitivas e emocionais.

2.4 Teorias psicossociais do envelhecimento

Desde as primeiras décadas do século passado, psicólogos e sociólogos vem se dedicando ao tema do envelhecimento. Tais esforços resultaram em uma ampla gama de teorias²³, hoje, incorporadas ao escopo dos estudos gerontológicos. Aqui, considerada a grande

²³ Anita Neri, em *Conceitos e teorias sobre o envelhecimento* (2013) subdivide as principais teorias psicossociais sobre o envelhecimento em três categorias: *clássicas*, *de transição* e *contemporâneas*. Diz a autora: “A denominação ‘clássicas’ foi adotada com referência às teorias de estágio da vida adulta e da velhice, que respondem ao modelo crescimento-culminância-contracção e ao paradigma de ciclos de vida. Foram classificadas dessa forma as teorias de estágios de Bühler (1935), Jung (1971), Kühlen (1964) e Levinson (1978), a teoria de tarefas evolutivas/da atividade (Havighurst, 1951; Havighurst & Albrecht, 1953) e a teoria do afastamento (Cummings & Henry, 1961)” (Neri, 2013, p.17). As teorias de transição incluiriam “a teoria do desenvolvimento da personalidade ao longo da vida (Erikson, 1959) e a teoria social-interacionista da personalidade na velhice (Neugarten, Moore, & Lowe, 1965; Neugarten, 1969)” (idem). As contemporâneas seriam aquelas “associadas ao paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida (Baltes, 1987; Baltes, 1997), que são hoje a tendência dominante na psicologia do envelhecimento em âmbito internacional.”(ibid, p.18). A autora distingue as teorias contemporâneas da seguinte forma: “Três delas preocupam-se com o comportamento dos indivíduos em função de variáveis microssociais e baseiam-se em pesquisas experimentais ou quase experimentais para avaliar suas influências. Como representantes dessa tendência serão apresentadas a teoria da dependência aprendida (Baltes, 1997), a teoria da seletividade socioemocional (Carstensen, 1991; Carstensen et al., 2011) e a teoria do controle (Heckhausen & Schulz, 1995; Heckhausen, Wroch, & Schulz, 2010). A quarta teoria (Diehl, 1999) focaliza os eventos críticos do curso de vida e o papel que desempenham na subordinação do desenvolvimento do adulto e do idoso às estruturas micro e macrossociais do ambiente sociocultural mais próximo”(ibidem, p.18).

variedade de teorias produzidas, enfocaremos aquelas cujos postulados sublinharam o vínculo entre a senectude e a participação social. Neste sentido, analisaremos respectivamente três modelos teóricos onde a participação é concebida enquanto fator declinante, contínuo e ativo na dimensão social do envelhecimento.

A primeira abordagem diz respeito à desvinculação ou desinserção social descrita na *teoria do desengajamento* (ou *afastamento*) proposta por Elaine Cumming e William E. Henry, na obra *Growing Old* (1961). Seguindo diretrizes funcionalistas, a obra revelou-se pioneira ao realçar os aspectos psicossociológicos do envelhecimento, servindo de inspiração para novas teorias (Doll et al, 2007, p.14)

Suas postulações foram embasadas em 279 entrevistas realizadas na região de Kansas City com idosos brancos, de classe média e da classe trabalhadora, economicamente estáveis, gozando de boa saúde e oriundos de outras regiões. A faixa etária dos respondentes foi estabelecida entre 55 e 70 anos. Promoveram-se de três a cinco entrevistas (os mais velhos realizavam apenas três) com duração aproximada de uma hora e meia, obedecendo a intervalos semestrais (Cumming & Henry, 1961 apud. Jent, 2004, p.177).

A tese central da teoria do desengajamento reside na afirmação de que os indivíduos, à medida em que envelhecem, diminuem a interação com o sistema social que os cerca. Conforme definiram os autores, “um processo inevitável no qual muitas das relações entre uma pessoa e outros membros da sociedade são rompidas e as restantes são alteradas qualitativamente”²⁴ (Cumming & Henry, 1961, apud Jent, 2004, p.178). Trata-se de um processo visto como natural e aceitável. Segundo Cumming e Henry, a velhice deve ser compreendida enquanto fase subsequente da idade adulta, na qual a atividade contínua _algo valoroso para as pessoas na meia-idade_ torna-se questionável na medida em que a vida se aproxima do fim. A teoria postula esta desaproximação através de condicionantes para a relação entre o indivíduo e a sociedade; a desvinculação ocorre de forma plena quando a sociedade e o indivíduo estabelecem um acordo quanto à retirada deste último; se nenhuma das partes estiver pronta para tal, o engajamento continua; se apenas o indivíduo se revela pronto para o afastamento, ocorrendo um conflito entre as expectativas do grupo social e o mesmo, o envolvimento tende a prosseguir; todavia, se a sociedade vislumbra o afastamento, independentemente do indivíduo, o afastamento tende a ocorrer (Doll et Al, 2007, p.17). Ao diminuir as interações sociais, o indivíduo também se desprende de seu contexto normativo,

²⁴ Tradução nossa

de modo a reforçar o próprio desengajamento em um processo circular, progressivo e irreversível (Jent, 2004, p.178).

Cumming e Henry estabelecem três indicadores para o início do afastamento. Glenn A. Jent os aglutinou a partir de excertos de *Growing Old*:

Existem três tipos de mudanças indicando a ocorrência do desengajamento. Primeiro, devem ocorrer mudanças observáveis no “número de pessoas com quem o indivíduo, de hábito, interage” e “na quantidade de interação com estas pessoas”. De igual modo, pode ocorrer mudança no intento das interações - uma alteração igualmente discernível. Segundo, a redução do envolvimento deve conduzir a "mudanças qualitativas no estilo ou nos padrões interativos entre o indivíduo e demais membros do sistema". Terceiro, deve haver mudanças de personalidade que “causem e resultem em decréscimo de envolvimento com outras pessoas e com a crescente preocupação consigo mesmo”.²⁵ (Cumming & Henry, p.15 apud Jent, 2004, p.179)

Observa-se que o indivíduo, ao perceber a deterioração eminente de seu ego e de suas habilidades, se retira do mundo produtivo, cedendo espaço aos mais jovens. Esses últimos, por sua vez, são preparados socialmente para tal substituição. Destarte, o desengajamento, integrado ao preparo dos mais jovens para a assunção de novos papéis, funciona como um mecanismo de estabilização social.

Uma das peculiaridades da teoria do desengajamento consiste na ideia de que a desinserção de homens e mulheres se sucede de modo distinto. Os homens cumprem funções técnicas e providenciam o sustento econômico, enquanto, as mulheres, vistas sob a condição de seres socioemocionais, cuidam do ambiente doméstico, promovendo a harmonia familiar e o cuidado com a dimensão social. Em ambas as situações, a perda de seus papéis sociais precisa ocorrer em um contexto de aceitação do desengajamento; caso contrário, haverá desmoralização e sofrimento psíquico.

Outra peculiaridade diz respeito ao papel da cultura. A desvinculação social independe de variáveis culturais, no entanto, a cultura delimita a maneira como o processo de afastamento ocorrerá. Tal postulado nos permite compreender fenômenos que, em tese, refutariam a teoria, como, por exemplo, o porquê de homens idosos ampliarem o prestígio e o poder em sociedades tradicionais dominadas pelo patriarcado.

A teoria do desengajamento, não obstante sua pretensa universalidade, suscitou inúmeras críticas²⁶. Questionamentos foram dirigidos às escolhas metodológicas de seus

²⁵ Tradução nossa

²⁶ No artigo *Trajetórias da participação social na velhice: uma revisão sistemática da literatura*, Pinto e Neri, ao analisarem 31 estudos longitudinais relacionados a participação social de idosos e adultos de meia-idade saudáveis, concluíram que a teoria formulada por Cumming e Henry encontra-se praticamente em desuso: “Embora a maioria dos estudos tenha identificado que os níveis de engajamento social declinam na velhice, a teoria do desengajamento

autores, a começar pelo desenho amostral construído. Arnold Rose levantou reflexões sobre como se sucederia a desinserção social entre idosos não saudáveis ou economicamente dependentes (Rose, 1968, apud Jent, p.179)²⁷. Noutro aspecto, a teoria pareceu negligenciar profissões cuja atividade se estende até os anos finais da vida, a exemplo do ministério religioso e do magistério (ibdem, p.181).

Estudos subsequentes evidenciaram o aspecto transitório e adaptativo do desengajamento (Lehr, 2000, p.60 apud Doll et al, 2007; Palmore, 1968 apud Jent, p.183). Vale ressaltar que mesmo Cumming e Henry, em respostas dirigidas às controvérsias despertadas por suas postulações iniciais, acabaram por abandonar muitos dos aspectos inicialmente defendidos na teoria (Jent, 2004, pp. 180,183 e 184).

Doll et al levantam um aspecto essencial para o entendimento da teoria do desengajamento: o contexto histórico. Ainda que pretensamente universais e inatos, seus postulados retrataram, sobretudo, o estilo de vida específico dos idosos americanos de classe média da segunda metade do século XX, incluindo aí os estigmas relativos à velhice e às desigualdades entre os gêneros, próprios da época:

A teoria do desengajamento possui fortes raízes no momento sócio-histórico em que foi elaborada. Isso fica evidente na análise dos papéis típicos de homens e mulheres (trabalho-família) o que remete à sociedade norte-americana dos anos 50 e 60. Este aspecto é destacado também por Atchley (1989), que aponta para a situação dos idosos, na década de 50, nos Estados Unidos: que era pior do que a da atualidade, tanto no que se refere à aceitação do indivíduo em relação à velhice quanto à opinião pública em relação às pessoas idosas. Diante da realidade da época, era muito mais difícil para as pessoas se adaptarem à velhice. Por isso o desengajamento foi para muitas pessoas uma resposta óbvia à situação que estavam vivendo. (Doll et al, 2007, p.19)

A participação social, concebida como um fator que não cessa ao longo do envelhecimento, encontra apoio em uma teoria psicossocial contemporânea ao trabalho de Cumming e Henry, a chamada *teoria da continuidade*. Ao contrário do processo contínuo de afastamento social descrito nos parágrafos acima, o postulado central desta teoria é a ideia de

social foi mencionada por apenas um estudo e de forma implícita. Essa contradição pode ser devido às críticas à teoria, por defender a ideia do desengajamento como processo inevitável, recíproco, normativo e benéfico tanto para o idoso como para a sociedade, a qual não foi confirmada univocamente pelas pesquisas subsequentes. Muito embora a teoria encontre amparo em dados da vida real, ela foi desacreditada e praticamente excluída da literatura até a década de 1990. A partir dessa época, novos esforços teóricos, como a teoria da seletividade socioemocional, contribuíram com importantes avanços conceituais no campo da Gerontologia.” (Pinto & Neri, 2017, p.270)

²⁷ Anita Neri observa a este respeito que, “A despeito do fato de ter sido desenvolvida com base em dados do Estudo de Kansas City (Cumplings & Henry, 1961), a teoria do afastamento não se sustenta empiricamente, pois não há evidências de que os idosos o fazem voluntária e universalmente, tampouco se sabe se aqueles que não se afastam têm algum tipo de problema ou pertencem a uma elite de idosos bem-sucedidos.(...)” (Neri, 2013, p.27)

que, sob condições não patológicas, os idosos conseguem preservar os mesmos perfis de atividade e relacionamentos sociais presentes em suas vidas adultas. A manutenção de tais atividades e interações ocorreria graças a estratégias de adaptação derivadas de conteúdos aprendidos no decorrer da vida, que permitiriam ao indivíduo, a superação de obstáculos de ordem social, física ou mental próprios ao envelhecimento (Atchley, 2007).

George L. Maddox, um dos precursores da teoria, observou padrões indicativos de continuidade a partir de estudos longitudinais como o *Duke Geriatrics Project*. Suas conclusões estão intimamente relacionadas à crítica da teoria do desengajamento. Em *Persistence of life style among the elderly: A longitudinal study of patterns of social activity in relation to life satisfaction* (1968), o autor declara:

Com raras exceções, as pesquisas nos Estados Unidos têm apoiado de forma consistente a hipótese de que, entre os idosos, a manutenção do contato com o ambiente social constitui uma condição para que se mantenha senso de satisfação com relação à vida. A principal exceção é, obviamente, o trabalho de Cumming e Henry sobre o desengajamento (1961), cuja conclusão é exatamente o oposto; ou seja, a diminuição da interação com o meio ambiente entre os idosos torna-se, eventualmente, uma condição para a manutenção da satisfação com a vida. (...) (Maddox, 1968, p.181)²⁸

Foi Robert Atchley quem, de fato, introduziu e nomeou a teoria²⁹. A começar por suas pesquisas dirigidas aos aposentados norte-americanos no início dos anos 1970, o autor percebeu que no decurso da meia-idade e do envelhecimento, os indivíduos estabelecem escolhas adaptativas pautadas em padrões psicológicos e sociais consistentes. Na descrição do próprio Atchley:

A teoria da continuidade busca explicar por que a maioria dos adultos apresenta uma notável consistência em seus padrões de pensamento, comportamento e relacionamento à medida que avançam nas etapas mais avançadas da vida, mesmo, frequentemente, diante de mudanças externas substanciais, como a viuvez ou a incapacidade física. Os seres humanos criam, revisam e aprimoram constantemente padrões robustos de pensamento e ação que se tornam suas principais estratégias de planejamento, tomada de decisão e adaptação às mudanças da vida. Optando por tais estratégias, os adultos produzem, ao longo do tempo, consistências que podem proporcionar senso de segurança, paliativos para as transições da vida, bem como, proteção contra os efeitos de mudanças vitais repentinas. (Atchley, 2007, p.267)³⁰

²⁸ Tradução nossa

²⁹ O conceito de continuidade foi inicialmente introduzido pelo autor no artigo *Retirement and leisure participation: Continuity or crisis?* publicado em *The Gerontologist* no ano de 1971. Depois a teoria foi propriamente discutida por Atchley no artigo de 1989 para o mesmo periódico, *Continuity theory of normal aging*.

³⁰ Tradução nossa.

Para ele, a adaptação de adultos de meia-idade e idosos a novas circunstância, garantindo aos mesmos a manutenção de suas metas de vida, seria uma habilidade desinente de estruturas internas e externas aos indivíduos. A estrutura interna abarcaria atributos psicológicos constantes e fundamentais à tomada de decisões como valores, crenças, conceitos, incluindo a própria estrutura da personalidade. A estrutura externa envolveria a interação social, os aspectos culturais, os papéis assumidos pelo indivíduo e suas relações sociais. No conjunto, à medida em que permitiriam a formação de padrões de consistência as estruturas internas e externas seriam essenciais para o equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade.

Apesar da relevância da esfera psicológica, sobretudo na manutenção dos padrões de identidade do indivíduo, a continuidade seria testável, principalmente, a partir do contexto social. A dimensão, onde se incluem as ideias, as memórias e os comportamentos que regulam as relações particulares, seria aquela onde a percepção de mudanças se sobressaltaria; por sua vez, a continuidade seria percebida nos elementos gerais da dimensão psicossocial. Atchley discorre sobre este aparente paradoxo da seguinte maneira:

(...)Tal concepção ocupa-se efetivamente do paradoxo aparentemente desperto pela ideia de que continuidade e mudança geralmente coexistem nas vidas individuais. A continuidade é vista pelos indivíduos em termos de temas gerais que perpassam suas vidas (Kaufman, 1986; Fiske e Chiriboga, 1990), ainda que possam ocorrer mudanças substanciais nas especificidades relacionadas a esses temas.(Atchley, 2006, p.267)

Atchley frisa que a continuidade não implica necessariamente em resultados positivos, “(...) As evidências apontam que mesmo aqueles com baixa auto-estima, relacionamentos abusivos e má adaptação social rechaçam a idéia de abandonar suas estruturas internas e externas. Ao que parece, uma base sólida de sustentação, mesmo que antecipe um futuro miserável, é para algumas pessoas preferível a um futuro desconhecido.” (idem, p.268). De igual forma, a continuidade não asseguraria um envelhecimento bem-sucedido³¹:

A continuidade não é uma receita mágica para o envelhecimento "bem-sucedido". Por exemplo, entre as pessoas que investiram maciçamente em seus papéis no trabalho e na família, excluindo outras fontes de satisfação com a vida, não é provável que a tentativa de preservar a continuidade se atrele a um passado que não represente um recurso prático para a tomada de decisões acerca do futuro enquanto satisfação de vida prolongada. Da mesma forma, as pessoas que ignoram suas limitações funcionais e

³¹ Atchley faz questão de frisar o aspecto anti-ideológico da teoria quando analisa efeitos ditos “positivos” e “negativos”:(...) Ela (a teoria) fornece uma maneira conceitual de organizar a busca de coerência nas histórias de vida e de entender a dinâmica que produz histórias básicas, mas a teoria da continuidade não tem ideologia a respeito de quais histórias são ‘certas’ ou ‘bem-sucedidas’.”(Ibdem, p.267)

mantêm expectativas irreais de continuidade, provavelmente, se decepcionarão com os resultados. (Atchley, 2007, p.1)

De um ponto de vista metodológico, cabe salientar que a teoria da continuidade se apóia em uma perspectiva psicológica individual, e sua testabilidade depende da condução de estudos longitudinais de longa duração, abrangendo múltiplas esferas da atividade humana. E ainda que tenha sido construída sob parâmetros de verificabilidade, ao contrário das postulações de Cuming e Henry, suas afirmações rechaçariam qualquer perspectiva determinística. Tal como descrito por Atchley, “Ela não prevê o conteúdo do desenvolvimento psicológico ou social em qualquer etapa vital, em qualquer transição específica do curso da vida ou em qualquer período específico da história.” (Atchley, 2007, p.267)”. No entanto, a teoria permitiria compreender as razões pelas quais cada indivíduo envelheceria de uma dada maneira específica.

Outro aspecto de divergência entre a teoria do desengajamento e a da continuidade, concerne à participação social. As elaborações de Maddox e Atchley são absolutamente compatíveis com a persistência do envolvimento social na senectude. No que lhe diz respeito, a teoria que abordaremos a seguir, também é contrária a ideia de que a velhice promove a desinserção social; seus apoiadores pressupõem que o envelhecimento tende a ser bem-sucedido, caso os idosos se mantenham ativos desde a meia-idade. Com efeito, a participação social, compreendida sob os parâmetros dessa formulação, consiste em destacado fator de incremento para o bem estar na ancianidade.

A *teoria da atividade*³² (também chamada *teoria normal do envelhecimento*) admite que uma vida social ativa pode melhorar a qualidade do envelhecimento, ou mesmo, adiá-lo. Seus principais autores foram Robert J. Havighurst e Bernice Neugarten. Em *Desingagement, Personality, and Life Satisfaction in the Later Years* (1964) Havighurst, Neugarten e Tobin reconhecem que tanto a teoria da atividade quanto a teoria do desengajamento apresentam como ponto de partida, um conjunto de fatos observados na velhice: alterações de ordem comportamental, diminuição das atividades presentes na meia-idade e redução da extensão das

³² Anita Neri atribui à atividade o papel de “conceito organizador das tarefas evolutivas relacionadas à velhice é a atividade, descrita como condição de uma velhice exitosa, caracterizada por altos níveis de satisfação, saúde e produtividade (Havighurst, 1951).”As tarefas evolutivas teriam sido apresentadas por Havighurst na obra *Developmental tasks and education*(1951). Neri as descreveu como “(...)desafios normativos associados à idade cronológica e produzidos conjuntamente por maturação biológica, pressão cultural da sociedade e desejos, aspirações e valores da personalidade. Compreendem habilidades, conhecimentos, funções e atitudes que o indivíduo deve adquirir em dado momento de sua vida, sob a ação da maturação física, das perspectivas sociais e dos esforços pessoais. Organizam-se em torno de sete polos: crescimento físico, desempenho intelectual, ajustamento emocional, relacionamento social, atitudes diante do eu, atitudes diante da realidade e formação de padrões e valores.” (Neri, 2013, p.26)

interações sociais (Havighurst, Neugarten e Tobin, 1964, p.281). Todavia, quanto aos mesmos fatos, a teoria da atividade apresenta uma perspectiva completamente adversa à reivindicada pelos teóricos do afastamento. De acordo com os autores, os fundamentos da nova teoria acarretam a ideia de que:

(...) excepto por inevitáveis mudanças em termos de biologia e saúde, as pessoas idosas seguem sendo as mesmas pessoas que foram na meia-idade, com, essencialmente, as mesmas necessidades psicológicas e sociais. Sob tal perspectiva, a diminuição da interação social que caracteriza a velhice, resulta da retirada das pessoas idosas pela sociedade; e a redução das interações ocorre contra o desejo da maioria de homens e mulheres envelhecidos. A pessoa idosa que age de forma plena é aquela que permanece ativa e que consegue resistir ao encolhimento de seu mundo social. Ela mantém as atividades da meia-idade tanto quanto o possível e então encontra substitutos para as atividades as quais foi forçada a abandonar; substitutos para pessoas amadas e amigos que morreram. (Idem, p.281)³³

Havighurst e Neugarten recorreram a uma ampla gama de pesquisas³⁴ com a finalidade de confirmar e mensurar os pressupostos de que o envelhecimento pode ser um processo socialmente ativo e positivo. Destacam-se, entre suas inúmeras contribuições, estudos empíricos correlacionando estruturas de personalidade, escalas de engajamento e níveis de satisfação com a vida³⁵.

Havighurst, de igual forma, colaborou intensamente para que se estabelecesse na gerontologia a perspectiva do *envelhecimento bem-sucedido*. Ele observou que o objeto primário da teoria da atividade seria o processo do envelhecimento e seus efeitos sobre o corpo, sobre o ambiente social e sobre a personalidade; ainda assim, os constructos teóricos obtidos teriam implicações sobre a teoria do envelhecimento bem sucedido. Neste sentido, em *Successful Aging* (1961), Havighurst ressalta que:

A teoria da atividade é favorecida pela maioria dos que exercem a gerontologia na prática. Eles acreditam que as pessoas deveriam manter as atividades e atitudes da meia-idade tanto quanto possível, e, em seguida, encontrar substitutos para as atividades das quais elas deveriam desistir do trabalho quando forçados a se aposentar, dos clubes e associações, dos amigos e das pessoas amadas que faleceram.³⁶(Havighurst, 1961, p.1)

³³ Tradução nossa.

³⁴ Entre eles, os Estudos de Kansas City que foram utilizados por Cumming e Henry na formulação da teoria do desengajamento (Doll et al, 2007, p.10)

³⁵ Segundo Doll et al (2007), a teoria experimentou novas formulações após os trabalhos iniciais de Havighurst. Os autores citam as pesquisas de Lemon, Bengtson e Peterson (1972), reaplicadas na década seguinte por Longino e Kart (1982) e os estudos de McClelland (1982) que “(...)realizou trabalhos buscando ampliar a teoria, explicando a adaptação ao processo de envelhecimento como uma integração com a teoria da subcultura do envelhecimento, já afirmada por Arnold Rose nos anos 60.”

³⁶ Tradução nossa.

Na transição da meia-idade para a velhice, determinados papéis seriam substituídos por outros no intuito de se conservar a funcionalidade dos indivíduos. Esse atributo da teoria, ao contrário do que vimos em Atchley, identifica no envelhecimento um processo voltado para o equilíbrio; com efeito, conseguindo ou não, o indivíduo idoso, na teoria da atividade, atrevese, ao menos, a fazer de seus dias um transcurso bem sucedido. Dentre essa peculiaridade e, também, outras, cabe destacar os impactos da teoria da atividade no âmbito das políticas públicas e das mudanças comportamentais dos próprios idosos. Conforme observaram Doll et al:

A teoria da atividade, a partir da sua formulação, influenciou comportamentos de pessoas mais velhas e também contribuiu para o surgimento de políticas públicas nos anos 70, permitindo maior flexibilidade para o surgimento de movimentos sociais, centros de lazer e da educação não-formal para adultos maduros e idosos (SIQUEIRA, 2002; BEARON,1996). (Doll et al, 2007, p.12)

Abordaremos, na seção seguinte, a questão do bem-estar na velhice enquanto fator subjetivo e decorrência direta das mais distintas formas de engajamento social.

2.5 O envelhecimento sob a perspectiva do bem-estar

Sobretudo, desde a década de 1940³⁷, profissionais de ciências humanas se esforçam em compreender as mudanças trazidas pelo envelhecimento no tocante a necessidades, predisposições, capacidades e oportunidades da pessoa idosa. No intuito de reduzir os impactos decorrentes dessas alterações, psicólogos, sociólogos, antropólogos e economistas dedicaram-se ao estudo dos padrões de ajuste social desenvolvidos pelos idosos (Pollak & Heathers, 1993, p.36; Teixeira & Neri, 2008, p.82). O conceito de ajuste social em questão foi definido por Pollak e Heathers, sob duplo aspecto, como:

(...) por um lado, os empenhos de um indivíduo para atender a suas necessidades pessoais e para corresponder às expectativas de outros e, por outro, os esforços dos grupos para fornecer melhores oportunidades de satisfação de necessidades em massa. (Pollak & Heather, 1993, p.36).³⁸

³⁷ “Na sociedade ocidental, a busca pelo significado de envelhecimento bem-sucedido começou em 1944, ano em que o American Social Science Research Council estabeleceu o Committee on Social Adjustment to Old Age (Torres, 1999). Além de iniciar a discussão sobre a definição do conceito, o trabalho realizado por esse comitê resultou no desenvolvimento de instrumentos de medidas que correlacionaram o bem-estar subjetivo aos fatores autonomia, bem-estar psicológico, estratégias de enfrentamento e geratividade.”(Teixeira & Neri, 2008, pp.81 e 82)

³⁸ Tradução nossa

Nascia uma perspectiva sobre o envelhecimento baseada no bem estar, parâmetro que, para além da abordagem usual dos processos senescentes e da esperança de vida, também, ponderava a influência subjetiva do indivíduo idoso na avaliação da senectude (Teixeira & Neri, 2008, p.91). O novo critério, integrando elementos objetivos e percepções, decorreu de sucessivas mudanças na compreensão histórica do envelhecimento ao longo do século passado. Conforme nos descreveu Ribeiro:

Quando a luta por uma perspectiva mais positiva da velhice começou a ganhar forças, verificou-se uma divisão dos estudiosos em gerontologia que mantinha de um lado os defensores da velhice como uma fase de perdas e de outro os novos argumentos sobre este período com possibilidade da manutenção do engajamento ativo com a vida. Na instância política, a dicotomia de atitudes sobre a velhice e a pessoa idosa sustentaram planos de intervenção que objetivavam assistir a uma camada populacional ora vista como dependente e causadora de problemas sociais e ora entendida como grupo que precisava de oportunidades para garantir seu potencial econômico e de inserção social. A partir do século XX, são fortemente combatidas as atitudes de vulnerabilidade e incapacidade da população idosa e surgem as defesas de que este grupo populacional pode manter-se ativo e representa fonte de benefícios para a sociedade como um todo (Camarano & Pasinato, 2004). Propostas que defendiam o envelhecimento saudável associado a ausência de doenças foram substituídas por conceitos que se aproximavam das concepções mais amplas de saúde. (...) (Ribeiro, 2015, p3)

A nova orientação direcionada ao envelhecimento foi desenvolvida por inúmeros autores e recebeu diversas designações³⁹. Destacaremos aqui três delas: o *envelhecimento saudável*, o *envelhecimento ativo* e o *envelhecimento bem sucedido*.

Segundo a perspectiva do ciclo vital (life-span theory)⁴⁰, o *envelhecimento saudável* parte da ideia de que o "indivíduo preserva seu potencial de desenvolvimento durante todo o curso da vida (P.B. Baltes & M.M. Baltes, 1990), havendo um equilíbrio entre suas limitações e potencialidades, as quais podem ser otimizadas por meio de intervenções" (Scoralick-Lempke & Barbosa, 2012,p.2). Para Mariana Almeida, o termo encontra-se bastante presente na literatura mundial, todavia carecendo de especificação ou clareza conceitual. A autora também critica as limitações da visão biomédica na qual ele foi concebido: "(...) Ainda assim este modelo ilustra o que será a principal limitação da abordagem biomédica tradicional: orientada para uma visão do envelhecimento como um problema, centrada na doença, na dependência e

³⁹ "Discute-se também qual seria o termo adequado para designar essa condição, pois, no final da década de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) substituiu a expressão envelhecimento saudável por envelhecimento ativo, definindo o processo como "otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas" (p. 13). Entretanto, vários descritores são utilizados para se referir ao mesmo conceito na literatura, incluindo bem-sucedido, produtivo, saudável e robusto (Fried, Freedman, Endres, & Wasik, 1997; Lupien & Wan, 2004; Phelan & Larson, 2002; Ramos, 2003; Rowe & Kahn, 1997) (Teixeira & Neri, 2008, p. 82)

⁴⁰

na morte, é pouco promissora para uma compreensão e intervenção abrangentes.” (Almeida, 2007, p.18). Em 1999, a OMS abandonou a terminologia em questão e passou a utilizar a ideia de “envelhecimento ativo” por compreender que “(...) as políticas e programas que promovem saúde mental e relações sociais são tão importantes quanto aquelas que melhoram as condições físicas de saúde.” (OMS, 2005, p.13).

A Organização Mundial de Saúde define o *envelhecimento ativo* como “(...) o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.” (Idem, p.13). Em sua dimensão ativa, o envelhecimento deve reivindicar o engajamento da pessoa idosa em áreas diversificadas, não mais se limitando à atividade física e ao mundo laboral; assim, o desenvolvimento da vida social em suas inúmeras instâncias deve contar com o aporte de idosos aposentados ou limitados por doenças ou condições incapacitantes. Deve, de igual forma, reiterar o papel do bem-estar ao longo da vida, assegurando proteção quando cuidados específicos se fizerem necessários. A concepção de saúde se amplia no envelhecimento ativo, abrangendo as mais diversas manifestações de bem-estar e a participação social.

Apesar de seu amplo alcance e de sua fundamentação multidimensional, uma das críticas dirigidas ao conceito diz respeito ao fato dele, nos termos empregados por Almeida, “tender a perder-se facilmente nas apropriações mais usuais do termo (ativo), que o circunscrevem a questões como o exercício físico ou o prolongamento das actividades produtivas.” (Almeida, 2007, p.20).

A noção de *envelhecimento bem sucedido* inaugura a ingresso da percepção nos estudos multidimensionais sobre a ancianidade, tornando-se na acepção de Neri e Teixeira, “um conceito central da gerontologia” (Teixeira & Neri, 2008, p.82). Uma ampla gama de autores vem desenvolvendo e testando seus pressupostos desde a segunda metade do século passado, tendo a ideia se originado em 1987 com John W. Rowe e Robert Kahn (Almeida, 2007, p.20; Teixeira & Neri, 2008, p.82). À procura de determinantes que permitissem explicar o porquê de certos indivíduos idosos apresentarem condições psicológicas, sociais e físicas superiores à média do segmento, os autores supramencionados dividiram o envelhecimento não patológico em duas categorias, o *típico* e o *bem sucedido*. “Definimos o envelhecimento bem-sucedido a partir de três componentes principais: baixa probabilidade de doença e incapacidade relacionada à doença, alta capacidade funcional cognitiva e física e engajamento ativo com a vida. (...)”⁴¹ (Rowe & Khan, 1997, p.433). Também estabeleceram certa hierarquia entre os

⁴¹ Tradução nossa

componentes: a ausência de patologias e a manutenção das capacidades funcionais dependem do envolvimento social para que realmente o envelhecimento prossiga da melhor forma. Igualmente, constataram uma dimensão potencial a ser ressaltada em cada um dos três componentes decisivos: baixo fator de risco para doenças, potencial para atividade gerado pela boa disposição física e cognitiva; e capacidade para criar valor social através das interações pessoais (idem, pp.433-434). A análise dos fatores de risco, as variações intraindividuais, a abordagem de preditores funcionais físicos e cognitivos, as relações sociais, o engajamento, o mundo produtivo, as variáveis educacionais, foram alguns dos temas discutidos por Rowe e Kahn a partir de estudos multidimensionais, em especial, as pesquisas patrocinadas pela Mac Arthur Foundation. De tais investigações foram construídos bancos de dados interdisciplinares dirigidos ao aumento da resiliência e à redução dos riscos enfrentados pelos idosos. Apesar da genética e dos processos senescentes dela derivados, Rowe e Kahn concluíram que, com o avançar do envelhecimento, fatores ambientais e atitudes mostravam-se muito mais influentes na prevenção dos riscos: “Muitos dos preditores de risco voltados para níveis de funcionalidade e de atividade parecem ser potencialmente alteráveis, seja por indivíduos ou pelas mudanças em seus ambientes imediatos” (Ibidem, p.439), escreveram eles.

Em seu artigo de revisão temática, *Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida* (2008), Teixeira e Neri discutem os problemas de definição que envolvem a formulação criada por Rowe e Kahn, também analisando o conceito em questão a partir da perspectiva biomédica, psicossocial, cultural e da chamada *abordagem integrada*. Concluíram não haver definição consensual para o termo, a começar pelos problemas decorrentes da concepção individual e subjetiva de bem estar. De igual maneira, ressaltaram o peso das diferenças socio-culturais e a natureza multidimensional do envelhecimento. Ao fim, as autoras compreendem que o termo exige uma perspectiva onde dados objetivos e percepções pessoais estejam integrados, concebendo o envelhecimento bem sucedido como “um princípio organizacional para alcance de metas, que ultrapassa a objetividade da saúde física, expandindo-se em um *continuum* multidimensional. A ênfase recai sobre a percepção pessoal das possibilidades de adaptação às mudanças advindas do envelhecimento e condições associadas.” (Idem, p.91).

2.6 Envelhecimento e participação social

Ainda que não exista uma relação natural, determinística e inexorável entre a velhice e a diminuição progressiva da participação social, como pudemos observar nas seções acima,

uma multiplicidade de fatores decorrentes do envelhecimento pode, de fato, colaborar para a ocorrência do desengajamento social, a saber:

a) A diminuição das reservas funcionais resultante dos processos senescentes, limita, de forma progressiva, todos os sistemas corpóreos. O avanço da idade cronológica é acompanhado pelo decréscimo de atividade, de modo que a disposição física, a mobilidade, e as capacidades sensoriais se mostram progressivamente comprometidas. Mesmo que consideradas as variações funcionais de indivíduo para indivíduo, esses processos impactariam diretamente a dimensão social, prejudicando as ações, os contatos e as interações interindividuais.

b) O impacto do envelhecimento biológico sobre o sistema nervoso é igualmente comprometedor. Despontam alterações comportamentais, tendo como ponto de partida déficits na memória, no aprendizado e nas habilidades comunicativas. Somam-se a isto, os transtornos psicológicos e as demências, de modo que as consequências deste processo sobre as habilidades sociais, cognitivas e agenciais podem reduzir significativamente a dimensão psicossocial do indivíduo (o que faria decrescer ainda mais a interação social).

c) Patologias próprias à senilidade incrementariam os déficits descritos nas constatações *a* e *b*.

d) Condições psicológicas prévias como determinados tipos de personalidade exerceriam impacto significativo sobre a qualidade da senectude. Estudos realizados por Havighurst e Neugarten nos anos 1960 identificaram um tipo específico de personalidade com baixo desempenho nas escalas de medição qualitativa do envelhecimento. Tais pessoas, chamadas de *não integradas*, apresentariam prejuízo das funções intelectuais e perceptivas, baixo controle dos impulsos e do ego, além de evidente desequilíbrio entre os elementos racionais e emocionais constitutivos da personalidade (Havighurst, Neugarten e Tobin, 1964, p.281).

e) A perda de status na senectude seria um dos traços das sociedades modernas em razão de transformações advindas da transição demográfica. Nas sociedades agrárias e pastoris, ao envelhecer, os indivíduos preservariam bens materiais como a terra e o gado, e continuariam a influenciar as decisões políticas, familiares e culturais por meio da tradição e de estruturas gerontocráticas. Não obstante, nas sociedades modernas, fatores como as políticas previdenciárias, o advento da tecnologia e os sistemas educacionais reduziram significativamente o poder dos idosos. Apesar do aumento da longevidade, as pessoas mais

velhas se encontrariam desprestigiadas diante das mais jovens uma vez que essas últimas ocupariam maior papel decisório no âmbito do trabalho, da cultura e da própria família (Cowgil & Holmes, 1972; Cowgil 1981).

f) Em comparação às pessoas de meia-idade, os idosos teriam menor necessidade de prestígio e maior necessidade de suporte social e afetivo, o que explicaria a redução de suas redes sociais e a formação de laços pessoais mais restritos e emocionalmente mais significativos (Donnelly & Hinterlong, 2010; Huxold et al, 2013, Kim et Al, 2013 apud. Neri & Pinto, pp.270-271). Mudanças de ordem motivacional também explicariam a opção pelo desenvolvimento de novas atividades durante a velhice, e, dentre essas, aquelas com menor grau de engajamento social.

g) A opressão social causada por estigmas e representações culturais negativas da velhice. Muitos estudos antropológicos brasileiros⁴² se concentraram sobre as dificuldades enfrentadas no envelhecimento. Guita Debert analisou a permanente vigilância estética que se impõem sobre os idosos: “(...) nesse novo ideário, a subjugação do corpo através das rotinas de manutenção corporal é a precondição para a conquista de uma aparência mais aceitável, para a liberação da capacidade expressiva do corpo.” Como consequência desta inadequação, se originariam estigmas relativos ao corpo envelhecido: “(...) As rugas ou a flacidez transformam-se em indícios de lassitude moral e devem ser tratadas com a ajuda dos cosméticos, da ginástica, das vitaminas, da indústria do rejuvenescimento” (Debert, 1997, p.5). A autora também destacou o impacto do estigma da morte nas sociedades modernas: “ (...) A proximidade da morte faz, também, com que não sejam criadas identificações sociais com os mais velhos, daí seu isolamento que, somado às mudanças e perdas de status e de poder, fazem da combinação

⁴² Como vimos nas seções anteriores, o processo de envelhecimento apresenta características biológicas e funcionais comuns a todas as sociedades. Todavia, a depender do contexto histórico-social e das redes simbólicas de interpretação nele presentes, os sinais senescentes podem assumir múltiplos significados. A especialidade dos estudos antropológicos consiste, em primeiro momento, na investigação de tais particularismos. Conforme a explanação de Firmo, Lima-Costa e Minayo: “Os estudos antropológicos demonstram que a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice não constituem propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário: o processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social. Como lembram Ariès (1981) e Elias (1990), essas fronteiras e suas apropriações simbólicas não são iguais em todas as sociedades nem na mesma sociedade, em momentos históricos diferenciados – nem num mesmo tempo, para todas as classes, todos os segmentos e gêneros. (Firmo, Lima-Costa & Minayo, 2002, p.16). Por outro lado, em um segundo momento, cabe à antropologia identificar, a partir da diversidade dos fenômenos culturais, elementos comuns a todas as sociedades. Relacionando as considerações acima ao envelhecimento, nos escreve Guita Grin Debert: “Não está ausente da pesquisa antropológica a busca de universais por trás das complexas elaborações específicas a determinadas culturas. Ou seja, a tentativa de descobrir, com base nas descrições da vida cotidiana em diferentes sociedades, o que haveria de comum em todas elas e que, portanto, poderia ser considerado inevitável na situação dos velhos e no tratamento da velhice, independentemente das variações culturais. (Debert, 1994, p.12)”

velhice-morte um tabu social. (...)" (idem, p.16). Outros autores focaram questões decorrentes do sistema econômico. A aposentadoria, por exemplo, reforçaria estigmas relativos à saída do mundo produtivo e à incapacidade para o trabalho. Myrian M. Lins de Barros, em seu artigo voltado à trajetória de estudos sobre o envelhecimento no Brasil, expõe o problema: “(...) Apesar da aposentadoria ser um direito reconhecido e muitas vezes desejado, o indivíduo aposentado é visto como um improdutivo, como aquele que não tem mais serventia para o trabalho. (...)” (Lins e Barros, 2006, p.121). A valorização extremada da juventude, uma obsessão das sociedades contemporâneas, gera comportamentos de repugnância ao envelhecimento. Nas palavras de Flavia Turino Ferreira:” (...)O medo do envelhecimento está pondo em andamento uma subjetivação na qual o lema do ‘eternamente jovem’ tornou-se um ideal da maioria. Ser jovem seria como capturar e cristalizar um tempo que é considerado como ‘os melhores anos da vida’, pois produz o efeito de prolongamento da existência. (...)” (Ferreira, 2010, p.120)

h) Ausência ou funcionamento precário de instituições formais voltadas para o segmento dos idosos, a exemplo de entidades governamentais e da sociedade civil, políticas públicas específicas, legislações e instâncias de participação (Debert & Oliveira, 2016).

i) Capital social negativo, caracterizado por um ambiente de baixa confiança insitucional, em que as ações participativas coletivas são escassas e não redundam no empoderamento dos idosos (Putnan, 2000).

A despeito dos fatores de desengajamento citados nos tópicos acima, a participação social no envelhecimento é um fenômeno mais que possível, manifestando-se, mesmo, como um fato histórico e atual. Nas seções anteriores vimos que ela pode ocorrer de forma contínua e ativa, ora mantendo padrões de ação iniciados na idade adulta, ora em substituição a antigos papéis sociais que emergem na forma de novas atividades. Vimos, igualmente, que o incremento do engajamento e da participação sociais provoca maior bem estar na velhice.

Todavia, cabem ponderações. Considerando que a marcha da senescência, sobretudo nas idades mais avançadas, resulta em diminuição das reservas funcionais, a participação social, que, a seu turno, envolve um complexo de atividades diferenciadas, precisa ser adaptada ao progresso das limitações senescentes. Donde se conclui que:

- i. No envelhecimento, a participação social concorre com o desengajamento social: são processos simultâneos e concomitantes;
- ii. A otimização da participação social no envelhecimento demanda uma luta individual contra os efeitos da senescência; sob tal aspecto, a participação torna-se, igualmente, um fator de empoderamento para a obtenção de saúde e bem estar;
- iii. Tendo em face que a tentativa de se preservar o mesmo grau de intensidade das atividades ocorridas na idade adulta pode acelerar os efeitos prejudiciais da senescência, a participação social no envelhecimento tende a ser ponderada e adaptada;
- iv. No envelhecimento, se ampliam as limitações físicas e mentais da pessoa, aumentando a dependência dos cuidados familiares ou institucionais. Com efeito, os padrões de participação social tendem a se tornar menos autônomos e mais mediatizados por terceiros.

2.7 Considerações sobre a participação social dos idosos no Brasil

A participação social dos idosos no Brasil, sobretudo nos dias atuais, ocorre de formas incontáveis e diversas, envolvendo todas as esferas sociais e um largo espectro de instituições. As ações participativas variam em conformidade à natureza heterogênea da população idosa brasileira⁴³. Contudo, a fim de se evitar uma longa descrição de iniciativas difusas e pulverizadas, aqui, dimensionaremos a participação social dos idosos brasileiros a partir de três características: a) expressão histórica; b) ação diretamente relacionada ao envelhecimento; c) dimensão coletiva. Conforme os critérios adotados, destacamos três tipos de ação participativa dos idosos no Brasil: *As associações de aposentados e pensionistas* (bem como, as respectivas lutas históricas dessas entidades), as *Universidades da Terceira Idade* (UTIs) e os *Conselhos Representativos dos Idosos*. Apesar de compartilharem os critérios elencados, cabe salientarmos

⁴³ Da Motta ressalta a diversidade dos idosos brasileiros em seus cortes de sexo, classe social e gênero: "os idosos respondem e também se movimentam, estão em toda parte, agarram-se a todas as propostas. Entretanto, fazem isso, não num sentido de grupo etário internamente indiferenciado, homogêneo abstrato, 'subcultura' à moda dos anos 40/50, agem como coletivo etário ou geracional, portanto, específico, segundo diferenciações sociais, heterogeneidades constitutivas, segundo as quais todos sempre viveram enquanto indivíduos de diferentes sexos/gêneros, de diferentes classes sociais e etnias." (Da Motta, 1999, p.19)

que as três experiências escolhidas para ilustrar esta seção, são completamente desiguais entre si em termos de demandas, contexto e resultado obtidos.

2.7.1 Os movimentos de pensionistas e aposentados

Interessante constatarmos que o mais expressivo dos movimentos de participação social coletiva dos idosos brasileiros esteja relacionado ao encerramento da vida economicamente produtiva. O fenômeno, por si só, pode ser interpretado como fator de forte desengajamento. Todavia, foram as demandas e as dificuldades por ele geradas nas duas últimas décadas do século passado que causaram os mais notáveis movimentos de empoderamento de idosos já vistos na história das lutas sociais brasileiras.

O fenômeno da aposentadoria e seus impactos sociais no envelhecimento é objeto de diversas análises gerontológicas. Siqueira et al chamam de *economicista* esta tendência de estudo e assim a definem:

Nessa perspectiva, as investigações preocupam-se em situar o lugar dos velhos na estrutura social produtiva, centrando as análises na questão da ruptura com o mundo produtivo do mercado de trabalho, especificamente, na questão da aposentadoria. Nesse momento, a velhice passa a ser delimitada não mais pelas transformações fisiológicas, mas por um advento social, a aposentadoria, na qual o indivíduo passa pela transposição da categoria de trabalhador para ex-trabalhador; de produtivo para improdutivo; de cidadão ativo para inativo. Observa-se um processo de generalização da aposentadoria, que, de acordo com Salgado (1997), (...) *cria um princípio de identidade para a velhice, definindo esse tempo da vida pela inatividade.* (Siqueira et al, 2002, p4)

Tal perspectiva, em geral, encontra-se também vinculada à abordagem dos problemas gerados pelo modo de produção capitalista no Brasil. A obra de Eclea Bosi, *Memória e Sociedade-Lembrança de Velhos*, é um marco neste sentido.

Bosi considera a sociedade industrial um mal para a velhice. Idosos experimentam todos os principais conflitos que a ela são característicos: a exploração econômica e o conflito de classes, a exploração econômica e o conflito entre ser humano e natureza. Afora isso, o estresse das relações de trabalho desumanas, como no caso das linhas de montagem tayloristas, ao longo da vida produtiva, diminui drasticamente as chances de uma velhice saudável. Bosi cita o exemplo da senilidade como uma das inúmeras doenças demenciais geradas pelo capitalismo. O acúmulo de bens é a única maneira do idoso se defender, uma vez que sua exclusão do processo produtivo é tida como algo mortal. Aposentar-se, na grande parte dos casos, significa viver socialmente de forma despojada.

Apesar das fortes críticas dirigidas a maneira como os adultos atuais tratam os idosos (infantilização, isolamento, falsidade), Bosi considera os conflitos de classe muito piores para os mais velhos do que os conflitos geracionais. O idoso sucumbe enquanto vítima passiva de um sistema de valores atroz, perpetuado graças aos meios de produção e às instituições que administram esse último. A produção de valores própria das políticas da memória é exercida de forma unipolar pelas classes dominantes, se impondo sobre os subalternos de forma radical, ou seja, difundindo-se de cima para baixo à semelhança de uma árvore. Na visão da autora, o idoso, em contraposição a outros segmentos minoritários, a exemplo das mulheres e negros, não possui condições de se defender. Sua proteção depende da intervenção de outros segmentos.

Memória e Sociedade-Lembrança de Velhos foi publicado em 1979 e escrito em um contexto de repressão aos movimentos sociais, algo que, eventualmente, pode explicar a ênfase dada pela obra aos aspectos passivos da senectude. Por sua vez, os eventos ocorridos nas décadas seguintes revelariam um perfil bastante diferente de idoso brasileiro, caracterizado por seu surpreendente poder de defesa, resistência e organização.

Como dissemos no início desta seção, sob a perspectiva do engajamento cívico e coletivo, a participação social dos idosos brasileiros tornou-se expressiva nas últimas décadas do século passado com o despontar de movimentos nacionais ligados à luta por melhorias previdenciárias. As primeiras associações de aposentados despontam na segunda metade do século passado⁴⁴, em especial, após a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS, Lei no 3.807/60) em 1960, que, ao dar continuidade ao processo de padronização das leis previdenciárias iniciado com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), permitiu uma maior integração das diversas categorias de aposentados. Joice Souza Costa assim descreve as etapas iniciais desse movimento:

Nesse período a organização do movimento do segmento idoso se dava por meio das uniões dos aposentados e pensionistas que se firmaram em associações, dado o grau de violações de direitos e de complexidade da realidade do grupo idoso. (Costa, 2015, p.88)

⁴⁴Observa-se que em anos anteriores, o modelo previdenciário dos IAPS (Institutos de Aposentadorias e Pensões) não possibilitava maior integração entre as diversas categorias de aposentados. Simões observa que “(...)a grosso modo, pode-se dizer que, de 1930 a 1964, as reivindicações dos segurados da Previdência eram segmentadas por categoria, sendo as categorias profissionais mais organizadas como bancários, ferroviários, marítimos, as que obtinham os melhores benefícios, devido à influência de suas lideranças sindicais junto aos institutos de aposentadoria e pensões (IAPS), que geriam recursos políticos importantes.”(Simões, 2006, apud Costa, 2015, p.88)

No decorrer do governo militar, apesar da forte repressão que desarticulou movimentos sociais organizados como associações e sindicatos, a população idosa obteve algumas conquistas. Em 1966 criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Na década seguinte, no ano de 1974, através da Lei 6.036, o desmembramento do Ministério do Trabalho e da Assistência Social originou o Ministério da Previdência Social; ainda em mesmo ano, com a assinatura da portaria número 82 de 4 de julho, se instituiu a assistência contínua aos idosos por meio da Renda Mensal Vitalícia.

Todavia, segundo Cláudio Salm (Salm, 1984 apud. Coutrim, 1998, p.76), se por um lado o modelo previdenciário estabelecido no regime militar unificou categorias e universalizou a previdência, ampliando significativamente o atendimento aos inativos, por outro, o mesmo modelo não investiu na capitalização dos recursos arrecadados, conseqüentemente conduzindo o sistema ao colapso e à precarização na década de 1980. Nas palavras de Coutrim:

Os aposentados sofreram nos anos 80 verdadeiros golpes em seus cálculos de aposentadoria e reajustes. Por se constituir na categoria mais desorganizada e com baixo poder de reivindicação, o governo lançou mão dos recursos da previdência para cobrir outros setores mais defasados. (Idem, p.77)

O ressurgimento dos movimentos sociais na primeira metade dos anos 1980, caracterizou o abrandamento das restrições políticas impostas pelo regime militar. Marcado por forte recessão econômica e grandes perdas sociais, sobretudo para o segmento dos trabalhadores inativos, despontaram nesse período inúmeras organizações, dentre elas as associações e federações de aposentados. Segundo Eneida Haddad:

A década de 80 assistiu ao aumento do número de associações e federações de aposentados e pensionistas. Em 1985, com a criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, o Movimento de Aposentados e Pensionistas ganhou grande visibilidade, tendo-se constituído no segundo maior lobby, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987-1988, perdendo somente para os ruralistas. Reagindo às formas autoritárias e de repressão política, indo além das reivindicações por melhoria de proventos, isto é, encaminhando propostas que questionavam o modelo econômico, o Movimento foi portador de elementos que despertaram, nos aposentados e pensionistas, a consciência dos seus direitos e o espírito de cidadania. (Haddad, 2003, pp.113-114)

Ainda conforme a autora, no IX Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas, ocorrido nos dias 13 a 16 de Outubro de 1985, em Curitiba, nasceu a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), instituição que viria a unificar a ação de inúmeros coletivos de aposentados dispersos em todo território nacional, sobretudo no Sudeste (Haddad, 2001, apud. Alves, 2015, p.3).

As primeiras atividades de visibilidade nacional da COBAP se iniciaram logo após sua fundação. A partir da Lei 7.604/84 que assegurava o reajuste de benefícios previdenciários defasados desde 1979, a Confederação exerceu intensa atuação jurídica contra a União. Sucessivas ações coletivas foram impetradas, assegurando a milhares de aposentados a recuperação total ou parcial de prejuízos financeiros acumulados desde o final dos anos 1970.

Em sequência, a COBAP marcou forte presença na Assembleia Nacional Constituinte. Pautados em propostas discutidas nos congressos nacionais da entidade ocorridos em 1986 e 1987, seus membros tiveram papel preponderante na elaboração das propostas securitárias formalizadas na Carta Magna de 1988. Conforme nos descreveu em seu artigo, *Movimento de Aposentados e Ação Coletiva em 1991*, Carla Maria Lobato Alves “(...) Através deste e de outros repertórios de confronto, os aposentados conquistaram algumas de suas reivindicações no capítulo da Constituição referente à Seguridade Social, mais especificamente nos artigos 194, 201, 202 e 203, que regulamentariam, a partir de então, as aposentadorias e pensões no Brasil.” (idem, p.4).

Em 1989, os aposentados se viram ameaçados pela Medida Provisória nº 93 editada pelo governo Sarney, medida que estabelecia o aumento das alíquotas de contribuição e desvinculava o salário mínimo dos benefícios previdenciários. A COBAP mobilizou federações e associações de aposentados e pensionistas de todo Brasil, estimulando o envio de cartas e telegramas para as casas legislativas estaduais e para o Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, promoveu atos públicos no Rio de Janeiro e em São Paulo, culminando suas atividades na organização de caravanas de aposentados cujo objetivo seria o de protestar em Brasília na ocasião em que votassem a MP 93. Em setembro do mesmo ano, a Confederação obteve sua vitória com a derrubada da medida provisória no Congresso. O ano de 1989 pode ser considerado o prenúncio das históricas mobilizações de idosos que seriam vistas dois anos depois.

Em 1991 ocorreria a atuação mais expressiva da entidade em uma série de mobilizações que marcariam a história da participação social dos idosos brasileiros. Naquele ano, o salário mínimo foi reajustado em 147%, um valor muito superior ao do ajuste dos benefícios previdenciários, que atingiram o patamar de 54,6%. O artigo nº216 da Lei 8.123 promulgada pelo então presidente Fernando Collor de Melo em julho de 1991, novamente, desvinculava os aumentos das aposentadorias do aumento do salário mínimo.

A princípio, os aposentados priorizaram medidas judiciais e as mobilizações nas ruas foram tímidas. Contudo, a medida em que as ações legais conseguiam vitórias parciais e revezes

nas mais diversas instâncias judiciárias, os protestos coletivos foram se intensificando e multiplicando em todo o território brasileiro. Em janeiro de 1992, a tentativa de interdição da Ponte Hercílio Luz por um grupo de idosos do interior catarinense faria o movimento se tornar destaque na imprensa nacional. Alves narrou o incidente em detalhes:

No caso da mobilização pelos 147%, o choque violento somente existiu em uma passeata ocorrida em Florianópolis, Santa Catarina (SC), no dia 28 de janeiro de 1992. Naquela data, aposentados vindos da cidade de Criciúma (SC) decidiram interditar a Ponte Hercílio Luz, uma das principais vias da capital catarinense, como forma de protesto. Entretanto, foram impedidos pela polícia militar, que os atacou com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Muitos deles foram feridos e dois precisaram ser hospitalizados. O caso mais grave foi do Sr. Quintino Cechinel, mineiro aposentado, então com 70 anos de idade, que teve o queixo cortado com uma coronhada desferida por um policial. No dia seguinte, jornais de todo o país exibiam a cena de um “senhor de cabelos brancos, camisa aberta e sangue escorrendo pelo pescoço e peito, amparado por outros senhores” (Simões, 2000, p. 225). (Alves, 2015, p.8)

Os eventos subsequentes revelaram uma articulação de táticas diferenciadas. Com a divulgação do incidente em Santa Catarina nos jornais impressos e redes de televisão, novas passeatas e comícios despontaram em inúmeros estados e municípios, com destaque para as capitais estaduais. Ruas foram interditadas e ônibus parados. Afora isso, os aposentados e pensionistas formaram filas em bancos e agências previdenciárias, ameaçando a ocupação desses estabelecimentos. Caravanas em direção à Brasília e acampamentos foram programados. No plano jurídico, a COBAP e outras associações menores, deram continuidade ao combate jurídico nos tribunais regionais, conquistando vitórias localizadas. Em 1991, a Associação de Aposentados de Brasília e os Metalúrgicos Aposentados de São Paulo impetraram ação no STF favorável ao reajuste dos 147% para todos os inativos. Recorrendo ao envio massivo de correspondências, a COBAP aumentou sua pressão sobre a sociedade. A opinião pública tornou-se amplamente favorável e a imprensa se debruçou sobre o movimento destacando a força dos idosos. (Alves, 2015, pp. 5-12). Nas palavras de Da Motta, “(a) imprensa documentou abundantemente essa trajetória até alcançar o registro histórico, pela Folha de S. Paulo, em 1992, de que a vanguarda política do País, naquele momento, era constituída pelos idosos.” (Da Motta, 1999, p.28).

A batalha durou até 1992, quando, finalmente, o STF deu parecer favorável à causa. Em sequência, o governo federal pagou o reajuste em doze parcelas mensais, iniciadas em novembro daquele mesmo ano.

A relevância das mobilizações de pensionistas e aposentados ocorridas no início da década de 1990, definitivamente, repousa no fato de que elas derrubaram o estereótipo do idoso

visto como vítima passiva e indefesa das injustiças sociais. Revelaram o poder agencial de seus participantes, manifesto na criação e na articulação de táticas muito distintas entre si. Nelas se percebeu, a utilização de um longo capital social acumulado pela tradição sindicalista brasileira (Alves, 2015, pp.8 e12), bem como, a capacidade das questões relativas aos idosos serem abraçadas pelo conjunto da sociedade, a despeito de limites e conflitos geracionais. Não há outro exemplo mais significativo de empoderamento coletivo de idosos na história do Brasil.

2.7.2 As Universidades da Terceira Idade (UTIs)

Embora não seja uma iniciativa originária do Brasil, as Universidades da Terceira Idade (UTIs) se tornaram um ponto de referência em termos de produção de saber e bem estar para a população idosa brasileira⁴⁵. Em geral, se caracterizam por cursos livres, programas e atividades efetuados com recursos oferecidos por instituições de ensino universitário. Suas metas se destacam pela promoção do envelhecimento ativo, com ênfase na socialização, na educação permanente, na pesquisa⁴⁶ e na promoção da saúde. Neste sentido, o empoderamento proporcionado por essas experiências traz benefícios psicológicos e sociais diversos. No trecho a seguir, Veras e Caldas (2004) descrevem as contribuições potenciais dos programas de terceira idade no Brasil a partir das observações de Lucia Terezinha Saccomori Palma:

A partir da década de 1990, ainda segundo Palma (2000), multiplicam-se os programas voltados para idosos em universidades brasileiras. Estes programas possuem as denominações e seguem os modelos os mais diversos, mas têm propósitos comuns, como o de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a auto-estima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a auto-expressão e a reinserção social em busca de uma velhice bem-sucedida. Nos dias atuais, instituições com estas características somam, em nosso país, mais de 150 unidades (Martins de Sá, 1999). (Veras & Caldas, 2004, p.429)

⁴⁵ Os Centros de Convivência municipais, onde as prefeituras implementam políticas de lazer, cultura e saúde para idosos, são iniciativas similares às Universidades da Terceira Idade. Todavia, atendem a uma parcela da população idosa mais pobre e suas atividades apresentam objetivos menos educacionais.

⁴⁶ Quanto à relação das UTIs com a pesquisa científica, escrevem Veras e Caldas: "Ainda segundo Peixoto (1997), cabe observar que, a partir dessa dinâmica, as UTIs elaboram uma programação baseada em três eixos: participação, autonomia e integração. Com isso, os estudantes passam de simples consumidores a produtores de conhecimento, na medida em que participam das pesquisas universitárias.

Os alunos da UTI vêm a desempenhar um papel ativo nas pesquisas universitárias em três níveis: a) pesquisas feitas **para** os idosos – para combater os efeitos do envelhecimento; b) pesquisas feitas **com** os idosos – em que estes mobilizam seus conhecimentos, criatividade, vontade, inteligência e memória. Privilegiam discussões em grupo; c) pesquisas feitas **pelos** estudantes idosos – quando os estudantes adquiriram o rigor científico, o espírito crítico e a solidez da reflexão que caracteriza o trabalho universitário, e desenvolvem, eles mesmos, seus protocolos de pesquisa" (Veras & Caldas, 2004, p.429).

As Universidades da Terceira Idade (UTIs) constituem uma importante fonte de capital social para os idosos, ainda que, atualmente, se restrinjam a uma parcela elitizada do segmento e não estejam diretamente ligadas a causas de engajamento cívico ou político. O progressivo aumento da população idosa brasileira só tem a contribuir para a expansão e para o aperfeiçoamento dessa iniciativa.

2.7.3 Os Conselhos de Idosos

Os conselhos são órgãos públicos, compostos paritariamente por representantes da sociedade civil e do governo. Em alguns casos, como nos conselhos de saúde, a composição é tripartite (entidades da sociedade civil (25%), governo (25%) e usuários do sistema de saúde (50%)). Em todos os três níveis de governo, constituem, legalmente, a forma mais direta de participação cidadã na execução das políticas públicas brasileiras, podendo-se em tese, concebê-los como uma forma direta de controle exercida pela sociedade. Entretanto, em termos reais, o poder efetivo de ação destas estruturas é bastante questionável. Há, inclusive quem as considere uma forma de enfraquecimento da democracia representativa (Martins, 2014; Nóbrega, 2014). No caso dos Conselhos de Idosos, a ineficácia das ações e a fragilidade funcional foram temas de alguns poucos estudos acadêmicos. Debert e Oliveira em seu artigo *Dilemas da democracia no Conselho do Idoso* (2016), comentam a respeito dessa limitação:

São poucas as pesquisas sobre os conselhos de idosos, e a tendência desses trabalhos é considerar que estes são espaços que em princípio possibilitam a participação dos mais velhos na definição das políticas públicas, dando a eles autonomia e autoridade para definir seus problemas e a forma de solucioná-los, enquanto oferecem, ao mesmo tempo, visibilidade à questão que passa a fazer parte da pauta pública. Contudo, todas as pesquisas tendem a indicar a fragilidade do funcionamento dessas instituições, e é justamente o caráter de alguns dos entraves importantes para a compreensão dos dilemas envolvidos nas práticas dos conselhos que interessa apontar neste capítulo. (Debert & Oliveira, 2016, p.521)

As autoras elencam e analisam as quatro principais obstáculos enfrentados pelos conselhos: a *ancoragem institucional frágil* (políticas do idoso implementadas à revelia dos conselhos, concorrência com outros organismos gestores de políticas públicas para os idosos e pouca influência dos conselhos na elaboração das políticas de estado voltadas para o idoso), a *ancoragem societária frágil* (composição híbrida dos membros, sobretudo entre os representantes idosos da sociedade civil), as *rotinas de trabalho burocratizadas* (que consomem boa parte do tempo dos conselhos em discussões referentes ao funcionamento

interno da entidade) e a *ambiguidade de narrativas sobre o envelhecimento* (a coexistência de visões contraditórias sobre o papel do idoso visto ora como ser ativo e empoderado, ora como ser passivo e fragilizado). Assim como o ocorrido noutros mecanismos de controle social, Debert e Oliveira também constataam que os conselhos do idoso enfrentam dificuldades relativas à sua autonomia financeira e funcional perante a exigências governamentais. Muitas vezes não apresentam uma estrutura mínima de funcionamento, noutras seguem submissos às demandas políticas dos governos locais.

Voltaremos a este debate quando abordarmos o *Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa de Mesquiza* (CMDPI) nos capítulos VI e VII da tese. Discutiremos alguns dos problemas detectados no caso mesquitense: a ausência de engajamento cívico genuíno, a imposição de rotinas governamentais sugerindo um falso empoderamento e o enorme distanciamento da sociedade civil. Veremos que os problemas enfrentados por esses mecanismos podem ser ainda mais graves que os descritos nos parágrafos acima.

CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

3.1 Crescimento da população idosa mundial

Nas últimas quatro décadas, ainda que por razões distintas e apresentando intensidade desigual⁴⁷, assistimos ao aumento progressivo da população idosa em todo mundo. Em termos demográficos, o fenômeno se caracteriza pela associação da queda contínua da taxa global de fertilidade ao aumento da expectativa de vida. Em termos sociais, pode ser compreendido como fruto da convergência de intensas transformações urbanas, alimentares, econômicas, ambientais, tecnológicas e sanitárias (Veras, R.P. et al, 1987; Kalache, A. et al, 1987; Veras R.P., 2009).

Em seus múltiplos aspectos, a *era do envelhecimento*, período que caracteriza as últimas quatro décadas, marcou-se por conquistas e desafios. As conquistas abrangem os progressos da medicina e a consolidação de políticas previdenciárias e securitárias que asseguraram maior independência física e financeira aos idosos. Incluem, também, a instituição de legislações e mecanismos sociais de controle voltados para a proteção do segmento⁴⁸. Neste sentido, o advento da *terceira idade*, enquanto discurso de reconhecimento e valorização da autonomia, é uma grande conquista no âmbito da cultura (Garces, 2012, p.17 e 18; Rodrigues & Soares, 2006, p.7).

O número de pessoas com 60 anos cresce mundialmente de forma mais rápida do que qualquer outro grupo etário. Em 2025, segundo as projeções, a população idosa brasileira será

⁴⁷ “Entre os 11 países com as maiores populações de idosos aqui a quarenta anos, 8 situam-se na categoria de países em desenvolvimento de acordo com os critérios atuais. Haverá, portanto, uma substituição: as grandes populações idosas dos países europeus cedendo lugar a países caracteristicamente jovens como a Nigéria, Brasil ou Paquistão. Em termos práticos, o aumento é sem precedentes. Por exemplo, no Brasil, o aumento da população idosa será da ordem de 15 vezes, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período. Tal aumento colocará o Brasil, no ano 2025, com a sexta população de idosos do mundo em termos absolutos (Kalache & Gray, 1985)”. (Kalache, A. et al, 1987, p.200).

⁴⁸ No Brasil, a partir da Constituição de 1988, são promulgadas inúmeras legislações de amparo à população idosa. Dentre elas, se destacam:

- a) A Constituição Federal de 1988, que, em seu Capítulo VII, Título VIII (Ordem Social), nos Arts. 229 e 230
- b) A Lei Orgânica de Assistência Social-LOA (Lei nº 8742/93).
- c) A Política Nacional para os Idosos (PNI), regulamentada pela lei 8842 (1994).
- d) A Portaria Ministerial nº 1.395,, que é a Política Nacional de Saúde do idoso.
- e) A implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso (Portaria nº 702/SAS/MS, de 2002).
- f) Os Centros de Referência em Atenção à Saúde do Idoso (Portaria nº 249/SAS/MS, de 2002)
- g) A Lei nº. 10.741, de outubro de 2003(conhecida popularmente como Estatuto do Idoso).
(in Carvalho Silva, et Al, 2013)

a sexta maior do mundo em números absolutos (Kalache, Veras & Ramos, 1987).

Em 2025, a Organização Mundial da Saúde estima que 120 países terão suas taxas de fertilidade total abaixo do nível de reposição (média de 2,1 crianças por mulher) (OMS, 2005).

Estudos demográficos indicam que teremos, em um futuro não muito distante, um envelhecimento da população idosa. As taxas de crescimento serão baixíssimas ou, mesmo, negativas. Em 2050, as projeções indicam que 28% dos idosos terão 80 anos ou mais, sendo que, neste mesmo grupo, as estimativas apontam que existirão duas idosas para cada idoso. A feminização⁴⁹ da população idosa brasileira já se faz sentir nos dias atuais, e será muito maior nos anos que se seguirão. No ano 2000 tínhamos 81 idosos para 100 idosas. Em 2050, as projeções demográficas apontam o número de 76 idosos para 100 idosas (Nasri, 2008).

Em alguns estados brasileiros, a taxa de fecundidade se encontra abaixo do valor de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher. Somado a isso, a população com idade inferior a 60 anos está crescendo em ritmo menor que o da população com 60 anos ou mais. Estes fatores estão intensificando o envelhecimento da população brasileira.

Após a década de 1950, constatou-se um significativo crescimento da população urbana brasileira. Este fator foi determinante para o aumento da envelhecimento no país. Contudo, deve se ressaltar que tal processo de urbanização ocorreu de forma desordenada, sem o amparo de políticas públicas habitacionais ou, mesmo, de serviços de saúde e assistência social. Boa parte dos migrantes empobrecidos, oriundos das zonas rurais, terminaram por se fixar em áreas problemáticas das grandes cidade, formando aglomerados subnormais ou bairros de urbanização precária. Parte significativa da população idosa cresceu e ainda cresce sob tais circunstâncias (Veras, R. et al, 1987).

Ao contrário de boa parte dos países europeus e da América do Norte, a transição demográfica⁵⁰ na América Latina não se deu graças a elevados padrões de vida ou à redução

⁴⁹ Sobre a feminização da população idosa, escreveu Renato Veras: “O crescente aumento da expectativa de vida da população mundial ao nascimento, apesar de ser extensivo a ambos os sexos, não ocorre de modo uniforme. No Brasil, entre 1920 e 1982, a população experimentou um aumento de quase 30 anos de vida. No entanto, o aumento para a mulher foi mais significativo do que para o homem. (Ramos e col. 37, 1987)” p.228 Segundo Veras, os seguintes fatores colaboram para que a expectativa de vida das mulheres seja maior que as dos homens: a) Maior exposição dos homens aos riscos de trabalho; b) Consumo desigual de tabaco e álcool (surgimento de patologias associadas a estas substâncias); c) Atitudes diferentes diante do surgimento de doenças (as mulheres utilizam mais os serviços de saúde e apresentam maior conhecimento sobre as doenças); d) Avanços na assistência médico-obstétrica que reduziram uma das principais causas de morte de mulheres. Por outro lado, Veras observa que o aumento da longevidade na população feminina vem acompanhado de vulnerabilidades que demandam especial atenção médica e social: “Uma outra consequência dessa maior longevidade da mulher em relação ao homem é a maior frequência, neste sexo, dos longos períodos de doenças crônicas. Essa observação sugere a importância dos cuidados médicos para com a mulher idosa, sem no entanto esquecer os demais fatores sociais relacionados com a velhice na mulher, entre os quais despontam a redução de renda, a perda do companheiro e a solidão no final da vida.” (Veras, 1987, p.231).

⁵⁰ “(...) A essas mudanças dá-se o nome de *transição demográfica* (grifo nosso), que significa a passagem

das desigualdades econômicas e sociais. A queda das taxas de mortalidade ocorreu em meio a um processo de urbanização caracterizado pela manutenção da pobreza e da desigualdade social, mesmo que o processo tenha se iniciado nas regiões mais desenvolvidas e nos segmentos populacionais com maior renda. Desta feita, tal queda se deveu, sobretudo, a avanços tecnológicos na área da medicina e a melhorias na saúde pública, ainda que tenham ocorrido melhoras nas condições materiais, como o aumento do rendimento mensal (Lebrão, 2007).

Observou-se, na década passada, avanços nas condições de saúde da população idosa brasileira. Os dados da PNAD apontaram aumento do nível educacional e melhora das condições econômicas dos mais velhos (sobretudo, pela redução do percentual de idosos vivendo em grupos de renda mais baixa entre os anos de 1998 e 2003), indicando o efeito positivo de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o BPC, a aposentadoria rural, e o aumento substancial do salário mínimo (Veras, 2009).

O quadro de transição apresentado neste capítulo, voltará a ser discutido no capítulo VI, seção em que abordaremos a população idosa de Mesquita, tendo como ponto de partida, a ocupação territorial do município e as transformações econômicas nele ocorridas ao longo do século passado. Discorreremos sobre as origens rurais e o trânsito até o estabelecimento do cenário urbano atual. Para isso, evidenciaremos o impacto dos movimentos migratórios e a formação precária dos assentamentos urbanos, fenômeno característico das áreas metropolitanas periféricas. Por fim, a partir da exposição de dados demográficos, demonstraremos que o envelhecimento populacional mesquitense se encaixa perfeitamente no processo brasileiro de transição demográfica tardia aqui descrito.

de um regime demográfico de alta natalidade e alta mortalidade para outro, com baixa natalidade e baixa mortalidade.

De maneira esquemática, pode-se dividir os países, quanto à sua transição demográfica, em três tipos: os de iniciação precoce da transição; os de iniciação tardia e aqueles que ainda não iniciaram a sua transição. No primeiro grupo estão, por exemplo, os países europeus ocidentais, que fizeram a sua transição há séculos. No segundo grupo estão os países da América Latina e Caribe, que iniciaram esse processo há cerca de 50 anos. E, finalmente, os países africanos, que ainda não iniciaram seu processo de transição demográfica, ou seja, ainda têm uma estrutura jovem de população.

Embora o envelhecimento da população brasileira já pudesse ser prenunciado no início do século XX, pela queda da mortalidade, só por volta de 1950 é que esse fenômeno se estabeleceu realmente, com o declínio brutal da fecundidade, que passou de 6,2 filhos por mulher em 1940 para apenas 2,3 em 2000 e 2,1 em 2003.” (Lebrão, 2007, p.136)

Cabe ressaltar que a transição demográfica implica em *transição epidemiológica*, como bem observou Nasri: “A transição demográfica acarreta a transição epidemiológica, o que significa que o perfil de doenças da população muda de modo radical, pois teremos que aprender a controlar as doenças do idoso. Em um país essencialmente jovem, as doenças são caracterizadas por eventos causados por moléstias infectocontagiosas, cujo modelo de resolução é baseado no dualismo cura/morte. O perfil de doenças no idoso muda para o padrão de doenças crônicas, portanto, o paradigma muda. Nesse caso, devemos considerar a possibilidade de compensação/não compensação. O modelo de não compensação da doença crônica inclui maior disfunção, dependência e quedas.”(Nasri, 2008, p.6).

CAPÍTULO IV – CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO IDOSA MESQUITENSE

4.1 Contexto da formação histórica, social e econômica de Mesquita

A ocupação humana em Mesquita é anterior à colonização portuguesa. Originalmente seu território foi povoado por índios que pertenciam ao grupo Tupinambá-Tamoio, que, em razão dos adornos montados com penas de jacu branco, eram conhecidos como jacutingas. Mais tarde, tomada pelos colonizadores portugueses, constituiu-se como uma das freguesias das terras de Iguassú⁵¹, mais especificamente enquanto freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, tornando-se uma grande fazenda colonial (Forte, 1933, p.36, apud. Silva, 2003, p.45). A fazenda, que em razão de seus mananciais advindos da Serra da Cachoeira (atual Parque Nacional de Nova Iguaçu) era também um pouso para tropeiros que ali passavam, notável por sua produção canavieira.

Foto 1



Panorâmica do Centro de Mesquita, década de 1930. Ao fundo, a antiga Capela de Santa Teresinha e a Sede da Fazenda Cachoeira (demolida), área onde atualmente estão localizados a Prefeitura Municipal, o Mesquita Tênis Clube e a Câmara Municipal de Vereadores.

Foto: Prefeitura de Mesquita (divulgação do projeto *Nossas Ruas tem História*)

⁵¹ Freguesia de onde se originou Nova Iguaçu e os municípios que dela se desmembraram.

Ao longo de centenas de anos, a propriedade teve muitos donos. Todavia, foi sob a propriedade de Jerônimo Mesquita, o Barão de Mesquita, que a produção agrícola da Fazenda da Cachoeira entra em decadência no final do século XIX (ver Foto 1). Três fatores impulsionam este declínio: o advento da abolição da escravatura, o esgotamento dos canaviais e a impossibilidade de se fazer frente à cafeicultura de mão de obra livre no Vale do Paraíba.

Foto 2



Companhia de Materiais de Construção (Ludolf & Ludolf), Centro de Mesquita (atual Praça da Telemar), década de 1910. Foto: Prefeitura de Mesquita (divulgação do projeto *Nossas Ruas tem História*)

O loteamento das terras do Barão de Mesquita dá origem à construção de grandes olarias nas áreas alagadas, com destaque para a Companhia de Materiais de Construção, vulgarmente conhecida por Olaria Ludolf & Ludolf (ver Foto 2), estabelecida ainda na década de 1908 (DOU, 1908) nas proximidades da parada de trens criada em 1884, onde mais tarde seria erguida a estação de Mesquita. Nas terras próximas ao maciço de Gericinó, o contínuo processo de loteamento estimulará a criação de xácaras e sítios voltados para o plantio da laranja (Silva, 2003; Barros, 2011).

Mais tarde, o esgotamento das fontes de argila e a decadência da citricultura ocasionarão impactos ainda mais significativos sobre a paisagem de Mesquita e da Baixada Fluminense. Na primeira metade do século XX, a longa extensão de propriedades onde proliferavam os laranjais, por muitos anos, representou a principal fonte de renda local. Mas a precariedade da logística de transportes e do armazenamento, somada à flutuação de preços causados pela Segunda Guerra, fizeram com que a citricultura da Baixada perdesse fôlego

diante da concorrência internacional. A chegada da praga da mosca do Mediterrâneo e a proibição das exportações de laranja pelo governo Vargas a fim de suprir as necessidades do abastecimento interno, foram o golpe de misericórdia que levou a produção da fruta cair vertiginosamente, forçando os antigos citricultores a um processo intenso de loteamento de suas propriedades (Simões, 2007). Por sua vez, o esgotamento do solo argiloso nas regiões alagadiças, também deu origem à multiplicação dos loteamentos (Barros, 2011).

Foto 3



À esquerda, anúncio publicado pela construtora EMIL na Luta Democrática em 1964, oferecendo casas em Mesquita (Vila Emil). À direita, lotes vendidos em Rocha Sobrinho e adjacências (Última Hora, ed.0053, 11/12/1953, p.1)

Com as intervenções das comissões federais de saneamento entre os anos 1910 e 1933, dragaram-se as regiões pantanosas próximas aos rios Sarapuí, Iguazu e Meriti, possibilitando que áreas flageladas pela malária se tornassem habitáveis (Souto, 2016; Soares, 1965). Ao mesmo tempo, a eletrificação da linha de trem que conectava Nova Iguaçu à Capital e o estabelecimento de uma tarifa única, facilitaram o acesso das terras da Baixada Fluminense aos trabalhadores mais pobres que não conseguiam estabelecer moradia nos bairros do Rio. O surgimento dos lotes, vendidos a baixíssimo custo e em longas prestações, transformou por completo o cenário, outrora, rural da Baixada, em aglomerados urbanos crescentes (ver Foto 3). Desprovidos de benfeitorias ou regulamentação, ausentes das condições mais básicas de saneamento e do apoio do poder público, os loteamentos foram a gênese de habitações e bairros

autoconstruídos, que, em sua precariedade, se converteram no dormitório para uma massa de trabalhadores empobrecidos, alocada produtivamente na capital (Oliveira & Rodrigues, 2009).

Para se ter uma ideia da velocidade com que o declínio das olarias e laranjais, intensificou o aumento populacional, dados compilados por Maria de Fatima Souza Silva a partir de fontes da antiga Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) revelam que, nos anos 1940, cerca de 9.000 pessoas habitavam Mesquita; na década seguinte, a população triplicou (Silva, 2003, p.18). Nos anos posteriores, novos eventos continuaram a impulsionar o crescimento populacional (ver Foto 4). Destacam-se entre eles: o financiamento de novos lotes a prestações fixas nas áreas alagadas, a criação da Rodovia Presidente Dutra (Tavares, 2007), a inauguração de novas estações ferroviárias (Edson Passos, 1954 e Presidente Juscelino, 1962) e a chegada das primeiras fábricas (BRASFERRÓ e PUMAR). O fluxo migratório trouxe pessoas dos subúrbios do Rio e moradores de outros estados brasileiros, sobretudo mineiros, capixabas e nordestinos (Souza, 1992).

Após duas tentativas plebiscitárias fracassadas (a primeira ocorrida em 1957 e a segunda em 1987) e de um complicado processo jurídico iniciado com o plebiscito de 1993, o antigo 5º distrito se emancipou de Nova Iguaçu através da Lei Estadual n.º 3.253, editada em 25 de setembro de 1999. Em janeiro de 2001, se estabeleceu oficialmente como município (Santo, Loureiro & Bezerra, 2011; Silva, 2016; Silva, 2003), sendo o último município emancipado de Nova Iguaçu e o mais recente da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Foto 4



À esquerda, vista de Mesquita nos anos 1930 a partir do antigo Matadouro (hoje , bairro Frigorífico, Nilópolis).
Fonte: Prefeitura de Mesquita (divulgação do projeto *Nossas Ruas tem História*)
À direita, vista atual do município, em ângulo aproximado ao da foto à esquerda, tendo como base reprodução 3D do Google Maps.

4.2 Perfil demográfico da população idosa de Mesquita

Apesar da grande Área de Proteção Ambiental (a APA do Maciço do Gericinó) que ocupa mais da metade dos 39 km² que formam a extensão territorial do município, atualmente, Mesquita apresenta uma população estritamente urbana. Segundo o último levantamento censitário nacional (IBGE, 2010), nela residiriam 168.376 habitantes. Estimativas feitas em 2019, indicavam que a população teria atingido a contagem de 176.103 habitantes.

Com referência no artigo primeiro da lei federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003, nas tabelas abaixo, serão considerados idosos todas as pessoas com 60 anos ou mais. Conforme o critério supramencionado, o município possuía, segundo o Censo do IBGE de 2010, 19.397 cidadãos idosos. A tabela abaixo salienta que o percentual de idosos em Mesquita, à época, encontrava-se ligeiramente acima do percentual médio geral de idosos encontrados nos municípios da região (10,45%):

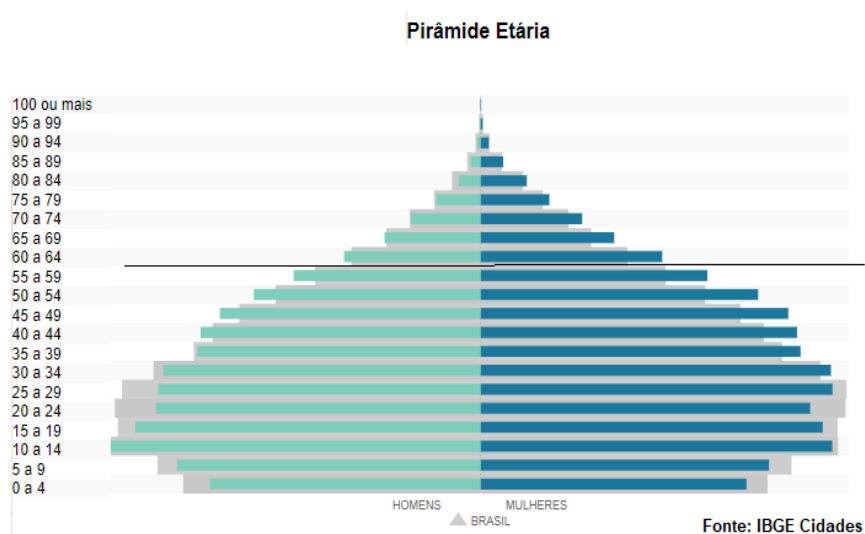
Tabela 1

Município	População acima de 59 anos	População total	(percentual na população geral)
Belford Roxo (RJ)	44495	469332	9,48
Duque de Caxias (RJ)	86049	855048	10,06
Guapimirim (RJ)	4877	51483	9,47
Itaguaí (RJ)	10236	109091	9,38
Japeri (RJ)	8217	95492	8,60
Magé (RJ)	24436	227322	10,75
Mesquita (RJ)	19397	168376	11,52
Nilópolis (RJ)	20885	157425	13,27
Nova Iguaçu (RJ)	84455	796257	10,61
Paracambi (RJ)	5599	47124	11,88
Queimados (RJ)	13008	137962	9,43
São João de Meriti (RJ)	51976	458673	11,33
Seropédica (RJ)	7884	78186	10,08

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010

Como se pôde observar, a base da pirâmide etária em Mesquita mostrou-se predominantemente composta pelas faixas mais jovens da população (Gráfico 1).

Gráfico 1



Conforme a tabela seguinte (tabela 2), o crescimento da população idosa mesquitense entre 1991 e 2010 foi significativamente maior que o da população não idosa (respectivamente 91% e 12%). No intervalo assinalado, o número de idosos mesquitenses praticamente dobrou, apresentando, proporcionalmente, crescimento superior ao da população idosa fluminense (aumento de 75%, ver tabela 3) e aumento proporcional similar ao da população idosa nacional (aumento de 91%, ver tabela 3).

Tabela 2

População/ano	1991	2000	2010
Pessoas com menos de 60 anos	131912	147285	148979
Pessoas com 60 anos ou mais	10146	14053	19397
População total de Mesquita ⁵²	142058	161338	168376

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 (ref.tab 200)

⁵² O município de Mesquita foi estabelecido oficialmente em 2001 e sofreu novos delimitamentos territoriais em 2011. Em razão disto, os dados obtidos anteriormente podem não corresponder integralmente ao território e à população mesquitense posterior à emancipação; portanto, devem ser considerados em termos enquanto dados aproximados. O dados referentes ao ano de 1991 são oriundos do *Anuário do Censo de 1991*, população total do distrito de Mesquita e população total a partir de grupos de idade iniciados aos 60 anos, subdivisão do município de Nova Iguaçu, 1991, IBGE, p.108

Os dados referentes ao ano 2000 foram compilados através do SIDRA (tabela 1522) e são referentes ao somatório das populações totais e populações totais a partir de grupos de idade iniciados aos 60 anos a partir das Unidades Regionais de Governo VI (Chatuba), V (Banco de Areia) e IV (Mesquita), todas ainda pertencentes na ocasião do Censo, ao município de Nova Iguaçu.

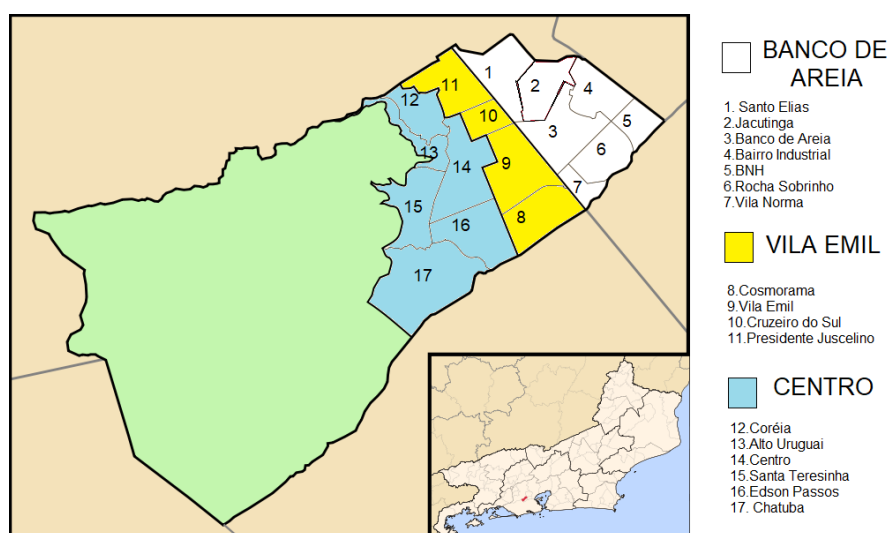
Tabela 3

Território/ Ano		1991	2000	2010
Brasil	População com menos de 60 anos	136102770	155333868	170166908
	População com 60 anos ou mais	10722705	14513201	20566215
Estado do Rio de Janeiro	População com menos de 60 anos	11625112	12850387	13910428
	População com 60 anos ou mais	1182594	1539469	2077983

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 (ref.tab 200)

No tocante à distribuição territorial, a população idosa de Mesquita revelou-se maior no Centro, o distrito mais populoso da cidade. Nele, viviam, conforme os dados censitários de 2010⁵³, 49% da população total da cidade (ver gráfico 2) e 49% da população total de idosos (ver gráfico 4). O mapa abaixo apresenta as subdivisões da cidade e seus bairros correspondentes (ver figura 1).

Figura 1



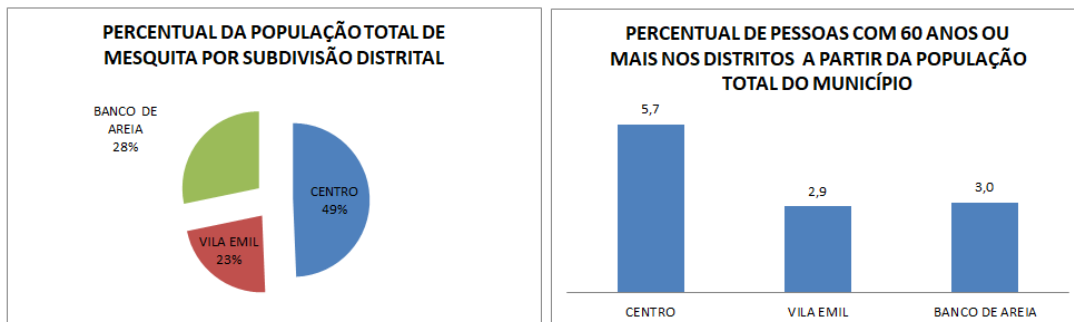
Mapa das subdivisões distritais de Mesquita e seus respectivos bairros conforme o novo abairramento municipal de 2011⁵⁴. O mapa original foi criado por Wanderson S. Dantas sob as regras de domínio público da Creative Commons, e modificado pelo autor desta tese.

⁵³ A estratificação etária citada neste item foi obtida através de dados demográficos obtidos pelo agregado de setores censitários (ref. RJ, Pessoa 13, V094-V134, microdados do CENSO 2010 in ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/RJ.zip). Os setores foram agregados conforme o mapa do novo abairramento municipal.

⁵⁴ Lei complementar municipal nº 15, de 14 de fevereiro de 2011.

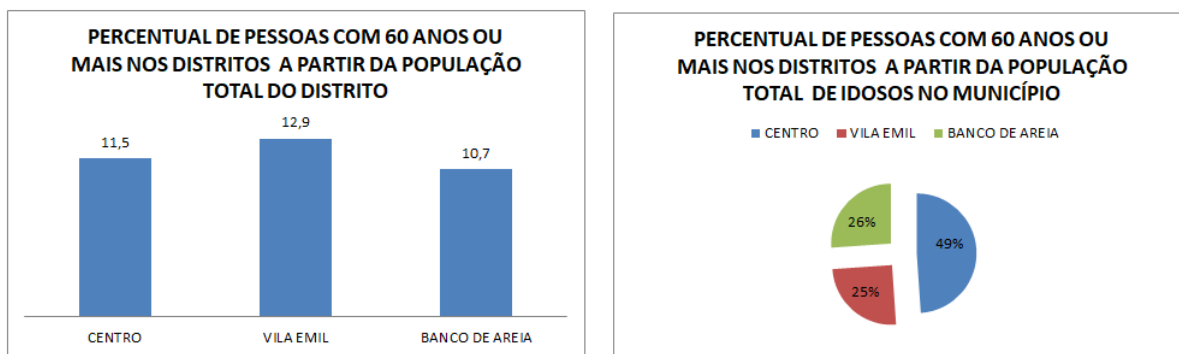
No gráfico 3, encontramos a distribuição do percentual de mesquitenses idosos na população geral (11,52%) nos distritos.

Gráficos 2 e 3



Proporcionalmente, o distrito da Vila Emil possuía a maior concentração de idosos (12,9%) em sua população total (ver gráfico 4), ainda que, em termos absolutos, detivesse menos idosos que os demais distritos (ver gráficos 3 e 5) e, no tocante à população geral, apresentasse o menor número de habitantes (ver gráfico 2).

Gráficos 4 e 5



Na tabela abaixo (tabela 4), o total de homens idosos, 7716 é inferior ao de mulheres idosas 11680, se estabelecendo uma razão de sexos de 66,1 no segmento com 60 anos ou mais. Ainda que, conforme o censo de 2010, o número de residentes mulheres tenha se apresentado maior que o de homens na população mesquitense abaixo dos 60 anos (respectivamente, 76906 e 72013, razão de sexos de 90,1), a diferença se fez evidente e acentuada nas faixas etárias mais velhas, confirmando o processo de feminização comentado no capítulo anterior. Na tabela

abaixo (tabela 4), podemos visualizar as diferenças de sexo por faixa etária, atestando o aumento da disparidade na medida em que se elevam os intervalos etários:

Tabela 4

Grupo de idade	Sexo			Razão de sexos ⁵⁵
	Total	Homens	Mulheres	
Abaixo de 60 anos	148979	72013	76906	93,6
60 anos ou mais	19397	7716	11680	66,1
60 a 64 anos	6795	2819	3976	70,9
65 a 69 anos	4498	1893	2604	72,7
70 a 74 anos	3504	1295	2209	58,6
75 a 79 anos	2277	1023	1254	81,6
80 anos ou mais	2323	686	1637	41,9

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref.tab 200)

Ainda conforme as informações obtidas em 2010, a população idosa mesquitense no quesito cor ou raça, se autodeclarou de maneira ligeiramente distinta da população mesquitense não idosa. O percentual de idosos mesquitenses que se declararam brancos ou negros foi ligeiramente maior que o percentual dos que fizeram igual declaração na população não idosa (diferença de 4,5% entre os que se autodeclararam brancos e 2,0 % entre os que se autodeclararam negros). Ainda cabe ressaltar, que menos idosos se declararam pardos (6,0 % a menos que a população não idosa) (tabela 5). Tais constatações aventam a hipótese do aumento da miscigenação nas gerações mais novas do município⁵⁶.

⁵⁵ “Conceituação: Número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Interpretação: Expressa a relação quantitativa entre os sexos. Essa relação é influenciada por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. Uma razão de 100 indica igual número de homens e mulheres. Acima de 100, predominância de homens, e abaixo, predominância de mulheres.”

Notas técnicas do Datasus (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqa02.htm>, acessado 02/08/2020)

⁵⁶ Tendência constatada em recentes pesquisas do IBGE, em especial, pela PNAD de 2016. A respeito desta questão, ver matéria da revista Valor em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/11/25/populacao-esta-mais-miscigenada-e-mais-velha-aponta-pnad.ghtml> (acessado em 02/09/2019)

Tabela 5

Raça ou cor	População com 60 anos ou mais	(%)	População com menos de 60 anos	(%)
Branca	7717	39,8	52655	35,3
Preta	3208	16,5	21658	14,5
Amarela	131	0,7	1694	1,1
Parda	8303	42,8	72732	48,8
Indígena	27	0,1	415	0,3
Sem declaração	12	0,1	48	0,0
Total	19398	100	148979	100

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref.tab. 2093)

O grau de instrução da população idosa mesquitense foi menor em todos os níveis escolares quando comparado ao da população mesquitense com idade entre 10 a 59 anos, se reproduzindo em Mesquita cenário similar ao dos idosos brasileiros em nível estadual e nacional. Esta diferença decorre do acesso reduzido às redes de ensino nas décadas passadas (sobretudo nas décadas de 1930 e 1950)⁵⁷ e, ao mesmo tempo, da ampliação contínua do acesso nas décadas recentes⁵⁸. Destacou-se o segmento de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (65,8% na população com 60 anos ou mais e 37,1% na população com idade entre 10 e 59 anos). Conforme nossas abordagens sobre a relevância da educação no incremento da participação social (ver capítulo 2), os níveis de instrução mais baixos apresentados pelos mesquitenses idosos devem ser considerados, uma vez que constituem um fator de contribuição para um menor engajamento produtivo (Rowe & Khan, 1997 p.438).

⁵⁷ Para uma visão histórica do modelo educacional implementado no período em questão, consultar a tese de doutorado de Amália Dias, *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*.

⁵⁸ Para um panorama da educação municipal mesquitense nos últimos anos, ver *Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – Mesquita* (2019), pp.45-50.

Tabela 6

Nível de instrução	Pessoas com idade entre 10 anos a 59 anos	(%)	Pessoas com 60 anos ou mais	(%)
Sem instrução e fundamental incompleto	46546	37,1	12763	65,8
Fundamental completo e médio incompleto	27672	22,0	3287	16,9
Médio completo e superior incompleto	43080	34,3	2614	13,5
Superior completo	7720	6,1	725	3,7
Não determinado	551	0,4	8	0,1
Total	125570	100,0	19397	100,0

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab. 3572)

Outro percentual menos favorável aos idosos é aquele que concerne ao número de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas no município. O percentual de não alfabetizados nas pessoas com 60 anos ou mais em Mesquita foi aproximadamente três vezes maior que o encontrado no universo das pessoas com idade entre 5 a 59 anos (Tabela 7).

Tabela 7

População geral	Alfabetizadas	(%)	Não alfabetizadas	(%)
População com idade entre 5 anos a 59 anos	132282	96,0	5494	4,0
População com 60 anos ou mais	17241	88,9	2156	11,1

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab. 2104)

A população idosa também apresenta perfil bastante distinto da não idosa em Mesquita no que diz respeito à opção religiosa. O número de católicos mostrou-se muito maior entre os idosos (diferença de 14,5% em relação à população com menos de 60 anos), superando o número de idosos evangélicos (na população não idosa, o número de evangélicos é maior que o de católicos, 38,5%). Levantamentos recentes apontam o crescimento do número de evangélicos e a redução do número de católicos em todo país, estando o ápice desta transição religiosa localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro (Alves, J. et al., 2017, p.237). Entretanto, ainda mais discrepante é a totalidade de idosos que se afirmaram sem religião: um número quinze vezes menor que os que alegaram não ter religião no conjunto de moradores com menos de 60 anos (1,3% e 19,7% respectivamente). Novamente, tal disparidade corrobora

outra tendência revelada pelos levantamentos demográficos mais recentes: o aumento do número de pessoas que se declaram sem religião⁵⁹ (Ibdem, p.238).

A relação entre religião e envelhecimento é um fenômeno amplo, cuja abordagem teórica envolve tanto seus aspectos positivos, quanto os problemáticos. Alguns estudos sobre o tema, ressaltam o poder do engajamento religioso sobre a saúde dos indivíduos idosos (Souza, T. B. G. D., 2017, pp. 44-48).

Tabela 8

Religião	Pessoas com menos de 60 anos	(%)	Pessoas com 60 anos ou mais	(%)
Católica Apostólica Romana	48310	32,4	9098	46,9
Evangélicas	57316	38,5	6264	32,3
Espírita	4766	3,2	895	4,6
Umbanda e Candomblé	1649	1,1	184	0,9
Outras religiões	6115	4,1	803	4,1
Sem religião (todos os tipos)	29338	19,7	1890	1,3
Não determinada e múltiplo pertencimento	631	0,4	118	0,6
Não determinada e múltiplo pertencimento - Religiosidade não determinada ou mal definida	631	0,4	118	0,6
Não determinada e múltiplo pertencimento - Declaração de múltipla religiosidade	0	0,0	0	0,0
Não sabe	175	0,1	15	0,1
Sem declaração	48	0,0	12	0,1
Total	148979	100,0	19397	100,0

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab.2103)

⁵⁹ Conferir a tabela 9 para uma compreensão maior dos segmentos que compõem esta caracterização.

Tabela 9

Religião	Pessoas com menos de 60 anos	(%)	Pessoas com 60 anos ou mais	(%)
Sem religião - Sem religião	28062	18,8	1753	9
Sem religião - Ateu	1206	0,8	126	0,6
Sem religião - Agnóstico	70	0	11	0,1
Total	29338	19,7	1890	1,3

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab.2103)

Quanto às estatísticas mesquitenses sobre as causas locais de mortalidade, o Sistema de Mortalidades do DATASUS registrou, dentre os anos de 2010 e 2017, as doenças do aparelho circulatório e sistema respiratório como as responsáveis por metade dos óbitos de pessoas com 60 anos ou mais no município (ver tabela 10). Interessante observar que o número de óbitos por causas externas de morbidade e mortalidade no segmento foi oito vezes menor que o apresentado pela população não idosa. Todavia, à exceção das mortes causadas por doenças infecto-contagiosas, gravidez, parto e puerpério, afecções perinatais e anomalias cromossômicas, e os transtornos mentais, nas demais classificações da CID 10, a população idosa apresenta um número maior de óbitos que a população não idosa.

Tabela 10

Óbitos por grupo de idade conforme os capítulos da CID - 10	Pessoa com menos de 60 anos		Pessoa com 60 anos ou mais	
	Óbitos_p/Residênc	Óbitos_p/Ocorrênc	Óbitos_p/Residênc	Óbitos_p/Ocorrênc
Capítulo CID-10: I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	310	129	277	140
Capítulo CID-10: II. Neoplasias (tumores)	528	158	987	382
Capítulo CID-10: III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	29	7	73	42
Capítulo CID-10: IV. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	243	174	691	525
Capítulo CID-10: VI. Doenças do sistema nervoso	78	33	181	167
Capítulo CID-10: XI. Doenças do aparelho digestivo	189	92	292	139
Capítulo CID-10: VII. Doenças do olho e anexos, VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	0	1	0
Capítulo CID-10: XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo, XIII.Doenças sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	22	5	64	13
Capítulo CID-10: XIV. Doenças do aparelho geniturinário	76	38	347	223
Capítulo CID-10: XV. Gravidez parto e puerpério	18	8	0	0
Capítulo CID-10: XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal, XVII.Malformação congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	209	175	2	0
Capítulo CID-10: V. Transtornos mentais e comportamentais	30	33	34	24
Capítulo CID-10: XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	222	178	517	503
Capítulo CID-10: IX. Doenças do aparelho circulatório	837	636	2493	1895
Capítulo CID-10: X. Doenças do aparelho respiratório	283	184	977	689
Capítulo CID-10: XIX. Lesões envenenamento e alguma outra consequência de causas externas, XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	818	536	235	93
Total	3893	2386	7171	4835

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM Período: 2010-2017

A população idosa mesquitense também enfrenta, em graus e tipos variados, um número maior de deficiências (ver tabela 11). Segundo o Censo de 2010, em termos proporcionais, o número de idosos com alguma deficiência alcançava quase o dobro das pessoas não idosas com alguma deficiência (ver tabela 12).

Tabela 11

Tipo de deficiência permanente	População com menos de 60 anos	(%)	População com 60 anos ou mais	(%)
Pelo menos uma das deficiências investigadas	35584	17,8	12570	31,3
Deficiência visual - não consegue de modo algum	505	0,3	243	0,6
Deficiência visual - grande dificuldade	3717	1,9	2226	5,5
Deficiência visual - alguma dificuldade	25033	12,5	7396	18,4
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	129	0,1	72	0,2
Deficiência auditiva - grande dificuldade	783	0,4	697	1,7
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	4199	2,1	2872	7,1
Deficiência motora - não consegue de modo algum	333	0,2	311	0,8
Deficiência motora - grande dificuldade	1833	0,9	2247	5,6
Deficiência motora - alguma dificuldade	5940	3,0	4249	10,6
Mental/intelectual	1857	0,9	477	1,2
Nenhuma dessas deficiências	120112	60,0	6816	17,0
Sem declaração	78	0,0	12	0,0
Total	200103	100,0	40188	100,0

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab. 3425)

Tabela 12

Tipo de deficiência permanente	Menos de 60 anos	(%)	60 anos ou mais	(%)
Pelo menos uma das deficiências investigadas ⁶⁰	35584	22,8	12570	64,8
Nenhuma dessas deficiências ⁶¹	120112	77,2	6816	35,2
Sem declaração	78	0,0	12	0,0
Total	155774	100,00	19397	100,00

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (ref. tab. 3425)

Em 2020, a presença eleitoral dos idosos mesquitenses foi ligeiramente maior que o percentual identificado em nível nacional e ligeiramente menor que o percentual encontrado em nível estadual (respectivamente, Brasil, 20,44% e Estado do Rio de Janeiro, 25,26%).

⁶⁰ Para a categoria *Total*: as pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

⁶¹ A categoria *Nenhuma dessas deficiências* inclui a população sem qualquer tipo de deficiência.

Tabela 13

Faixa Etária	Quantitativo de Eleitorado	Porcentagem (%)
16 aos 59 anos	101744	76,45
60 anos ou mais	31326	23,55
Total	133070	100

Tabela compilada através do Sistema de Estatísticas do Eleitorado (TSE, 2020).

Em 2018, o orçamento do Município de Mesquita, foi estimado em termos de receita fixa e despesa em R\$ 278.186.805,00⁶². Cerca de 25% das receitas é oriunda da própria cidade, as demais são provenientes de repasses federais e estaduais. Mais da metade do Valor Adicionado Bruto (VAB) é gerado pela administração pública, demonstrando a fragilidade do comércio e da indústria locais (IETS/SEBRAE-RJ, 2016)⁶³. Cabe salientar que Mesquita apresenta um dos produtos internos brutos mais baixos da Região Metropolitana. O PIB *per capita* em 2015 era de R\$12.205,86, atingindo o 90º lugar em todo Estado do Rio de Janeiro e o 16º na micro região (IBGE Cidades, 2018)⁶⁴. Em 2010, 36,5% da população vivia com rendimento nominal mensal de ½ salário mínimo (28º lugar no Estado, 10º na microrregião). Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social⁶⁵, a cidade possui 2.187⁶⁶ idosos em extrema vulnerabilidade social recebendo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), o que corresponderia a cerca de 11% da população de idosos aferida em 2010.

Considerados os indicadores de pobreza e renda, Mesquita se situa na linha intermediária (coeficiente de Gini 0,49)⁶⁷ dos municípios que compõem a Baixada Fluminense (IETS/SEBRAE-RJ, 2016). Em 2015, 10% da população encontrava-se ocupada economicamente (31º no Estado, 13º na microrregião), sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais estabelecido em R\$ 2,2 salários mínimos (26º no Estado, 7º na microrregião) (IBGE Cidades, 2015). Todavia, em 2010, mesmo antes da grave crise econômica que se instalou no Brasil a partir de 2015, cerca de 6.666 idosos (34,4% dos total de pessoas

⁶² in www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2018/01/PUBLICA%25C3%2587%25C3%2583O-DIA-12-de-janeiro-de-2018-1.pdf

⁶³ “Já em Japeri e Mesquita, mais da metade do VAB fica a cargo da administração pública. Vale destacar que, com exceção de Itaguaí, todos os municípios têm uma participação da administração pública superior à média do ERJ.” (IETS SEBRAE, Painel Regional, 2016, p.10)

⁶⁴ IBGE Cidades, Mesquita-RJ em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mesquita/panorama>

⁶⁵ www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2018/01/PUBLICA%25C3%2587%25C3%2583O-DIA-12-de-janeiro-de-2018-1.pdf

⁶⁶ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2017/08/14/mesquita-convoca-2-187-idosos-para-inscricao-no-cadunico-e-evitar-cancelamento-do-beneficio-de-prestacao-continuada/>

⁶⁷ IETS SEBRAE, Painel Regional, 2016, p.8

com 60 anos ou mais), economicamente ativos ou não, desfrutavam de um rendimento mensal nominal de até 1 salário mínimo (à época, R\$ 510,00).

Tabela 14

Classes de rendimento nominal mensal	Pessoas com 60 anos ou mais economicamente ativas	Pessoas com 60 anos ou mais não economicamente ativas
Até 1/4 de salário mínimo	51	74
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	81	83
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	813	5564
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1394	2607
Mais de 2 a 3 salários mínimos	826	1066
Mais de 3 a 5 salários mínimos	768	1223
Mais de 5 a 10 salários mínimos	480	709
Mais de 10 a 15 salários mínimos	80	51
Mais de 15 a 20 salários mínimos	42	44
Mais de 20 a 30 salários mínimos	20	-
Mais de 30 salários mínimos	-	-
Sem rendimento	108	3312
Total	4663	14733

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (3548)

Em 2010, 12,7% dos idosos mesquitenses encontravam-se ocupados economicamente e sem aposentadoria ou pensão; dentre os idosos aposentados e pensionistas, 10,2% ainda estavam ocupados economicamente. O aumento do número de idosos economicamente ativos é uma tendência mundial que parece estar se consolidando em terras brasileiras⁶⁸ (Castro, Camila Menezes Sabino, et al., 2019, p.4154).

Tal como discutido no capítulo I desta tese, o engajamento produtivo, ainda que distinto do engajamento social, também contribui para o incremento do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos. Por outro lado, devemos frisar que a situação de idosos que não dispõem de condições econômicas para se aposentar, sobretudo porque precisam manter o

⁶⁸ “Embora com diferentes dinâmicas temporais e magnitude, a participação dos idosos no mercado de trabalho está aumentando em todo o mundo.(...) No Brasil, as projeções são de que, em 2020, pelo menos 13% da população trabalhadora tenha mais de 60 anos contra 9%, em 1988 . Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio mostraram um discreto aumento da participação dos idosos na força de trabalho. No segundo trimestre de 2017, brasileiros com 60 anos ou mais de idade correspondiam a 7,4% das pessoas ocupadas, enquanto, em 2012, essa proporção era de 6,3%. De modo geral, os idosos permanecem trabalhando porque gostam dos seus empregos ou porque não têm condições econômicas para se aposentar.(...)” Castro, Camila Menezes Sabino, et al., 2019,p.4154)

próprio sustento, ou ainda, o sustento de seus dependentes, caracteriza uma situação de vulnerabilidade. Ainda a este propósito, como veremos nas tabelas seguintes, constata-se que a importância econômica da população idosa na sustentação dos domicílios brasileiros continua relevante⁶⁹.

Tabela 15

Situação de ocupação na semana de referência ⁷⁰	Condição de aposentada ou pensionista de instituto de previdência oficial no mês de referência – Pessoa com 60 anos ou mais			
	Total	Aposentadas ou pensionistas	Não eram aposentadas nem pensionistas	Sem declaração
Ocupadas ⁷¹	4467	1982	2464	20
Não ocupadas ⁷²	14930	10437	4482	13
Total	19397	12419	6946	33

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010

Em 2010, 12614 idosos mesquitenses, de forma compartilhada ou não, eram responsáveis por seus domicílios. Deste contingente, 26,2% continuavam economicamente ativos (ver tabela 16), ressaltando que cerca de 10526 (54,2% do total de idosos na cidade) mantinham-se responsáveis sobre o domicílio, sem compartilhar a responsabilidade com outra pessoa (ver tabela 17).

⁶⁹ Levantamento realizado pelo IBGE em 2002, *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*, constatou o aumento crescente de idosos responsáveis por seus respectivos domicílios em nível nacional: “O Censo 2000 verificou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, observando-se um aumento em relação a 1991, quando os idosos responsáveis representavam 60,4%. Os cônjuges representavam cerca de 22%, o que significa que a grande maioria (84,4%) desta população ocupa um papel de destaque no modelo de organização da família brasileira (...). (IBGE, 2002, p.16). Em 2010, o percentual de idosos responsáveis recuou para 61,1% do contingente total. O crescimento econômico na década de 2000 pode ter sido uma das razões de decréscimo. Tendo em vista a crise econômica da década de 2010, as altas taxas de desemprego e o aumento da pobreza dela decorrentes, o número de responsáveis idosos por seus respectivos domicílios, nos dias atuais, provavelmente, voltou a crescer.

⁷⁰ “Semana de referência – é a semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.” Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas, 2018, p.10

⁷¹ “Considera-se como ocupada na semana de referência:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou
- A pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.” Notas técnicas do Censo 2010, p.25, in https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf (visto em 02/10/19)

⁷² “Considerou-se como desocupada na semana de referência a pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve nesse período.” (idem, p.2.5)

Tabela 16

Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoa com 60 anos ou mais	(%)
Pessoa responsável economicamente ativa ⁷³	3299	26,2
Pessoa responsável não economicamente ativa ⁷⁴	9315	73,8
Total	12614	100

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010

Tabela 17

Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoa com 60 anos ou mais	(%)
Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada economicamente ativa	2654	25,2
Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada não economicamente ativa	7872	74,8
Total	10526	100,0

Tabela compilada através do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE a partir de dados do Censo Demográfico de 2010

Nos últimos cinco anos, como resultado da crise econômica e administrativa que assolou o Estado do Rio de Janeiro, o município vem experimentando o aumento da criminalidade em diversos tipos de delito. Entretanto, uma vez considerados os crimes que atingem mais especificamente os idosos brasileiros, Mesquita apresentou números relativamente baixos quando comparada a outros municípios da região Metropolitana do Rio. A tabela abaixo (tabela 18) foi construída com base em dossiê elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro sobre dados coletados em 2012 (Caldas, Fernandes & Castello, 2013):

⁷³ “Considerou-se como economicamente ativa na semana de referência a pessoa ocupada ou desocupada nessa semana.” (ibidem, p.26)

⁷⁴ “Considerou-se como não economicamente ativa na semana de referência a pessoa que não era ocupada nem desocupada nessa semana.”(ibidem.p.26)

Tabela 18

Tipologia criminal	número de vítimas	posição nas coortes
Vítimas idosas de ameaça	50 a 100	(2/4)
Vítimas idosas de lesão corporal dolosa	0 a 50	(1/4)
Vítimas idosas de estelionato	50 a 100	(2/4)
Vítimas idosas de extorsão	0 a 10	(2/5)
Vítimas idosas por crimes definidos Lei n°. 10.741/03	20 a 32	(3/5)
Vítimas idosas de homicídio culposo de trânsito	1 a 8	(2/5)
Vítimas idosas de lesão corporal culposa de trânsito	1 a 50	(2/5)

Fonte ISP (2013)

Foto 5



Senhora mesquitense em antiga propriedade rural da Chatuba (final da década de 1950).
Foto cedida por Marli Barsi

Vimos, nas primeiras seções deste capítulo, como transcorreu a transição demográfica na região de Mesquita. Os idosos mesquitenses, de maneira diversa e adequada a cada ciclo geracional, vivenciaram as transformações sociais e econômicas que, sobretudo em meados do século passado, puseram fim à paisagem originalmente rural da região. Dos laranjais, matadouros e olarias, nasceram fábricas, lojas, ruas, praças e bairros. A modernização das vias urbanas e meios de transporte integraram Mesquita definitivamente à região metropolitana, e facilitaram a chegada de migrantes que diversificaram e ampliaram o pequeno vilarejo inicial. Os idosos mesquitenses mais jovens vivenciaram intensamente esta transformação: assistiram ao fim dos sítios, barreiros, plantações e bancos de areia. Ao contrário das gerações mais antigas, cresceram no usufruto da ampliação, ainda que precária, dos serviços

públicos de saúde e educação; ao mesmo tempo em que viram a tranquilidade dos tempos passados ceder espaço à violência e ao crescimento desordenado da cidade. Em ambos os aspectos, positivo e negativo, a população idosa mesquitense continua a vivenciar conquistas e lacunas.

Nos dias atuais, encontramos uma população idosa de maioria feminina, carregando os traços étnicos das primeiras populações que chegaram à cidade, ainda conectada a antigas tradições religiosas que um dia foram hegemônicas em Mesquita. Nos deparamos com mulheres e homens que, graças a seus poucos recursos, ajudam a sustentar famílias inteiras. Idosos que muitas vezes necessitam da assistência e do apoio do poder público no enfrentamento de suas carências sociais, deficiências e patologias.

Tendo em vista todas as considerações acima, veremos no próximo capítulo, que, vivendo em um contexto de limitações econômicas e profunda dependência dos serviços públicos, os idosos mesquitenses ainda precisam lidar, igualmente, com políticas públicas deficitárias; sobretudo, aquelas que deveriam contemplá-los em suas principais demandas.

CAPÍTULO V - A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO EM MESQUITA E A BAIXA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

5.1 A política municipal da pessoa idosa em Mesquita

Em seus vinte anos de existência, o município de Mesquita desenvolveu um conjunto de ações com relação a seus habitantes mais velhos que podem ser vistas como contínuas e homogêneas. Nas quatro gestões municipais que sucederam ao primeiro governo posterior à emancipação⁷⁵ (Artur Messias 2004-2008, 2009-2012, Rogelson Fontoura 2013-2016, Jorge Miranda 2017-dias atuais) as políticas municipais voltadas para o idoso se concentraram nas áreas da saúde e da assistência social, sublinhando o fato de que algumas ações específicas atravessaram todos os governos citados.

Durante a gestão de Artur Messias, através da Lei municipal nº 184 de 10 de Maio de 2005, foi criado e, em sequência, por meio do Decreto Nº 454, de 28 de Setembro de 2006, regulamentado, o *Conselho Municipal de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa*. Em ações conjugadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho realizou quatro fóruns municipais de Direitos dos Idosos, estendendo sua atuação nas Conferências Estaduais do Idoso. Ao longo das gestões do Governo Messias, foram ampliados os benefícios aos idosos em situação de vulnerabilidade, bem como a rede de assistência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Programas como *Ativa Idade*, *Ação em Movimento*, *Saúde em Movimento*, *Associação Beneficente Bem Viver*⁷⁶ que envolviam outras secretarias municipais, se originaram neste período.

No perpassar do governo seguinte, as atividades voltadas para os idosos ganharam contornos mais recreativos. O programa *Ativa Idade*, praticamente, passou a concentrar todas as iniciativas voltadas para os cidadãos mais velhos. Neste período, a cidade recebeu do governo estadual academias de ginástica adaptadas, nas quais transcorriam seções de ginástica ao ar livre, promovidas pelo setor de esportes e complementadas com aulas de dança rítmica. Foi, também, durante a administração de Rogelson Fontoura, que se promulgou a lei municipal nº 879 de 26 de março de 2015 e se instituiu a *Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência e dos Idosos* (SEMDPDI).

⁷⁵ José Montes Paixão foi o primeiro prefeito do Município, eleito no ano 2000. Faleceu em meio ao mandato, aos 77 anos. Sua gestão foi finalizada pelo vice-prefeito Framínio Fraga.

⁷⁶ <http://mesquitainforma.blogspot.com/2011/06/> (Acessado em 20.08/2020)

A lei nº 879/15 implantou a política municipal para a pessoa idosa, reestruturando o *Conselho Municipal de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita* e o renomeando *Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa* (CMDPI). A mesma legislação revogou as legislações que regulavam o tema no governo anterior. Assim, foram estabelecidos princípios e diretrizes sobre a política municipal do idoso em ações dirigidas a outras secretarias municipais que pudessem contemplar as necessidades do segmento em questão. A gestão principal da política ficou sob o comando da SEMDPDI, órgão criado em abril de 2014. A SEMDPDI também se responsabilizou pela condução do CMDPI, o qual, sob a responsabilidade da nova secretaria, se limitou à realização de algumas reuniões. Considerada uma iniciativa pioneira na Baixada, a SEMDPDI não possuía dotação orçamentária até 2015. Seus programas eram compartilhados com outros órgãos e atendiam cerca de 100 a 150 pessoas por mês⁷⁷.

A gestão Jorge Miranda assumiu a prefeitura em um contexto de grave crise financeira, com atraso nos salários dos funcionários e pagamentos aos prestadores de serviço. As áreas da Assistência Social e da Saúde foram particularmente afetadas. Unidades de Saúde Básica (UBS) foram temporariamente fechadas e muitas iniciativas assistenciais, como o Programa *Ativa Idade*, reduzidas ou suspensas. Na reformulação do secretariado municipal, extinguiu-se a SEMDPDI, voltando a política do idoso a ser gerida como na década passada, ou seja, através de Coordenadorias ligadas aos Direitos Humanos.

À medida que os problemas iniciais da prefeitura foram se resolvendo, o governo municipal promoveu inúmeras iniciativas voltadas para os idosos locais, priorizando a parcela de idosos mais vulneráveis socialmente. Assim, inaugurou-se o espaço de *Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (Convive). O objetivo da iniciativa, segundo a prefeitura, foi o de reforçar a interação entre as famílias e a comunidade. Neste espaço, os idosos usufruem de oficinas de culinária, hidroginástica e dança⁷⁸. Também foi criado o Centro Municipal de Longevidade (CML)⁷⁹ situado no bairro da Chatuba. A finalidade do projeto seria o estímulo à convivência comunitária, a partir de atividades culturais e de lazer voltadas para a prevenção.

⁷⁷ Tais estatísticas incluíam o Programa *Saúde Eficiente* (que tratava dos idosos com mobilidade reduzida na residência dos mesmos e apurava denúncias fornecidas pelo *Disque-100*), o programa *Meios-de-locomção* (que intermediava a doação de próteses e cadeiras de rodas para idosos com deficiência ou mobilidade reduzida), o programa *Lazer Eficiente* (que transportava idosos e pessoas com deficiência para atividades culturais fora do município) e o *Vale-Social* (programa estadual voltado para o passe intermunicipal de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

⁷⁸ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2017/11/24/mesquita-promove-debate-sobre-violencia-contra-idosos/>

⁷⁹ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2019/10/31/chatuba-ganha-centro-municipal-de-longevidade-e-novo-cras/> (acessado em 01/03/2021)

No âmbito da saúde, a *Secretaria Municipal de Saúde* (SEMUS), em parceria com a SEMAS, desenvolveu um núcleo voltado para o segmento: o *Programa Saúde do Idoso*, focado na saúde preventiva e dirigido à promoção do envelhecimento ativo. As Clínicas da Saúde ampliaram as visitas domiciliares aos idosos e inúmeras campanhas preventivas contra doenças comuns aos idosos foram realizadas (Campanha contra o câncer bucal, contra o câncer de próstata⁸⁰, entre outras).

Em 2018 a cidade comemorou o *Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa*⁸¹ e, em 2019, foi promovida a *Quarta Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa*⁸². No âmbito do envelhecimento ativo e das atividades esportivas, foram realizadas as *Olimpíadas da Longevidade*⁸³, evento que reuniu mais de 500 atletas idosos da cidade e de outros municípios.

Desde a criação do município, as ações governamentais dirigidas aos idosos, se concentram nas demandas imediatas da parte mais vulnerável do segmento. Ao longo dos anos, cresceram em termos de abrangência, ainda que atinjam uma parcela pequena da população idosa local.

Vistas no decorrer dos 20 anos de fundação da cidade, as políticas públicas mesquitenses dirigidas aos habitantes mais velhos, são muito semelhantes entre si, variando quanto à intensidade com que foram realizadas a cada período histórico específico da administração municipal. Com base no que se sabe oficialmente sobre elas, não foram orientadas por estudos exploratórios ou submetidas a análises de impacto. Embora não sejam divulgadas estatísticas oficiais, algo que explicita a inocuidade da Lei de Transparência (Lei 12.527/11), essa constatação é visível.

Evidenciar as limitações das políticas públicas voltadas para os mesquitenses com 60 anos ou mais é importante não somente a título de diagnóstico, mas também, porque devemos considerar a influência dessas limitações como um dos possíveis fatores para o esvaziamento participativo das instâncias de poder municipais ligadas ao idoso.

⁸⁰ [http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semsopc/2019/11/21/guarda-civil-realizara-evento-do-novembro-azul/\(acessado em 01/03/2021\)](http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semsopc/2019/11/21/guarda-civil-realizara-evento-do-novembro-azul/(acessado%20em%2001/03/2021))

⁸¹ [http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semus/2018/06/11/dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa-e-comemorado-em-mesquita/\(acessado em 01/03/2021\)](http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semus/2018/06/11/dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa-e-comemorado-em-mesquita/(acessado%20em%2001/03/2021))

⁸² [http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2019/05/08/mesquita-realiza-iv-conferencia-municipal-dos-direitos-da-pessoa-idosa/\(acessado em 01/03/2021\)](http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2019/05/08/mesquita-realiza-iv-conferencia-municipal-dos-direitos-da-pessoa-idosa/(acessado%20em%2001/03/2021))

⁸³ [http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semgov/semcelt/2019/08/12/olimpiadas-da-longevidade-lotaram-vila-olimpica-de-mesquita/\(acessado em 01/03/2021\)](http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semgov/semcelt/2019/08/12/olimpiadas-da-longevidade-lotaram-vila-olimpica-de-mesquita/(acessado%20em%2001/03/2021))

5.2 O papel dos municípios e a criação dos mecanismos de controle social: o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita

Chamamos de municipalização a passagem do poder anteriormente concentrado no governo federal para as unidades federativas menores. Trata-se de um movimento de descentralização, intensificado a partir do processo democratizante que se seguiu à Ditadura Militar nos anos de 1980 (Silva, 2009).

O marco histórico da descentralização se encontra na Constituição de 1988, na qual a unidade federativa municipal foi elevada ao mesmo patamar de relevância dos estados e do governo federal. Na Carta constitucional de 1988, também, se estabeleceu a reforma urbana que, mais tarde, impulsionaria a criação das leis orgânicas municipais.

Nos meados da década de 1990, os municípios passaram a ganhar maior poder sobre a área social (Arretche, 2002). Todavia, a criação desenfreada de municípios no mesmo período, resultaria em graves problemas para a manutenção econômica dos mesmos, fazendo com que adquirissem forte dependência de verbas federais.

Por mais que, em muitos casos, tenha nascido marcada de problemas na geração das receitas e inevitáveis endividamentos, a autonomia dos municípios resultou em inegável aumento dos poderes locais. A criação dos mecanismos de controle social redistribuiu ainda mais o poder das prefeituras, ampliando a participação da população nas tomadas de decisão sobre as políticas públicas implementadas.

O controle social é permitido a todo e qualquer cidadão disposto a participar e dirigir as políticas públicas setorializadas. E é por meio dos conselhos que a população pode exercer o controle social de forma mais efetiva.

Os conselhos são órgãos públicos, compostos paritariamente por representantes da sociedade civil e do governo. Em alguns casos, como nos conselhos de saúde, a composição é tripartite (entidades da sociedade civil (25%), governo (25%) e usuários do sistema de saúde (50%). Em todos os três níveis de governo, constituem a forma mais direta de participação cidadã na execução das políticas públicas brasileiras.

O CMDPI conforme sua reestruturação por intermédio da lei municipal 879/15, em seu décimo artigo, é definido como:

“(...) um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, fiscalizador, normativo e consultivo da Política Municipal para a Pessoa Idosa, de composição paritária, com a finalidade de congregar esforços junto aos órgãos e entidades públicas e de organizações

representativas da sociedade civil, estabelecendo diretrizes e aplicabilidade dessa política em consonância com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.”.

Dentre as competências específicas do CMDPI, listadas no décimo primeiro artigo da lei supramencionada, destacam-se: 1) elaborar, incentivar, fundamentar e promover políticas voltadas para o bem-estar, a proteção e a inserção social dos idosos (I, X, XII, IX, XIII, XIV, XVII, XVIII, XXII); 2) cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa (inciso II); 3) Fiscalizar e denunciar (inciso III, XV e XVII); 4) Elaborar, direcionar e cuidar de questões referentes aos planos orçamentários municipais destinados ao segmento dos idosos (V, VI, VIII); 5) Cuidar de seu funcionamento interno e da renovação de seus membros (XIX, XX).

O CMDPI é composto paritariamente por 8 membros, quatro deles ligados a secretarias governamentais (SEMDPDI (extinta), SEMAS, SEMUS e SEMED) e os outros quatro, à sociedade civil (2 membros pertencentes a entidades legalizadas, com no mínimo um ano de existência, que, explicitamente, promovam atividades com o público idoso; 2 membros usuários de serviços municipais destinados ao setor).

A datar de sua regulamentação em 2006, o CMDPI foi coordenado por três gestões distintas. De 2013 a 2016, encontrou-se inativo em virtude do abandono gradual de seus membros, e desde então, sua condução vem sendo realizada predominantemente por membros do governo, uma vez que há enorme dificuldade em se encontrar pessoas ou entidades da sociedade civil que queiram participar e/ou possam atender aos critérios supramencionados para a composição do órgão.

Com a implementação da lei municipal nº 879/15 e sob a pressão do Ministério Público local, deu-se início ao processo de recomposição do conselho. À época, apenas duas entidades representativas da sociedade civil se dispuseram a colaborar, sem sucesso: um abrigo filantrópico de senhoras e uma organização não-governamental que, em parte, realizava trabalhos sociais ligados ao tema da terceira idade. Por conta das duas vagas não ocupadas, o quadro permaneceu irresoluto até dia 28 de maio de 2016⁸⁴, quando novos conselheiros municipais foram designados e aprovados por decreto municipal, sendo empossados no dia 25 de julho do mesmo ano⁸⁵.

⁸⁴ DO 28/06/2016 <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/publicacoes/diario-oficial-dia-28062016>

⁸⁵ “Conselho do Idoso toma posse” in <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/?s=conselho+do+idoso>

Em 28 de julho de 2017, o atual prefeito indicou novos membros do governo para a composição do órgão⁸⁶. Em 19 de janeiro do corrente ano⁸⁷, a prefeitura designou, em respeito à deliberação do plenário do CMDPI em Reunião Ordinária realizada no dia 19 de janeiro de 2018, os novos membros da mesa do CMDPI. Na mesma data, houve a convocação e a regulamentação do processo suplementar para a eleição de três conselheiros titulares da sociedade civil e seus respectivos suplentes, para a composição da entidade no triênio 2016-2019. Em 19 de março último, o edital para a eleição suplementar sofreu alteração devido a não inscrição⁸⁸ de entidades da sociedade civil no processo. No dia 22 do mesmo mês, a comissão eleitoral verificou que uma das usuárias inscritas não se encaixava nos critérios estabelecidos pelo edital da eleição suplementar. No dia 28 seguinte, através da Resolução CMDPI N° 003 /2018, o processo eleitoral foi definitivamente cancelado após ser reconhecida, conforme o parágrafo inicial do artigo primeiro da resolução, “(...) a vacância das vagas por parte das Entidades da Sociedade Civil por falta de interesse”⁸⁹. Na data em questão, a eleição foi prorrogada para 45 dias.

A indefinição se seguiu por mais tempo, até que, aproximadamente dois anos depois, no dia 17 de dezembro de 2020, o CMDPI finalmente tomou posse. A fala de um dos novos conselheiros resume a expectativa assumida na retomada:

“Nós retomamos um conselho que estava praticamente parado, sem avançar. É preciso ter sensibilidade para olhar para vários grupos, incluindo os idosos. Buscar quais são as necessidades deles e, assim, criar políticas que possam resolvê-las. Já sabemos que uma delas está na questão do transporte, e isso não se resume ao lazer. Alguns têm dificuldades para chegar em unidades de saúde, por exemplo. Ou seja, temos de pensar como melhorar essa situação”, alerta o suplente Alberto dos Santos Ferreira, ligado à ASSIDEF.”⁹⁰

O CMDPI, no âmbito legal, é um organismo de alta relevância para a elaboração de políticas públicas dirigidas ao envelhecimento saudável. Se, de fato, funcionasse sua

⁸⁶ DO 28/07/2017 <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/publicacoes/diario-oficial-dia-28072017>

⁸⁷ DO 19/03/2018 <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/publicacoes/diario-oficial-dia-19032018>

⁸⁸ “(...)Não havendo Entidade habilitada de acordo com o Art. 3º, I – 01 (um) representante de entidade ou organizações, com atuação no município, em atividade regular e legalmente constituída ou de grupos e/ou comunidades religiosas e clubes de serviço com ações explícitas e regulares de atendimento e/ou promoção dos direitos da pessoa idosa e III - 01(um) representante de entidade filantrópica prestadora de serviços de assistência social, com atuação na área de atendimento à pessoa idosa devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social. Havendo inscrição conforme II - 01 (um) representante dos usuários de serviços de assistência prestados à pessoa idosa indicado por associações comunitárias, grupos de convivência, movimentos de defesa dos direitos da pessoa idosa. (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos);” in DO 19/03/2018 <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/publicacoes/diario-oficial-dia-19032018>

⁸⁹ DO 28/03/2018 <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/publicacoes/diario-oficial-dia-28032018>

⁹⁰ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2020/12/18/conselho-municipal-dos-direitos-da-pessoa-idosa-toma-posse/> (acessado em 01/03/2021)

contribuição à melhora da qualidade de vida dos idosos mesquitenses seria inestimável. Por outro lado, nos dias atuais, mesmo que o conselho real não ultrapasse a representação de um conjunto de potencialidades, para os cidadãos mesquitenses mais velhos, ele continua a ser o espaço de intervenção social mais poderoso através do qual, esses últimos podem cobrar e conduzir suas respectivas demandas. Isto é o que preconiza, a título de lembrança, o inciso IV do quarto artigo da Lei 842/15: “a pessoa idosa deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política”. Todavia, mesmo entre os engajados nas mais diversas iniciativas para a promoção do envelhecimento saudável, as possibilidades empoderadoras do CDMPI seguem pouco atraentes. A investigação sobre os elementos que levariam a tal recusa e indiferença constitui a situação problema analisada neste projeto.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA O ENTENDIMENTO DA REPRESENTAÇÃO PSICOSSOCIOLÓGICA DA VELHICE

6.1.1 Apresentação da Teoria das Representações Sociais em Moscovici⁹¹

A Teoria das Representações Sociais (TRS) constitui uma das principais elaborações teóricas da psicologia social europeia, sendo inicialmente conceitualizada no trabalho do psicólogo social romeno Serge Moscovici, *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (1961). Seu trabalho revela-se original pela radicalidade com que estabelece uma zona de interseção entre a psicologia e a sociologia. Tal qual observa Duveen, “Moscovici é capaz de demonstrar, através de sua própria análise destes textos fundantes da sociologia moderna, que o referencial explanatório exigido para tornar os fenômenos sociais inteligíveis deve incluir conceitos psicológicos, bem como sociológicos” (Duveen, 2007, p. 12).

Nos tópicos a seguir, apresentaremos a teoria em seus pormenores, levantando, para além de Moscovici, a contribuição de seus mais destacados seguidores. Também apresentaremos uma revisão da produção bibliográfica sobre a TRS e o envelhecimento no Brasil.

6.1.2 Representação

De um modo geral, o ato de *representar* implica na recorrência ao uso de signos para nos referirmos a uma coisa. Em termos gnoseológicos, tal ato implica em trazer os objetos do mundo ao domínio do pensamento, assim possibilitando a avaliação e a assimilação dos mesmos.⁹²

⁹¹ Esta seção é composta a partir de dois textos. O primeiro, *Considerações sobre a Teoria das Representações Sociais em Serge Moscovici*, trata-se de meu trabalho de conclusão final para a disciplina de Psicossociologia em 2016. O segundo diz respeito a minhas contribuições para o artigo escrito em co-autoria com a Professora Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel “*As representações Sociais e o Envelhecimento no Brasil* (2018, não publicado).

⁹²Sob esta perspectiva, é um conceito fundamental na história da filosofia.

Na Antiguidade, Platão e Aristóteles teceram importantes considerações sobre a representação. A representação mimética, que faz a alma se desviar da beleza real e sucumbir à imperfeição das cópias, é um conceito-chave na concepção artística platônica (PLATÃO, 602c-603b,1993). Em Aristóteles, para além da arte, a *mimesis* é uma forma de representação que possibilita ao homem o próprio conhecimento do mundo. Em suas próprias palavras, “Imitar é natural ao homem desde a infância”. (ARISTÓTELES, 2004, p.40).

Entretanto, com o advento da Modernidade, independentemente do viés empirista ou racionalista, o conceito de representação assume um lugar definitivo na relação entre sujeito e objeto. Na metafísica cartesiana, a representação se faz fundamental para o conhecimento e distinção de seres perfeitos (Deus, alma, objetos geométricos) e imperfeitos (paixões e sensações) (Descartes, 1979). Em Hume, o denominado *Argumento da*

Em Moscovici, a noção de representação cumpre função determinante em nossa relação perceptivo-cognitiva com o mundo:

Em cada um desses casos, notamos a intervenção de representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível, como àquilo a que nós temos de responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo aquilo que define essa realidade. Eu não quero dizer que tais representações não correspondem a algo que nós chamamos o mundo externo. Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados (Moscovici, 2007, p.29).

Ela surge como uma terceira instância entre conceitos e percepções:

Poder-se-ia dizer que assim se constituem as ‘ciências’ ou ‘filosofias’ da experiência indireta ou da observação. O que é específico desta maneira de pensar? A psicologia clássica, que concordou em dar muita atenção para os fenômenos de representação, nos fornece informações úteis como ponto de partida. Ela a concebeu como processos mediadores de conceito e percepção. Ao lado destas duas instâncias psíquicas, uma de ordem puramente intelectual e outra predominantemente sensorial, as representações constituem uma terceira instância, de propriedades mistas. Propriedades que permitem movimentar-se da esfera sensorio-motora para a esfera cognitiva, do objeto percebido à distância a uma tomada de consciência de suas dimensões, formas, e assim por diante(...) (Moscovici, 1979, p.39-38).

Mais que uma instância mediadora, a representação constitui um processo através do qual conceitos e percepções originam-se mutuamente: “Assim, o objeto do conceito pode ser tomado como objeto de uma percepção e o conteúdo do conceito ser ‘sentido’” (Idem, p.39). As representações relacionam conceitos e percepções através de um duplo movimento de separação e associação⁹³.

Representação constitui uma das formulações mais interessantes na objeção cética do autor ao racionalismo (Sayre Mac-Corde, 1997). E por fim, na obra monumental de Immanuel Kant, *A Crítica da Razão Pura*, encontramos a representação como elemento delimitador de nossas possibilidades de conhecimento (Kant, 1974).

A conexão entre a noção de representação adotada por Moscovici e a revolução representacional desenvolvida na Modernidade é assim descrita por Vialves: “O conceito de representação é o que constitui a possibilidade do conhecimento para os metafísicos e para o pensamento douto por milênios. A crítica ao pensamento metafísico feita por Kant, e o surgimento das ciências sociais no século XIX, fizeram com que o conceito de representação ganhasse outros contornos. Não mais associado aos universais, nem estabelecido na constituição do sujeito e do objeto do conhecimento, passou a ser compreendido como um efeito/causa do pensamento social.(...) (Vialves, 2011, p.xi)”. Ao mesmo tempo, o autor salienta a natureza anti-metafísica do pensamento de Moscovici:“(…) O texto de Moscovici, na releitura do conceito de representação do século XIX, o subtrai ao dualismo tradicional estabelecido pela metafísica. Assim, o objeto do conhecimento não antagoniza com o objeto real, porque a representação tem acontecimento e eficácia, e estrutura modos de vida e de realidade. Em Moscovici, não cabe mais a discussão clássica da representação, já antes rompida pelo surgimento das ciências sociais, mas outra espécie de formulação, porque a realidade é dinâmica, mas circunstanciada” (Vialves,2011,p.xi).

⁹³Mediante os exemplos da libido (algo que mescla o fisiológico ao metafísico), e da técnica de livre associação de ideias que se confunde à confissão religiosa, Moscovici traça o movimento de separação que as representações estabelecem entre conceitos e percepções, tornando estranhas, noções, outrora, familiares: “(…)Ao dissociar a técnica psicanalítica de seu referencial teórico, a confissão de seu marco religioso, a sexualidade de seu marco de necessidade física, uma pessoa é convencida da validade da separação realizada. No entanto, não esquece seu

Para Moscovici, tornar familiar um objeto estranho a nosso sistema de ideias é o objetivo maior da representação. Destarte, representar um objeto é mais que desdobrá-lo na esfera do pensamento, significa reconstruí-lo dentro um conjunto de objetos pré-existentes no universo das representações individuais e sociais.

Em sua natureza psicológica específica, as representações não podem ser compreendidas sob a lógica do mito. Toda comparação desta ordem é falaciosa e visa torná-las algo “inferior, irracional e errôneo”. Ao contrário dos mitos, que constituíam a mundivisão dos homens “primitivos”, as RS são fenômenos contemporâneos, típicos de nossa sociedade.

Moscovici procura demonstrar que a abrangência explicativa das RS é muito superior ao de outras noções sociopsicológicas que lhes são, a princípio, equivalentes. Sua análise enfoca duas destas noções, a saber, a *opinião* (e de certa forma, a *atitude*) e a *imagem*.

A *opinião*, considerada uma etapa prévia da *atitude*, nasce da reação de um indivíduo a um determinado estímulo. Parcial e instável (pode ser alterada conforme o método e o agente que a obtém), a opinião nada nos diz sobre o contexto social ou sobre as intenções do sujeito que a emitiu. É um instrumento para a previsão de ações, a qual o autor caracteriza como um “comportamento em miniatura”.

A *imagem* se distingue da opinião porque, para além de seus aspectos predicativos no que tange à ação, aquela nos remete a valores e juízos. Imagens nascem da internalização do mundo exterior, são “sensações mentais” produzidas por pessoas ou coisas sobre nós. As imagens se relacionam de forma complexa entre si, filtrando as informações que nos chegam. São fundamentais à manutenção do passado e, diante das instabilidades do devir, à estabilização da realidade que nos cerca.

A fundamentação das RS, para Moscovici, se estabelece sobre postulados distintos daqueles presentes nas noções supracitadas:

caráter de aproximação. Pelo menos, a terapêutica se torna compreensível, a libido aparece articulada a um substrato concreto e tomou um olhar de concreto com o que era rotineiro, a confissão e, especialmente, a sexualidade. É aí que reside o poder criativo da atividade representativa: a partir de um acúmulo de conhecimento e experiência, ela pode movê-los e combiná-los, para integrá-los em um lugar ou pô-los em outro.”(Moscovici, 1979, p.41) Quanto à associação, nos escreve ele: “Além disso, uma representação faz-se circular e reúne experiências, vocabulários, conceitos, comportamentos provenientes de origens muito diversas. Deste modo, reduz a variabilidade dos sistemas intelectuais e práticos, e, também, os aspectos desconexos do real. O incomum se desliza através do costumeiro, o extraordinário se torna frequente. Por conseguinte, os elementos pertencentes a diferentes regiões de atividade e do discurso social são transpostos entre si e servem como sinais e / ou meios de interpretação uns dos outros. (...) A redundância resultante dessas parcerias expressa a reduplicação incansável dos mesmos objetos, dos mesmos signos, donde quer que seja possível realizar uma combinação feliz e, assim, compreendê-la. A criatividade e a redundância das representações revelam a sua grande plasticidade e, não menos, sua inércia, propriedades contraditórias, certamente, mas uma contradição inevitável. Somente com esta condição, o mundo real e mental se faz sempre outro e permanece um pouco o mesmo: o estranho penetra a fissura do familiar e o familiar a fissura do estranho.”(Idem, p.41)

a) Sujeito e objeto não são heterogêneos nas circunstâncias em que se relacionam. O mundo exterior não se encontra separado do mundo interior dos indivíduos, estímulo e resposta formam uma unidade. A elaboração de conceitos só pode ser compreendida no momento em que se compreende o contexto no qual estes foram concebidos. Na dinâmica da criação e de transformação dos objetos, o sujeito não se resume a um acumulador de dados externos e sua posição é, sobretudo, ativa e criadora.

b) Opiniões, imagens e atitudes necessitam de arcabouços teóricos explicativos. As RS modelam os meios em que se processam o significado do comportamento, estabelecendo valores e conceitos, portanto, não se limitam à predição atitudinal.

c) Opiniões, imagens e atitudes são recortes seletivos do conhecimento, oriundos de uma visão estática dos grupos sociais. “(...) As representações sociais são conjuntos dinâmicos, sua característica é a *produção* de comportamentos e de relações com o meio. Trata-se de uma ação que modifica a ambos e não uma reprodução destes comportamentos ou destas relações, nem uma reação a um estímulo exterior dado” (Ibidem, p.33).

As representações encerram uma dimensão simbólica e figurativa que é engendrada por práticas sociais. “Sabemos que correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra em sua elaboração e por outro, à prática que produz tal substância, assim como a ciência e os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (...)” (Ibidem, p.27).

Ainda que tenha sido contemporâneo da onda cognitivista, iniciada na década de 1950, ele não concorda com a representação mentalista dos objetos externos, promovida pelos autores do movimento, exatamente por tratar-se de uma formulação no qual são abandonadas a dimensão do simbólico e do social (Duveen, 2007, pp.19-20). Desta feita, uma vez redimensionada a maneira como se concebem os processos cognitivos, o autor estabelece uma delimitação entre cognição social e representação social.⁹⁴

⁹⁴ “(...)Na verdade, é através dessa articulação da relação entre processo e estrutura, na gênese e organização das representações, que a teoria oferece, na psicologia social, uma perspectiva distinta daquela da cognição social (cf. Jovchelovitch, 1996)(...)” (Duveen, 2007, p.20).

Para outras críticas em igual sentido, em especial, a partir da síntese dos trabalhos de Farr e Forgas, recomenda-se a leitura do artigo de Marcos Alexandre, “Representações Sociais: uma genealogia do conceito”, 2004.

6.1.3 Durkheim e as representações coletivas

A Teoria das Representações Sociais encontra sua principal fonte precursora⁹⁵ na obra de Durkheim. Moscovici tem como ponto de partida a noção de representação coletiva⁹⁶

⁹⁵No artigo “Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire”, 2003, além de Durkheim, Moscovici sintetiza a contribuição histórico-singular de outros autores nas ciências humanas sobre a importância das representações coletivas no entendimento dos fenômenos sociais. Constata que Simmel “viu (...) no interior das idéias ou representações sociais uma espécie de operador que permite cristalizar as interações entre uma soma de indivíduos, como também, formar a unidade superior, que é a instituição (partido, igreja, etc.), de modo a passar do nível molecular ao nível molar”.(Moscovici, 2003, p.81). Em Weber, encontra as representações como veículos para as ações individuais, “(...) um saber comum com o poder de antecipar e prescrever o comportamento dos indivíduos, programá-los, diríamos”.(Idem p.81) Destaca que para Lévy_Bruhl crenças e pensamentos coletivos seriam mais importantes para os estudos sociais que a abordagem de atos e pensamentos moleculares. “A sociedade não poderia ser explicada por operações lógicas e mentais de tipo único”. Moscovici analisa a distinção entre sociedades “primitivas” e “civilizadas”, feita pelo antropólogo, para ressaltar os contrastes entre o pensamento místico e sobrenatural próprio às primeiras, e o apelo à racionalidade e à reflexão encontrado nas segundas. Longe de recorrer à ilustração com fins depreciativos, Moscovici identifica neste contraste, a identificação de maneiras completamente distintas de representação coletiva. Recorrendo ao exemplo da sombra (tida como entidade sobrenatural para os “primitivos” e fenômeno físico causado pela ausência de luz, para os “civilizados”), o autor mostra como um mesmo fato é interpretado de forma completamente diferente graças a representações coletivas derivadas de sociedades diferentes.

⁹⁶Embora a noção seja lembrada por sua natureza pré-sociopsicológica, o propósito de Durkheim é, sobretudo, a delimitação de domínio entre ambas as ciências: “A vida coletiva do indivíduo é feita de representações: é, pois presumível que representações individuais e representações sociais sejam, de certa forma, comparáveis. Tentaremos, exatamente, demonstrar que ambas mantêm a mesma relação com o respectivo substrato. Essa ligação, longe de justificar o conceito que reduz a sociologia a mero corolário da psicologia individual, porá, ao contrário, em relevo, a independência relativa desses dois mundos e dessas duas ciências”. (Durkheim, 1970, p.16).

Após longa refutação de postulados e argumentos psicofisiológicos, Durkheim define a natureza mentalista da psicologia, defendendo a existência da consciência enquanto fenômeno mental: “Portanto, se a memória é exclusivamente uma propriedade dos tecidos, a vida mental nada é, pois não é nada além da memória. Não queremos dizer com isso que nossa atividade intelectual consista exclusivamente em reproduzir sem modificações os estados de consciência anteriormente experimentados. Mas para que eles possam ser submetidos a uma elaboração verdadeiramente intelectual, diferente por conseguinte, da que resulta exclusivamente das leis da matéria viva, é preciso que tenham existência relativamente independente de seu substrato material. De outra forma, aqueles estados de consciência reunir-se-iam assim como nascem e renascem em função e afinidades puramente físicas...”(Idem, p.23)”.

Uma vez considerada a existência da consciência não mais como epifenômeno das propriedades fisiológicas do cérebro, o autor pode estabelecer a autonomia da própria consciência social:

“Da mesma forma, a vida coletiva, embora residindo no substrato coletivo, pelo qual se liga ao resto do mundo, nele não vive de modo ser por ele absorvida (...) Eis por que a matéria primeira de toda consciência social está em relação estreita com o número de elementos sociais, com a maneira pela qual se agrupam, e se distribuem, etc, isto é, com a natureza do substrato. Mas, uma vez que uma primeira base de representações assim se constitua, elas se tornam pelas razões que apresentamos, realidades parcialmente autônomas, que vivem uma vida própria (...)” (Idem, p.44).

Ainda assim, em suas respectivas autonomias, representações individuais e coletivas constituem esferas independentes. As primeiras pertencem à psicologia, as segundas, à sociologia. As representações coletivas não são redutíveis aos fenômenos individuais.

Interessante observar que, em obra anterior, *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim teria atribuído à psicologia social, a tarefa de compreender o funcionamento das representações sociais:

“No que se refere às leis do pensamento coletivo, elas são totalmente desconhecidas. A psicologia social, cuja tarefa seria defini-las, não é nada mais que uma palavra descrevendo todo tipo de variadas generalizações, vagas, sem um objeto definido como foco. O que é necessário é descobrir, pela comparação de mitos, lendas, tradições populares e linguagens, como as representações sociais se atraem e se excluem, como elas se mesclam ou se distinguem etc (Durkheim, 1895/1982: 41-42 apud Moscovici, 2007, p.42).

desenvolvida, inicialmente, pelo sociólogo francês. Segundo o autor, trata-se de um conceito “perdido”, “eclipsado”, que deve ser “(...) exumado de seu glorioso passado, reatualizado e compreendido em sua especificidade.” (Moscovici, 1979, p.27).

A inovação trazida pelas representações coletivas consiste em delimitar e relacionar a natureza dos fenômenos psicológicos (representações individuais) e sociológicos (representações coletivas)⁹⁷.

Para Moscovici, entretanto, as representações coletivas, em sua abrangência (que incluiria toda produção intelectual da humanidade, do mito ao espaço-tempo), dispunham de um reduzido poder explicativo. Genéricas em sua concepção, mostravam-se inúteis para explicar um escopo tão heterogêneo de elaborações. Ademais, voltavam-se à coesão social e, portanto, não se adequavam ao entendimento das transformações constantes que tornam o social algo dinâmico. Para Moscovici, as RS não se resumem a uma categoria intelectual, pois que manifestam a própria transitoriedade da dinâmica social. Com efeito, devem ser vistas não mais como um conceito, mas como um *fenômeno*.

A tabela abaixo apresenta as diferenças entre as representações coletivas e as RS:

Tabela 19

Fenômeno	Conceito
Dinâmica em termos de análise e estrutura	Estáticas
Analísáveis	Não são redutíveis a análises posteriores/Similares a átomos e genes, sua utilidade é irrelevante
Abrangência limitada a eventos contemporâneos específicos	Abrange um amplo leque de produções intelectuais humanas
Voltada para as transformações da sociedade contemporânea	Voltada para sociedades “primitivas” ou para resíduos culturais do mundo pré-histórico

⁹⁷ O conceito de representação coletiva ganha maior relevância nas elaborações teóricas iniciais e finais de Durkheim, apresentando maior desenvolvimento em sua última obra acerca do estudo das formas religiosas de pensamento. Para este propósito se recomenda a leitura do artigo de M. de Oliveira, “O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares”, 2012. Para uma compreensão epistemológica do conceito de representação em Durkheim, incluindo a análise da influência neocrítica nas formulações durkheimianas, sugere-se a leitura do artigo de Fernando Pinheiro Filho, “A noção de Representação em Durkheim”, 2004.

6.1.4 O pensamento como ambiente e a natureza convencional e prescritiva das representações sociais

A fim de situar, epistemologicamente, as RS, Moscovici retrata o pensamento enquanto um ambiente. A ciência e as formas míticas de pensamento “primitivo” constituem recortes desta ambientação, se inter-relacionando de maneira diversa no que tange à maneira como interveem na realidade. O pensamento científico reage à realidade, ao passo que o pensamento “primitivo” age sobre a realidade. Diante da natureza, a ciência tem no pensamento, uma réplica do objeto de seu estudo; em seu lugar, o pensamento “primitivo” se torna uma réplica do objeto natural por ele apreendido. A mente científica se amedronta diante do poder do pensamento; a mente primitiva teme a natureza. O que se percebe, em ambas as formas de se pensar, é o medo do descontrolo sobre a realidade, receio este que, segundo o autor, aflige a todos nós.

Para Moscovici, a psicologia social não deve postular distinções no modo pelo qual reagem à realidade a pessoa do senso comum e a pessoa da ciência. Ainda que ambos os domínios apresentem suas devidas distinções, a maneira como o mundo é compreendido obedece a um mesmo processo informativo. Representações determinam as operações cognitivas e, sobre estas, estabelecem certa independência. Destarte, a forma como, tradicionalmente, as ciências cognitivas trataram os vieses e as dissociações subjetivas, relaciona-se apenas a modelos normativos específicos, o que, também, significa dizer que, estando toda percepção da realidade determinada pelas representações sociais, a realidade sempre nos chega enviesada.

As RS se diferenciam de seu conteúdo representativo, bem como de outras representações. Elas são constituídas por signos e, como tal, convencionam objetos, pessoas e acontecimentos. No caso dos gestos, as convenções assumem um aspecto preliminar de caráter simbólico polissêmico.

Para Moscovici, quando convencionam objetos compartilhados por certos agrupamentos sociais, as RS assumem o papel de *categorias modelos*. Se um determinado objeto mostra-se inadequado ao grupo, a categoria surge como uma fôrma, adequando a estranheza do objeto em questão, ao modelo representacional pré-estabelecido. Em última instância, toda a realidade é predeterminada por convenções que filtram as informações significativas das não-significativas. Graças a esta característica, a natureza convencional das

RS torna-se decisiva em situações cotidianas, como, por exemplo, a identificação de sintomas e de doenças.

Segundo o autor, não podemos nos libertar totalmente das convenções. A conscientização sobre sua influência gera relativa liberdade apenas. As RS, assim como a cultura e a linguagem, estabelecem estruturas condicionantes.

Representações, também, são estruturas prescritivas. Por tal natureza, não são pensadas pelas pessoas, mas re-pensadas ou re-apresentadas. Até porque, as RS não podem ser criadas por indivíduos isoladamente. Isto explica a natureza duradoura da experiência e das formas do pensamento que, uma vez criadas, continuam a penetrar e modificar nossos pensamentos presentes. Em sua natureza duradoura, o processo de nascimento das representações transcorre em círculos, colisões, aproximações e distanciamentos. A memória mantém viva a representação; seu esquecimento cria um fantasma destituído de poder convencional.

6.1.5 O paradigma da compreensão⁹⁸ nas representações sociais

As RS se centram no ser humano e, e em lugar de enfatizarem o comportamento, guiam-se pelo paradigma da compreensão:

“(…)Tudo, em última análise, é comportamento, um problema de fixar estímulos para as paredes de nosso organismo, como agulhas. Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender” (Moscovici, 2007, p.43).

⁹⁸ Com base nos conceitos de Heidegger, Gadamer e Bachelard, a professora Cecília Minayo assim definiu o paradigma da compreensão:

“O verbo principal da análise qualitativa é compreender.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos. Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses. Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido” (Minayo, 2012, p.623).

Nesta continuidade, em lugar de uma refutação teórica, Moscovici estabelece uma crítica cultural ao *behaviorismo*. As ciências do comportamento construíram um mundo behaviorista, terminando, com isso, por instituir uma *cultura*. “Não se defende, nem se refuta, uma cultura” (Idem, p.42), nos escreve o autor. Ainda assim, é preciso superar as limitações do *behaviorismo* e abordar o ser humano enquanto o mesmo “(...) tenta resolver os enigmas centrais de seu próprio nascimento, de sua existência corporal, suas humilhações, do céu que está acima dele, dos estados da mente de seus vizinhos e dos poderes que o dominam: enigmas que o ocupam e preocupam desde o berço e dos quais ele nunca para de falar.(...)” (Idem, p.42). Em sua crítica, o autor ressalta a concepção de que os pensamentos não se resumem a comportamentos epifenomenalizados.

Moscovici entende a compreensão como uma faculdade humana nascida no processo comunicativo. A compreensão é o pilar da “sociedade pensante”, um termo cunhado para descrever o espaço comunicativo no qual os grupos humanos intercambiam crenças, ações e formas de pensamento como a ciência e a ideologia.

Segundo o autor, aqueles que se contrapõem à ideia de uma “sociedade pensante” costumam levantar dois tipos de negação: a) a negação de tipo comportamental, que concebe a mente como uma “caixa preta no interior de uma grande caixa preta” onde os pensamentos são condicionados por forças externas. b) a negação de tipo marxista, para qual as massas estão sempre a reproduzir a ideologia ditada pelas classes dominantes.

Moscovici observa que as pessoas não são receptores passivos de ideias, mentes não são “caixas pretas”, mas inquietantes “buracos negros”. Todo ser humano produz de modo contínuo, suas representações. A ideologia, a ciência e os acontecimentos sociais auxiliam na criação dessas representações pessoais.

6.1.6 Universos consensuais e universos reificados

Outrora, havia o binômio *sagrado/profano*. O mundo do sagrado se manifestaria para além da intencionalidade, seria o mundo do “além”, e sua separação do universo cotidiano dos homens o tornaria objeto de culto. Por sua vez, o mundo do profano seria a dimensão das atividades humanas, o mundo do utilitário. Apesar de suas respectivas culturas, os indivíduos encontrariam, nesta oposição, o limite entre o que poderiam mudar e aquilo que poderia mudá-los. Moscovici afirma que esta dicotomia foi substituída pelas noções de *universo reificado* e *universo consensual*.

O universo consensual é essencialmente humanizado. Nele, a sociedade pensa, se expressa, estabelece seus sentidos e teleologias. Nele, a liberdade e a diversidade permeiam os debates e os questionamentos. Do mesmo modo que usufruem da liberdade, os homens do universo consensual usufruem da igualdade. Apresentam competências que lhes são exclusivas, não obstante venham adquiri-las em razão de determinadas circunstâncias. As RS tratam do universo consensual logo, segundo o autor, elas “(...) restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos (...)” (Ibidem, p.52). Cabe ressaltar que, as representações, enquanto elementos exclusivos do universo consensual, formam a matéria-prima da psicologia social.

O universo reificado é o espaço dominado pelas coisas. Se, no outro universo, o ser humano é a medida de todas as coisas, neste as coisas se tornam medida para todos os homens. Não há fluidez em tal dimensão, suas entidades são “(...) sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. (...)” (Ibidem, p.50). O agir, o pensar e o criar humanos, destituídos de suas características reflexivas, são investigados de forma isolada, estando seu critério de verdade à mercê do que é ditado por algumas ciências. A finalidade do universo reificado é “(...) estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso. Pelo fato de ocultar valores e vantagens, eles procuram encorajar precisão intelectual e evidência empírica (...)” (Ibidem, p.52).

Do ponto de vista da estrutura social, o universo reificado se estabelece sobre a desigualdade das classes, enfatizando a hierarquia de papéis e a competência conforme o mérito.

Moscovici observa que a ideologia não pertence, especificamente, a nenhum dos dois universos, permitindo, assim, que o mundo das representações, próprio ao universo consensual, possa ser subordinado ao mundo reificado da ciência. A ideologia tanto pode ser concebida como representação, quanto como ciência.

6.1.7 O familiar e o não familiar

Transformar o *não familiar* em algo *familiar* é o objetivo das representações sociais. Para Moscovici, em hipótese, elas podem apresentar outras finalidades⁹⁹, mas nenhuma se mostra tão forte quanto à finalidade supramencionada.

A *familiaridade* nos assegura contra o risco, o que a torna própria ao universo consensual. A partir de paradigmas pré-estabelecidos, nos habituamos a definir objetos e acontecimentos. À vista disso, na familiarização “(...) a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’(...)” (Ibidem, p.55).

O não familiar nos atinge de maneiras contraditórias: “(...) Algo parece ser visível sem o ser: ser semelhante, embora sendo diferente, ser acessível e, no entanto, ser inacessível. (...)” (idem, p.56). Moscovici cita o exemplo da pessoa comum (“o homem da rua”, dos boatos e das experiências pessoais cotidianas) que tenta se familiarizar com informações vindas de universos reificados (ciência, arte, economia, etc.), experimentando noções reificadas como “invisíveis” ou “irreais”. Também, menciona as reações de estranhamento geradas pelos choques interculturais.

O tensionamento entre o familiar e o não familiar ocorre conforme uma rotina de repetições no universo consensual, uma rotina marcada pela reintrodução de conhecimentos já adquiridos, à semelhança de um “*dejà vu*”.

A ciência, por sua vez, é o oposto da familiaridade. Conforme foi dito em parágrafos anteriores, quando nos familiarizamos com algo que nos é não familiar, chegamos a conclusões ignorando quaisquer premissas referentes ao assunto; de igual modo, tecemos vereditos sem mesmo termos realizado algum julgamento prévio. Todavia, antes de concluir, o procedimento reificado da ciência segue à risca as premissas que o antecedem; de igual forma, a ciência não chega ao veredito sem um minucioso julgamento anterior. Independente da autoridade e da tradição, a ciência torna o familiar algo não familiar. O cientista, devoto da neutralidade axiológica e devidamente distanciado de seu objeto de pesquisa, extrai o familiar de suas dimensões consensuais. Ele o submete ao crivo de testes e evidências empíricas, para no fim,

⁹⁹Moscovici elenca três hipóteses cognitivas iniciais para descrever possíveis finalidades das RS. A primeira delas se fundaria na *desiderabilidade*, ou seja, no desejo de ocultar ou revelar nossas intenções; a segunda estaria relacionada ao *desequilíbrio*: as representações buscariam a resolução de conflitos psíquicos; a terceira nasceria da necessidade de *controle* sobre o comportamento individual, as representações funcionariam como filtros oriundos do meio ambiente (ideologia). Para o autor, o conteúdo de verdade das hipóteses apresentadas é muito fraco e genérico “(...) elas não explicam por que tais funções devem ser satisfeitas por esse método de compreender e de comunicar e não por algum outro, como pela ciência ou a religião, por exemplo”. (Moscovici, 2007, p.52)

através da formalização lógica e da estatística, torná-lo não familiar. Nas palavras de Moscovici, “(...) dessa maneira a ciência prova, por contraste, que o propósito das representações sociais é precisamente o que eu já indiquei anteriormente” (Ibidem, p. 59).

6.1.8 Ancoragem e objetivação

Após identificar agudas distinções entre as RS e a ciência, Moscovici tratou de evidenciar em quais aspectos ambas se mostram complementares. O autor observa que a ciência não apenas configura o universo das coisas, mas, também, penetra o universo consensual na medida em que, ela própria, engendra representações. Sua produção é tamanha, que o próprio senso comum, massivamente, impactado por tais produções, passa a ser considerado como a “ciência convertida em algo comum”.

A partir deste ponto, chegamos a dois processos fundamentais à formação das RS, a *ancoragem* e a *objetivação*.

Ancorar é um processo através do qual ideias que nos são estranhas se tornam familiarizadas. Ele pressupõe um sistema de categorias redutoras, reguladas por um determinado paradigma. As categorias criam *protótipos* imagéticos que servem para a imediata identificação de um fenômeno.

Em um nível mais amplo, o sistema de categorias se encontra vinculado a uma teoria reguladora. Se o sistema cai em desuso, a teoria a ele ligada é abandonada também.

A ancoragem é, igualmente, um procedimento de nomeação e classificação de objetos. Segundo o autor, o sistema de classificação possui uma axiologia hierarquizada, cuja valoração é, obrigatoriamente, “positiva” ou “negativa”.

Para ilustrar o processo de ancoragem, Moscovici recorre às pessoas com deficiência mental, descritas na tese de Denise Jodelet¹⁰⁰. Forçadas a viver em meio aos aldeões franceses, elas terminaram classificadas conforme o sistema local de representações (“loucos”, “vagabundos”, “epiléticos” e “maloqueiros”). A força do paradigma local, através do qual os deficientes eram classificados como “esquisitos”, prevalecia sobre a real semelhança dos classificados para com o paradigma. Moscovici ressalta que os aldeões enfatizavam o estranhamento, minimizando as condições desconfortáveis em que viviam seus vizinhos “esquisitos”. Desta forma, a ancoragem apresenta dois aspectos: a) as predicções precedem os

¹⁰⁰ JODELET, D. (2005). Loucuras e Representações Sociais. Cap. 2. *Figuras e imagens do contato público com os loucos*. Petrópolis: Editora Vozes; 391p.

sujeitos b) conhecer alguém, uma vez que interpretamos gestos, termos, e eventos conforme representações previamente estabelecidas, acaba se tornando uma espécie de reconhecimento deste alguém.

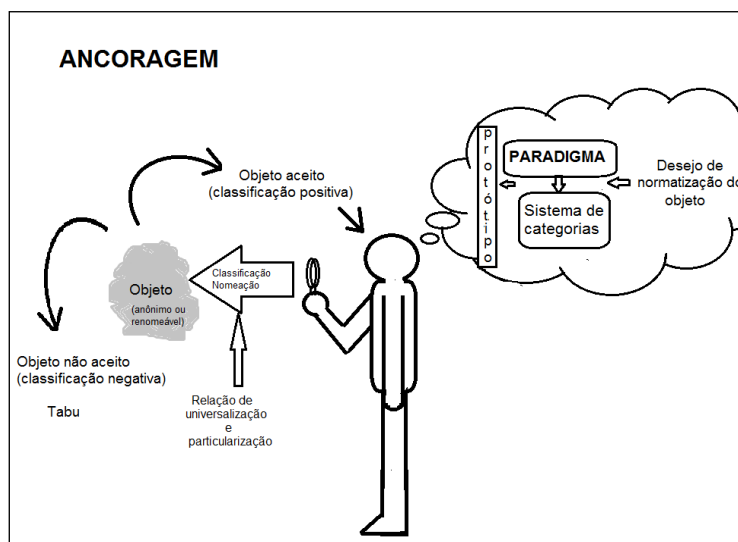
Para Moscovici, classificar também implica em *nomear*. O ato de nomear apresentaria as seguintes características:

- a) Tornar, com o passar do tempo, necessária a relação, arbitrária em princípio, entre o objeto nomeado e o nome que lhe atribuíram;
- b) Atribuir tendências e características ao nomeado;
- c) Distinguir, em virtude de características e tendências, o nomeado de outros nomeados;
- d) Submeter o nomeado às convenções do grupo social que o nomeou
- e) Criar uma genealogia (princiada na nomeação do anônimo);
- f) Compreender a dimensão intencional das pessoas e formar opiniões;

Moscovici conclui que toda percepção carrega uma ancoragem. Desta forma, todo sistema classificatório apresenta uma perspectiva, um viés¹⁰¹.

O esquema (Esquema 2) abaixo busca ilustrar o processo de ancoragem em suas principais características:

Esquema 2



¹⁰¹Longe de ser uma dissonância cognitiva, para Moscovici, o viés não deve ser tomado como um problema: "(...) Os vieses que muitas vezes são descritos não expressam, como se diz, um déficit ou limitação social ou cognitiva, mas uma diferença normal de perspectiva, entre indivíduos ou grupos heterogêneos dentro de uma sociedade. E não podem ser expressos pela simples razão que seu oposto - a ausência de um déficit ou de uma limitação social ou cognitiva - não tem sentido. Isso equivale a admitir a impossibilidade de uma psicologia social de um ponto de vista de Sirius, como os que querem que as coisas sejam como pretendem que sejam, isto é, se colocarem unicamente e ao mesmo tempo, tanto dentro da sociedade, como observá-la de fora; que afirmavam que *uma* das posições, dentro da sociedade, era normal e todas as outras divergentes dela. Essa é uma posição totalmente insustentável" (Moscovici, 2007, p. 70).

Moscovici define a *objetivação* como a realização de uma ideia não familiarizada, ou ainda, a concretização de uma ideia abstrata. Quando objetivamos, invertemos a relação entre coisas e palavras e criamos um nível de realidade. O autor exemplifica esta constatação nos fazendo recordar que, antes de cederem espaço para as representações da ciência, as entidades sobrenaturais hegemonizavam as culturas do passado.

As objetivações possuem *núcleos figurativos* que encerram imagens capazes de representar uma ideia. Em nível social, se bem recebidos por representações já existentes, os conceitos expressivos podem ganhar força figurativa. Quando são capazes de replicar a realidade que representam, convertem-se em verdadeiros simulacros. Não é de se espantar que a eficácia de um conceito em sua materialização, possa levar à idolatria. Todavia, em circunstância contrária, tornam-se tabus aqueles conceitos que não conseguem se adequar às representações reinantes.

Segundo Moscovici, é no plano da cultura que ideias significativas constroem a realidade. Esta assertiva tem implicações radicais no tocante a produção científica, posto que a própria ciência e seus objetos passam a constituir o mundo das representações. Ainda neste sentido, os conceitos científicos, que também seguem as regras de objetivação, reforçam a tendência, própria e singular de nossa cultura, de objetivar os fenômenos sociais e psicológicos.

Para Moscovici, os processos de ancoragem e objetivação constituem modos distintos de preservação e renovação de nossas memórias. Na ancoragem, o movimento em direção a memória é *interno* e se caracteriza pela absorção e classificação do que não nos é familiar. Na objetivação, o movimento é *externo*, noutras palavras, busca-se levar aos outros aquilo que conhecemos e armazenamos em nossas memórias.

6.1.9 Representações sociais e teoria da atribuição

Tendo como referência a psicologia norte-americana, Moscovici descreve como *teoria da atribuição*, a tendência em se buscar causalidades para fenômenos relativos a pessoas e coisas. No que diz respeito ao vínculo entre teoria da atribuição e pensamento estatístico, esta busca vem acompanhada pela necessidade de se dimensionar a ordem e a frequência das causas.

O objeto das RS, a dimensão estável do ser humano a partir de seus elementos instáveis (imprevisibilidade, diversidade etc.), segue um percurso adverso ao da teoria da atribuição. Afora isso, a causalidade nas RS nem sempre se sucede de forma racional. O autor cita o exemplo da aceitação dos *Gulags* e Campos de Concentração, no qual a confiança extrema nas

autoridades induzia algumas pessoas a proferirem sentenças, aparentemente causais, do tipo “se foi parar lá, não foi à toa”.

Segue abaixo, uma tabela de oposições entre ambas às teorias:

Tabela 20

O pensamento é bi-causal. Causa e efeito se relacionam a fins e meios: um comportamento ocorre de determinada forma porque obedece a um propósito.	O pensamento é mono-causal. Limita-se a saber o “porquê” do comportamento, a fim de , posteriormente, eliminá-lo.
Fenômenos não familiares que devem ser familiarizados	Fenômenos que se repetem em conformidade a leis.
Motivos e intenções	Causas
Busca a <i>causalidade primária</i> :“(…) Tudo o que as pessoas fazem, ou dizem, cada contratempo normal, parece ter um sentido, intenção ou propósito ocultos, que nós tentamos descobrir(…)”(Ibidem, p.81).	Busca a <i>causalidade secundária</i> : “(…) é uma causalidade eficiente. É ditada por nossa educação, nossa linguagem, nossa visão científica do mundo e tudo isso nos leva a desvestir as ações, conversações e fenômenos do mundo exterior, de sua porção de intencionalidade e responsabilidade considerá-los apenas como dados experimentais, que devem ser vistos imparcialmente (…)”(Ibidem, p.82).

A despeito dos quadros teóricos supramencionados, as causalidades podem ser classificadas pela relação que estabelecem entre mundo e pensamento, entre subjetividade e objetividade e pela atribuição que dirigem ao papel das situações sociais e dos indivíduos.

Quanto ao primeiro tipo, podem ser *externas* ou *internas*. Se o efeito de determinados comportamentos ou eventos é agregado a um protótipo, dizemos que este efeito possui uma *causa externa*. Em caso contrário, dizemos haver uma *causa interna*. De igual modo, procurar uma ordem objetiva naquilo que é subjetivo, resulta em uma *atribuição*, ao passo que, procurar uma ordem subjetiva naquilo que é objetivo, resulta em uma *inferência*.

Quanto ao segundo tipo, quando buscamos desvendar as intenções por detrás de um comportamento pessoal, somos levados a uma *causalidade em primeira pessoa*. No entanto, se almejamos a visualização de fatores invisíveis no comportamento, nos deparamos com uma *causalidade em terceira pessoa*.

O terceiro tipo de causalidade é denominado por Moscovic, *causalidade social*. Nos termos do autor, “Para sintetizar, uma teoria de causalidade social é uma teoria das atribuições e inferências que os indivíduos fazem e também, da transição de uma a outra. Evidentemente, tal transição é inseparável da teoria científica que lida com esse fenômeno (…)” (Ibidem, p. 84). Ainda que a teoria da atribuição dimensione as explicações sobre os eventos sociais sob uma

perspectiva estatística, o autor salienta que os “por quês”, aquilo que nos inspira a buscar causas para os fenômenos, derivam da maneira como interpretamos a realidade. Independentemente da teoria que adotemos, nossas explicações sobre eventos sociais sempre decorrem de uma representação social. Neste sentido, a própria teoria das atribuições nasce de uma representação social.

Quanto ao enfoque da causalidade social, Moscovici identifica duas perspectivas opostas. É chamada *causalidade pessoal* aquela em que o indivíduo atribui as razões de um dado fenômeno social a qualidades ou responsabilidades de outro indivíduo; por sua vez, quando a explicação do fenômeno decorre de causas ambientais ou coletivas, a causalidade é chamada *situacional*. No âmbito da política, esta oposição nos remete à clássica distinção entre conservadores e progressistas, amplamente conhecida pela dualidade entre *pensamento de esquerda* e *pensamento de direita*. Para Moscovici, a *causalidade pessoal* é de *direita* e está vinculada à ideologia das classes dominantes, assim como a *causalidade situacional* é de *esquerda* por estar posicionada conforme a perspectiva das classes dominadas. Não existem categorias situacionais ou pessoais axiologicamente neutras, toda causalidade se justifica através de uma representação:

“(…)A psicologia social não pode ignorar o fato de que o mundo está estruturado e organizado de acordo com tal divisão e de que existe uma divisão permanente. De fato, cada um de nós está necessariamente obrigado a adotar um desses dois tipos de causalidade, juntamente com a visão do outro que ele implica. As consequências que derivam de tal proposição não poderiam ser mais precisas: os motivos de nossas ações são ditados e estão relacionados com a realidade social, a realidade cujas categorias contrastantes dividem o pensamento humano tão nitidamente como o fazem dualidades tais como alto e baixo, homem e mulher, etc.”(Ibidem, pp 86-87)

Apesar das críticas ao enfoque individualista/indutivista/mecanicista/ quantitativista, característico à teoria da atribuição, Moscovici não sugere que abandonemos esta formulação teórica. Longe disso, sua crença é a de que a TRS, uma vez reconhecida enquanto mediação necessária, poderia aprimorá-la.

Podemos encarar a TRS como um programa em constante aprimoramento. Celso Pereira de Sá observa que a necessidade de evidências empíricas para a sustentação e o refinamento das primeiras elaborações, levou Moscovici a promover e incentivar a realização de inúmeras pesquisas experimentais. Como consequência, “tal orientação tem ensejado a condução, pelo mundo afora, de pesquisas tão numerosas quanto diversificadas do ponto de vista dos grupos sociais e de seus objetos de representação” (Sá, 2011, p.387).

6.1.10 A Teoria e seus expoentes

No decorrer das últimas décadas, a teoria ampliou seus campos de estudo e seus adeptos. No Brasil, exerceram maior influência três renomados discípulos de Moscovici: Abric, Doise e Jodelet (De Oliveira, 2009, p.718). Ressalta-se que, em suas respectivas particularidades, os três autores supracitados contribuíram para a teoria moscoviciano na perspectiva de integralizá-la (Sá, 1998, p.65 apud De Oliveira, 2009).

A contribuição de Willem Doise para a TRS decorre de seu enfoque peculiar sobre a inserção social dos indivíduos: “Tive a oportunidade, com Alain Clémence e Fabio Lorenzi-Cioldi, de propor um quadro teórico e metodológico para o estudo quantitativo das representações sociais. De uma maneira geral, definimos as representações sociais como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos. (...)” (Doise, 2002, p.30). O estudo societal das representações sociais em Doise se sucede em quatro níveis. O primeiro nível de análise é o *intraindividual* (indivíduo e meio-ambiente). O segundo nível é o *interindividual* (a interação entre indivíduos nas dinâmicas sociais). O terceiro, o *intergrupala* (posicionamento dos indivíduos em um contexto maior das relações sociais). O quarto, definido como *societal*, analisa o comportamento dos indivíduos em sua interdependência significativa com os princípios gerais reguladores da sociedade (as normas sociais, as representações, a cultura, as ideologias, etc.). As representações intervêm justificando a maneira pelo qual os grupos sociais encadeiam suas relações, de modo a preservar as identidades e especificações deles. Em face ao determinismo social presente nestas etapas, muitos autores não atribuem ao terceiro e quarto níveis das elaborações de Doise uma consistência psicossocial (Doise apud Valentin, 2009, p.328).

Para Jean-Claude Abric, as representações sociais são analisáveis em dois aspectos. O primeiro deles diz respeito ao *conteúdo*, no qual se encerra a informação contida na representação. O segundo pertence à organização interna, a *estrutura* da representação propriamente dita. (Abric, *ibidem*, p.18). Ambos os aspectos são hierarquizados a partir de um *núcleo central*. Escreve o autor, “A organização de uma representação apresenta uma modalidade particular e específica: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas também toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, composto de um ou vários elementos que dão sentido à representação” (Abric, *idem*, p.18, tradução nossa). No núcleo central encontram-se os elementos estáveis e indiscutíveis da

representação, ao passo que, na periferia do núcleo, encontram-se sistematizados os elementos instáveis e variáveis.

Denise Jodelet é, reconhecidamente, uma das maiores referências mundiais na TRS. Seu trabalho etnográfico sobre as representações sociais acerca da loucura em um pequeno vilarejo da França (Jodelet, 2005) tornou-se um marco teórico para todos os que desejam se aprofundar nas elaborações iniciadas por Moscovici. Ao contrário de Abric e Doise que se concentraram sobre aspectos específicos da teoria, Jodelet focou sobre as práticas dos grupos, suas interpretações, discursos, registros institucionais e a relação destes e os meios de comunicação, estabelecendo um tipo de abordagem conhecida como *processual* ou *culturalista* (Almeida, 2005). A autora também se esforçou em estabelecer um panorama geral da TRS em diversas partes do globo. Sua atuação decisiva na América Latina foi fundamental para o crescimento dos grupos de pesquisa na região. Nos dias atuais, ela continua colaborando ativamente com muitos destes grupos.

A seguir, na revisão dos artigos, serão observadas as colaborações mais diversas da TRS até aqui discutidas na obra mestra de Moscovici e nos delineamentos de seus seguidores.

6.1.11 Revisão bibliográfica sobre as representações sociais do envelhecimento no Brasil

A revisão bibliográfica a seguir ocorreu em maio de 2016 e se baseou em artigos de publicações nacionais e internacionais. A grande maioria dos textos foi submetida à revisão paritária, sendo selecionada a partir das bases de busca do Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no Google Acadêmico e no Scielo. “Os termos associados para a seleção dos artigos envolveram palavras-chave como “idoso”, “velho”, “envelhecimento”, “old people”, “aging”, “elderly”, “viejo”, “envejecimiento”, “anciano”, “viellissement”, “personne âgée”, “vieux”, “representação social”, “social representation”, “representación social” e “representation sociale”. A maior parte da literatura aqui comentada é brasileira e os textos restantes foram produzidos na América Latina, na Espanha, no Canadá e na França.

Houve a exclusão de textos cujas representações sobre o envelhecimento não encontravam referências na TRS. Apesar de tratar-se de um estudo sobre a TRS no Brasil, se optou pela manutenção dos artigos estrangeiros a título de posterior comparação. Atribuiu-se a escassa literatura sobre as representações sociais em países de língua anglo-saxã à tradução

tardia dos textos de Moscovici para a língua inglesa, bem como à concorrência com outras teorias similares (Duveen & Moscovici, 2007). Para um entendimento maior da vivacidade da TRS no Brasil, recomenda-se a leitura dos artigos de Celso Pereira de Sá e Ângela Arruda, *O estudo das representações sociais no Brasil (2000)*, e o prefácio de Ricardo Vieiralves à coletânea *Teoria das representações sociais: 50 anos (2011)*.

Os artigos aqui selecionados são majoritariamente empíricos e foram categorizados e agrupados por suas respectivas áreas e temas. Foram analisados 27 textos nacionais e 10 estrangeiros¹ produzidos entre 1999 e 2016. Conforme a definição de Bardin (Bardin, 1977, pp.45-46, 117-132), em primeiro momento, para fins de consulta e armazenagem, a análise aqui adotada foi a de tipo documental, resultando na secção e classificação das representações apresentadas, com a finalidade de se estabelecer categorias decorrentes da analogia entre os conteúdos. Em segundo momento, se procedeu a análise comparativa dos conteúdos categorizados.

Os artigos nacionais constituíram um banco de dados, segmentado nos seguintes campos: *autor, resumo, tipo de pesquisa, instrumento, técnica utilizada e síntese dos resultados*.

6.1.12 Discussão

Ainda que a metodologia apresentada nos artigos se revele imprecisa em alguns dos quesitos (o que impossibilitou a contabilização integral de certos itens), podemos afirmar que, majoritariamente, os textos se basearam em pesquisas de caráter exploratório e descritivo.

As abordagens seguiram roteiros semiestruturados, sendo que, em 12 dos artigos, os autores declararam ter empregado questionários e os outros seis, valeram-se de entrevistas gravadas. Em um dos escritos, também se constatou a utilização de instrumentos diferenciados, como a solicitação de desenhos e a aplicação de dinâmicas projetivas com crianças. Em outro, adotou-se a pesquisa de caráter documental.

Dentre os 26 textos analisados, observou-se que a coleta de dados em onze dos casos se procedeu, exclusivamente, com idosos; em nove, com idosos e não idosos e, por fim, apenas com não idosos em seis dos artigos.

No conjunto, constituíram-se amostras predominantemente não probabilísticas e intencionais; Não obstante, conquanto tenha se destacado a natureza qualitativa dos estudos, diversos procedimentos de análise quantitativa foram implementados, ressaltando-se as análises

fatoriais de correspondência entre as questões qualitativas e os dados sócios demográficos obtidos; em pelo menos dois dos artigos, este procedimento foi bastante utilizado. Também se deve realçar o emprego de inúmeras medidas estatísticas nas técnicas léxico-semânticas aplicadas às análises do conteúdo coletado.

Quanto às técnicas empregadas, os artigos apresentaram combinações diversas. Considerando cada técnica isoladamente, obteve-se a lista a seguir: Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP) (11), Análise de conteúdo de Bardin (10), Análise lexical semântica com classificação hierárquica ascendente e descendente dos termos utilizados (4), Análise fatorial exploratória e de correspondência associada a outras descrições estatísticas (2), Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (2), Desenho-história (1). Em relação aos softwares adotados para o processamento das informações e aplicação das técnicas supramencionadas, foram citados os seguintes programas de análise lexical: EVOC (5), ALCESTE (3), SPAD (2), Tri-Deux-Mots (1), HAMLET (1), QuantiquaSoft (1). Para as análises estatísticas, citou-se o SPSS (2).

Ainda que a psicologia seja a área de origem da maioria dos autores estudados, foram encontradas outras disciplinas de formação, em especial, aquelas ligadas à saúde, com destaque para a enfermagem. Quanto aos autores e suas respectivas disciplinas, os arquivos puderam ser divididos de duas formas: a) Artigos escritos por autores predominantemente de uma mesma área: psicologia (11), enfermagem (6), ciências da saúde (1), nutrição (1); b) Artigos feitos em parceria e com autoria multidisciplinar: psicologia/enfermagem (2), psicologia/história (1), psicologia/história (1), psicologia/medicina (2), ciências da saúde/enfermagem (1) e educação/biociências/saúde coletiva (1).

Quanto à categorização temática, a produção aqui estudada se subdividiu nos seguintes tópicos: a) *Representações gerais sobre o envelhecimento* b) *Representações sobre idosos a partir de abordagens Intergeracionais*; c) *Saúde e envelhecimento*; d) *Violência contra o Idoso*; e) *Temas Diversos*.

a) Representações gerais sobre o envelhecimento

Apesar da especificidade dos contextos e grupos investigados, os artigos que tratam do envelhecimento em si abrem interessantes possibilidades de redução dos impactos mais prejudiciais da velhice ao identificarem as representações negativas a ela pertinentes. Dos Santos, Tura e Arruda, a partir da expressão “pessoa velha”, alcançaram o núcleo central de representação sobre a velhice com a qual os idosos entrevistados não se identificaram ou não gostariam de ser identificados (Dos Santos, Tura & Arruda, 2013). Triguero Veloz, Nascimento-

Schulze e Camargo Vizeu encontraram representações relacionadas ao isolamento social provocado pelas mudanças físicas, pelo abandono familiar e pelo término das atividades produtivas ao longo da velhice (Triguero Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo Vizeu, 1999). Sobretudo no tocante aos principais espaços sociais destinados aos idosos, os dados coletados trouxeram visões negativas sobre a velhice, em boa parte dos casos, relativas ao binômio doença-morte (Araújo, de Lima Coutinho & de Souza Santos, 2006). Nas representações sociais levantadas, identificou-se um antagonismo de perspectivas quanto ao futuro entre idosos confinados em instituições de longa permanência e idosos participantes de grupos de convivência que ainda usufruíam de autonomia e apoio familiar.

b) Representações sobre idosos a partir de abordagens intergeracionais

Alguns artigos focaram-se sobre os contrastes entre os extremos etários, em especial, tendo como referência, a análise das representações sociais produzidas por crianças e adolescentes. Observou-se um conjunto de representações positivas nas ancoragens sobre a velhice obtidas a partir de brincadeiras e desenhos infantis no município rural de Jarinu em São Paulo. As crianças participantes da pesquisa revelaram a visão de um idoso ativo, não segregado e heterogêneo em suas manifestações. Constatou-se o convívio com os avós como um dos definidores da representação social da velhice (Lopes & Park, 2006). A pesquisa de Dos Santos, Tura e Arruda com adolescentes cariocas identificou como termos centrais, a partir da expressão evocadora “pessoa velha”, as palavras “Idoso”, “Avô” e “Experiência”, sendo “Avô” a base concreta da “Pessoa Velha” e “Idoso” um termo categoricamente positivo, que predispõe a ideia de respeito (Dos Santos, Tura & Arruda, 2011). No entanto, as representações oriundas dos adolescentes cearenses de fortaleza estudados por Freitas e Ferreira, designaram aspectos intergeracionais conflitivos e vincularam a imagem da pessoa velha à solidão e ao adoecimento (Freitas & Ferreira, 2013).

Outros estudos foram estruturados a partir de coortes etárias diversas, apresentando longas análises fatorais e cálculos de correlação (Schulze, 2011; Torres, Camargo, Bouldfield & Silva, 2015; Wachelke, Camargo, Hazan, Soares, e Reynaud, 2008; Wachelke & Contarello, 2010). O estudo de Torres, Camargo, Bouldfield e Silva encontrou na palavra “aposentadoria” uma referência central para todos os grupos estudados. Todavia, o termo exprimiu uma ambiguidade, situando-se positivamente como “sabedoria” e ponto máximo de uma vida produtiva, e ao mesmo tempo, início de uma fase de declínio e isolamento. Wachelke coordenou dois estudos importantes que exploraram as evocações sobre o envelhecimento a partir de

mensagens vinculadas na Internet. O estudo incluiu adolescentes e adultos não idosos, totalizando 469 abordagens (Wachelke et al., 2008). Em parceria com Contarello, Wachelke também promoveu estudo comparativo entre italianos e brasileiros, definindo, através de testes estatísticos, a influência significativa das variáveis etárias e de gênero sobre os traços periféricos e nucleares das representações sociais acerca da velhice (Wachelke & Contarello, 2010).

Observa-se que, nos textos acima, não foram feitas menções significativas sobre a influência dos idosos na formação das gerações mais novas. Via de regra, a continuidade e o desenvolvimento de uma dada cultura dependem da transmissão das memórias e conhecimentos entre as gerações que a produzem. Sob este aspecto, a pessoa idosa é um patrimônio histórico-cultural de alta relevância e a própria memória coletiva pode ser vista como uma representação social. Não faltam estudiosos dedicados ao tema. Conforme observou Naiff, “A literatura tem apontado para as similitudes presentes nos campos epistemológicos da memória e das representações sociais, entendendo que o diálogo auxilia na aproximação das dimensões psicossociais envolvidas na vivência dos fenômenos socialmente produzidos e partilhados p.128 (...)” (Naiff, p.128, 2008). Curiosamente, este tema não despontou nos artigos analisados nesta seção.

c) Saúde e envelhecimento

A TRS encontra um terreno fértil nos estudos sobre saúde e envelhecimento. As representações conectam o universo consensual em que se relacionam idosos, cuidadores, agentes públicos e profissionais da saúde, e auxiliam no aprimoramento de instituições, terapias e programas em saúde pública, bem como no combate aos estereótipos que dão suporte à exclusão social do idoso. Os artigos nesta categoria foram subcategorizados nos itens abaixo:

i. Quanto à ação dos cuidadores, Partezani Rodrigues, Guimaraes de Andrade e Marques., com o objetivo de obter representações sociais sobre o acompanhamento na velhice, entrevistaram um grupo de cuidadores em um lar de idosos (Partezani Rodrigues, Guimaraes de Andrade & Marques, 2001).

ii. Sobre as deficiências que acompanham o envelhecimento, o texto de Brito, Oliveira e Eulálio investiga as representações de idosos com deficiência física e as perspectivas otimistas trazidas pela reabilitação fisioterápica (Brito, Oliveira e Eulálio, 2015). Por fim, o artigo de Coutinho, Gontiès, de Araújo e Da Nova Sá expõe representações convergentes e divergentes

sobre a depressão, obtidas em levantamento quanti-qualitativo com crianças e idosos na cidade de João Pessoa, Paraíba. (Coutinho, Gontiès, de Araújo & Da Nova Sá, 2003).

iii. A respeito das práticas dos profissionais de saúde, a pesquisa de Comerlato e Alves se baseia em entrevistas de profundidade feitas com profissionais idosos (ou em fase de envelhecimento), e procurou, através das representações sociais identificadas, fornecer elementos que auxiliem nas políticas de assistência social ao idoso (Comerlato & Alves, 2011). Da Costa e Ciosak também entrevistaram profissionais da saúde ligados ao Programa Saúde da Família em Santos e evidenciaram a necessidade de maior acesso e integração na rede de saúde pública local (Da Costa & Ciosak, 2010). Com base em entrevistas realizadas com idosos (saudáveis e doentes), profissionais da rede pública de saúde de Florianópolis e cuidadores do Hospital Universitário da UFSC, Teixeira, Schulze e Camargo, identificaram as principais necessidades dos idosos nas redes básicas de saúde (Teixeira, Schulze & Camargo, 2002).

iv. Sobre a prática de exercícios físicos na velhice, o enfoque de Cazorla, Minguet e Cazorla trabalha nas representações relativas à prática de atividades físicas que favorecem a exclusão social dos idosos. O estudo se concentra sobre as representações encontradas no sistema educacional e nas mídias, e almeja “fornecer subsídios materiais e estruturais necessários à mudança” (Cazorla, Minguet & Cazorla., 2010). Santana e Chaves Maia escrevem sobre a percepção de necessidades e valores sociais nas representações sociais de cidadãos idosos acerca dos benefícios da atividade física (Santana & Chaves Maia, 2009). Oséias Guimarães de Andrade se utilizou de entrevistas e da técnica Desenho-História para descrever as representações sociais sobre saúde e envelhecimento em um grupo de idosos no sul do Brasil (De Andrade, 2003).

v. Quanto à sexualidade no envelhecimento, Santos Braga e Gaglietti estudaram as representações compartilhadas por idosos e funcionários de um asilo em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. O intuito do estudo, fundado em entrevistas semiestruturadas, foi o de identificar a eventual função humanizadora e socializante da sexualidade nas instituições de longa permanência (Santos Braga & Gaglietti, 2013). Queiroz, Lourenço, Coelho, Miranda, Barbosa, & Bezerra recorreram à Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP) para entrevistar idosos que se tratavam em uma unidade básica de saúde de Maracanaú, Ceará. (Queiroz, Lourenço, Coelho, Miranda, Barbosa, & Bezerra, 2013).

vi. Sobre a relação entre nutrição e envelhecimento, Santelle, Lefèvre e Cervato. partem da TRS para definir os condicionantes do comportamento alimentar e, assim, evitar a

desnutrição de idosos em instituições de longa permanência. O estudo ocorreu por meio de entrevistas com internos de asilos da cidade de São Paulo (Santelle, Lefèvre e Cervato, 2007).

d) Violência contra o idoso

A violência contra a pessoa idosa ocupa um lugar especial na produção acadêmica sobre o envelhecimento. Os dois artigos que, aqui, versam sobre o tema, exploram as representações sociais nas mídias impressas e no universo adolescente. Saraiva e Lima Coutinho compararam 126 notícias extraídas de impressos paraibanos e paulistas e identificaram polarizações na caracterização dirigida ao tema. Enquanto os jornais paraibanos davam relevância à questão dos direitos, a imprensa paulista tratava o problema da violência como um assunto de natureza, sobretudo, policial. As autoras atribuíram à diversidade das visões a diferença das representações hegemônicas nas áreas estudadas (Saraiva & Lima Coutinho 2012). Araújo, Amaral, Nascimento Sá, Azevedo, e Lobo Filho se utilizaram de entrevistas semiestruturadas e do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) para compreenderem as redes semânticas presentes nas representações de adolescentes da Ilha de Fernando de Noronha (PE) sobre o tema em questão (Araújo, Amaral, Nascimento Sá, Azevedo, e Lobo Filho, 2012).

e) Temas diversos

Miranda, Schall e Modena entrevistaram dois grupos de terceira idade de Belo Horizonte a fim de obter as representações sociais sobre o meio ambiente. Os idosos mostraram-se conscientes dos impactos da degradação ambiental e sugeriram estratégias de cooperação para a reversão dos danos (Miranda, Schall & Modena, 2007).

O artigo de Simoneau e Oliveira aborda o uso da *técnica do quadro de quatro casas*, com 138 idosos, todos participantes do Programa Universidade da Terceira Idade da UERJ (UNATI). Apesar de referendados pelas representações sociais hegemônicas sobre a aprendizagem e o conhecimento, o programa estimula a valorização pessoal e a integração social de seus participantes (Simoneau & Oliveira, 2011).

6.1.13 Conclusões

A presente revisão bibliográfica revela que a pesquisa do envelhecimento no Brasil através do referencial da TRS acompanha a tendência de expansão de estudos sobre o tema (Prado & Sayd, 2007), ainda que esta abordagem se encontre deveras circunscrita ao campo da psicologia social e das ciências da saúde. Por sua vez, as hipóteses e questões trazidas em alguns dos artigos aqui apresentados, demandam maiores investigações em razão das limitações próprias aos universos investigados.

Cumprindo sua finalidade exploratória e descritiva, os materiais discutidos possibilitaram múltiplos enfoques ao explicar as representações de grupos sociais bastante variegados. Tal diversidade permitiu a identificação das mais variadas ancoragens relativas à transformação da pessoa idosa no cenário brasileiro das últimas décadas.

Através de técnicas complexas aplicadas à análise dos conteúdos coletados, os autores investigaram o universo consensual de crianças, adolescentes, adultos, homens, mulheres, cuidadores, médicos, jornalistas, populações urbanas e rurais, espaços e instituições voltados para a pessoa idosa. E, a partir desta investigação, é possível afirmar que o aumento da longevidade no Brasil não foi acompanhado por uma visão socialmente integradora, respeitosa e afetuosa acerca da velhice.

Todavia, apesar da constância de representações negativas nos temas pesquisados, o ponto mais relevante desta revisão bibliográfica consiste na percepção de que a abordagem da TRS pode contribuir para que objetivações mais positivas sobre a velhice sejam construídas, de modo a auxiliar os gestores públicos e a sociedade no estabelecimento de uma qualidade de vida melhor para os idosos brasileiros.

6.2 O Interacionismo Simbólico

6.2.1 Breve descrição

Surgida em meados do século passado, a corrente sociológica denominada *Interacionismo Simbólico* (IS) é uma derivação do pragmatismo americano¹⁰² cujos postulados exerceram relevante influência sobre a psicologia social, nomeadamente, na fundamentação social do *self*. Seus autores elaboraram importantes estudos microssociológicos, abordando temas como a construção da identidade, a linguagem e os papéis sociais. Também estabeleceram importantes observações sobre a maneira como interagimos socialmente, ressaltando o peso dos significados e dos processos de interpretação. Ao conceber os indivíduos enquanto seres ativos que interpretam e modelam simbolicamente suas circunstâncias, o IS lançou uma perspectiva inovadora sobre o ser humano nos estudos sociais. Na constatação de Carvalho, “conforme salienta Coulon (1995), o interacionismo simbólico trouxe às ciências sociais, um lugar teórico para o sujeito social como intérprete do mundo, pondo em prática, com isso, métodos de pesquisa que privilegiam o ponto de vista desses sujeitos (...)” (Carvalho, p.585).

A escola interacionista compreende uma ampla gama de autores, cujos trabalhos envolveram áreas diversas do conhecimento, com especial destaque na sociologia e na psicologia social. Tais autores, apesar dos postulados em comum, apresentaram noções e metodologias muito distintas entre si, quando não, divergentes, assim evidenciando a riqueza e a natureza heterogênea do IS.

Para o propósito desta tese, abordaremos três renomados autores do IS: George H. Mead, Herbert Blumer e Erving Goffman. Em Mead, discutiremos os fundamentos da interação social. Em Blumer, examinaremos a dimensão metodológica do IS erigida pelo autor a partir do exame minucioso da interpretação simbólica. Goffman, a destacar seu estudo sobre as personalidades estigmatizadas, nos auxiliará enquanto importante referência teórica e operacional para a análise das hipóteses aqui estabelecidas.

¹⁰² Carvalho et al, recorrendo a Blanco, indicam que as influências teóricas originárias do IS podem ser muito mais amplas e diversificadas: “Em concordância com esse ponto de vista e indo um pouco mais além na análise das origens de tal perspectiva, Blanco (1998) ressalta que as raízes teóricas do interacionismo simbólico são muito complexas, e que, por esse motivo, é prudente considerar, além dos autores acima citados, aos quais ele se refere como influências diretas, também alguns outros que ele identifica como influências filosóficas indiretas. Estas últimas abrangem o pensamento econômico de Adam Smith, a filosofia moral de Thomas Reid, o empirismo humeano, as ideias iluministas de Diderot e de Rousseau, a filosofia alemã (derivada, sobretudo, da teoria de conhecimento kantiana), o historicismo de Dilthey e a epistemologia compreensiva de Weber (Blanco, 1998).” (Carvalho et al, 2010, p.148)

6.2.2 George H. Mead

George Herbert Mead (1863-1931) é considerado o fundador do IS. Ao lado de John Dewey, pertenceu à corrente pragmática de filosofia. Sua obra também influenciou a *Escola Sociológica de Chicago*.

Mead foi professor no pioneiro curso de psicologia social da Universidade de Chicago. A este respeito, cabe frisar que ele se considerava um *behaviorista* social, distinguindo-se da tradição watsoniana ao reconhecer o papel da consciência (ainda que na forma de um fenômeno observacional) e ressaltar a força do contexto social na formação do comportamento. A respeito do enfoque social defendido por Mead, observam Goulart e Bargunci:

Como psicólogo social, Mead associou os termos **psicologia** e **social** de uma forma bastante inovadora. Tradicionalmente se identificava a Psicologia com o estudo da pessoa ou da psique individual. Analisando como a psique se torna desenvolvida, reflexiva, criadora, responsável, consciente de si, Mead apontou a influência de um fator desprezado pelas escolas psicológicas: a sociedade. Deste modo, ele se apresenta como um condutista social, posição que é muito influenciada pela sua presença na Universidade de Chicago, num momento em que o ambiente psicológico, intensamente carregado, precipitou-se em formas funcionais e condutistas (Goulart e Bargunci, p. 53).

6.2.2.1 O self¹⁰³

A análise do *self* enquanto constructo social constitui uma das principais elaborações de Mead. Não se trata, propriamente, de uma ideia exclusiva deste autor, mas de uma síntese aprimorada de conceitos anteriormente concebidos por Charles H. Cooley (1864-1929) e John Dewey (1859-1952).

Cooley, em *Human Nature e Social Order* (1902), notabilizou-se pela teoria do *The looking-glass self*, a qual, traduzimos aqui, livremente, como o *eu do espelho*. Este termo serviria para explicar o processo de formação do *eu* a partir da influência de outras pessoas. Em outras palavras, o desenvolvimento, a manutenção e as transformações da imagem que o indivíduo faz de si mesmo, resultariam da opinião de terceiros a respeito dele. Nossos sentimentos seriam reflexos daquilo que imaginamos ser a percepção de outras pessoas sobre nós.

¹⁰³ O conceito de Self em Mead torna-se necessariamente social a medida em que expressa uma autoconsciência, obtida através da interação entre indivíduos. Sampaio e Barros explicam a distinção dos níveis de consciência que fundamenta este aspecto do self meadiano, recorrendo a Casagrande:” Cledes Casagrande (2014) faz uma diferenciação pertinente acerca das definições de consciência e auto-consciência bastante utilizados nas obras de Mead e Honneth: a consciência seria a capacidade de reagir frente ao ambiente em que está inserido e com o qual interage, sendo assim, uma capacidade não só do ser humano; já a consciência de si, ou a capacidade de tornar-se self, só poderá ser desenvolvida em um ambiente social – pois é através das interações sociais que o indivíduo pode ser autoconsciente.”(Sampaio e Barros, 2018, p.2)

Segundo Cooley, o *eu do espelho* apresentaria três momentos. Em um primeiro momento, o indivíduo idealizaria a maneira como é visto pelo outro; a seguir, passaria a imaginar o que o outro pensa sobre ele; por fim, desenvolveria sentimentos afirmativos (felicidade, orgulho) ou negativos (culpa, vergonha) (Cooler, 1902, p.152). As impressões de um indivíduo sobre a maneira como outros indivíduos o percebem ou o julgam, podem não ser precisas, sem embargo, tal processo atravessará, segundo o autor, toda a vida do indivíduo e originará constantes autoavaliações.

A noção de *experiência* em Dewey desenvolvida, especialmente, em seu texto clássico *Experiência e Natureza* (1925), também se encontra presente na composição da teoria do *self* de Mead.

Dewey concebe a experiência como um processo de interação entre o organismo vivo e a natureza. Em sentido contrário à teoria do conhecimento moderna, não haveria uma “coisa em si” captada pelas sensações, um objeto isolado do sujeito que o experimenta. Desta forma, quando experimentamos algo natural, estamos experimentando a própria natureza em seus elementos, e não os efeitos destes últimos sobre nosso aparato cognitivo. As distinções entre “sujeito” e “objeto” não compreende a fase primária ou pré-cognitiva da experiência. Para Dewey este tipo de discernimento é operacional e só ocorre em uma etapa reflexiva posterior (Cabral, 2015, pp.171-172; Salgado, pp. 2012, 85-86).

O processo experimental seria o resultado da interação adaptativa entre o organismo vivo e o ambiente. A ação do primeiro sobre o segundo manifestaria um processo reflexivo de transformação, no qual a natureza modificada reagiria sobre seu agente transformador. Convém destacar que, ao tomar a experiência enquanto processo ativo, Dewey termina por se afastar do empirismo de Hume e Locke, autores que concebiam a experiência, basicamente, como um processo passivo, fundado na recepção de dados sensoriais. Para ele, trata-se de ir além do amontoado de sensações inicial: no atributo de uma atividade continuamente adaptativa, a experiência reflete os desafios que engedram o próprio pensamento humano.

Em sua vez, o pensamento, enquanto dimensão internalizada da experiência, se expressa por meio da linguagem. Considerando que a comunicação é, também, um processo de interação (no caso envolvendo indivíduos), ela se vincula direta e indiretamente à experiência. Tal como nos descreve Salgado:

Por essa via da linguagem, comunicar apresenta-se como “a tendência para a expressão externa de estados internos” (Dewey, 1980, p. 31). Da comunicação resulta a participação e o ato de compartilhar, de modo que os processos de significação constituem e são consequência da experiência. Em outras palavras, as interações

sociais não podem ser compreendidas separadas das condições mesmas da vida. Os significados não são simplesmente uma correspondência denotativa da linguagem frente à natureza, ao ambiente, mas se constituem na transitoriedade da vida em experiência compartilhada (Dewey, 1980). (Salgado, 2012, p.87)

Em *Mind, Self and Society* (1934), Mead descreve a mente humana como uma competência biológica capaz de operar significados. As elaborações mentais, tal como em Dewey, servem a finalidades adaptativas. Por outro lado, a gênese do *self* não decorre de precondições biológicas.

À semelhança de Cooley, a consolidação subjetiva do *self* implica no processo de interiorização da realidade externa ao sujeito. Deste modo, o *self* se estrutura mediante a interação de elementos subjetivos e objetivos. Se por um lado a autoconsciência permite a tomada de decisões autônomas, por outro, a autonomia é construída com base em parâmetros externos ao sujeito. Mead criou o conceito de *outro generalizado* para descrever as referências atitudinais internalizadas por uma pessoa no decorrer de suas interações com outras pessoas. Esse padrão externo de referências se torna uma autoreferência normativa para as ações autônomas dos indivíduos.

Mead tem no o *self* uma construção social composta de duas partes: o *eu* (*I*) e o *mim* (*me*). O *eu* é reativo, uma vez que se manifesta na resposta do organismo ao comportamento dos outros. O *mim*, a seu modo, encerra as referências atitudinais provenientes dos outros. O *eu* reage às atitudes introjetadas no *mim*, gerando a autonomia do indivíduo perante a sociedade. Goulart e Bargunci detalham o processo simultâneo de socialização e independência do indivíduo da seguinte forma:

Logo, o homem precisa introjetar o outro, o social, para desenvolver o *self*. Mas uma pessoa dotada de *self* é reflexiva, crítica e pode envolver-se em interações que resultam em escolhas que divergem das definições de seu grupo. Neste sentido, ela é capaz de fazer transformações sociais. O conceito de *self* adotado por Mead esclarece, portanto, como o desenvolvimento ou a socialização do homem ao mesmo tempo o vincula à sociedade e o libera desta. (Goulart e Bargunci, p.53).

6.2.2.2 O gesto, a consciência e o significado

Ao se deter sobre o papel de signos e gestos enquanto elementos da cooperação entre grupos, o *behaviorismo* de Mead considera o processo de significação em sua dimensão social. Em *Mind, Self and Society* (1934), sua análise não se limita aos aspectos internos da linguagem. O ato social, por sua vez, é tido como um todo dinâmico e a ação dos indivíduos, longe de ser interpretada com produto de estímulos, é tida como reação que ocorre em relação orgânica com outras ações individuais. Mead reivindica uma psicologia fundada na observação e na análise

científica, todavia não excluindo a experiência interna. Desta forma, distingue-se do radicalismo de Watson, ao mesmo tempo em que, ao reivindicar a gênese social da experiência interna, também se diferencia dos que defendem os métodos de introspecção na psicologia.

Um dos elementos da experiência interna de Mead é a consciência, a qual, de modo similar a James e Watson, reconhece como um fenômeno desprovido de existência psíquica. No entanto, contrário a Watson, não exclui a consciência do campo observacional. Em Mead, ela constitui uma função de grande relevância para a gestualística da interação humana.

A teoria do gesto nasce dos estudos sociais de Darwin sobre a expressão das emoções nos homens e animais. Resíduo de estados afetivos diversos, sob perspectiva evolucionista, o gesto perpetuaria expressões emocionais necessárias à sobrevivência das espécies. Ele traria consigo uma linguagem e se fundamentaria enquanto manifestação de estados psíquicos. Mead vê nesta teoria um paralelismo equivocados, recusando-se a assumir ora a linguagem natural derivada dos gestos, ora a própria existência dos estados psíquicos que seriam representados em tal linguagem.

Por outro lado, reconhece um salto teórico em Wundt, na medida em que este último concebe no gesto, um símbolo composto por atos sociais. O exemplo da briga de cães, onde o rosnado inicial de um cão desperta determinada reação no outro cachorro, o qual, por sua vez, ao reagir, também termina por influenciar a reação do primeiro rosnador, é clara a demonstração da conversa de gestos que permite às formas adaptarem-se a ação que exercem umas sobre as outras.

O processo se estende ao ser humano, mas este dispõe de formas mais complexas de interação. O exemplo do pugilato bem ilustra tal distinção. A luta ocorre sob condições parecidas com a rinha de cães, mas, dado que a interação humana se sucede por meio de símbolos significantes, o lutador emite símbolos que significam sua experiência interna, ao passo que, em seu adversário, os mesmos símbolos também evocam uma experiência interna e, como tal, um significado. Assim, ao contrário do cão que reage diretamente ao rosnado do outro cão, o pugilista reagirá conforme o significado que lhe parecer melhor à circunstância colocada.

Tal grau de flexibilização, que é permitido pela teia de significações, diferencia, igualmente, o uso de gestos emocionais entre animais e homens. No exemplo do teatro, a gestualística revela nossa capacidade de expressar emoções de forma organizada e significativa. Contudo, a emoção do ator não pode ser comparada à emoção gestualizada pelo animal, visto que o gesto teatral, imerso em significações estéticas, nada mais que é um ato dissimulado.

Em determinada situação social, quando um indivíduo diz ao outro o que fazer, ele está, de antemão, consciente da significação de seu próprio gesto. Quando acata a orientação gestual de outro indivíduo, experimenta em si a significação experimentada pelo outro que gestualizou. Tais situações descrevem a dimensão intersubjetiva do gesto.

Ao potencializar as atitudes sociais, a natureza simbólica dos gestos humanos é outro elemento que deve ser posto em relevo. A comunicação por meio de símbolos permite que os objetos envolvidos nas ações sociais sejam melhor compreendidos, assim facilitando o processo de adaptação dos indivíduos. Para Mead, o gesto que se estabelece através de símbolos significantes permite uma adaptação social muito maior que a adaptação decorrente de gestos não simbólicos ou inconscientes.

6.2.2.3 A comunicação

Na esfera da comunicação, a autoconsciência individual e a consciência do outro decorrem dos mesmos processos sociofisiológicos que caracterizam a relação entre o organismo e o meio ambiente. A autoconsciência e a consciência do outro são essenciais ao desenvolvimento da sociedade organizada ou do grupo social a que pertence o indivíduo. A comunicação é um processo de integração social básica, e ela deve incluir o outro (*a aparição do outro como pessoa, a aparição do outro na pessoa*).

Em *Mind, Self and Society* (1934), a comunicação humana se distingue de outras formas de comunicação animal uma vez que se dá de maneira consciente. Como tal, ela pressupõe:

- Que o mecanismo fisiológico do sistema nervoso central do indivíduo possibilite a ele adotar as atitudes de outros indivíduos e as atitudes do grupo social no qual ele e os outros estão inseridos.
- Que o indivíduo adote a atitude de um outro indivíduo, ao mesmo tempo em que provoca algo no outro indivíduo.
- Que se estabeleça uma relação de cooperação (em grau muito maior do que o ocorrido na sociedade dos insetos) ao mesmo tempo em que o indivíduo toma controle de suas próprias reações.
- Que o indivíduo consciente de si se torne autocrítico: “a autocrítica é essencialmente crítica social e a conduta controlada pela autocrítica é essencialmente conduta controlada socialmente.”

- Que o controle social construa a individualidade. O indivíduo, enquanto ser social, é controlado através dos processos que conduzem suas ações e experiências.

Uma comunidade consciente de si é aquela em que os indivíduos adotam a atitude de outros indivíduos (*o outro generalizado*). Mead recorre ao exemplo de uma partida de baseball onde as atitudes individuais se estabelecem em uma reação cooperativa, baseada em distintos papéis individuais pré-estabelecidos.

Adotar por completo as atitudes dos membros de um grupo, requer ao indivíduo adotar as atitudes de todos os indivíduos envolvidos no processo. O grau em que a vida de toda a comunidade se incorpora à vida consciente de si e dos distintos indivíduos pode variar enormemente. A importância da história reside em localizar elementos dessa consciência não percebidos à época. O historiador capta um processo que transcendeu a consciência dos indivíduos isolados.

Sendo diverso o grau em que a vida de toda a comunidade se incorpora à vida consciente de si e dos distintos indivíduos, cumpre importante papel aqueles indivíduos capazes de capturar mais do que outros indivíduos do grupo, os detalhes de uma ação social em andamento. Suas atitudes, em muitas ocasiões, destoam daquelas realizadas por grupos inteiros na comunidade. No entanto, segundo Mead, tais indivíduos conseguem atravessar barreiras de classe, assumindo posição de liderança ao permitir a comunicação outrora inexistente entre os grupos. O político, em especial, o estadista, é o principal representante desta forma de comunicação.

Ao informar situações que penetram as atitudes e experiências interpessoais, os jornais, romances e tragédias constituem uma forma especial de comunicação. A novela, insere o leitor em situações que lhe são exteriores e a tragédia permite aos homens a vivência de características tradicionais do drama humano.

Mead observa que não se pode estabelecer uma sociedade com elementos externos aos processos vitais dos indivíduos. Não há processo comunicativo sem que haja um mínimo nível de colaboração entre os indivíduos. Recorrendo ao exemplo da vida em Marte, Mead diz que a comunicação com os marcianos seria somente possível se houvesse algo de comum entre nossa sociedade e a deles.

Mead também destaca os aspectos universais da comunicação encontrados nas ações de assistência, cooperação e bondade que compõem a esfera da religião. Mostra que nossa

disposição para a boa vontade ultrapassa desavenças e conflitos. A parábola do bom samaritano é uma ilustração clara desta disposição.

Também encontra elementos da boa vontade no intercâmbio econômico. Em sua dimensão universal, a troca de excedentes produtivos entre os indivíduos supera as restrições conflituosas dos grupos, assim conquistando um alto grau de abstração. A cooperação presente nas trocas econômicas vence hostilidades grupais e cria laços de assistência e cooperação.

A comunicação, entretanto, não é um processo vazio. O símbolo traduz ideias que são comuns aos indivíduos em suas interações sociais, sem isto, o símbolo nada comunica. Isto se estende a dimensões mais abstratas e superiores do pensamento, de modo que não haveria raciocínio sem que preexistissem atividades cooperativas.

Para Mead, o raciocínio, em sua vez, não funciona por si mesmo. Ele também é decorrente do campo em que se sucedem as ações sociais. De igual forma, o pensamento não é uma entidade: todo pensamento só é possível como produto da interação de um indivíduo sobre o outro nos processos sociais. De forma resumida, o processo social é o pressuposto para que ocorra o pensamento e a comunicação.

6.2.2 Herbert Blumer

Herbert George Blumer (1900-1987) foi um sociólogo americano, aluno e adepto das ideias de Mead. Destacou-se ao adaptar as postulações de seu antigo professor, dando a elas um enfoque mais sociológico¹⁰⁴, ao qual, nomeou *Interacionismo Simbólico* no artigo *Perspective and Method* (1969).

No texto supramencionado, Blumer define o IS a partir de três premissas básicas: 1) a ação humana dirigida às coisas se baseia nos significados fornecidos por estas últimas; 2) os significados das coisas são despertados ou originados pela interação social; 3) através da interpretação, significados são manipulados e modificados (Blumer, 1980, p.119). Assim, seja ao nível das relações interpessoais ou das relações estabelecidas entre pessoas e objetos, toda

¹⁰⁴ Recorrendo a Joas e Farr, Carvalho et al evidenciam as diferenças de formação, de enfoque e metodologia existentes entre Mead e Blumer: “Joas, por sua vez, descreve a Psicologia social de Blumer como construída por meio de uma apropriação fragmentária do trabalho de Mead. E ainda, no entendimento de Farr, as diferenças entre Mead e Blumer dificultam acreditar que este último tenha alcançado uma perfeita compreensão do significado da obra do primeiro. ‘Mead propôs uma filosofia completa da ação; Blumer estava mais interessado na interpretação da ação do que na ação em si mesma... Mead era um darwinista convicto; Blumer não o era. Mead, por formação, era filósofo, e abordou muitos dos problemas, se não quase todos, sobre os quais os filósofos de sua geração caracteristicamente se debruçavam. Blumer, por sua formação, era um sociólogo com grande interesse também na metodologia das ciências sociais e no comportamento coletivo. (Farr, 1998, p. 157)’”(Carvalho et al, 2010, pp.155-156)

interação é moldada pelos significados atribuídos a ela. Disto se estipula um duplo aspecto; em primeiro lugar, uma vez que o estabelecimento de qualquer significado demanda a existência de uma rede simbólica socialmente pré-estabelecida, a interação consiste em um processo predominantemente social. Por outro lado, a capacidade de interpretar e reagir à ação de outros indivíduos é o que permite ao indivíduo modificar seu próprio comportamento e criar novos significados. Nos dizeres de Goulart e Bregunci, “(...) assim, torna-se falaciosa qualquer separação entre o individual e o social — aspectos coletivos e distributivos de um mesmo fenômeno. As dinâmicas individuais e as sociais se articulam continuamente, uma vez que o indivíduo é também uma ativa e criativa fonte de comportamento” (Goulart e Bregunci, p.51).

O significado não é um aspecto inerente aos objetos que se faz representar no pensamento; muito menos, é um componente psicológico acrescido às coisas. A esse respeito, Blumer nos escreve que:

(O IS) não julga que o significado emana da estrutura intrínseca do elemento detentor de significado, nem pressupõe que o significado se origina através de uma coalescência de fatores psicológicos no indivíduo. Antes, considera que o significado é produzido a partir do processo de interação humana. Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento. Todas as suas ações preocupam-se em defini-lo para o indivíduo. Desta forma, o interacionismo simbólico considera os significados produtos sociais, criações elaboradas em e através das atividades humanas determinantes em seu processo interativo. (Blumer, 1980, p.121)

No que tange à interpretação, Blumer a descreve como uma atividade em dois níveis. No primeiro, se sucede um diálogo interno, no qual o agente, dirigindo-se a si próprio, estabelece o significado das coisas. A autocomunicação, nesse caso, não deve ser tomada como uma atividade meramente psicológica, todavia, como a interiorização de um processo social em que o indivíduo interage consigo mesmo. Em um segundo nível, o indivíduo passa a manipular os significados, tendo em vista o contexto situacional e o objetivo de suas ações. Novamente, não se trata do emprego dos significados mediante a um mecanismo psicológico. Conforme os dizeres do autor: “Por conseguinte, a interpretação não deveria ser considerada como uma mera aplicação automática de significados existentes, mas sim como um processo formativo em que os significados são utilizados e trabalhados para orientar e formar as ações. (...)” (Ibidem, p.122)

Ações de natureza diversa caracterizam os agrupamentos e estruturas da sociedade. A vida social é definida pelo conjunto de atividades de seus componentes, um fenômeno cujo entendimento está intimamente relacionado ao entendimento da interação social.

Blumer compartilha a visão de Mead sobre a natureza da ação social, seja ela simbólica ou não simbólica (“Devemos a George Herbert Mead a mais penetrante análise da interação

social (...).” Ibidem, p.125). Toda atividade humana permeada pela interação é um processo contínuo e formativo. Blumer não admite que a sociedade possa ser explicada enquanto integração de elementos psicológicos ou sociológicos pré-existentes.

A interação simbólica também permeia o mundo dos objetos¹⁰⁵. O significado de um objeto é dado ao indivíduo por outros indivíduos a medida em que estes interagem. Desta maneira, nascem os significados gerais, comuns a agrupamentos que compartilham uma mesma interpretação sobre determinadas coisas.

O universo de um indivíduo encontra-se circunscrito a seus objetos de referência. As referências tornam-se elementos determinantes das ações humanas; com efeito, para entendermos uma ação intencional, precisamos identificar os objetos para os quais ela foi dirigida. Em contrapartida, por estarem à mercê das interações sociais, objetos tornam-se suscetíveis de modificações; dessarte, conclui-se que, tanto somos influenciados por eles, quanto também podemos criá-los, modificá-los e, até mesmo, abandoná-los.

Blumer ressalta que a interação social exige dos seres humanos uma estrutura que os permita se adaptarem a ela. Tal estrutura, ressalta o autor, é o que Mead denominou *eu*. Em outras palavras, o *eu* é a autopercepção do indivíduo que toma a si mesmo como objeto de suas ações. Trata-se de um movimento reflexivo, marcado pelo distanciamento de si próprio e pela busca da visão de outros indivíduos. “Este conceito do indivíduo como objeto não foge à nossa análise anterior. Assim como outros objetos, o eu-objeto origina-se do processo de interação social em que outras pessoas definem um indivíduo para ele mesmo” (Ibidem, p.129), conclui Blumer.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado na ideia de um eu-objeto é a dimensão agencial¹⁰⁶. Seres humanos não respondem automaticamente a suas circunstâncias, eles lidam com seus referentes pela interpretação decorrente da autoindicação. Diz, Blumer: “Nesse sentido, o indivíduo empenhado na auto-interação não constitui mero organismo respondente, mas sim um organismo agente, que necessita elaborar uma linha de ação de acordo comos

¹⁰⁵ O autor compreende por objeto qualquer elemento que possa ser referenciado, subdividindo-os conforme três categorias: “Entende-se por objeto tudo que for passível de ser indicado, evidenciado ou referido -- uma nuvem, um livro, uma legislatura, um banqueiro, uma doutrina religiosa, um fantasma, etc. Para nossa maior conveniência, podemos classificar os objetos em três categorias: (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores ou bicicletas; (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos, tais como justiça, exploração -ou compaixão.” (ibidem, p.127)

¹⁰⁶ Enquanto para o IS a agência se estrutura nas interações sociais interpretativas e reflexivas dos indivíduos, o modelo de cognição social banduriano a estabelece como um atributo psíquico. Não se trata de uma construção exclusivamente psicológica, mesmo que a *autorreação* e a *autorreflexão* sejam capacidades cognitivas inerentes ao agente. Em especial, podemos considerar o *modelo de causalção recíproca triádica* descrito por Bandura, como um ponto de aproximação entre ambas as perspectivas.

elementos que verifica, ao invés de simplesmente emitir uma resposta à ação de algum fator sobre sua organização.”(Ibdem, p.131)

Uma vez exposta a leitura interacionista do ser humano e da ação social, Blumer examina as ações conjuntas. Ele as descreve em três pontos.

O primeiro, enfoca as manifestações comportamentais de conjunto, ou melhor, aquelas consideradas estáveis ou repetitivas. Um conjunto de significados pré-estabelecidos e amplamente conhecidos as orientaria. Para Blumer, sistematizações sociológicas como “cultura” e “ordem social” seriam exemplos comuns de ações conjuntas pré-estabelecidas nas ciências sociais. Ele, também, ressalta que tais ações fundamentam explicações sociológicas relativas à estabilidade da ordem social: “(...) A maior parte das sistematizações sociológicas baseiam-se no pressuposto de que a sociedade humana existe sob a forma de uma ordem de vida fixa e redutível a relações com séries de regras, normas, valores e sanções que determinam ao ser humano como proceder em diferentes situações” (Ibdem, p.134).

O segundo aspecto relativo às ações conjuntas, nos remete ao encadeamento¹⁰⁷ dos atos responsáveis pela coexistência grupal. Em distintos pontos da cadeia, a interação social se faz responsável pelos significados que regulam as ações específicas de cada grupo interrelacionado. Deste processo interpretativo, depende, igualmente, o funcionamento das instituições.

Por fim, o terceiro ponto, ao ressaltar a historicidade dos comportamentos conjuntos, merece especial consideração. Para Blumer, jamais poderíamos conceber uma ação conjunta, seja ela recente ou de longa data, ignorando sua origem em uma ação anterior. Novos comportamentos coletivos derivam de experiências, significados e objetos pré-existentes. Ao reconhecer a historicidade das ações conjuntas, Blumer complementa a sincronicidade dos pontos abordados acima, estabelecendo dois eixos complementares, a saber: horizontal (atividades contínuas) e vertical (conexão com atividades anteriores). Nos termos do autor:

Face a situações radicalmente diferentes e tensas, o homem pede ser levado a desenvolver novas formas de ação conjunta acentuadamente diferentes daquelas em que se empenharam anteriormente; contudo, mesmo em tais casos há sempre alguma ligação ou continuidade com os fatos passados. Não é possível compreender a nova forma sem incorporar o conhecimento dessa continuidade à análise do novo comportamento. A ação conjunta não apenas representa um encadeamento horizontal, por assim dizer, das atividades dos participantes, mas também uma concatenação vertical com o comportamento conjunto anterior. (Ibdem, p.136)

¹⁰⁷ Blumer cita a divisão social do trabalho e a investigação policial como exemplos de longas cadeias de atos complexos e interdependentes.

6.2.3 Erving Goffman

Erving Goffman (1922-1982) foi um cientista social canadense cuja obra alcançou considerável projeção acadêmica e literária. Tido como um dos mais importantes sociólogos do século passado, tornou-se também conhecido por suas contribuições no campo da psicologia social e da antropologia. O temário de seus livros inclui o exame da dramaturgia dos papéis sociais, a gênese do eu social, o estudo das instituições totais e os anúncios de gênero.

Foi colega de Herbert Blumer¹⁰⁸, com quem travou contato durante uma década. A este respeito, é válido ressaltar que as elaborações de Goffman se afastam das ideias de Blumer em inúmeros aspectos, e, apesar de seus nexos evidentes com as postulações que caracterizaram o IS, Goffman não via sentido em ser rotulado como interacionista (Verhoeven, 1980, p.317). Concebia o termo “Interacionismo Simbólico” como uma tentativa de agrupar e segmentar pessoas no vasto campo de ideias da sociologia (Ibidem, p.318). Em termos de identificação, sentia-se mais próximo das ideias do sociólogo norte-americano Everett Hughes (1897-1983) (Ibidem, pp.319-320).

6.2.3.1 Estigma

Na obra clássica, *Estigma: notas sobre a manipulação da personalidade deteriorada* (1963), Goffman estabelece uma investigação sociológica sobre as condições estruturais do estigma_ “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 2004, p.4). No intuito de estabelecer um único esquema conceitual, no qual as noções de estigma e desvio se conectassem, revisou trabalhos acadêmicos e populares sobre o tema, deles extraíndo o relato direto de estigmatizados acerca de suas condições.

Goffman observa que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas, apoiando-se em atributos que funcionam como pré-requisitos para aceitação social. Tais preconceções sustentam expectativas normativas que se instalam com rigor e consolidam uma

¹⁰⁸ Dois anos antes de falecer, em entrevista a Jef C. Verhoeven, Goffman emitiu a seguinte opinião sobre sua relação com Herbert Blumer:

“JV: Agora, se me for possível voltar ao ponto que você falou sobre suas influências anteriores, fiquei com a impressão de que Blumer não foi muito relevante para você?”

EG: Bem, em verdade eu não fui influenciado (I didn't take)_ele não estava muito por perto quando eu estava por lá. Hughes foi muito mais influente, e Hughes veio depois também. Ele não estava por lá o tempo todo em que eu estive em Chicago. Porém, eu considero os escritos de Blumer [1969b] muito agradáveis. E seus artigos iniciais criticando a falta de conceitos, certos tipos de metodologia e assim por diante, os achei muito simpáticos. E fui colega dele por uma década. Pois então, havia esse tipo de influência, mas minha sociologia, basicamente, é muito mais tradicional.” (Verhoeven, 1980, p.320, Livre tradução)

espécie de identidade social virtual. Em contraponto, os atributos reais de uma pessoa formam sua identidade social real.

Quando uma pessoa estranha revela um atributo diferente, capaz de ameaçar o estereótipo virtual em que procuramos encaixá-la, surge o estigma. Quanto a isto é preciso frisar que não basta ser o traço indesejável: o atributo precisa ameaçar a identidade social virtual construída; deste modo, percebe-se que se trata de um fenômeno estrutural originado na relação entre o atributo e o estereótipo. Sobre este aspecto, o autor ressalta¹⁰⁹ que: “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Ibdem, p.6).

Segundo Goffman, o estigma esconde dois modos de percepção. O primeiro deles, denominado pelo autor *desacreditado*, é aquele em que as condições distintivas se revelam evidentes. No segundo modo, chamado *desacreditável*, os traços não se manifestam imediatamente.

São estabelecidos três tipos de estigma. O primeiro deles se relaciona às deformidades físicas; o segundo decorre de traços psicológicos perturbadores e comportamentos moralmente tidos como reprováveis; o terceiro, chamado *tribal*, se relaciona a conflitos étnicos ou religiosos. Apesar das distinções, sociologicamente, as três formas estigmáticas apresentariam os mesmos traços sociológicos:

(...) Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais (Ibdem, pp. 7-8).

As pessoas normais¹¹⁰, em primeiro momento, buscam amenizar a grave situação dos estigmatizados. Mas, uma vez que o estigma é definido como a condição típica de pessoas incompletas, os normais terminam por discriminá-los. Para tal, recorrem a ideologias que

¹⁰⁹ Goffman faz uma ressalva, sem, contudo, apresentar maiores esclarecimentos: “Um estigma, é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (Ibdem, p.7).

¹¹⁰ De modo perspicaz, Goffman define as pessoas normais a partir da perspectiva do leitor, a quem chama de normal e com quem pressupõe estar familiarizado em termos de perspectiva. Assim, os normais seriam o “nós”, ou melhor, ele próprio e seu leitor.

justificam a inferioridade destes, ou ainda, apelam a termos ofensivos ou depreciativos para nomeá-los. Em termos normativos, o estigma surge quando uma determinada categoria de pessoas não cumpre a expectativa geral relativa ao cumprimento de uma norma¹¹¹.

Do ponto de vista do estigmatizado, conforme o grau de aceitação do problema por ele manifestado, assistimos a resistências mentais. Ainda que, em suas reflexões mais profundas, os estigmatizados tendam a expressar sentimentos de inferioridade, existem dentre eles, os que buscam reverter suas limitações, ou mesmo, superá-las, para tal, desenvolvendo habilidades extraordinárias. Assim, segundo Goffman, o estigma pode ser fonte de “vitimização” ou, em sentido oposto, uma “lição de vida”. De qualquer modo, quando levada às últimas consequências, a não aceitação social plena pode promover isolamento e gerar danos psicológicos.

O contato entre estigmatizados e não estigmatizados traz, dentre muitas outras sensações perturbadoras, insegurança para os primeiros, posto que estes anseiam, permanentemente, serem aceitos como normais por aqueles últimos. Para alguns estigmatizados, tais contatos se assemelham a uma invasão da intimidade, capaz de levá-los a reagir de maneira hostil ou defensiva perante os normais. Aliás, seja qual for a reação, o contato com o estigmatizado conduz as pessoas normais a um estado de embaraço e perturbação, a despeito destas aceitarem, ou não, o estigma.

No intuito de amenizar os preconceitos e as dificuldades cotidianas, os estigmatizados constroem redes de suporte e ajuda mútua. Tais redes envolvem a criação de associações, discursos e publicações, além do apoio de instituições, parentes, pessoas e especialistas a fins à causa (estigmáfilos).

Não obstante tais esforços positivos, Goffman observa que alguns estigmatizados se recusam a participar dessas iniciativas, não aceitando, sequer, viver em instituições voltadas para seus pares. Constata, igualmente, a existência de conflitos permanentes na relação entre estigmatizados e os normais que lhes prestam apoio: “A relação entre o estigmatizado e seu aliado pode ser difícil. A pessoa que tem um defeito pode sentir que a qualquer momento pode haver uma volta ao estado anterior, sobretudo quando as defesas diminuem e a dependência aumenta” (Ibidem, pp. 29-30).

¹¹¹Goffman admite que determinados indivíduos, ou grupos de indivíduos, possam reverter a perspectiva normativa imposta pela maioria, invertendo os polos de percepção sobre a questão. Neste caso, o indivíduo e o agrupamento estigmatizados, seriam os “normais” e a sociedade seria a “imperfeita”. Segundo o autor os facínoras impunes, os ciganos e os judeus ultraortodoxos ilustrariam tal situação.

O esforço dos estigmatizados em se assemelharem aos normais pode ser descrito quer seja pela perspectiva do que busca se assemelhar, quer seja pela do assemelhado. A *normalização* apontaria os limites da aceitação das pessoas normais para com a tentativa dos estigmatizados em serem acolhidos como seus congêneres; por seu lado, a *normificação* seria o conjunto de esforços realizados pelo estigmatizado em busca da socialização plena. Da eventual antipatia desperta nos normais, à insegurança permanente dos estigmatizados, tal intento seria assinalado por um contínuo estado de apreensão entre os extremos citados.

O autor observa que pessoas estigmatizadas compartilham experiências e aprendizados similares no tocante a suas circunstâncias e à consolidação do próprio eu, assim, construindo uma *carreira moral*. A maneira pela qual o estigmatizado assimila a perspectiva dos normais e, posteriormente, sua tomada de consciência perante o estigma que o aflige, compõem fases que se sincronizam nesta espécie de trajetória. Goffman categoriza o fenômeno em quatro modelos. O primeiro diz respeito aos estigmas congênitos, nos quais os preceitos encarnados pela pessoa impõem exigências contraditórias e difíceis de serem cumpridas; o segundo analisa os impactos da vida pública sobre indivíduos desacreditados que cresceram protegidos sob redomas familiares ou comunitárias; o terceiro analisa os estigmas que surgem em fases tardias da vida, ou, em condições em que a pessoa, tardiamente, percebe que sempre foi “desacreditável”; o quarto se relaciona a busca por adaptação de pessoas oriundas de determinadas comunidades, que precisam buscar “maneiras de ser” reputadas como válidas em uma outra sociedade.

A revisão da carreira moral permite ao desacreditado reconstruir sua retrospectiva de vida, bem como, revisar sua maneira de lidar com outros estigmatizados e com as pessoas normais.

Goffman dirige especial atenção aos indivíduos cujos estigmas ainda não se tornaram explícitos ou cuja exposição do estigma permaneceu reservada a um círculo restrito de pessoas. As estratégias de manipulação ligadas ao *encobrimento* de informações capazes de desacreditar o *eu*, compõem extensas observações do autor sobre os estigmatizados denominados *desacreditáveis*.

Neste sentido, a compreensão do estigma demanda o confronto existente entre as características permanentes de um indivíduo e seus estados psicológicos transitórios. Tal confronto se exprime simbolicamente na *informação social* referente ao indivíduo. Por sua vez, o mecanismo simbólico que permite a informação social é descrito pelo autor da seguinte forma:

A informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura. Exemplos disso são os

distintivos na lapela que atestam a participação em um clube social e, em alguns contextos, a aliança que um homem tem em sua mão. Entretanto, a informação social transmitida por um símbolo pode estabelecer uma pretensão especial a prestígio, honra ou posição de classe desejável - uma pretensão que não poderia ter sido apresentada de outra maneira ou, caso o fosse, não poderia ser logo aceita(...) (Ibdem, p.39-40).

Destarte, do mesmo modo que existem os *símbolos de prestígio* descritos acima, temos os *símbolos estigmáticos*, aqueles cujo teor ressalta disparidades identitárias que impedem a formação de uma imagem completa e congruente do indivíduo.

Para acobertar os sinais estigmáticos, os desacreditáveis podem lançar mão de *signos desidentificadores*, um artifício destinado à geração de dúvidas sobre sua real identidade (“Um exemplo é o 'inglês correto' de um educado negro do Norte que visita o Sul; outro é o turbante e o bigode usados por alguns negros de classe baixa urbana (...)” Ibdem, p.40.).

Os signos da informação social podem variar conforme a natureza do estigma¹¹², sobretudo nos casos congênitos (deformidades) ou naqueles em que se percebem traços adquiridos e permanentes (mutilações, queimaduras, cicatrizes). Quanto mais evidente for, maior será o impacto do estigma. Ressaltando que, nas ocasiões em que a exposição do estigmatizado é contínua (saídas seguidas para um tratamento hospitalar, por exemplo), os níveis de evidência tendem a aumentar. Atributos que interferem diretamente nas etiquetas de comunicação também realçam a evidência do estigma (a pessoa com gagueira que fala em uma reunião por exemplo).

Na medida em que o estigma condensa expectativas de padronização social em esterótipos, ele é um fenômeno da vida pública. Através da intimidade, o desacreditado revela-se em sua dimensão real, estabelecendo uma relação que tende à normatização¹¹³. Entretanto, o estigma é, também, um fenômeno que se apresenta na esfera das relações pessoais. Com o

¹¹² Pra o autor, pessoas normais podem ter suas referências identitárias contaminadas ao estarem na companhia de estigmáticos.

¹¹³ Goffman observa que em determinadas situações, a intimidade pode trazer problemas aos estigmatizados, sobretudo no âmbito das relações familiares. Para ilustrar esta observação, ele cita o exemplo do noivo que oculta seu alcoolismo durante o noivado e acaba por revelá-lo após casamento. Cita também o caso de homossexuais que revelam a sexualidade a amigos, mas procuram escondê-la da família. Diante dos efeitos diversos que a intimidade pode produzir sobre o estigmatizado, o autor sugere que “Ao invés, então, de pensar num “continuum” de relações, com o tratamento categórico e encobridor num extremo da escala e o tratamento particularístico e aberto no outro, talvez seja melhor pensar em várias estruturas nas quais os contatos se produzem e se estabilizam - rua com pessoas estranhas, as relações de serviço superficiais, o lugar de trabalho, a vizinhança, o cenário doméstico - e ver que, em cada caso, é provável que ocorram discrepâncias características entre a identidade social virtual e a identidade social real, e que se realizem esforços, também característicos, para manipular a situação”(Ibdem, p.50).

propósito de descrever tal manifestação em sua dimensão pessoal, Goffman recorre ao conceito de *identidade pessoal*¹¹⁴.

Sob muitos aspectos, os indivíduos diferenciam-se uns dos outros. A ideia de que um indivíduo apresenta características exclusivas e singulares, capazes de distingui-lo dos demais, constitui a cerne da noção de *unicidade*. Goffman relaciona a unicidade a padrões que são comuns a um conjunto de indivíduos, mas que, ao mesmo tempo, servem como ferramenta para singularizá-los¹¹⁵ (a imagem mental associada a uma pessoa e a impressão digital por exemplo). A ideia de unicidade também se manifestaria no conjunto de informações referente a uma pessoa, a exemplo das características e condutas corporais que utilizamos para identificar alguém cujo nome desconhecemos, ou ainda, dos dossiês policiais em que se concentram informações de ordem privada sobre um determinado indivíduo.

A identidade pessoal de uma pessoa vigora em condições onde muitas outras a conhecem. Nas circunstâncias em que o indivíduo é um completo desconhecido, predominará sua *identidade social*, aquela composta pelas informações sociais relacionadas a ele.

Veremos que, o equilíbrio entre a identidade pessoal e a identidade social pode ser seriamente abalado à medida que o desacreditável não consegue ocultar, suficientemente, seus traços estigmáticos. Goffman aborda esta questão analisando as estratégias de *encobrimento*.

O encobrimento é o modo pelo qual o desacreditável busca acobertar seus traços estigmáticos. Uma vez que a evidência de um estigma é algo variável, as estratégias de encobrimento tendem a se diversificar. Em alguns casos, o estigmatizado pode revelar seu segredo somente às pessoas mais íntimas; noutros, as estratégias podem exigir verdadeiro afastamento dos ciclos sociais mais próximos, de modo a consolidar espaços onde o estigma possa ser vivenciado sem o conhecimento dos normais mais íntimos (o exemplo da vida dupla)¹¹⁶. De qualquer modo, o encobrimento pressupõe, por parte do desacreditável, a constante necessidade de ocultar antigas informações incompatíveis com a identidade social normalizada. Goffman delinea, a partir de outros autores, o ciclo natural do encobrimento:

¹¹⁴ A identidade pessoal é definida por relações interpessoais. A identidade experimentada em âmbito individual puramente subjetivo e reflexivo compõe o que o autor denomina *identidade do eu*. Quando o indivíduo recorre a subterfúgios alheios às definições fornecidas por outros indivíduos (um pseudônimo por exemplo) ele se livra de sua identidade pessoal.

¹¹⁵ Do mesmo modo, a *biografia* de uma pessoa expressa um fenômeno único, ainda que sua linha de vida única seja marcada por inúmeros papéis sociais e, estes últimos, por uma multiplicidade de *eus*.

¹¹⁶ “Essa divisão do mundo do indivíduo em lugares públicos, proibidos, e lugares retirados, estabelece o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não, quaisquer que sejam as estratégias de inforrição escolhidas” (Ibdem, p.72).

(...) O ciclo pode começar com um encobrimento inconsciente que o interessado pode não descobrir nunca; daí passa-se a um encobrimento involuntário que o encobridor percebe, com surpresa, no meio do caminho; em seguida, há o encobrimento "de brincadeira"; o encobrimento em momentos não rotineiros da vida social, como férias em viagens; a seguir, vem o encobrimento em ocasiões rotineiras da vida diária, como no trabalho e em instituições de serviço; finalmente, há o desaparecimento - o encobrimento completo em todas as áreas de vida, segredo que só é conhecido pelo encobridor (Ibdem, p.70).

As estratégias de encobrimento são aprendidas e se diversificam conforme o repertório de acautelamentos desenvolvido por cada grupo específico de estigmatizados.

O desacreditável também recorre a inúmeras *técnicas de controle informacional*¹¹⁷, no intento de modular suas relações interpessoais e a apresentação de seus traços estigmáticos. Tais técnicas adaptativas incluem um amplo leque de atitudes, dentre as quais se incluem a omissão ou a apresentação antecipada¹¹⁸ de signos estigmáticos, a formação de grupos de confiança e a manipulação do distanciamento social.

Goffman também analisa a formação identitária dos estigmatizados no contexto das relações grupais: o alinhamento com seus pares (intragrupal) e o alinhamento com os normais (extragrupal).

Seu ponto de partida é o sentimento ambivalente experimentado pelo estigmatizado em relação ao próprio eu. A incongruência entre os modelos de aceitação social e a inadequação básica diante de tais modelos, é o que origina tal ambiguidade. Os esforços de normatização por um lado, e a denúncia de sua situação marginal por outro, conduzem a pessoa desacreditada à busca permanente de uma perspectiva que ressignifique, coerentemente, sua condição de estigmatizada. A ambivalência ora descrita se manifestará sob formas inúmeras: na aproximação do estigmatizado com os normais – ato cujo efeito poderá resultar em abrandamento ou reforço da incompletude; na relativização do próprio estigma feita através de comparações com estigmas mais evidentes; na convivência perturbadora do desacreditado com seus pares, a propósito, conforme a descrição de Goffman, uma das manifestações mais complexas da ambivalência:

¹¹⁷ Conquanto o desacreditado tenha de lidar com a tensão decorrente de seu estigma evidente (“...O objetivo do indivíduo é reduzir a tensão, ou seja, tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação” Ibdem, p.89.), o desacreditável precisa lidar com a manipulação da informação referente a suas incongruências sociais.

¹¹⁸ Tal situação é descrita por Goffman da seguinte forma: “Deve-se considerar, agora, uma possibilidade final, que permite ao indivíduo antecipar-se a todas as outras. Ele pode voluntariamente revelar-se, transformando, portanto, radicalmente a situação de um indivíduo que tem informações a manipular na de alguém que deve manipular situações sociais difíceis, transformando a situação de uma pessoa desacreditável na de uma pessoa desacreditada” (Ibdem, p.87).

Quer mantenha uma aliança íntima com seus iguais ou não, o indivíduo estigmatizado pode mostrar uma ambivalência de identidade quando vê de perto que eles comportam-se de um modo estereotipado, exibindo de maneira extravagante ou desprezível os atributos negativos que lhes são imputados. Essa visão pode afastá-lo, já que, apesar de tudo, ele apóia as normas da sociedade mais ampla, mas a sua identificação social e psicológica, com esses transgressores o mantém unido ao que repele, transformando a repulsa em vergonha e, posteriormente, convertendo a própria vergonha em algo de que se sente envergonhado. Em resumo, ele não pode nem aceitar o seu grupo nem abandoná-lo (Ibdem, p.93).

O alinhamento intragrupal desperta em muitos desacreditados um sentimento de pertencimento com relação a seus pares. Tal sentimento, eventualmente, faz do estigma uma causa que reforça o estreitamento dos laços identitários e culmina na militância política¹¹⁹. Por outro lado, o alinhamento extragrupal exige da pessoa desacreditada sua autoaceitação enquanto alguém “normal”, restringindo sua incompletude a uma seção da vida social. Ambas as posições são pontuadas por conflitos. A militância reforça os sinais da ausência e, simultaneamente, uma conexão entre o estigmatizado e a cultura dos normais a qual, em princípio, ele se põe a criticar. A autoaceitação, por sua vez, manifesta uma normalidade-fantasma, dado que finge minimizar o estigma: “Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele (...) (Ibdem, p.105).” Ainda que os alinhamentos grupais forneçam uma identidade para a pessoa socialmente incompleta, tal identidade sempre será a visão do grupo se expressando através do indivíduo.

Goffman, por fim, esmiúça as relações existentes entre o estigma, a *normalidade* e o *desvio*, a fim de demarcar zonas de interseção.

Precedente a qualquer discussão relativa ao desvio, o estigma é, grosso modo, um fenômeno estrutural decorrente de exigências normativas identitárias impostas pela sociedade. Estigmatizados e normais se integram através de relações complexas, contrastando papéis sociais e compartilhando caracterizações de ordem mental; enquanto estrutura, trata-se de um fenômeno não baseado em atributos pessoais, mas em relações: “O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro (Ibdem, p.117)”. Há também a dimensão funcional da estigmatização, expressa de maneira

¹¹⁹ Para o autor, o alinhamento intragrupal apresentaria ao estigmatizado “uma fraseologia predominantemente política”, ao passo que o alinhamento extragrupal manifestaria uma “fraseologia psiquiátrica” (Ibdem, p.106).

diversa em processos que vão da busca de apoio social para os desacreditados, a formas variadas de controle social sobre determinados indivíduos e agrupamentos¹²⁰.

Para o autor, desvio e estigma não são, necessariamente, fenômenos sociais co-extensivos. Ainda que o estigmatizado possa ser considerado alguém não aceito pelas normas identitárias vigentes, e como tal, seja um desviante, a noção de desvio é muito mais abrangente e complexa que a simples não aceitação normativa de um indivíduo. Preliminarmente, Goffman assim define o desviante:

Começando com a noção muito geral de um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar "destoante" a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar "desvio" a sua peculiaridade (ibdem, p.119).

Ele descreve dois tipos de desviante: os *intragrupais* e os *sociais*. Os intergrupais são aqueles indivíduos que se desviam de um determinado grupo e das normas desse grupo, mas que, ainda assim, interagem de forma inclusiva com os demais membros; os desviantes sociais são indivíduos que, conscientemente, se recusam aos papéis sociais que lhes são impostos, estabelecendo uma relação conflituosa e com as instituições sociais. Goffman dirige especial atenção a este último tipo, pois o desviante social não apenas consegue isolar-se voluntariamente dos normais (julgando-se acima deles), como, igualmente, potencialmente consegue influenciá-los:” (...) Os desviantes sociais; também fornecem modelos de vida para os normais inquietos, obtendo não só a sua simpatia, mas também adeptos. (...) Os interessados podem converter-se em companheiros de viagem (Ibdem, p.123).”

O autor reconhece que, eventualmente, os condicionantes do estigma cairão sobre o desviante e ele terá de lidar com as inseguranças e problemas característicos de alguém que vivencia tal situação. Todavia, o desviante, potencialmente, não se deixa impactar pela não aceitação social através de distintos mecanismos e atitudes. Em síntese, o desviante apresenta: a) uma recusa voluntária e consciente em aceitar o papel que lhe é imposto pela sociedade; b) uma percepção de que seu estilo de vida desviante é “superior” ao dos normais (desviante social); c) capacidade de manipular os conflitos com a sociedade, agregando a partir daí, os

¹²⁰ “Embora se possa argumentar que os processos de estigmatização parecem ter uma função social geral - a de recrutar apoio para a sociedade entre aqueles que não são apoiados por ela - e, presumivelmente, nesse nível, são resistentes à mudança, deve-se ver que parecem estar implícitas aí funções adicionais que variam muito marcadamente segundo o tipo de estigma. A estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal; a estigmatização de membros de certos grupos raciais, religiosos ou étnicos tem funcionado, aparentemente, como um meio de afastar essas minorias de diversas vias de competição; e a desvalorização daqueles que têm desfigurações físicas pode, talvez, ser interpretada como uma contribuição necessária de restrição à escolha do par (ibdem, p.119).”

“normais irriquietos” a sua perspectiva. Os elementos supramencionados extrapolam a dimensão fonômica do estigma e dos elementos necessários para compreendê-lo, com efeito, Goffman admite certas dificuldades para analisar a relação entre estigma e desvio.

6.2.4 Interação, estigma e envelhecimento

Quanto ao envelhecimento, os postulados interacionistas nos fornecem perspectivas interessantes de abordagem:

- a) A noção de envelhecimento como construção simbólica;
- b) A autopercepção do envelhecimento na pessoa idosa a partir de percepções derivadas da interação social (significação, adaptação e reação em relação ao fenômeno);
- c) A leitura do quadro institucional em que se desenvolvem as políticas públicas municipais para pessoa idosa, concebida sob a perspectiva das ações conjuntas (Blummer);
- d) A participação social da pessoa idosa enquanto um processo predominantemente interativo;

Sobre a relação entre envelhecimento e estigma, cabem algumas ponderações. Com base nas descrições de Goffman, a pessoa idosa pode tornar-se inatável socialmente em razão de certos fatores e circunstâncias:

- a) Deficiências físicas e mentais surgidas com o avançar da idade (os exemplos do homem que não usa os óculos bifocais a fim de que não percebam que ele está envelhecendo (Ibdem, p.81) e o do idoso que já não mais se lembra do nome dos antigos colegas e que, em vista disso, evita ir aos lugares onde poderia encontrá-los (Ibdem, p.112)).
- b) Tomada de consciência tardia sobre sua condição prévia de *desacreditável* (exemplo da pessoa recém-colostomizada vendo a si mesma a partir dos julgamentos que fazia de outras pessoas colostomizadas quando era mais jovem, (Ibdem p.32)) ou a aquisição de condição estigmática em fase avançada da vida;
- c) O envelhecimento enquanto área problemática a ser estudada no intuito de formulações gerais sobre o estigma (Ibdem, p.124).

Fazendo uso de outras categorias presentes nas elaborações de Goffman, podemos considerar o idoso estigmatizado alguém *desacreditado* e, ao mesmo tempo, *desacreditável*. À experiência perturbadora dos primeiros sinais estigmáticos, acrescenta-se a percepção

perturbadora de que o avanço do envelhecimento tornará estes mesmos sinais ainda mais explícitos e abundantes. A pessoa idosa poderá estabelecer inúmeras estratégias de *encobrimento* (pintar os cabelos, recorrer à plásticas, evitar certas roupas, recorrer a medicamentos e exercícios no intuito de manter-se saudável), todavia, a despeito de todos os esforços por ela promovidos, a progressão dos sinais será sempre um motivo permanente de preocupação.

Por outro lado, os mesmos atributos do envelhecimento que sob dada perspectiva, funcionam de forma estigmatizante, podem, noutro contexto, simbolizar ganho de *status* e acolhimento. As marcas do tempo também simbolizam honra, sabedoria, manifestando o zelo e a reverência dos mais jovens àquilo que lhes foi legado por seus predecessores. Não é preciso evocar o exemplo histórico de sociedades gerontocráticas, uma vez que nos deparamos com situações desta ordem em nossa própria sociedade.

Como tal, tendo em vista a dimensão relativa e contextual presente no fenômeno do estigma, entendemos que não seria correto reduzir todo o envelhecimento a uma experiência estigmática, ainda que em nosso modelo de sociedade, tal perspectiva seja, quase inevitavelmente, colocada em muitos momentos.

6.3 Representações sociais enquanto estruturas normativas formadoras de estigmas¹²¹

Os agregados constitutivos das representações sociais (símbolos, experiências, conceitos, comportamentos, etc.) que permitem o surgimento de estigmas, são os mesmos que sustentam as chamadas *identidades sociais virtuais*. Tais identidades incluem representações cujos núcleos figurativos se mostram amplamente familiares e desejáveis.

Por sua vez, em sentido contrário, as RSs geradoras de estigmas se caracterizam por: a) comportamentos socialmente proibidos (tabus), portanto, representações não familiares; b) aspectos assustadores a ser evitados (declínio, impotência, adoecimento, morte) posto que levam ao descrédito; c) condutas imorais ou degeneradas.

¹²¹ A TRS e as elaborações do Interacionismo Simbólico apresentam inúmeros pontos em comum, apesar de suas origens epistemológicas distintas. O professor Celso Pereira de Sá em *Sobre o pensamento social e sua gênese: algumas impressões* (2014), aborda as aproximações e diferenças entre as propostas de Moscovici, Bergman e Luckmann e Heider. Em *A polêmica relação indivíduo e sociedade: as abordagens teóricas do Interacionismo Simbólico e das Representações Sociais* (2015), Soldan e Rasia analisam as semelhanças existentes nas propostas de Mead, Moscovici e Strauss.

De qualquer forma, no caso do envelhecimento, é preciso evidenciar a existência de representações positivas sobre o tema, de modo que, nem todo protótipo representacional vinculado à senectude constitui base para o estigma.

CAPÍTULO VII – PERCURSO METODOLÓGICO

7.1 Desenho metodológico: o porquê dos procedimentos qualitativos

A participação social dos idosos mesquitenses é um fenômeno complexo, ao qual se relacionam aspectos e maneiras distintas de prospecção.

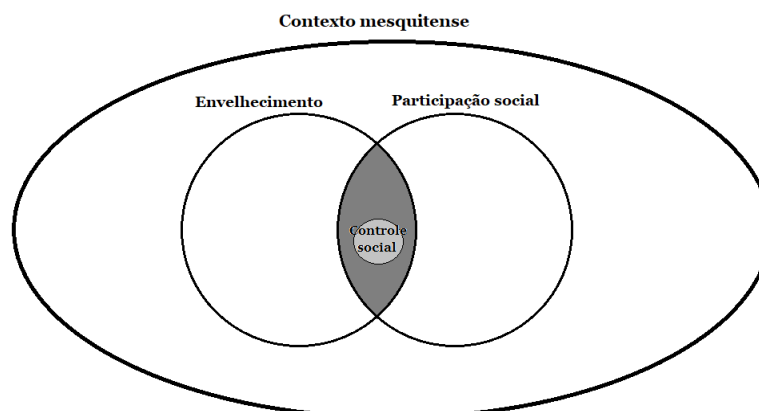
Recorrendo a critérios de amplitude e intensidade, podemos medir a ação participativa local, dimensionando sua duração, sua abrangência e seus impactos sociais. De certo modo, as características mensuráveis do fenômeno supramencionado são explícitas e fundamentam a situação-problema desta pesquisa. As sucessivas tentativas fracassadas de dar vida ao conselho local de idosos e o baixo número de iniciativas da sociedade civil dirigidas aos mesquitenses mais velhos, compõem um registro quantitativo da baixa participação social do referido segmento em seu principal fórum de controle social.

Como observado, a situação-problema pode ser descrita a partir de eventos mensuráveis; todavia, a hipótese originada neste contexto, *algum fator psicossocial levaria os idosos locais a não participarem de seu principal organismo de controle social*, seria suficientemente explicada através de procedimentos quantitativos? Analisemos os problemas manifestos nesta indagação.

O primeiro problema deriva da natureza dos objetos de investigação da tese e da necessidade de compreendê-los (ver página 98, nota 84). A começar pelos elementos subjetivos e intersubjetivos, qualquer tentativa de dimensionamento quantitativo de construções sociopsicológicas como *imaginário social*, *representações coletivas*, *estigmas* ou *redes simbólicas*, de pouco ou nada serve à compreensão deles, já que se trata de definições conceituais. Ademais, ressalta-se que no plano da percepção, tais construções despontam como fenômenos intencionais que variam de pessoa para pessoa, traduzindo processos vivazes em lugar de conceitos genéricos e estanques. Obviamente, entender a dimensão intencional, variável, subjetiva e inexata de um fenômeno social não é uma tarefa quantitativa.

O segundo problema se relaciona à excepcionalidade presente no objeto de pesquisa da tese. Pressupor que *algum fator psicossocial levaria os idosos locais a não participarem de seu principal organismo de controle social*, exigiu o longo perscrustamento de conceitos diversos como *envelhecimento* e *participação social*, bem como, das possíveis relações estabelecidas entre eles. Podemos imaginar a hipótese aqui discutida enquanto uma suposição emergente de inúmeras interseções conceituais, sintetizadas no diagrama abaixo (Fig.2):

Figura 2



A complexidade encontrada em situações excepcionais não é contemplada por procedimentos quantitativos habituais. Tal qual nos escreveu Uwe Flick (2004) a partir das conceitualizações de J. Bortz, “Pessoas ou situações excepcionais podem até ser encontradas, mas não necessariamente em número suficiente que justifique uma amostra para um estudo de quantificação e descobertas generalizáveis. (...) (Bortz, apud Flick, p.18). É o que constatamos na busca pelo público-alvo escolhido para a obtenção dos dados empíricos que fomentam este estudo. Como dimensionar com precisão os participantes da pesquisa a partir do conceito de participação social estabelecido no segundo capítulo da tese? Considerada a população idosa mesquitense, não há estatísticas que nos assegurem identificar, a despeito mesmo de qualquer definição prévia sobre o que vem a ser participação social, o número de idosos socialmente participativos e não participativos ali residentes. Conseqüentemente, o dimensionamento impreciso do público-alvo pode acarretar dificuldades metodológicas e operacionais, como impasses na definição do tamanho e do tipo da amostra, dúvidas quanto à adequação da técnica de obtenção de dados, problemas para localizar os participantes, atrasos e imprecisões no cronograma de ações, entre outros embargos.

A excepcionalidade também influencia o tipo de hipótese formulada. Em circunstâncias onde o objeto da pesquisa encontra-se muito bem delimitado graças ao respaldo de dados empíricos abundantes, as hipóteses formuladas desfrutam de maior testabilidade. Conseqüentemente, um maior grau de conhecimento sobre a extensão do objeto a ser perscrutado corresponderá, inversamente, a um menor grau de excepcionalidade. Hipóteses construídas sob tais circunstâncias estão presentes nas pesquisas quantitativas clássicas, as quais, conforme a aceção de Schick e Vaughn (2002) são amplamente *testáveis* (passíveis de verificação ou falseamento), *parcimoniosas* (envolvem poucas entidades), dotadas de *escopo*

(aplicáveis a inúmeras situações fenomênicas), *frutificáveis* (capazes de explicar fenômenos futuros) e *conservadoras* (adequadas aos sistemas de conhecimento existentes). Todavia, em se tratando da hipótese aqui formulada, bem como, de suas hipóteses auxiliares, a excepcionalidade impõe um desenho diverso do que acabamos de descrever. Nele, as hipóteses formuladas revelam três aspectos: a) *provisional*: são pouco delineadas, mas abrem caminho para formalizações mais concisas; b) *exploratório*: permitem ampliar o grau de conhecimento de uma dada situação-problema; c) *operacional*: se encontram intimamente relacionadas às formulações conceituais levantadas pela pesquisa. Aqui, não está em jogo a precisão da testabilidade, mas a dimensão plausível e as possibilidades de frutificação contidas em seus postulados. Não se trata de um experimento laboratorial controlado, mas de uma busca sem regras pré-estabelecidas dirigida à realidade social concreta. Pode-se afirmar, com base em tais aspectos, que a hipótese central desta tese se aproxima das *working hypothesis* propostas pelo pragmatismo (Peirce, 2014; Dewey, 1938).

Em resumo, com base nas constatações e inferências desenvolvidas nos parágrafos anteriores, podemos concluir que:

- a) Esta pesquisa é originária de uma situação problema determinada por fenômenos quantificáveis; entretanto, seu objeto central só pode ser explicado a partir do paradigma da compreensão.
- b) A investigação desta pesquisa tem como objeto de compreensão as cognições, valores, percepções e as representações contidas no discurso intencional dos idosos mesquitenses civicamente engajados; trata-se de uma imersão direta na realidade psicossocial destas pessoas.
- c) No tocante aos procedimentos metodológicos, o objeto desta pesquisa se caracteriza por circunstâncias e pessoas em condições de excepcionalidade; como vimos, condições empíricas excepcionais exigem metodologias distintas daquelas encontradas em pesquisas quantitativas clássicas;

Por todas as características elencadas nos itens acima (objetivo da pesquisa, objeto a ser pesquisado, metodologia), o caráter desta pesquisa não poderia ser outro senão o qualitativo. Flick descreve a adequação dos métodos qualitativos aos objetos complexos de estudo da seguinte maneira: “(...) aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para que a escolha crie

um método e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário. (...)” E prossegue:

Em justiça à diversidade da vida cotidiana, os métodos caracterizam-se por uma abertura para com seus objetos, garantida de diversas formas (...). A meta da pesquisa concentra-se menos em testar o que já é bem conhecido (por exemplo, teorias já formuladas antecipadamente) e mais em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente embasadas. Além disso, avalia-se a validade do estudo com referência ao objeto que está sendo estudado, sem seguir, exclusivamente, critérios acadêmicos de ciência como na pesquisa quantitativa. Ao contrário, os critérios centrais, na pesquisa qualitativa, *consistem em determinar se as descobertas são embasadas em material empírico e se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados ao objeto em estudo* (grifo nosso). A relevância das descobertas e a reflexividade dos procedimentos são critérios adicionais (...). (Flick, 2004, p.21)

Em uma perspectiva mais abrangente, é possível dizer que a diversidade metodológica é uma das características centrais da pesquisa qualitativa. A este propósito, Snape e Spencer escrevem:

Primeiro, cabe ressaltar que não existe uma maneira única e aceita de se fazer pesquisa qualitativa. De fato, como os pesquisadores fazem isso depende de inúmeros fatores, incluindo: suas crenças acerca da natureza do social mundo e aquilo que podemos saber sobre ele (ontologia), a natureza do conhecimento e o modo como ele pode ser obtido (epistemologia), a(s) proposta(s) e objetivos contidos na pesquisa, as características dos participantes da pesquisa, o público pesquisado, os financiadores da pesquisa, a postura e as circunstâncias dos próprios pesquisadores (...). (Snape e Spencer, 2003, p.1).¹²²

Segundo os autores, a multiplicidade de escolhas metodológicas não impede que os resultados das pesquisas qualitativas sejam válidos. Porém, para que haja relativa validade, há, igualmente, a necessidade de consistência interna, uma condição que só se estabelece por meio de critérios filosóficos¹²³: “(...)Alguns autores estipulam que abordagens metodológicas distintas se sustentam através de suposições filosóficas particulares, e que os pesquisadores devem estabelecer uma consistência entre o ponto de largada filosófico e os métodos escolhidos. De fato, manter a consistência é algo visto como forma de produzir achados mais 'válidos' (Morse et al., 2001).” (Ibidem, p.2)¹²⁴

Em face às variações procedimentais que dificultariam o estabelecimento de uma definição simples para a pesquisa qualitativa, Snape e Spencer resumiram alguns pontos de acordo, comumente aceitos no tocante às características deste tipo de metodologia. Seriam eles: a) objetivos voltados para obtenção de um entendimento profundo sobre o mundo social

¹²² Tradução nossa

¹²³ Sobre os critérios filosóficos que embasam epistemologicamente e metodologicamente esta pesquisa, ver o Capítulo IV sobre os referenciais teóricos aqui empregados.

¹²⁴ Tradução nossa

(experiências, amostras históricas, perspectivas) dos participantes do estudo; b) métodos de obtenção de dados que permitam a interação entre o pesquisador e o participante, assim possibilitando a emergência de novas questões; c) dados complexos, ricos em detalhes e abrangência; d) identificação detalhada de padrões associativos, tipologias, classificações, explicações a partir de uma análise aberta a conceitos e ideias emergentes; e) busca pelo mundo social dos participantes, rerepresentado através da interpretação do significado social dos resultados obtidos (Ibidem, pp. 4-5). Como se pôde observar, a pesquisa proposta nesta tese se adequa perfeitamente aos critérios mencionados acima.

7.2 Obtendo os dados

Compreender o grau de influência de variáveis psicossociológicas sobre o comportamento socialmente participativo dos idosos mesquitenses requereu a essa pesquisa um procedimento que nos permitisse investigar, sob uma perspectiva pessoal, os seguintes aspectos: a) o contexto histórico-cultural dos mesquitenses mais velhos; b) os processos sociais relativos ao envelhecimento na cidade; c) a obtenção direta subsídios intencionais que nos permitissem conhecer as representações e interações sociais dos idosos de Mesquita. Consideradas as características elencadas, dentre as inúmeras técnicas comuns ao método qualitativo, a *entrevista de profundidade* revelou-se a mais adequada para esta tese. Jane Lewis em *Design Issues* (2003), observa que com a referida técnica, torna-se possível explorar processos psicológicos complexos da ordem das motivações e tomadas de decisão. De igual modo, ela também facilita o acesso a questões delicadas e assuntos de ordem privada (Lewis, 2003, p.6). Tais vantagens decorrem das semelhanças existentes entre a entrevista e a conversa. Conforme observaram Legard et al:

Com frequência, se descreve a entrevista em profundidade como um tipo de conversa (Burgess, 1982a, 1984; Lofland e Lofland, 1995). Na verdade, Sidney e Beatrice Webb descreveram o método da entrevista como sendo uma 'conversa com uma finalidade' (Webb e Webb, 1932: 130). Como tal, ela reproduz um papel fundamental, um processo através do qual, constrói-se o conhecimento do mundo social a partir da interação humana normal (Rorty, 1980). (...) (Legard et al, 2003, p.138)¹²⁵

Legard et al, por outro lado, frisam que, apesar de apresentarem semelhanças indiscutíveis, conversas e entrevistas se distinguem funcionalmente. Escrevem os autores:” Todavia, existem algumas distinções óbvias entre conversas normais e entrevistas detalhadas –

¹²⁵ Tradução nossa

os objetivos e os papéis do pesquisador e do participante são muito distintos (Kvale, 1996; Rubin e Rubin, 1995). Embora uma boa entrevista detalhada possa parecer naturalista, na realidade, ela terá pouca semelhança com as conversações de todos os dias.”¹²⁶ (Ibidem, p,138)

É preciso frisar, igualmente, o aspecto individual da técnica escolhida, uma vez que, para isso, há uma razão operacional. Ao contrário do grupo focal e de outras formas de abordagem coletiva, a entrevista em profundidade, de imediato, oferece alternativas para se contornar algumas das limitações próprias à população que será estudada. Lewis ressalta que a entrevista é adequada a situações onde os participantes “encontram-se menos dispostos ou habilitados a viajar” (Ibidem, p.6)¹²⁷. Ao pensarmos na população idosa, os limites à mobilidade impostos pela senescência não podem ser, de modo algum, desconsiderados.

Com relação aos modelos de entrevista de profundidade possíveis, optamos pela *entrevista semiestruturada*, a qual, nas palavras de Augusto Triviños, é descrita como:

(...)aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (Triviños, 1987, p.146)

Triviños salienta que as perguntas não nascem no momento da pesquisa. Elas se estabelecem em momentos prévios, desde a formulação teórica inicial, às etapas em que o pesquisador escolhe e contata os participantes¹²⁸. Esta concepção de estrutura flexível é reforçada por Manzini:

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (...) (Manzini, p.2)

Manzini concebe o roteiro de perguntas semiestruturadas como meio de coleta e, ao mesmo tempo, meio de organização para a interação entre pesquisador e entrevistado. Ao longo da interação, novas questões podem despontar; a este respeito, Jorge Duarte nos diz que:

¹²⁶ Tradução nossa

¹²⁷ Tradução nossa

¹²⁸ As perguntas de um roteiro semiestruturado não são flexíveis apenas em virtude da origem circunstancial que as caracteriza, mas, também, pelo grau de abertura de seus conteúdos. Conforme observou Jorge Duarte: “A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta *da forma mais aberta possível* (grifo nosso). Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle.” (Duarte, p.9)

(...)A lista de questões-chaves pode ser adaptada e alterada no decorrer das entrevistas. Uma questão pode ser dividida em duas e outras duas podem ser reunidas em uma só, por exemplo. Por isso, é natural o pesquisador começar com um roteiro e terminar com outro, um pouco diferente. (Duarte, 2010, p.9)

Como vimos, Triviños, Manzini e Duarte explicam a flexibilidade do roteiro pré-estabelecido a partir de fatores circunstanciais como o aparecimento de informações e comportamentos imprevistos na dinâmica das entrevistas. Há, no entanto, outro aspecto igualmente relevante a ser cogitado: o epistemológico.

Ao reconhecermos o idoso socialmente participante como um agente dotado de intencionalidade, autorreatividade e autorreflexão, estamos falando de um ente autônomo, capaz de controlar suas circunstâncias ambientais conscientemente. Ademais, uma vez concebidas as relações humanas enquanto interações simbólicas diversas, não foge a tal concepção a própria entrevista aqui discutida, posto que esta última encerra um procedimento intersubjetivo e simbólico por excelência. Conforme as observações acima, os idosos abordados nesta tese não poderiam ser investigados como objetos passivos e determinados por suas circunstâncias ambientais. Não seria exagerado chamá-los de coautores da pesquisa aqui desenvolvida, já que colaboram intencionalmente para a averiguação das expectativas levantadas, bem como, ainda que indiretamente, para eventuais reformulações das hipóteses sugeridas.

Interessante elaboração teórica, que apresenta semelhanças com a perspectiva epistemológica supramencionada, foi desenvolvida por Norbert Groeben e Brigitte Scheele. Em *Dialogue-Hermeneutic Method and the "Research Program Subjective Theories"* (2000), os autores apresentam as linhas gerais de um programa hermenêutico de pesquisas, baseada nas *teorias subjetivas*. Dizem eles, "(...) Por teorias subjetivas entendemos agregados cognitivos complexos do objeto de pesquisa, nos quais suas cognições relacionadas ao *eu* e ao *mundo* se manifestam e revelam uma estrutura argumentativa, ao menos, implícita."¹²⁹(Groeben & Scheele, 2000, p.2) Tais teorias estariam inseridas em um modelo epistemológico fundado no ser humano, onde o sujeito e o objeto da pesquisa se relacionariam através de um paralelismo. O pensamento (visto como processo e produto) e as estruturas relativas a ele, formariam um paralelo que permitiria manusear as informações obtidas na pesquisa em conformidade a teorias científicas. Flick disserta sobre a aplicação deste método nas entrevistas semiestruturadas:

Em seu método para a reconstrução de teorias subjetivas, Scheele e Groeben (1988) sugerem uma elaboração específica da entrevista semiestruturada (veja também

¹²⁹ Tradução nossa

Groeben, 1990). O termo “teoria subjetiva” refere-se ao fato de o entrevistado possuir uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo. Esse conhecimento inclui suposições que são explícitas e imediatas, as quais ele pode expressar espontaneamente ao responder a uma pergunta aberta, e que são complementadas por suposições implícitas. (Flick, 2004, p.95)

Conforme a metodologia desenvolvida por Scheele e Groeben, as informações imediatas e explícitas fornecidas pelos participantes seriam articuladas posteriormente, através de diferentes técnicas de entrevista e avaliação que culminariam na obtenção da teoria subjetiva implícita.

Ainda que esta tese não recorra ao *Programa de Pesquisa da Teoria Subjetiva* (PPTS), tal qual Scheele e Groeben, reivindicamos um ponto de vista epistemológico em que a entrevista constitui uma totalidade onde se estruturam as informações do entrevistado, a ação do entrevistador, os objetivos da pesquisa e a metodologia empregada. Nos dizeres de Haguette, “Embora, para fins heurísticos, procedamos a esta compartimentalização, deve-se ter em mente que nenhum dos elementos ‘faz sentido’ separado da totalidade. Cada um está ‘em relação’ a um outro.” (Haguette, 1987, p.96).

7.3 Critérios para a definição e seleção dos membros da pesquisa

Vimos, na Introdução e no Capítulo V, que o fenômeno da baixa participação social dos idosos mesquitenses nos fóruns de elaboração de políticas públicas voltados para o segmento (em especial, O Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa) caracterizaria a situação problema que fez nascer esta tese. Desta situação, nasceu a hipótese primária: *algum fator psicossocial levaria os idosos locais a não participarem de seu principal organismo de controle social*. A hipótese, por sua vez, estabeleceu como objetivo central a investigação de elementos psicossociológicos locais relativos ao envelhecimento e à participação social. Duas fontes de percepção coletiva se revelaram indispensáveis à obtenção desses elementos por estarem diretamente relacionadas ao fenômeno. Seriam elas: os idosos mesquitenses e as pessoas¹³⁰ que, de alguma forma, lidavam com as ações sociais envolvendo idosos na cidade. Desde então, a questão que despontou foi: como construir amostras representativas destes dois grupos?

¹³⁰ No caso dos entrevistados diretamente envolvidos em ações sociais relacionadas à população idosa, optamos por abordar apenas pessoas jovens ou de meia-idade. A ideia consistiu em captar o olhar de alguém que, mesmo estando muito conectado aos idosos, ainda não teria vivido internamente as condições psicossociais e legais próprias aos que chegaram aos 60 anos. Esta percepção próxima e, ao mesmo tempo externa ao envelhecimento, pode ser relativizada de muitas formas (sobretudo na oficialidade de seus limites), porém, cumpre papel complementar essencial à compreensão mais abrangente da senectude.

Levantar amostras numéricas precisas de pessoas envolvidas em ações sociais relacionadas aos idosos, fossem elas promotoras de ações públicas ou privadas, seria um dimensionamento difícil, uma vez que não há qualquer estatística oficial sobre perfis de tal ordem em Mesquita, ou mesmo em qualquer outro lugar (tema amplamente discutido no item 1 deste capítulo); por outro lado, encontrar pessoas assim não foi uma tarefa difícil.

Em contrapartida, quais grupo de idosos deveríamos abordar? Os engajados civicamente? Os não engajados civicamente? Os não engajados de qualquer tipo? Todos os grupos simultaneamente? Novamente, surgiram complicações: a) a insuficiência (ou mesmo a inexistência) de dados gerais relativos a coortes de idosos engajados; b) a dificuldade em se estabelecer uma fronteira precisa distinguindo engajamento cívico e engajamento social (ver página 18); c) as dificuldades operacionais de custo e de tempo que surgiriam se optássemos em abordar três grupos diferentes de idosos simultaneamente. A solução que nos pareceu mais consistente e operacional foi a escolha de uma amostra composta por idosos locais engajados civicamente. Tal opção apresentou as seguintes vantagens: a) o engajamento cívico é um subcomponente da participação social, ou seja, ao escolhê-lo como critério de corte, eliminaríamos o risco de incluirmos pessoas com perfil alheio ao objeto de investigação da pesquisa; b) pessoas socialmente participativas, em razão de suas próprias experiências, ofereceriam maior possibilidade de reflexão intencional sobre o fenômeno da participação social; c) localizar idosos civicamente engajados resultaria em uma tarefa relativamente fácil, uma vez que estas pessoas tendem a ser reconhecidas socialmente.

Sendo assim, os participantes foram divididos em dois grupos: idosos que, graças a suas ações de engajamento cívico, se destacaram na cidade (o grupo principal) e operadores de atividades ou a ações sociais dirigidas aos idosos de Mesquita.

Por não haver um conhecimento extensivo dos grupos estabelecidos, descartou-se qualquer possibilidade de uma amostragem estatística. Assim, não houve desenho prévio da amostra, escolha randômica de indivíduos, estratificações, ou ainda, o estabelecimento de parâmetros de distribuição com base em dados oficiais.

No intuito de superar as limitações de ordem quantitativa e atender ao caráter excepcional dos elementos aqui pesquisados, optou-se pelo modelo de *amostragem teórica*. Uwe Flick a define como “(...) processo de coleta de dados para a geração de teorias por meio da qual a analista coleta, codifica e analisa conjuntamente seus dados, decidindo quais dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver sua teoria quando esta surgir. Esse processo de coleta de dados é controlado pela teoria em formação. (1967, p. 45.)” (Flick, ver

p.77 a 86). Segundo Flick, a amostragem teórica é o procedimento de seleção adequado a situações onde não existe conhecimento prévio da população em estudo. Critérios teóricos se tornam a referência para a seleção de pessoas, e a relevância do material obtido está condicionada ao nível dos insights produzidos pelos participantes. A medida em que a teoria se consolida sobre o material empírico obtido, novas etapas de investigação são promovidas. Em novas etapas, novos participantes podem ser requisitados. Uma vez sendo atingido um grau considerável de saturação teórica, a amostragem é encerrada.

7.4 Seleção e abordagem dos entrevistados

Para a escolha dos idosos civicamente engajados, recorreu-se a inúmeras fontes relativas aos movimentos sociais mesquitenses. Incluem-se dentre as fontes citadas: a) os relatos orais de antigos militantes; b) referências biográficas em teses, artigos, documentários e sites de Internet; c) indicações de moradores locais; d) a atuação destacada em órgãos públicos e entidades da sociedade civil nos dias atuais. A seu turno, a escolha dos operadores de atividades para idosos se deu, sobretudo, com base em indicações fornecidas por órgãos públicos e entidades da sociedade civil que promovem ou já promoveram ações voltadas para idosos em Mesquita.

Em razão das restrições e dos graves riscos causados pela Pandemia da COVID-19¹³¹, as entrevistas se sucederam de duas formas. Até o dia 20 de março de 2020, ocorreram de forma

¹³¹ Causada pelo *coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2* (SARS-CoV-2), a doença amplamente conhecida como COVID-19 (Coronavirus Disease, 2019), teve seus primeiros casos noticiados na província chinesa de Hubei em dezembro de 2019. Em 11 de março de 2020, após rapidamente atingir escala global, foi considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) uma pandemia. A COVID-19 se caracteriza, sobretudo, por sintomas respiratórios agudos e é extremamente contagiosa. Sem estratégias adequadas de prevenção ao contágio, a doença leva os sistemas de saúde ao colapso. Em várias partes da Europa e dos Estados Unidos, a COVID-19 ocasionou uma grave crise sanitária com elevado número de mortes.

O vírus revelou-se mais letal em idosos e portadores de comorbidades como hipertensos, diabéticos, pessoas com moléstias coronarianas ou pulmonares (Kannan et al., 2020; Fei et al., 2020 apud Baptista & Fernandes, 2020, p.43), a este respeito, cabendo ressaltar que tanto o autor desta tese quanto a maioria de seus entrevistados encontravam-se dentre os grupos de risco para a COVID-19.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro no intuito de enfrentar a emergência de saúde pública causada pela pandemia, promoveu uma sucessão de decretos com vistas ao aumento do isolamento social_ medida considerada essencial para a redução da velocidade da transmissão viral e, conseqüentemente, para o impedimento do colapso do sistema de saúde fluminense. Em especial, o decreto de nº 46.983 de 20 março de 2020 que restringiu o acesso ao sistema de transporte público e mobilidade urbana, trouxe maiores dificuldades para o deslocamento no interior do município ao fechar a estação ferroviária Presidente Juscelino Kubistchek e restringir o acesso às demais estações (Mesquita e Edson Passos) aos trabalhadores dos serviços tidos como essenciais. Em seqüência a estes acontecimentos, a Prefeitura de Mesquita instituiu o decreto nº 2703 de 21 de março de 2020 que proibiu o funcionamento de todos os comércios e serviços considerados não essenciais.

O impacto dos decretos e os riscos sanitários da COVID-19 forçaram o calendário e os procedimentos operacionais da tese a mudanças. As dificuldades de acesso e mobilidade trazidas pelos decretos se somaram ao clima de pavor

individualizada, nas residências dos selecionados. Após o dia 20 de março, foram promovidas via celular, por intermédio de mensagens sonoras trocadas no aplicativo de comunicação *Whatsapp*.

Figura 3



Infográfico disponibilizado pelas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Mesquita, recomendando a restrição de visitas a pessoas pertencentes aos grupos de risco da COVID-19. Março de 2020, fonte: Fan Page da Prefeitura no Facebook.

7.5 Instrumento de pesquisa

Cada grupo pesquisado seguiu um roteiro semiestruturado de perguntas abertas (ver documento na seção de anexos). Em ambos os casos, os blocos temáticos foram os mesmos, ainda que as questões tenham variado razoavelmente. Por seu papel preponderante na investigação, os idosos responderam a um número maior de perguntas.

Toda investigação se limitou a indagações que, segundo a aceção de Triviños (1987), podem ser definidas como *explicativas* (voltadas para explicações), *avaliativas* (dirigidas à formulação de juízos de valor) e *categoriais* (determinadas a explicar conceitos, fenômenos sociais, objetos, etc.) (Triviños, 1987, p.151). Não foram empregadas técnicas comuns aos levantamentos de Representações Sociais como a associação de palavras.

Em linhas gerais, na tabela abaixo, apresentamos o roteiro de questões que orientou as entrevistas:

despertado pela doença. Duas entrevistas previamente confirmadas, foram recusadas e novos convites precisaram ser feitos. Cinco entrevistas precisaram ser concluídas, à distância, por meio digital.

Até o dia 2 de junho de 2020, em Mesquita, a doença apresentava mais de 4900 casos suspeitos, 540 casos confirmados e 64 mortos (sendo 80% dos óbitos ocorridos entre pessoas com 60 anos ou mais). (Casos COVID-19 PMM in http://coronavirus.mesquita.rj.gov.br/coronaapp_list.php?f=all e Painel da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro in <http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html>).

Tabela 21

Blocos de Questões	Grupos	
	Promotores de ações sociais ligadas aos idosos	Idosos civicamente engajados
Identificação pessoal	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Dados pessoais (idade, sexo, profissão, escolaridade e renda familiar)</i> b) <i>Área onde atuou com idosos</i> c) <i>Tempo de atuação em Mesquita</i> 	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Dados pessoais (idade, sexo profissão, escolaridade e renda familiar)</i> b) <i>Estado da saúde</i> c) <i>Prática de atividades físicas</i> d) <i>Caracterização da família de origem</i>
		<p style="text-align: center;"><i>Migrantes</i></p> <ul style="list-style-type: none"> d) <i>Cidade de origem/ano de chegada em Mesquita</i> e) <i>Razões da mudança para Mesquita</i>
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Percepção sobre atuação social dos idosos</i> b) <i>Impacto do trabalho realizado sobre os idosos</i> c) <i>Percepção sobre a relação entre participação social e envelhecimento (incremento/continuidade/declínio)</i> d) <i>Percepção sobre representações sociais negativas ou estigmas relativos à atuação social de idosos</i> 	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Descrição/avaliação de atuação em espaços religiosos</i> b) <i>Descrição/avaliação de atuação em organizações político partidárias</i> c) <i>Descrição/avaliação de atuação em espaços sociais, comunitários ou de governo</i> d) <i>Importância da participação social realizada</i> e) <i>Atuação em causas ligadas à pessoa idosa (interesse e avaliação)</i> f) <i>Percepção e sentimento diante de representações sociais negativas ou estigmas relativos à participação social de idosos</i>
Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa (participantes)	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Tempo de atuação</i> b) <i>Função no conselho/órgão de representação</i> c) <i>Motivos da participação</i> d) <i>Descrição do conselho</i> e) <i>Avaliação de sua atuação pessoal no conselho</i> f) <i>Avaliação do papel social do conselho</i> g) <i>Percepção sobre a atuação dos idosos no conselho</i> 	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Tempo de atuação</i> b) <i>Função no conselho/órgão de representação</i> c) <i>Motivos da participação</i> d) <i>Descrição do conselho</i> e) <i>Avaliação de sua atuação pessoal no conselho</i> f) <i>Avaliação do papel social do conselho</i> g) <i>Percepção sobre a atuação dos idosos no conselho</i>
Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa (não participantes)	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Grau de conhecimento sobre o conselho</i> b) <i>Eventuais percepções sobre o conselho</i> c) <i>Interesses sobre o conselho</i> 	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Grau de conhecimento sobre o conselho</i> b) <i>Eventuais percepções sobre o conselho</i> c) <i>Interesses sobre o conselho</i>
Percepções gerais sobre o envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Percepção sobre o envelhecimento</i> b) <i>Identificação de traços positivos e negativos sobre o envelhecimento</i> c) <i>Percepção sobre a atuação social dos idosos atualmente</i> 	<ul style="list-style-type: none"> a) <i>Autopercepção sobre o envelhecimento</i> b) <i>Identificação de traços positivos e negativos sobre o envelhecimento</i> c) <i>Percepção sobre a atuação social dos idosos atualmente</i> d) <i>Hábitos culturais</i> e) <i>Uso de redes sociais</i> f) <i>Relações familiares</i> g) <i>Relações com pessoas mais jovens</i> h) <i>Relação com os sinais do envelhecimento</i>

7.6 Abordagem aos entrevistados, objetividade e conduta ética

A intersubjetividade nas metodologias da pesquisa qualitativa, principalmente nas entrevistas de profundidade, é parte constitutiva do processo de investigação e uma fonte geradora de conhecimento. Nos dados obtidos, não é possível ignorar ou isolar os aspectos cognitivos, afetivos e sentimentais despertados na relação de reflexividade existente entre entrevistador e entrevistado. A esse respeito, Uwe Flick nos escreve: "(...) As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto (...)".(Flick, 2004, p.27)

Todavia, a pesquisa qualitativa não pode ser reduzida a um agregado de componentes subjetivos imprestáveis a generalizações. Todos os elementos observados precisam ser sistematizados e avaliados sob a perspectiva de um entendimento coletivo. Ainda que partamos do pressuposto que não há certeza absoluta¹³² em conceitos como “verdade”, “realidade” e “objetividade”, a pesquisa científica não tem como propósito a produção de particularismos. Nos procedimentos qualitativos, conforme discutimos, a formulação de hipóteses, a metodologia, a amostragem e as técnicas de abordagem não se estabelecem em conformidade aos cânones de testabilidade e verificação próprios das pesquisas quantitativas. Sem embargo, não se pode afirmar que tais procedimentos estejam alheios às exigências do método científico, principalmente no que tange aos rigores da observação, organização sistemática, análise e justificação dos dados obtidos.

Os parágrafos anteriores nos conduzem à questão dos vieses. A preocupação com a fidedignidade dos dados – por mais questionamentos que esse ponto possa levantar – deve ser constante, sobretudo quando o trabalho realizado lida predominantemente com elementos subjetivos. Haguette aponta um conjunto de fatores capazes de distorcer ou contaminar técnicas

¹³² Haguette analisa alguns conflitos epistemológicos relativos à dimensão objetiva da realidade e ao método científico presentes nas ciências sociais: “Aqui, alguns pontos merecem esclarecimento. O fato de não cremos que a ciência tenha sido historicamente neutra não nos convence de que a objetividade como um ideal não deva ser perseguida. Segundo, estamos cientes de que a objetividade é um ideal inatingível, mas que, mesmo assim, o cientista deve tentar a aproximação. Terceiro, também não acreditamos que o real possa ser captado ‘como num espelho’, ao contrário, assumimos a postura relativista, de cunho weberiano, de que fazemos ‘leituras’ do real. Esta postura, entretanto, não nos exige de dedicar atenção a todas as possíveis limitações inerentes ao método científico nas ciências sociais porque nos parece que é a partir da aceitação de cada limite do método que o cientista social pode ter condição, também, de entender os limites do dado que ele colhe do real.”(Haguette, 1987, p.87)

qualitativas como a entrevista. Primeiro, ela ressalta a necessidade de recorrermos a fontes externas que confirmem e validem os fatos observados:

Como vimos, inúmeros são os fatores que representam fontes potenciais de contaminação ou distorção, tanto na observação participante como na entrevista na história de vida e na história oral. Entretanto, o ponto-chave no controle de qualidade dos dados em todos os casos situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade. (Ibidem, p.89)

Em seguida, tomando o entrevistado como referência, a autora enumera um conjunto de aspectos capazes de comprometer as informações obtidas:

Os aspectos que podem interferir na qualidade dos dados por parte do informante podem ser relacionados com: a) motivos ulteriores, ou seja, quando ele pensa que suas respostas podem influenciar positivamente sua situação futura (dentro de uma fábrica ou de uma organização, por exemplo); b) quebra de espontaneidade, como a presença de outras pessoas por ocasião da entrevista ou inibições ocasionadas por certas características do entrevistador, como sexo, raça, educação ou classe social (fatores reativos); c) desejo de agradar o pesquisador, especialmente quando ele percebe suas orientações ou posicionamentos; d) fatores idiossincráticos tais como fatos ocorridos no intervalo entre as entrevistas que eventualmente alteram a atitude do entrevistado com relação ao fenômeno observado. Por outro lado, faz-se necessário considerar que o informante é também um observador, no sentido de que ele relata aquilo que viu ou sentiu ao longo de sua experiência. (ibidem, p.89)

Por fim, Haguette destaca os impactos decorrentes de questões circunstanciais relativas à entrevista e ao participante. Apoiando-se em Chris Argyris (1969), termina por enumerar situações potencialmente estressantes para os entrevistados:

Argyris (1969:115) apresenta algumas especificidades da situação da entrevista que podem levar os entrevistados a um estado de nervosismo e ansiedade:

- 1) As entrevistas representam situações psicológicas novas para o entrevistado. Como tal, ele não percebe bem seus objetivos nem sabe bem como se comportar;
- 2) embora conhecendo os mecanismos de uma entrevista, alguns entrevistados não gostam da natureza autoritária do relacionamento entre ele e o entrevistador, pois se sentem de alguma forma subjugados;
- 3) outros entrevistados, especialmente aqueles que fazem parte de organizações como comunidades, sindicato etc. percebem a entrevista como uma armadilha para "fazê-los falar" sobre coisas ou pessoas, o que pode comprometê-los;
- 4) os pesquisadores, na maioria vinculados a universidades e de alta educação, são muitas vezes percebidos como indivíduos sofisticados e de alta educação, o que pode criar uma reação de defesa por parte dos entrevistados. Dependendo do tipo de percepção, os entrevistados podem recorrer a mecanismos de defesa, tais como: colaboração aparente, recusa em responder, silêncios ostensivos, desvios no direcionamento da entrevista, "esquecimento" protetivo, ou mesmo preparando-se de antemão para a entrevista através de informações colhidas junto a outros entrevistados anteriormente. (Ibidem, pp 90-91)

Uma vez considerados os problemas inerentes ao entrevistado e às circunstâncias que envolvem a entrevista, restam-nos abordar os cuidados procedimentais que o entrevistador deve assumir para não incorrer em vieses. Enumeramos os seguintes procedimentos normativos (Yin, 2010) adotados na condução das entrevistas desta tese:

- a) O entrevistador precisa ser gentil, educado e estabelecer uma relação empática com o entrevistado. Contudo, deve, ao mesmo tempo, manter certa postura impessoal a ponto de impedir que a entrevista possa ser interpretada pelo respondente como um pedido de amizade, ou mesmo, um ato de confraternização. O que se espera do entrevistado, em lugar de solicitações de aprovação ou simpatia, são respostas espontâneas e naturais.
- b) O entrevistador deve coletar, de modo respeitoso e fiel, tudo aquilo que o entrevistado disser a respeito de suas respectivas crenças, valores e percepções. Todavia, não pode conceber as declarações obtidas na entrevista como se essas retratassem, fidedignamente, um comportamento real por parte do entrevistado.
- c) A utilização de um roteiro semiestruturado e composto por perguntas abertas não implica em abdicar de procedimentos formais rigorosamente definidos. Apesar das singularidades e variações presentes nas respostas, o roteiro deve assegurar padrões de homogeneidade e representação que resultem em generalizações. Um campo e uma abordagem mal planejados podem acarretar em problemas para a sistematização dos dados coletados.
- d) O entrevistador precisa estar realmente aberto ao entrevistado. Explorar perguntas abertas e de caráter bidirecional é uma ótima maneira de permitir que o participante interaja melhor e forneça informações mais amplas e detalhadas.
- e) O entrevistador deve ouvir atentamente ao entrevistado e explorar as possibilidades dialógicas fornecida pela técnica da entrevista. Por outro lado, deve evitar ser rigidamente diretivo ou muito vago, de modo a evitar respostas muito limitadas ou imprecisas.
- f) O entrevistador deve assegurar que as condições da entrevista sejam confortáveis e seguras ao entrevistado. Como tal, a pesquisa deve se suceder de maneira privada e particular, sem a presença de terceiros ou sujeita a interrupções inconvenientes.

O entrevistador, sob uma perspectiva estritamente ética, deve assegurar ao entrevistado que a entrevista ocorra de forma voluntária e livremente consentida, esclarecendo a este último seus direitos e deveres no tocante aos quesitos listados abaixo:

- a) Identificação do pesquisador responsável pela pesquisa e do vínculo institucional
- b) Descrição do projeto de pesquisa
- c) Procedimento de abordagem adotado
- d) Riscos e benefícios
- e) Privacidade e confidencialidade dos dados obtidos
- f) Livre consentimento, recusa e abandono
- g) Acesso ao material fornecido e produzido
- h) Contato e suporte institucional para maiores informações

Neste sentido, formulou-se um *Registro de Consentimento Livre e Esclarecido* (RCLE) que, tal qual a este projeto de pesquisa, foi analisado e, posteriormente, aprovado pelo Conselho de Ética do Centro de Ciências Humanas da UFRJ (ver documento em anexo). Antes de cada entrevista, houve a leitura integral do RCLE. Depois de manifestarem concordância com as cláusulas apresentadas, os participantes assinaram o documento.

7.7 Procedimentos de análise dos dados coletados

Submeteu-se o material transcrito das entrevistas a diferentes procedimentos de análise. O processo pode ser descrito em quatro etapas interrelacionadas: a) Quadro de identificação dos entrevistados; b) Organização do material por tema e grupo de entrevistado; c) Análise enunciativo-discursiva; d) Checagem das hipóteses.

Na etapa **a**, construiu-se um quadro descritivo dos participantes, obedecendo aos itens de identificação presentes nos instrumentos de pesquisa. Em conformidade às exigências de sigilo e anonimato apresentadas no RCLE, cada entrevistado recebeu um código de identificação, permanecendo apenas os dados não passíveis de identificação pessoal. Nesta etapa, além das especificações de cada entrevistado, também foram apresentadas as estatísticas gerais dos grupos.

Na etapa **b**, o conteúdo transcrito foi padronizado pelos eixos temáticos do roteiro. Buscou-se, igualmente, a criação de um *corpus* homogêneo através das semelhanças existentes entre os entrevistados. Contudo, o fato de haver dois grupos distintos de participantes exigiu uma dupla perspectiva no tocante às respostas.

Na etapa **c**, examinou-se o discurso dos entrevistados recorrendo-se ao contexto de enunciação. As falas foram submetidas a procedimentos de codificação, classificação e categorização, dos quais extraíram-se os tópicos mais recorrentes e relevantes da análise.

Considerando o discurso enquanto um processo conflituoso, no qual os elementos linguísticos muitas vezes colidem com a dimensão volitiva do pensamento, este nível da análise de dados também se ateve aos fenômenos atípicos que se revelaram nas ausências, ambivalências e omissões presentes nas declarações dos entrevistados.

Na etapa *d*, as declarações dos participantes foram confrontadas aos conceitos presentes nos capítulos descritivos e nas referências teóricas da pesquisa. Nesta etapa, também foram verificadas as correspondências fatuais entre as hipóteses levantadas e os dados coletados.

CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DOS RESULTADOS

8.1 Perfil e classificação dos entrevistados

I. Idosos civicamente engajados:

- a) **Quanto ao sexo:** O grupo apresentou o mesmo número de entrevistados por sexo: cinco mulheres e cinco homens.
- b) **Quanto à idade:** As idades apresentadas variaram entre 63 a 78 anos. A idade média do grupo foi de 70,7 anos. Considerada a idade média pelo sexo, a amostra masculina apresentou média de idade ligeiramente maior que a amostra feminina (71,8 e 69,6 anos respectivamente). Em relação à classificação de Shepard (ver página 31), em termos funcionais, os entrevistados se situaram entre a *velhice* e a *velhice avançada*.
- c) **Quanto à localidade de origem:** Oito dos participantes nasceram no Estado do Rio de Janeiro, os demais, respectivamente, afirmaram ser naturais da Bahia e do Espírito Santo. Dos entrevistados fluminenses, quatro nasceram na Capital, quatro em Nova Iguaçu (dos quais, dois em Mesquita à época em que a localidade constituía o 5º distrito iguaçuano) e um em Itaperuna.
- d) **Quanto ao período em que nasceram ou chegaram na cidade:** A maioria dos entrevistados cresceu em meio ao período de urbanização acelerada da cidade (segunda metade do século XX, ver páginas 62 a 64 da tese). Dois participantes chegaram à cidade na década de 1940, três na década de 1950, dois na década de 1960 e um na década de 1980. Dentre os que nasceram em Mesquita, um nasceu na década de 1940 e outro na década de 1950.
- e) **Quanto aos motivos da mudança para Mesquita:** Todos os participantes afirmaram que suas famílias foram atraídas pela oferta de terrenos baratos quando se mudaram para Mesquita. Na ocasião, a compra dos terrenos diminuiu as dificuldades econômicas, sobretudo, as dificuldades advindas com o pagamento de aluguéis.
- f) **Quanto à situação econômica da família de origem:** Nove respondentes classificaram suas famílias de origem como pobres ou muito pobres. Apenas um dos entrevistados afirmou ser oriundo de uma família de classe média.

- g) **Quanto ao número de irmãos:** A maioria dos entrevistados nasceu em famílias numerosas, algumas das quais possuindo seis a sete filhos. O número médio de irmãos se estabeleceu em 3,5.
- h) **Quanto à profissão dos pais:** O relato da profissão dos pais revelou um quadro de divisão sexual do trabalho, caracterizado pela concentração das tarefas domésticas no caso das mães e, no caso dos pais, empregos remunerados com profissão definida. A situação profissional materna foi descrita como “do lar” em sete das respostas. Apenas três participantes reportaram que suas respectivas mães exerciam um serviço profissional especializado e remunerado (a saber, duas costureiras e uma comerciária). Em sua vez, as profissões dos pais elencadas foram: um guarda civil, um militar, dois funcionários públicos, um torneiro mecânico, um caixeiro viajante, um radiologista, um comerciário e um eletricitista.
- i) **Quanto à área de residência dos entrevistados:** Oito dos participantes residiam em Mesquita por ocasião das entrevistas. Todos os distritos da cidade (Centro, Banco de Areia e Vila Emil) foram contemplados na pesquisa. Os bairros de residência citados foram: Jacutinga, Santo Elias, Santa Terezinha, Juscelino, Centro, BNH e Chatuba. Os demais entrevistados que, na ocasião, não residiam na cidade, moravam em Nilópolis e Mangaratiba.
- j) **Quanto ao estado civil:** A amostra foi composta por cinco casados, um separado, três solteiras e um divorciado. As participantes solteiras, na ocasião da entrevista, não se encontravam engajadas em qualquer tipo de relacionamento amoroso.
- k) **Quanto ao número de filhos:** O número de filhos variou de 1 a 5 filhos, estabelecendo-se uma média de 2,8 filhos. Em comparação a seus progenitores, os entrevistados tiveram menor número de descendentes.
- l) **Quanto à escolaridade:** Um entrevistado concluiu o ensino fundamental, cinco entrevistados chegaram ao nível médio, quatro atingiram o nível universitário (dois graduados e dois pós-graduados).
- m) **Quanto à profissão:** Identificou-se um número diversificado de profissões. Em alguns casos, os participantes apresentaram mais de uma profissão ao longo da vida e encontraram dificuldades para determinar uma carreira profissional definitiva. Ao fim, obtivemos o seguinte resultado: uma psicóloga, uma costureira/modelista industrial, uma costureira/artesã, um militar, um serralheiro, um auxiliar técnico parlamentar, dois professores, uma implantista/trancista e um contador.

- n) **Quanto à ocupação econômica:** Cinco dos participantes se encontravam não ocupados economicamente e inativos (quatro aposentados e um militar reformado). Os cinco restantes, quatro dos quais já aposentados, realizavam algum tipo de atividade econômica ou estavam à procura de trabalho.
- o) **Quanto à renda salarial familiar mensal:** As faixas de renda declaradas foram as seguintes:

Tabela 22

Faixa de renda familiar mensal (SM) ¹³³	Participantes
Até 1 SM	1
Acima de 1 SM a 3 SM	2
Acima de 3 SM e até 5 SM	1
Acima de 5 SM	2
Não quis ou não soube informar	3
Não possuía renda	1

- p) **Quanto à opção religiosa:** Quatro dos respondentes se declararam espíritas e outros dois, católicos. Os entrevistados restantes alegaram não possuir religião definida. No tocante à prática religiosa, somente três entrevistados afirmaram participar ativamente de suas congregações religiosas.
- q) **Quanto à existência de doenças crônicas:** Sete entrevistados alegaram sofrer com doenças crônicas. As moléstias citadas foram: diabetes, hipertensão, bronquite, reumartrose, hérnia de disco, erisipela, fibromialgia e síndrome do pânico. Embora não tenham reportado moléstias crônicas, os respondentes restantes alegaram experimentar dificuldades, dores e limitações impostas por problemas osteoarticulares, auditivos e visuais.
- r) **Quanto à prática de exercícios físicos:** O grupo se dividiu quanto à prática de exercícios: apenas cinco afirmaram realizar atividades físicas periódicas. Considerada a periodicidade da atividade, quatro afirmaram praticar exercícios semanalmente e um, algumas vezes por mês.
- s) **Quanto à área de engajamento cívico:** Ainda que por motivações distintas e variando em termos de intensidade e duração, todos os participantes atuaram em, ao menos, duas áreas de engajamento cívico ao longo da vida. Em muitos casos, atuaram, simultaneamente, em duas ou mais áreas. As questões referentes a tais atuações serão debatidas mais à frente.

¹³³ O salário mínimo à época era R\$ 1045,00.

Com base nas áreas identificadas, foi possível estabelecer o seguinte quadro participativo:

Tabela 23

Área de engajamento cívico ¹³⁴	Atuações
Movimento social	3
Movimento comunitário	6
Movimento sindical	3
Movimento cultural	4
Movimento cívico de cunho religioso	4
Atuação partidária	9
Atuação no poder legislativo	3
Atuação em órgãos de governo	7

Em respeito ao anonimato garantido pela pesquisa conforme o RCLE, todos os participantes receberam códigos de identificação alfanuméricos. A tabela a seguir apresenta (tab.) cada um dos entrevistados conforme a codificação sugerida e a respectiva identificação do sexo, da idade e da área de atuação cívica.

¹³⁴ Compreendemos a noção de *engajamento cívico* como toda ação coletiva dirigida ao bem comum.” (...) O termo é usado livremente para se referir a uma ampla variedade de fenômenos, geralmente sem definição.” (Checkoway, 2012 apud Checkoway & Aldana, 2013,p.1894) O termo tem forte conexão com as temáticas urbanas e os movimentos de promoção das demandas de cidadania. Os movimentos de atuação cívica aqui elencados compreendem as seguintes definições gerais:

- a) *Movimento social*: área abrangente do engajamento cívico em que se situam coletivos específicos dos mais variados tipos e agendas: idosos, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas em situação de rua, grupos étnicos etc.
- b) *Movimento comunitário*: constituído pelas associações de bairros e de comunidades cujas ações cívicas são dirigidas ao desenvolvimento da localidade.
- c) *Movimento sindical*: é o movimento de luta política e econômica das entidades da classe laboral.
- d) *Movimento cultural*: caracterizado por reivindicações de melhorias culturais e promoções de atividades artísticas e de lazer.
- e) *Movimento cívico de cunho religioso*: movimento de natureza filantrópica ou educacional, realizado por entidades ou grupos religiosos.
- f) *Atuação partidária*: conjunto de ações referentes às campanhas programáticas e eleitorais dos partidos políticos.
- g) *Atuação no poder legislativo*: é o engajamento cívico promovido por parlamentares, técnicos e militantes que atuam nas câmaras legislativas.
- h) *Atuação em órgãos de governo*: é a ação política de representantes políticos eleitoralmente escolhidos para governar.

Tabela 24**Codificação e caracterização dos idosos entrevistados**

Codificação do(a) entrevistado(a)	Sexo	Idade	Área de engajamento cívico
E1	Feminino	69	Atuação partidária/movimento social/movimento comunitário/governo
E2	Feminino	71	Movimento comunitário/atuação partidária/governo/ações cívicas de cunho religioso
E3	Feminino	76	Atuação partidária/ Movimento comunitário/movimento cultural/ações cívicas de cunho religioso
E4	Masculino	64	Atuação partidária/ movimento sindical/movimento social/ atuação no poder legislativo /governo/movimento cultural/ações cívicas de cunho religioso
E5	Masculino	65	Atuação partidária/governo/movimento sindical/movimento cultural
E6	Masculino	75	Atuação no poder legislativo /governo/atuação partidária
E7	Masculino	78	Movimento comunitário/governo/ atuação no poder legislativo /atuação partidária
E8	Feminino	69	Movimento comunitário/movimento social/governo/ atuação partidária
E9	Feminino	63	Movimento comunitário/movimento sindical/ atuação partidária
E10	Masculino	77	Movimento cultural/ações cívicas de cunho religioso

II. Promotores de atividades voltadas para os idosos:

- a) **Quanto ao sexo:** A amostra foi composta por quatro mulheres e um homem.
- b) **Quanto à idade:** As idades apresentadas variaram entre 41 a 52 anos. A idade média do grupo foi de 45,8 anos.
- c) **Quanto à naturalidade:** Todos nascidos no Estado do Rio de Janeiro. Quanto às cidades de origem: duas entrevistadas nascidas em Nova Iguaçu/Mesquita, dois em Belford Roxo e uma na cidade do Rio de Janeiro.
- d) **Quanto à profissão:** Duas professoras, uma fisioterapeuta, uma assistente social e um economista.
- e) **Quanto à área de atuação:** Educação, saúde, ginástica para idosos, assistência social e gestão pública.
- f) **Quanto ao nível de escolaridade:** Todos os entrevistados apresentaram nível superior.

Tabela 25

Codificação e caracterização dos promotores entrevistados

Codificação do(a) entrevistado(a)	Sexo	Idade	Área de atuação
E11	Masculino	47	Gestão pública
E12	Feminino	43	Educação
E13	Feminino	41	Saúde
E14	Feminino	52	Ginástica para idosos
E15	Feminino	46	Assistência social

8.2 Considerações sobre as entrevistas a partir da análise da enunciação

A adoção de uma perspectiva discursivo-enunciativa como mais propícia à análise das entrevistas, deveu-se à preocupação com o contexto sócio-histórico em que se engendraram as falas. Deveu-se igualmente ao entendimento de que todo discurso encerra um processo no qual se inter-relacionam, sob as manifestações linguísticas imediatas, desejos, afetos, ideologias e pretensões (Bardin, 1977, p.170).

Tal método nos permite romper com as limitações típicas das análises de conteúdo formalistas, nos fornecendo uma perspectiva adequada ao teor psicossociológico da tese. Nas palavras, de Ana Paula Santana e Karoline P. dos Santos:

É nesse sentido que as teorias de cunho sócio-histórico, em que se inclui a teoria enunciativo-discursiva, ao se afastarem de métodos positivistas, rompem com “a produção de conhecimento fabricado segundo um padrão, optando por um caminho que denuncie a repetição mecânica de certos procedimentos teórico-metodológicos” (FREITAS, SOUZA e KRAMER, 2003, p.7). Opta-se, ao contrário, pela conjectura de aspectos históricos e sociais da linguagem que, conseqüentemente, relacionem as atividades do sujeito em situações e práticas discursivas, mediadas não só pela oralidade, mas também pela leitura e pela escrita (SANTANA, 2015). O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos e discursos se dá, assim, a partir de um conjunto de ações na qual se torna imprescindível esmiuçar, reconhecer, recuperar e interpretar marcas enunciativas que ultrapassam a materialidade linguística (BRAIT, 2006). (Santana & Santos, 2017, pp.177-178)

O método discursivo-enunciativo não requer uma especialização técnica específica, e graças à sua origem teórica e metodológica heterodoxa, oferece variada gama de procedimentos analíticos. Outra vantagem se encontra em sua adequação às entrevistas semi-diretivas. Com relação a este último aspecto, nos escreve Laurence Bardin: “(...) desenvolvendo-se por isso, deliberadamente, segundo a lógica própria do entrevistado sendo as únicas limitações as *instruções temáticas* postas à partida para centrar a entrevista no assunto que interessa ao entrevistador e a presença deste como interlocutor.” (Bardin, 1977, p.173)

A análise das entrevistas se dividiu em dois planos:

- a) *Intensivo*: cujo foco se dirigiu às respostas dos idosos (o grupo principal de investigação da tese)
- b) *Comparativo*: caracterizado pela comparação das respostas temáticas entre as duas amostras entrevistadas.

A grelha de temas seguiu o roteiro geral das entrevistas e constitui os tópicos seguintes. Na impossibilidade de analisar as enunciações coletadas a partir de um plano estritamente individual, houve o esforço para a identificação de traços gerais e comuns à lógica discursiva de cada indivíduo abordado. Também se dirigiu igual atenção às figuras retóricas e aos elementos estilísticos encontrados na narrativa de cada participante.

8.3 A participação social

Constatamos que as formas de engajamento cívico citadas revelaram uma gama de experiências bastante diversa no tocante à intensidade das ações, metas e tempo investido pelos idosos nelas envolvidos. Tal variedade de acervo, no entanto, quando analisada em sua dimensão temporal e social, tem como situação originadora basilar, o decurso das demandas de urbanização do município. Essa última é a variável fundamental que enreda o conjunto das ações cívicas narradas e, que, ao mesmo tempo, nos permite compreender e identificar padrões semelhantes na trajetória de cada entrevistado.

Em termos históricos, podemos dividir as demandas de urbanização em duas etapas. Em primeiro momento, no período anterior à emancipação, muitas ações estiveram ligadas à ocupação territorial da cidade e à consolidação dos bairros, sobretudo aqueles formados desde os loteamentos vendidos na segunda metade do século passado ou a partir das ocupações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990. Alguns dos entrevistados atuaram em associações de moradores locais exatamente nesse período. Destacam-se nas falas, ações organizadas em ocupações nos bairros Jacutinga, Vila Emil e Cruzeiro do Sul, bem como, as demandas de saneamento e pavimentação do bairro Santo Elias. Também se destacam os programas de urbanização da Chatuba e a própria fundação da *Federação de Associação de Moradores de Bairros de Mesquita* (FAMESC). Seguem alguns depoimentos sobre a atuação nas associações de bairro:

Eu fiz parte durante uns 30 anos da associação de moradores aqui desse bairro. Acho que próximo de uns 40 anos. E1

Associação de Moradores Chatuba. Ela é antigüíssima! É do tempo de Chagas Freitas que inaugurou ali na pracinha onde tem até um busto. Foi aí que eu comecei a participar das comunidades. Na associação fui coordenadora, fui presidente, fazia movimento, estava sempre com o grupo. Só me afastei mesmo por causa da saúde e, às vezes, vão acontecendo certas situações em que você precisa dar oportunidades para outros. Na última eles me perguntaram se eu ia ficar e eu disse que não, porque a gente não pode ficar a vida toda. Os outros têm que aprender na prática. Ninguém aprende no conto, tem que ser na prática. E2

Já pertenci à associação de moradores, mas hoje não pertenço mais. (...). E7

Eu atuei em muitas, mas em associação de moradores fui uma das fundadoras da Associação de Moradores de Santo Elias, depois fundamos uma Associação de Moradores em Banco de Areia (...). Depois eu me envolvi numa ocupação de terra sem querer e essa ocupação foi o que mais marcou toda a minha história. Era uma área abandonada perto de onde eu morava e foi uma guerra ganha. Hoje eu não participo em mais nada. E3

Em um segundo momento, o período posterior à emancipação, observamos outros movimentos ligados às demandas políticas, sociais e culturais de consolidação¹³⁵ da própria Mesquita enquanto cidade. Aqui se destacam a atuação do legislativo recém-formado, as ações governamentais e as eleições majoritárias, os organismos de controle social e os movimentos culturais que despontaram com a criação do município, a exemplo da *Academia de Letras e Artes de Mesquita*¹³⁶ e a *Associação de Integração do Deficiente (ASSIDEF)*¹³⁷.

Concluiu-se que certos movimentos cívicos serviram como base para que alguns entrevistados se conscientizassem da importância de sua participação social, bem como adentrassem em novas iniciativas. É o caso dos participantes que principiaram suas trajetórias em agrupamentos religiosos católicos como os grupos jovens e as comunidades eclesiais de base inspiradas pela Teologia da Libertação:

Eu sempre fui com minha mãe desde a juventude só que eu não era enganjada, eu participava mais esporadicamente. E me enganjei mesmo no ano de 1970 e foi toda uma caminhada comprometida dentro da Igreja. E2

Eu participei desde a década de setenta no grupo jovem da igreja Nossa Senhora de Fátima, lá em Mesquita, Banco de Areia. Lá, cheguei a ser coordenadora, tempos depois, catequista e depois de algum tempo, eu me afastei um pouco, cheguei a participar de alguns encontros sobre política e religião, mas após alguns anos, eu me afastei da igreja. E3

Por outro lado, há de se observar que algumas ações de engajamento cívico funcionaram como alavancas ou reforços para outras ações cívicas, destacando-se aí o papel dos partidos políticos. Ainda que a atuação partidária tenha sido diversificada em termos de

¹³⁵ É preciso salientar que alguns movimentos já existiam antes da fundação do município. É o exemplo do movimento sindical. Em alguns casos, militantes que anteriormente atuavam em Nova Iguaçu passaram a atuar em Mesquita, assim reposicionando suas lutas e criando novos espaços. Outro exemplo é a ação de vereadores e deputados estaduais que outrora, concentravam suas ações em Mesquita, mas respondiam oficialmente por Nova Iguaçu. Com a criação da Câmara de Vereadores local, as ações legislativas se ampliaram e se tornaram exclusivas da cidade.

¹³⁶ Entidade fundada em novembro de 2000, dedicada à promoção da produção literária mesquitense.

¹³⁷ Organização social fundada em 1998 pelo falecido vereador Flavio Nakandakare (1970-2014), reconhecidamente uma das entidades mais atuantes no movimento de pessoas com deficiência da Baixada Fluminense.

objetivo e dedicação¹³⁸, quase todos os idosos entrevistados participaram, em algum momento de suas vidas, de algum coletivo partidário. Desde os partidos clandestinos de esquerda durante o período da Ditadura Militar aos partidos do regime democrático como o *Partido dos Trabalhadores* (PT)¹³⁹, o *Democratas* (DEM), o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), o *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB) e o *Partido Social Cristão* (PSC). Contudo, poucos dos idosos entrevistados permaneceram atualmente, ativos em alguma agremiação partidária.

A experiência foi descrita de modo diverso pelos respondentes. Para alguns, foi um aprendizado positivo e necessário. É o caso de dois entrevistados que exerceram papéis de destaque nas direções partidárias por longos períodos e trataram afirmativamente a atuação partidária:

(...)Não participo organicamente (do partido), mas continuo com minha consciência ativa de que para ser cidadão pleno em nosso país temos que participar de alguma coisa, ter uma atividade bem implícita, eu diria, para que a gente possa estar colaborando para um país melhor. E4

Já fiz parte do diretório e acho que foi bastante proveitoso para mim ter essa oportunidade de estar lá participando, exercitando, aprendendo, partilhando com os companheiros do partido. Para mim foi um período bastante importante. No momento eu não estou tendo uma participação tão direta quanto a que eu tive há algum tempo atrás. E1

Mas, houve, também, quem problematizasse a atuação dos partidos. As falas abaixo exprimem decepções de origem distinta: a primeira se refere a vivências na esfera do poder legislativo; a segunda, à ação partidária no movimento social/sindical:

Partido para mim não me traz nada não (...). Porque todo partido quer o bem do povo, quer o bem para a nação e, na hora da prática, não se coloca nada. Eu tenho as minhas dúvidas. E6

¹³⁸ Para alguns entrevistados, o partido político foi uma mera exigência eleitoral relacionada a suas respectivas atuações em governos ou no legislativo.

¹³⁹ Cabe ressaltar que, um número considerável de entrevistados envolveu-se com o PT em algum momento de sua trajetória cívica (cerca de 60% da amostra):

Não estou mais no PT desde 1998, mas fui uma liderança aguerrida tanto que na época em que foi a fundação do PT, eu estava estudando e ia fazer uma prova para o vestibular. E pelas atividades que eu tinha de trabalho e nas reuniões, eu larguei os estudos para me dedicar ao PT. E3;

Particpei do PT durante um bom período da minha vida. Eu diria que por mais de trinta anos. Foram quase quarenta anos, e tem oito anos em que estou afastado. (...) E4;

Minha primeira filiação foi no PT porque eu era apaixonada pelo Lula. Eu via as coisas que ele fazia e achava bonito. A defesa por ele dos operários, dele preso. E essa questão de ser líder comunitária vem do que eu vi, vivi e aprendi de dizer 'não' e ter aquela palavra firme e cumprir. E8

A este respeito, a fala de E9 foi bastante elucidativa:

Às vezes os movimentos ficam muito mal direcionados por causa da influência de partidos políticos e isso é muito ruim. Seja sindicato, trabalhista, seja movimento de mulheres, associação de moradores, e acho que a gente precisa separar; uma coisa é eu participar de um partido político, ter a minha ideologia, defendê-la; outra é partidizar aquela instituição. E isto foi me afastando. Não foram as posições do meu antigo partido, mas o que eu via de errado e não era uma coisa neutra. Eu acho que essas associações têm que ser neutras, por isso fui me afastando. E9

Em linhas gerais, a participação social dos idosos entrevistados se desenvolveu de forma gradual, principiando-se em atividades mais simples na juventude (a exemplo dos grupos jovens) e alcançando ações mais complexas na fase adulta (a exemplo das ações de governo e dos movimentos comunitários). De qualquer modo, tal como mencionado nos parágrafos acima, todos os participantes acumularam, pelo menos, duas áreas de atuação em suas trajetórias. Alguns deles, praticamente, dedicaram suas vidas a uma multiplicidade de movimentos cívicos. É o que observamos na citação a seguir de E4:

Participei sim. Participei em diversos momentos. Na construção de biblioteca; na construção e fundação de associação de moradores, não foi uma só; participei de sindicatos; participei na formação e organização de grupos de teatro; participei da fundação do PT; na fundação de um grêmio recreativo que depois se tornou uma escola de samba, o Amizade de Banco de Areia. E4

Sob o prisma psicossociológico, as narrativas sobre o engajamento cívico evidenciam características claras acerca do comportamento e das motivações dos idosos entrevistados. Fazendo uso da hierarquia de necessidades de Maslow¹⁴⁰ e da teoria do comportamento pró-social¹⁴¹, destacamos quatro dessas características,

- a) Comportamento pró-social¹⁴² que se manifesta no interesse por ações voluntárias e coletivas, concretizadas em múltiplas formas de participação social;

¹⁴⁰ Maslow, A. H. (1970). Motivation and personality. Harper & Row, pp.35-97

¹⁴¹ Para uma compreensão maior da teoria em questão, sugerimos a leitura do artigo “Comportamento pró-social: análise conceitual e variáveis correlatas” de Angela Uchoa de Abreu Branco (1983).

¹⁴² Nas palavras de Sílvia H. Kholer e Nara M. G. Bernardes, o comportamento pró-social tem como motivação a busca de benefício ao outro sem a espera de recompensadores: “São ações e/ou julgamentos voluntários e definidos em termos de suas conseqüências positivas. A motivação básica da pró-sociabilidade consiste em beneficiar o outro, sem influências ou pressões externas ou, ainda, sem expectativas de prêmios ou recompensas materiais ou sociais. A pró-sociabilidade pode manifestar-se por meio de intenções, ações ou expressão verbal do raciocínio sobre um dilema moral (Eisenberg, 1982; 1992; Eisenberg & Miller, 1987; Staub, 1978).” (Kholer & Bernardes, p.1, 1997)

- b) Apesar da motivação inicial, na maioria dos casos, estar relacionada à demandas primárias de segurança (moradia, saúde, segurança, etc), presença de motivação social, expressa no interesse de estar em grupo ou em atividades notoriamente sociais¹⁴³;
- c) Busca por *estima* na construção auto imagética de um indivíduo esclarecido, autônomo, empoderado e transformador;
- d) Busca por *autorrealização*, manifesta, de modo reflexo, na realização de metas sociais e comunitárias;

O forte teor pró-social encontrado nas respostas dos idosos civicamente engajados encerra duas perspectivas de satisfação nascidas da determinação reflexiva entre o *self* e o *outro*, de tal maneira que a participação social ora é descrita como satisfação pessoal (ainda que de modo bastante indireto ou implícito), ora, como ação altruísta. Destacamos a fala a seguir por ser a mais expressiva dentre o conjunto de entrevistas, a explicitar esse duplo caráter motivacional, bem como os sentimentos paradoxais por ele gerados. E1 desenvolve sua linha dialética de raciocínio de forma muito interessante:

¹⁴³ Embora, não tenham sido utilizados métodos avaliativos que atestassem de maneira mais consistente a motivação dos entrevistados, predominaram nas falas, necessidades de socialização, de estima e de realização pessoal, as três necessidades superiores da pirâmide maslowiana. O que não é surpreendente: em *Motivação e personalidade* (1954), o próprio Abraham Maslow explicita a relação íntima entre a satisfação das motivações superiores e o comportamento cívico: “12.A busca e a satisfação das necessidades superiores têm conseqüências cívicas e sociais desejáveis. Até certo ponto, quanto mais alta for a necessidade, menos egoísta ela deve ser. A fome é altamente egocêntrica; a única maneira de satisfazê-la é satisfazer a si mesmo. Porém, a procura por amor e respeito, necessariamente, envolve outras pessoas. Ademais, ela envolve a satisfação dessas outras pessoas. Pessoas que têm satisfação básica suficiente para procurar amor e respeito (em lugar de somente alimentos e segurança), tendem a desenvolver qualidades como lealdade, amizade e consciência cívica, tornando-se melhores pais, maridos, professores, funcionários públicos, etc.¹⁴³(Maslow, 1970, pp.99-100). “ O autor também observa que a satisfação das necessidades superiores está associada à auto-realização e ao aprimoramento das características individuais (ibidem, p.100). Mas poderia a satisfação de motivações básicas coexistir com a satisfação de necessidades mais sofisticadas? Uma vez consideradas as falas pesquisadas, percebeu-se que sim. Boa parte das demandas de empoderamento citadas refletem necessidades básicas de segurança (moradia, saúde, segurança, saneamento, etc). Como constatou Maslow, a luta pela satisfação de necessidades primárias básicas é, sobretudo, uma luta individual; a pessoa anseia dar um fim a própria fome, pode saciar sua necessidade com esforços puramente individuais. O mesmo ocorre em relação às necessidades fisiológicas. São situações restritas a um contexto individual. Todavia, quando a ação motivada envolve, necessariamente, um conjunto de indivíduos para ser bem sucedida, entram em cena todas as exigências impostas pela interação social, e com ela todos os requisitos do comportamento social (ver capítulo I da tese). A motivação altruísta dos agentes envolvidos é um detalhe contingente neste caso; entretanto, é muito provável que a ação intraindividual ou grupal constitua condição estimulante para o advento de necessidades mais complexas. O agente que reivindica moradia, emprego, segurança e saúde no âmbito comunitário precisa angariar soliedariedade, confiança e respeito de seus pares, elementos sem os quais, ele não conseguirá construir o engajamento coletivo. Ele pode, de outro modo, sentir-se realizado pessoalmente através de seus esforços inter-individuais. Assim, conclui-se que toda ação cívica envolvendo mais de uma pessoa, pode, em graus variados de qualidade e intensidade, despertar necessidades superiores de socialização, estima e auto-realização.

Eu acho que foi bastante proveitoso e eu acho que tive uma participação bastante positiva. Posso tentar explicar de duas formas: uma eu acho que é uma questão até de vaidade, de massagem do ego, uma recompensa onde a gente acha que está sendo mais útil do que é na verdade. Tem esse retorno que naquele momento a gente não se dá conta, depois a gente vai avaliando, medindo e pesando um pouco, e vai vendo que teve um pouco de vaidade. Eu percebo, sinto isso... Não sei se minha percepção está correta. Mas também tem uma coisa que é verdadeira, que é essa sensação, esse sentimento de estar sendo útil. Isso é real. Tem a vaidade, mas tem também esse sentimento de estar contribuindo de estar colaborando, de estar de alguma forma colaborando com a mudança. Com a possibilidade de mudança da qualidade de vida das pessoas mesmo. E1

O processo de participação social foi descrito como bastante positivo e recompensador¹⁴⁴. Alguns elementos específicos descritos nas falas, denotam que a percepção da experiência participativa é sentida como algo especial e recompensador para quem a promove. Tal sentimento de satisfação ocorre em dois níveis: em primeiro nível, encontra-se associado a todos afetos que, segundo o agente, denotam crescimento, autonomia e emancipação pessoal; em segundo, se manifesta na descrição das melhorias que o mesmo julga ter trazido para a comunidade onde atuou. O primeiro nível é inteiramente subjetivo; o segundo implica em reconhecer certo grau de objetividade no que diz respeito às realizações.

No tocante ao primeiro nível, temos o caso de certos entrevistados, para os quais a participação social representaria uma forma de “desvelamento”. Ela ampliaria o conhecimento da realidade, ao mesmo tempo em que forneceria uma maior autonomia diante dos problemas:

Eu acho que é muito importante. As pessoas que têm participação nos movimentos sociais, nos conselhos, nas atividades culturais elas avançam, evoluem, não são tão enganadas quanto aquelas que ficam paradas e muitas vezes viram massa de manobra, escada; e a gente tem que saber quando chega esse momento e a gente está sendo usada. E2

Esta autopercepção de si próprio como *sujeito esclarecido*, coloca o agente participante na posição de alguém que é capaz de visualizar, supostamente, circunstâncias e mecanismos não percebidos pela maioria das pessoas¹⁴⁵:

No meu engajamento na vida social de Mesquita, eu só descobro a importância quando me esclareço da grande dificuldade das pessoas em entender qual é o mecanismo e como funciona a administração pública, diversos canais, diversas vertentes da administração

¹⁴⁴ Inúmeras pesquisas atestam o poder recompensador do engajamento cívico altruísta (ver McGue, Krueger & Bouchard Jr, 2007; Otake, Shimai, Tanaka-Matsumi., Otsui., & Fredrickson, B. L., 2006; Moen, Dempster-McClain, & Williams Jr, 1992)

¹⁴⁵ Tal concepção de descoberta da realidade, aumento de conhecimento sobre as circunstâncias e empoderamento individual denota, em alguns dos entrevistados filiados a uma visão de esquerda, a influência do pensamento marxista, em especial, no que tange à ideia de *ideologia* e de *alienação*.

pública da cidade. Percebendo essa dificuldade eu também percebo a minha importância da atuação. E4

Quanto ao segundo nível, temos as falas que atribuem a relevância da participação social aos benefícios trazidos por esta última para o conjunto social. Alguns entrevistados ressaltaram o papel de suas respectivas atuações mediante a contribuição que trouxeram para o desenvolvimento do município:

Boa parte das coisas que fiz, contribuiu muito para o crescimento da cidade. A gente contribui para esse crescimento quando a gente luta por melhorias. (...) E3

Na vida social a minha importância, que sempre foi, é e será o desenvolvimento social, qualquer desenvolvimento que faça crescer o nosso sistema de vida. E7

E8 reafirmou seu envolvimento, a despeito dos estorvos e riscos que vivenciou:

Foi uma escola para mim e se tiver que fazer de novo eu faço. Já fui ameaçada de morte, já tomei revólver na cara, já tive que fugir, já fui presa, tudo em prol da comunidade. Se tiver que voltar vou fazer tudo de novo e melhor do que fiz. Agora eu estou mais experiente e sei como articular com governo estadual, federal, municipal, então se eu tiver que começar de novo eu vou fazer melhor. E8

Ao passo que os benefícios da participação social coletiva são processuais e, portanto, sentidos, a médio ou longo prazo, em seus resultados, no âmbito do engajamento cívico cultural, os recursos e atributos pessoais (produtos artísticos, talentos) funcionam como importante elemento de troca social em que os efeitos se fazem sentir de imediato. Tais recursos, quando compartilhados, geram a satisfação do grupo social que os recebe; em retorno, o indivíduo participante, sente-se satisfeito por tê-los compartilhado. É o que ilustram os dizeres de E10 engajado no movimento literário local:

(...)Eu era muito encantado pela vida e a maioria das minhas poesias é sobre isso, sobre tocar para a frente, levantar a cabeça de várias formas. Então já tive algumas experiências de pessoas que curtiram muito meu trabalho, se empolgaram muito (...). Então, o meu objetivo é passar isso para as pessoas: dizer da importância da vida, do amor, da fraternidade através da poesia. (...)Então isso traz uma emoção porque você precisa fazer alguma coisa, mesmo que você seja uma formiguinha, fazer alguma coisa para mudar o mundo. Eu acho que através da arte é uma forma de fazer isso, principalmente quando a gente gosta de fazer. E10

Noutro aspecto, para alguns dos entrevistados, a participação social é sobretudo uma manifestação coletiva que só pode ser bem sucedida se envolver um número expressivo de pessoas:

Porque a sociedade é quem manda, né? O povo é quem manda. Pena que nem todos entendam isso. Há um grande movimento. Agora não comparece.... prefere comentar na rede social. Acho que a participação popular é importantíssima. A primeira de todas. A população, ela coloca e tira. Deveria, sim... Mas, infelizmente... o povo não se liga muito não. E6

Como diria Paulo Freire, todo ser humano é um ser político, e por mais que você tente se afastar, você tem uma opinião e, a partir do momento em que você tem uma opinião, você já tomou partido e você pode dizer que é neutra, mas não existe essa neutralidade. Você poderia fortalecer colocando essas questões. Você tem que ter uma opinião, tem que ter uma personalidade e a sociedade só muda se o ser humano for organizado. E não adianta ter uma opinião individualizada, solitária, você tem que se juntar àquele movimento com que você se identificar para fortalecer aquele que tem a ver com você. Se eu acho que tenho que fortalecer o sindicato, se você tem ideias, não tem que ter medo de mostrar suas ideias e participar de alguma forma, pois, só o coletivo transforma. O individual não transforma nada, só a coletividade que transforma a sociedade. E9

A maioria dos discursos revelaram-se lacunares no tocante à possibilidade de as ações de engajamento terem fracassado ou resultado em equívocos. O tom afirmativo nas declarações foi recorrente; excetuando algumas ponderações críticas de E1, E6 e E9, nenhum outro entrevistado promoveu o autoexame crítico de sua participação social.

Quanto ao engajamento em espaços ligados à causa dos idosos, apenas duas entrevistadas narraram ter tido alguma vinculação do tipo. Em ambas as ocasiões, não atuaram por motivos próprios, mas por solicitações de terceiros. É o que descreve E1 ao contar sua passagem por uma entidade da sociedade civil ligada à população idosa:

Começou com um atendimento a um pedido: “Você pode ir lá? O pessoal está muito animado, mas não sabe como vai formatar essa situação aí. Você pode?” Respondi: “Então tá. Vou lá ver o que eu posso contribuir.” Começou assim. E já estando lá e cuidando dessa parte, eu acabei gostando muito daqueles encontros, me identificando muito com o que era falado ali e percebi_ é uma coisa que quero deixar claro aqui, que desde o meu primeiro convite, a primeira vez que eu fui convidada para participar de um movimento, eu fiquei muito preocupada porque eu pensei: “O que vou fazer lá? Eu não tenho experiência, não sei fazer nada. O que vou fazer lá?”. E1

No caso seguinte, a participação se deu no Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI) por solicitação do próprio governo à época:

É porque o setor público tem a sua cota, é paritário e tinha que preencher esses espaços. Quase todos os conselhos foram lançados na época do Artur Messias (ex-prefeito de 2004 a 2012). E2

Os demais entrevistados idosos responderam de forma variada quando indagados sobre a possibilidade de um eventual engajamento cívico em movimentos ou espaços ligados à causa. Alguns disseram que poderiam participar, entretanto, a partir de determinadas condições:

Gostaria, porque hoje eu estou inserido nesse contexto, pois sou um idoso, mas infelizmente aqui em Mesquita, pelas informações que eu tenho, isto está muito precarizado. Não existe esse espaço aqui em Mesquita para participar. E4

Sim, desde que haja uma política pública de incentivo a esse movimento com incentivo a participação da iniciativa privada em nosso Município, sem dependência de políticos de momento. E5

Outros respondentes reconheceram que seria uma atuação relevante, mas descreveram obstáculos de ordem pessoal para implementá-la:

Eu acho importante e não participo por estar aqui, por estar longe e porque tenho também uma certa dificuldade com a pessoa idosa porque o idoso consciente é para ter sabedoria, porque os anos são para nos dar sabedoria, e o que é sabedoria? Em primeiro lugar, você saber compreender o outro e ajudar e eu vejo idosos aqui que acham que estão vivendo porque estão viajando, passeando, estão fazendo isso, estão fazendo aquilo, mas quando chega na hora de ajudar, seja uma criança, eles não têm a mínima paciência e isso me deixa muito nervosa porque eu tenho muita paciência com crianças. (...) Então eu tenho essa dificuldade para trabalhar com idoso, porque a minha vida inteira eu sempre lidei com jovens e até hoje é assim, mas acho que tem haver as organizações e tem que ter a participação de idoso e sei que peço por isso. E3

No momento eu não posso por causa dos meus compromissos. E7

Eu gostaria (de participar). Mas eu sou um cara muito acomodado e muito ocupado. (...) Não sei como seria de participar de alguma coisa. De repente...E10

Objecções foram levantadas também por uma das entrevistadas que atuou anteriormente no CMDPI:

Eu hoje estou meio fragilizada da saúde e eu já tenho várias contas. Eu tenho a comunidade que não deixo, tenho a associação que sou ligada, o partido político e sou do CEVI.(...) E2

E uma recusa explícita foi declarada por E9:

(...) Eu acho que não aceitaria, não. Fico me perguntando se tenho algum preconceito e não tenho preconceito de nenhum tipo, pois cada um tem seu espaço; mas, quando digo que não me sinto velha fico me questionando se eu tenho algum preconceito em relação a isso, não querer me encaixar. De repente, Freud poderia explicar isso. E9

Apesar da ausência de entusiasmo no tocante à questão anterior, quando perguntados diretamente se a ideia de envolvimento em causas ou movimentos ligados à pessoa idosa poderia despertar algum tipo de constrangimento ou vergonha, a maioria dos entrevistados respondeu negativamente. Em alguns casos, inclusive, de forma bastante enfática:

- Não! Até porque quando eu comecei essa caminhada eu ainda não era idosa. Eu convivi muito tempo com uma avó e isso gerou um carinho muito grande por pessoas idosas. Eu sempre estive, de alguma forma, muito próxima a essas pessoas. Eu gostava.

- Então essa sensação de constrangimento, negativa, não surgiu? (Entrevistador)

- Não, não! Em nenhum momento. E1

Não. Nenhum! Eu me vejo naturalmente na terceira idade e levo em conta a minha debilidade. Eu já não tenho é mais a mesma vontade. E2

Não! Eu sou muito liberto dessa concepção do que é velho e da minha capacidade de pensar, da minha capacidade de discernimento social. E4

Não. Nem idoso nem religioso. Já fiz recital em igreja católica, presbiteriana. Estou para fazer na igreja presbiteriana de Mesquita. E10

Dois dos participantes se utilizaram da pergunta para ressaltar a ausência ou a baixa eficácia dos movimentos de idosos locais:

Não, nós os idosos de Mesquita não temos nenhum movimento social presente, algumas ações acontecem, porém, a cultura está sempre em segundo plano. E5

Não. Pelo contrário. Mas eu só queria respostas. Resultado, porque participar e não ter resultado, não adianta. E6

Apesar de negarem sentir vergonha ou constrangimento em relação à participação em atividades voltadas para os idosos, duas entrevistadas acabaram por responder de forma ambígua¹⁴⁶ à pergunta. Reivindicando a posse de determinadas características mentais ou físicas, afirmaram não se sentir “velhas”. Na fala a seguir, E3 ressaltou possuir atitudes e valores considerados por ela como joviais. Tais valores em algumas ocasiões, teriam a colocado em conflito com outros idosos:

(...) Então eu não tenho constrangimento nenhum de participar de um grupo ou de um conselho que lute pelos direito do idoso, não vou me sentir humilhada, inferior de estar trabalhando pelo idoso porque eu sou idosa e não sou velha porque sou idosa com espirito muito jovem, e é aí que eu entro em contradição com os outros porque eu fui uma criatura e

¹⁴⁶ De um ponto de vista proposicional, a fala destas entrevistadas se traduz no seguinte esquema paradoxal: *Não sinto vergonha em me engajar com idosos, pois sou idosa/Mas também me sinto jovem e não me sinto como os outros idosos*

vim para cá muito evoluída. (...) Eu cheguei na terceira idade, mas tenho espírito jovem e, às vezes, tenho problemas com idosos, até meu marido que é mais jovem que eu, eu discordo dele numa série de coisas. Não concordo que o idoso só saia de casa para ir ao banco, para ficar bebendo e que não tenha uma outra utilidade na vida, e ele vive num mundo que só dele quando eu acho que somos um conjunto, pois somos humanos e temos que ter a compreensão, o amor e o saber viver em conjunto, que é a dificuldade que as pessoas têm e eu não tive essa dificuldade. E3

Nesta outra fala, E8 frisa que sempre declarou possuir uma idade maior que sua idade real. Ao mesmo tempo, mencionou ter protagonizado certa situação em uma fila bancária prioritária, na qual sua aparência jovial gerou reclamações por parte das pessoas que julgaram que ela não deveria estar ali. Também, ressaltou sentir-se uma pessoa ativa, não admitindo que sua filha, por exemplo, a chamasse de “velha”.

Não. Só me causaria dor porque eu não gosto de ver idoso sofrer, mas vergonha não, pois sou velha e adoro falar minha idade.

Eu acho lindo porque às vezes eu estou no banco, às vezes eu solicito prioridade e (...) vem aquela pessoa atrás de mim me catucando e eu digo: “pois não meu amor?” e ela diz que meu lugar não é ali. “E onde é meu lugar? Quantos anos você tem, sessenta e cinco, sessenta e oito? Mas eu tenho setenta, então meu lugar é aqui.” (...)

Quando eu tinha quarenta e três anos eu falava que tinha cinquenta, quando tinha sessenta, eu falava que tinha sessenta e cinco. Agora tenho setenta e acho lindo de eu estar ativa e em boas condições. Se todos os idosos tivessem a oportunidade de ficarem ativos... porque quando ficam velhos a família quer logo encostar como velho; mas eu não.

Quando minha filha diz que estou ficando velha eu digo: “vou tampar a mão na sua cara porque eu estou mais jovem que você”. E8

Por fim, apenas E9 declarou que poderia sentir constrangimentos ou vergonha caso fosse convidada a se engajar em uma atividade para idosos. Associou tais sentimentos a uma possível recusa em aceitar sua idade atual:

Eu me questiono também em relação a isso. Talvez eu mesma, uma coisa inconsciente, eu não sei. Talvez eu não queira chegar a terceira idade e aí eu dou a desculpa do preconceito. De repente é uma fuga minha, uma defesa para não reconhecer que estou na terceira idade. E9

Em seções posteriores, discutiremos, de forma mais categórica, os motivos subjacentes às objeções e ponderações levantadas nos parágrafos e citações anteriores. Em especial, os sentimentos e cognições dissonantes gerados pelo processo envelhecimento. Por ora, analisaremos a visão sobre a participação social dos idosos a partir das narrativas fornecidas pelo outro grupo de entrevistados desta tese.

Os operadores de atividades voltadas para o público idoso descreveram a interação com o segmento como positiva e satisfatória, identificando um nível intenso de atividade, de intercâmbio de experiências e de formação de laços de acolhimento e proximidade:

Os idosos eram bem ativos, até porque tínhamos bastante atividades voltadas para o setor. E15

Foram muitas trocas de experiências. E14

Nesse tempo que tive de experiência com eles, foi algo altamente positivo. São pessoas que chegam para nós com uma série de problemas e quando começam a fazer uma atividade física, que se sentem acolhidos por nós, sem discriminação de idade, sem nenhum preconceito, eles começam a aceitar muito bem e se toram uma família. (...) E13

Por sua vez, classificaram a participação social dos idosos como frágil ou pouco perceptível:

Na SEMDPDI, a participação social da pessoa idosa era bem menos percebida do que a participação das pessoas com deficiência. Embora, grande parte dos idosos assistidos fossem também pessoas com deficiência adquirida. Na minha opinião, os idosos (os quais eu acompanhava) estavam apenas na condição de assistidos pelo programa e não se encontravam no lugar de sujeito social. E11

Muito pouca a participação, a maioria nem sabe dos seus direitos. E15

- Você acha que a participação social e política do idoso hoje deixa a desejar? (entrevistador)

- Deixa um pouco. Deixa, sim. E13

Na opinião dos operadores, a participação social dos idosos seria prejudicada em razão de fatores socioculturais:

É como se o lugar de voz e de decisão fosse privilégio dos mais jovens. Não é o idoso que deixa de participar, percebo que a sociedade limita essa participação. E11

Com o passar do tempo, eles se afastam muito mais da sociedade. E15

O brasileiro está precisando levantar sua autoestima. Eu estou dizendo isso para você porque conforme te falei, eu vivi lá fora. Eu vivi cinco anos em Londres e tudo bem, uma diferença vasta, eles lá sendo uma comunidade europeia antiquíssima e nós somos bebês. Lá, eu via a importância que eles davam a comunidade deles de idosos. Eles respeitam muito os idosos e você via pessoas idosas trabalhando numa boa. Você nem diria que aquela pessoa era idosa. Pessoa participativa com a mente boa, muito bacana a saúde deles lá. Muito bacana. E nós aqui... o desrespeito é total, não só com os idosos como conosco mesmo. Eu acho que precisava tentar recuperar esse respeito e essa esperança do ser humano. Acho que através disso daí, o ser humano vai longe. E13

Pois os mesmos são excluídos pela sociedade por acharem que não são mais capazes de assumir alguma responsabilidade. E14

Sobretudo no aspecto político, o peso de preconceitos sociais sobre a velhice reduziria ainda mais a participação dos idosos:

Não acho, tenho certeza (sobre a existência de preconceitos que limitam a atuação). Bom, vou usar como exemplo a situação atual de crise a partir do coronavírus, e do eminente risco a que os idosos estão expostos. Te pergunto, qual é o discurso cheio de preconceito que mais se ouve por parte dos jovens com relação aos idosos? Digo, sobretudo, discurso dos familiares, dos profissionais de saúde, das equipes de segurança... “Precisamos defender nossos idosos da pandemia. Não permita que seus pais, avós, tios ou parentes idosos saiam de casa. Precisamos defendê-los.” Onde está a participação e o poder de decisão do idoso na prevenção do próprio? Os jovens decidem e impõem aos idosos o que acham correto. Acredito, que se participante, o idoso teria condições de decidir pela sua segurança, porém, nesse caso, não foi dado a ele o lugar de decidir, só o de aceitar a decisão. O preconceito de acreditar no estereótipo de que pessoas que envelhecem já não são capazes certamente pesa na participação social do idoso. E11

Na minha opinião não, até porque a pessoa idosa tem muita coisa para somar. Mas reconheço que têm pessoas que acham que o idoso não sabe o que fala. E15

E13 ressaltou o ritmo acelerado dos dias atuais como outro fator que contribuiria para o desengajamento social dos idosos:

Eu acho, gente. Porque antigamente nós tínhamos nossos avós e tinha o “Bênção, vovô! Bênção, vovó”, tinha o respeito tão grande. Hoje em dia, em que a população aumentou demais, às vezes (o idoso) está numa fila e dizem: “O que você está fazendo aqui? Não tem o que fazer dentro de casa? Vai para casa!”. O pessoal por causa desse progresso, horário, trabalho, todo mundo quer, né? É o que te falei: o progresso fez o ser humano ser muito egoísta. Deixar de olhar o seu irmão do lado. O negócio é horário, ter de cumprir, tem que ganhar dinheiro, tem que viver e isso acaba estourando em cima do idoso. E13

8.4 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI)

Dentre o total de idosos e operadores entrevistados, apenas cinco participaram do CMDPI em um período que se iniciou na gestão de Artur Messias e se encerrou na do prefeito seguinte, Rogelson Fontoura.

A entrada no Conselho atendeu a necessidades jurídicas pertinentes à composição do órgão. Neste sentido, por exercerem cargos governamentais, todos, a fim de que se cumprissem as regras de paridade de composição da entidade, foram convidados a participar:

Eu participei da fundação do conselho, da criação do conselho do idoso, fui presidente(...) e, depois, continuei fazendo parte como conselheira (...). Atuei em todas as reuniões. E1

É porque o setor público tem a sua cota, (o conselho) é paritário e a gente tinha que preencher esses espaços. Quase todos os conselhos foram lançados na época do Artur. E2

Fui indicado pelo pelo secretário (da SEMDPDI) à época. (...)

Foi uma participação curta, para ativar o funcionamento e para garantir a existência de um conselho que já não funcionava no município. E11

Fui convidada pela gestão da Secretária de Educação pelo meu perfil, e aceitei de imediato. E12

Sempre gostei de lutar a favor dos direitos das pessoas. (...)Na época eu participava da SEMDPDI e acabava orientado algumas coisas sobre os idosos. Como eu fazia as visitas domiciliares e o pessoal não sabia de muita coisa do que acontecia com o idoso, (...) eu participava para orientá-los, colocar alguns tópicos que eles não sabiam que aconteciam. Por exemplo: maus tratos, agressões, que aconteciam muito. Então, eu participava nesse ponto: os direitos que eles não sabiam, deveres dos familiares com o idoso etc. Eu ficava mais na parte de ajudar nas explicações necessárias. E15

Duas entrevistadas não souberam precisar o tempo em que atuaram no Conselho. No caso dos demais, a atuação com menor tempo de duração levou sete meses e a mais longa, dois anos. Quanto às funções citadas, tivemos: quatro mandatos oficiais de conselheiro governamental, uma suplência, uma assessoria externa e um mandato de presidência. Dois dos participantes se definiram como muito presentes nas reuniões do Conselho, os demais se definiram como presentes. E1 descreveu a intensidade de sua atuação da seguinte forma:

(A atuação) foi muito presente porque eu nunca faltei a nenhuma reunião. (...). Eu fui bastante atuante, eu conhecia as instituições que prestavam serviços aos idosos aqui em Mesquita e, como citei há pouco, eu participei de encontros em nível municipal e estadual. Então, eu penso que fui bastante intensa. E1

E2 reportou dificuldades em seu trabalho comunitário, decorrentes do compromisso simultâneo em vários conselhos:

Como eu te falei, eu fiquei fora da comunidade e senti que na comunidade houve uma descoberta. E se eu estivesse aqui (na comunidade)? Teria articulado mais, comentado mais os nossos direitos, mas eu não dava conta. Eu ia para os conselhos lá depois da nossa hora. Era seis, sete horas e nosso horário era até às cinco. A gente ia direto e eu chegava em casa tarde. No outro dia, eu estava cansada e, se tinha alguma coisa no sábado, eu estava também. Tinha muita atividade no governo. E isso prejudicou meu foco. E2

A atuação do CMDPI foi descrita como difícil em muitos aspectos. Todos os entrevistados avaliaram que a sociedade nunca dirigiu a devida atenção ao Conselho. Ao longo

das falas, foram citados obstáculos pontuais, a começar pela baixa presença dos próprios idosos na entidade:

Era um conselho com dificuldade de existir, de fato, por causa da ausência de participantes da sociedade civil e do governo. Era um pequeno grupo de militantes que tentavam, a todo custo, fazer com que funcionasse bem, mas tinham muitas dificuldades, principalmente pela falta de participação e de interesse dos idosos. E11

Também foi citada a falta de compreensão da sociedade quanto à relevância dos conselhos sociais, bem como, a falta de preparo e de formação das lideranças atuantes nesses espaços:

A sociedade ainda não descobriu essa questão dos conselhos, sua necessidade e o quanto são importantes. (...) Os conselhos se resumem muito nas lideranças. Minha preocupação é como formar essas lideranças porque eu fui formada pela igreja e nem sabia que era formada. (...) E2

(...) Se faz necessário que os conselhos de direito sejam apresentados à sociedade ainda nas escolas, nas universidades, nas associações de moradores, como órgãos necessários e importantes para a defesa e a garantia de direitos sociais. Não é habitual ensinar a importância dos conselhos, de forma que sua importância só é notada entre poucos de determinada categorias. E11

A E1 ressaltou a frustração derivada do conflito entre as expectativas e os resultados da atuação em um mecanismo de controle social:

É sempre muito frustrante porque você nunca chega próximo daquilo que é a nossa expectativa. No movimento social, no controle social eu aprendi isso, dei de cara com isso, que a gente tem uma expectativa muito grande, mas, a realização não chega muito perto da expectativa que a gente tem. Tem esse dado muito frustrante. (...) E1

Questionados sobre como classificariam suas respectivas atuações, os entrevistados deram respostas diversas. Dois respondentes não souberam como avaliar, uma participante julgou como “ótima”, uma como “boa” e outra como “regular”. Todavia, apesar das dificuldades apontadas, todos classificaram positivamente a passagem pelo Conselho. Em síntese, a experiência deixou um legado de crescimento e aprendizado pessoal decorrentes do maior conhecimento adquirido sobre as necessidades e os direitos da pessoa idosa:

Essas pessoas que a gente conhece nessas instituições, não ficam apenas na instituição. Elas fazem parte da vida da gente e nós fazemos da vida delas também. E isso para minha vida pessoal foi muito gratificante. (...) E1

(...)A sua participação te dá (muita contribuição para a vida pessoal), mesmo que você sinta que não teve muito avanço, mas você tem outro olhar, mais amplo. Você percebe muita coisa que você nem fala, mas está com aquele foco. Dá uma experiência muito grande. E2

Contribuí e ainda contribuí para o meu crescimento pessoal e profissional (...). Me trouxe a capacidade de compreender que o idoso, assim como a crianças, o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher, devem ter o seu lugar de fala e decisão na sociedade. Portanto, para criar políticas que atendam a esse público, se faz fundamental ouvi-los, compreendê-los e aí sim criar programas, planos e projetos que traga qualidade de vida para a população idosa do município. E11

Adquiri mais esclarecimento sobre questões relacionadas aos idosos. Além de modificar meu olhar, modificou minha ação quanto a aspectos específicos dessa faixa etária. E12

Aprendi que o idoso é muito importante para o nosso dia a dia. E15

Quando indagados sobre as causas da baixa participação dos idosos no Conselho, de imediato, alguns respondentes atribuíram o problema à falta de divulgação ou, à divulgação inadequada das atividades:

Acredito que seja uma deficiência antiga das muitas diretorias. Os conselheiros não divulgam de forma que a participação pareça aos idosos algo interessante. Na minha opinião, é como se as informações fossem transmitidas de forma privilegiada para um grupo limitado, de forma a excluir a grande maioria de idosos. E11

Muitos porque não sabem nem mesmo o que é o Conselho. E15

Falta de informação. E1

Na visão de uma entrevistada, o Conselho seria pouco percebido por não atender às necessidades concretas dos idosos locais:

O Conselho, ao nível das pessoas idosas habitantes de Mesquita, é uma coisa de abstração, é uma coisa meio que difícil do idoso ter clareza sobre para que esse equipamento serve. Eu arriscaria dizer, não sei se vou definir direito, mas, eu arriscaria dizer que o idoso vê isso quase como uma coisa burocrática. Ele não tem clareza de qual é o papel do Conselho e do que isso pode mudar na vida dele, do que pode contribuir. Eu tenho essa leitura (...).

O idoso de Mesquita ele não sabe, e, quando sabe, ele quer saber, quando é informado, ele quer saber o que isso faz de diferença na vida dele. Até porque o idoso dessa região tem necessidades urgentes, imediatas. Ele quer saber disso, de resolver essas situações. Nós vivemos numa cidade em que a população idosa cresce muito e eu não estou atualizada, estou falando daquele momento. Nós tínhamos um geriatra para toda a população idosa e eu pergunto para você: isto é satisfatório? Está muito longe de ser satisfatório. E é uma população que precisa e muito do serviço público porque não tem condições de estar recorrendo ao serviço privado. Então, ele quer saber exatamente isso: "O que vai ser? Lá vai ter remédio?" Essa é uma das grandes demandas. "Lá vai ter remédio? Lá vai ter óculos?"

Também percebi isso. Os óculos fazem muita diferença para eles. Para ler a Bíblia, ou, seja lá para o que for. São as demandas, mesmo, imediatas: remédios, roupa, alimentação. E1

A responsabilidade e o comportamento dos próprios idosos (ocupação com outras atividades e a passividade diante dos problemas) também explicariam a ausência:

Nós, idosos, na maioria das vezes nos excluímos muito. Porque a sociedade exclui, porque toda sociedade é excludente; mas, quem tem de se incluir é você. Você tem que ter a noção de que você é capaz e você pode, e temos um conceito errado sobre isso, já que você espera do outro que ele fale que você pode e você é capaz, e você não desabrocha isso do seu interior já que essa força é interna. É uma cultura muito perversa. E2

Uma parte que gosta de participar da tomada de decisões desconhece sua existência e o sentido dele existir; outros estão envolvidos com suas vidas, afazeres e até limitações da idade e por isso estão ligados a outras coisas, não demonstrando interesse. Já ouvi de um idoso que estava muito velho para participar dessas coisas, que os jovens o fizessem. E12

Para que houvesse um aumento da participação idosa no Conselho, os entrevistados sugeriram soluções variadas, destacando-se entre elas: maior divulgação, linguagens mais adequadas ao público idoso, atendimento de demandas imediatas da população idosa e uma propaganda esclarecendo a importância da entidade:

Parece simples, mas eu acho que isso precisa de tempo e de disponibilidade de pessoas que possam traduzir essas questões todas numa linguagem que seja acessível para idoso. Que ele possa compreender aquilo. Não adianta estar levando palestras de pessoas que vão falar de algumas coisas em que ele vai “viajar”, porque essa linguagem não é a linguagem dele. Equipe com material de linguagem acessível para o idoso, de compreensão facilitada para o idoso. Facilitar o entendimento dele, para que ele possa perceber e dizer: “eu vou lá porque isso é importante para mim”. Mas não o discurso sobre leis e coisas pesadas que não fazem parte da realidade dele; ele não vai se sensibilizar com isso. E1

Divulgação, temas do interesse dos mesmos, controle da vaidade de muitos dos integrantes e acessibilidade. E11

Mais informações. E15

Deveria ter um programa de incentivo que chegasse aos lugares onde os idosos mais ativos se aglomeram. Em Mesquita mesmo, existem vários locais como as academias, a Vila Olímpica. Esses idosos costumam ter pessoas de referência como professores. Convencer essas lideranças da importância do Conselho do Idoso seria uma estratégia, pois como, por efeito cascata, acabariam por convencer alguns idosos da importância de participar, para se ter representatividade. E12

Dos participantes que não atuaram no CMDPI, apenas um entrevistado alegou não ter ouvido falar do Conselho. Mas, à exceção de uma respondente que, por um breve tempo, presenciou algumas reuniões da entidade, a maioria dos que disseram conhecer o CMDPI não

demonstrou maiores conhecimentos sobre ele¹⁴⁷. Tal qual foi observado no questionamento sobre o grau de interesse em se engajar em causas e entidades voltadas para os idosos, a maioria dos respondentes idosos apresentou interesse condicionado, ou mesmo desinteresse quanto à participação no Conselho:

Para ser verdadeira, não; pela falta de interesse e problemas de locomoção. (...)E3

- Se ele não for um conselho simplesmente para constar como conselho, se ele obedecer aos critérios dele enquanto conselho, para ajudar a contribuir na vida social da pessoa da terceira idade, das pessoas idosas, com certeza tem todo o meu apoio, todo o meu aval.

- Mas as coisas que você ouviu falar sobre ele te davam essa impressão? (Entrevistador)

- Não! Não me deu essa impressão, não. Me deu a impressão de que era um Conselho criado muito mais para proteger os interesses da política, do prefeito da cidade. E4

Sim, até por conta da minha idade. (...) (Mas) não houve proposta pois na época e estava mais ligado a assuntos ligados à educação. Portanto, não participei e não fui convidado a participar. E5

E sinceramente, não faço questão não. (...) Porque para tudo tem que haver uma resposta, né? Você cria, mas tem que ter um projeto. Eu, por exemplo, nunca trabalhei com projeto. Me davam um projeto e eu executava o projeto. Entendeu? E existe muito é... como é que se diz? Teorias, teorias. O pessoal vai, pega o projeto ou conversa sobre o projeto, e não vejo prática nisso. Eu sinceramente, eu não vejo. Não quero dizer que não exista, não, alguns projetos que são colocados em prática. Muita coisa é feita através de projetos, mas eu não gosto de perder meu tempo com isso não. Entendeu? (...). E6

Sim, participaria. E7

Eu já quis participar, mas fui embarreirada pelo presidente à época E8

Participar eu não digo, mas poderia sim, conhecer, mas participar eu não sei. Depende de como me sentiria no ambiente. E9

¹⁴⁷ Em alguns casos, reportando informações errôneas, como a ideia de que o Conselho remuneraria pessoas: *Eram as pessoas fazendo desses conselhos apenas cabide de emprego e não usando como deveria, não vejo seriedade nas pessoas e, como eu tenho um senso crítico muito grande, eu tive medo de me envolver e falar alguma coisa e as pessoas não gostarem, pensarem que eu queria saber mais, que não podia ser assim.(...). Se fosse uma coisa voluntária, sem salário, eu estaria participando. Muitas coisas me decepcionaram e eu não quero mais participar. E3*

8.5 Hábitos e interações sociais percepções e atitudes relativas ao envelhecimento

No intuito de identificar o nível de interação social (relações pessoais, atividades sociais e interações comunicativas), os entrevistados idosos foram indagados sobre a maneira como costumavam se divertir e se informar sobre os acontecimentos cotidianos. Também, foram avaliados o convívio familiar e o convívio com pessoas de gerações mais jovens. Em todos os casos, a despeito da gama variada de respostas, foram encontrados padrões comportamentais comuns a todos os entrevistados.

8.5.1 Diversão

No tocante à diversão, os participantes relataram que continuavam a se entreter, todavia, em ritmo e intensidade menores que os empregados nos lazeres de outrora. Atribuíram tal redução a diversas causas, dentre elas os problemas de saúde, o declínio da disposição física e a violência urbana crescente.

Os círculos de amigos e os espaços sociais constituem, atualmente, fontes indispensáveis de bem-estar e diversão. É o que denotaram as falas a seguir:

(...)Eu gosto muito de praia. Gosto para caramba de praia e sair com as amigas para ir para o shopping conversar fiado, pra rir, ver vitrines. Isso me distrai. É divertido. E1

Minha diversão é música, gosto muito de andar de bicicleta e para mim é uma diversão e isso me ajuda, gosto de estar em roda de amigos e costumo dizer que meus amigos são meus terapeutas. Roda de amigos é a coisa maior para mim, onde mais me divirto. E4

A minha é diferente porque fui político e eu gosto muito de papo. Gosto de um botequim e eu aprendo muito. Gosto de um barzinho. Gosto de fazer amizades. Rodo muito. E o papo é bom. Eu gosto de papo. E6

Eu continuo fazendo tudo que eu fazia, mas em câmara lenta. Eu tomava uma cerveja no pagode, dançava. Hoje, não. Só vou no final de semana. Ainda vou no forrózinho e ainda danço de leve. Antigamente eu ia sexta-feira, sábado e domingo. Hoje, eu primeiro durmo um sono, depois eu vou lá na sua festinha, ou no forró e fico lá um pouquinho e quando dá pelas duas, três horas da manhã, volto. Hoje mesmo, quando você chegou, eu estava ali tentando tirar um cochilo porque cheguei três horas da manhã. E7

De igual modo, evidenciaram o papel dos laços e eventos familiares:

Minha diversão é sair com a família, ir numa praia. Vou muito às festas comunitárias que eu gosto muito e cinema não porque durmo o tempo todo. O atrativo é estar no meio do povo, festas, onde a gente se reúne. E2

Minha diversão hoje é muito pequena porque eu não tenho mais ido ao teatro e ao cinema e só vou a festas de aniversário em família, Natal, Ano Novo, vou ali na beira da praia e bato papo com os amigos, volto para casa, converso com um e com outros, mas diversão como antes, não tenho mais até pela minha limitação, quase não saio mais. E3

Antes da quarentena ia muito a cinema com meus filhos, shopping, minha casa na praia, assim, um lugar mais sossegado pois não sou muito de ficar noite em barzinho não, embora tenha muitos amigos que sejam assim, eu não gosto muito. Eu recebia muitos amigos aqui em casa para churrasco, mas nessa quarentena estou lendo livros e vendo muito a Netflix, a Amazon, estes filmes todinhos que estão aí. E9

Alguns idosos se lamentaram por não mais poderem praticar os esportes com que se entretinham em épocas anteriores:

A diversão do idoso não é mais como no passado. No passado eu nadava bastante, eu tentava passar na piscina funda, eu mergulhava muito e hoje não posso fazer mais essas coisas. (...). E7

Agora esporte não. Eu jogava bola, quando procurei um especialista. Aí ele disse para mim: “você, qual a sua idade?”. Eu disse, cinquenta e pouco. Do que você gosta? Eu disse, “Bola” Ele disse: “Para! Se você quebrar um osso...”. Era o que eu gostava. Hoje eu não consigo nem jogar no gol. Se eu cair eu não levanto. É futebol. Não faço nada não. (...) Eu sou sedentário. Eu ando muito de carro. Quando eu deixo o carro e vou andar, eu sinto a coluna doer porque eu não estou acostumado. E6

(...) Mas já gostei de muitas outras coisas como futebol, por exemplo e hoje já não posso mais. E4

(...)Reduziu porque eu gostava muito de jogar bola e hoje não tenho mais essa disposição. E10

Também se queixaram da violência urbana:

Se você quer saber vou falar para você. Há cinco anos que eu não me divirto como eu me divertia. Cinco, não, dez anos. Eu me divertia, ia para campo de futebol, ia para baile e agora é assim: festa de amigos e, nos feriados, vou para Angra dos Reis, cachoeira, praia, piscina, eu vou. Mas não por falta de coisa, não, é devido à violência, porque nós, idosos, estamos sob riscos. (...) E8

Olha, eu vou muito à praia e eu gosto muito de Arraial do Cabo onde temos uma casa alugada, mas é muito longe. Nas praias daqui é difícil de ir, pois você tem a violência. Então eu me divirto jogando, às vezes, um burquinho com meus irmãos esporadicamente, e diversão, diversão mesmo não tenho grande diversão não. E10

A praia foi um espaço citado em quase todas as falas. Alguns idosos ainda citaram, o cinema, o teatro e a leitura como fontes preferidas de entretenimento¹⁴⁸.

8.5.2 Informação

Os idosos entrevistados relataram a necessidade de estarem permanentemente atualizados sobre os eventos cotidianos. Para tal, reportaram o acompanhamento diário dos meios tradicionais de comunicação, em especial, os jornais televisivos, ao mesmo tempo em que narraram o uso intenso de suas redes sociais como mídias igualmente informativas.

E1 descreveu o desejo por informações atualizadas como uma preocupação:

Sim. Eu gosto de estar acompanhando. Eu sinto falta. Às vezes eu tenho um dia, assim, mais preguiçoso e aí, de repente, eu penso assim: “o que será que está acontecendo no mundo?” É quase uma ansiedade de estar recebendo informação. E as vezes eu sou surpreendida por alguma coisa porque eu passei um dia mais na minha ou mais dormindo, mas, de alguma forma desligada, e, depois, eu vejo alguma notícia e eu penso: “Caramba! Eu ia morrer e não ia saber disso”. Eu tenho uma preocupação de estar atualizada. E1

E7 relatou não apenas o hábito da busca contínua por informações, mas também a intensidade como vivencia as notícias adquiridas:

Através de leituras, através de discussões com pessoas, porque gosto muito de conversar com pessoas com meu conhecimento ou maior que o meu. Através de reportagens, não perco um jornalismo em todos os canais. (...)Eu me informo em geral e não é só do meu país, não. Chego a dizer aos amigos: “Poxa, eu sei de coisa que parece até que fui lá conversar com o presidente americano, com o Trump. Eu sei de coisa que parece que eu fui na Venezuela, que parece que eu tive no canal de Suez, no Egito (...). E7

A maioria dos idosos citou como fonte de informação uma combinação de mídias tradicionais e redes sociais:

Sou muito ligada na televisão, nos repórteres. Não vejo novela., E2

¹⁴⁸ Na maioria das citações, teatro e cinema foram citados como atividades com frequência declinante, a exemplo da fala a seguir:

- *La frequentemente ao cinema? (entrevistador)*

Eu vou razoavelmente. Ultimamente não com tanta frequência porque acerca de um ano, mais ou menos, eu fiquei com minha realidade muito comprometida por causa da minha saúde. (...)E1

(...) Mas é através da internet que eu vejo mais as coisa e o jornal da manhã e da noite. Ontem, foi um dia que eu vi quase o dia inteiro por causa de tanta coisa que aconteceu e, hoje, já assisti também. E3

Jornais online, TV e redes sociais (apesar das fake news). E5

Então, eu fico no computador, quando estou em casa, das seis da manhã até uma da madrugada, porque aí vou no jornal “não sei o que lá”, fora os repórteres que mandam para mim. O zap também. O Brasil 247 manda tudo para mim. A gente é cadastrado, então mandam notícias. (...). E8

Jornal na televisão, jornal impresso, no celular alguma coisa. E10

Sobre as redes sociais citadas, o *Facebook* e o *Whatsapp* se destacaram pela maior frequência de uso (respectivamente, 38% e 29%). O *Twitter*, por sua vez, foi o serviço menos citado (5%). O quadro completo das citações é fornecido no gráfico abaixo:

As mídias tradicionais foram criticadas em diversos aspectos. A mídia escrita surgiu como fonte de informação apenas na fala dos entrevistados que não faziam uso habitual e direto das redes sociais. Por sua vez, alguns respondentes forneceram explicações sobre o abandono dos jornais escritos:

O jornal escrito já não é mais costume. Quase ninguém mais lê e não sei se valeria à pena ainda que tivesse o costume. Dessa forma tradicional que a maioria das pessoas utiliza, que é da mídia falada, das redes sociais, a gente tem uma certa seleção, mas é a forma mais rápida da notícia chegar. (...) E1

Os jornais, a gente não lê mais não porque todo mundo manda um monte de coisa dos jornais para a gente, aí eu filtro tudinho que mandam pela internet. E não sou muito de ficar em facebook, essas coisas não, entendeu? As notícias de jornais, alguns jornais de televisão, não fico só num tipo de jornal e as informações que tenho dos amigos. Os jornais que a gente deveria ler fisicamente eu leio tudo pelo celular com os amigos, livros e bater papo com os amigos. E9

Também foram feitas críticas à Televisão. Na opinião de E4, por razões ideológicas, tal mídia seria o meio utilizado por certos agrupamentos econômicos para a manipulação da população:

(...) Eu não vejo mais televisão com essa importância, pois na minha compreensão, ela muito mais desinforma do que informa, ou seja, ela obedece aos critérios, aos interesses de um grupo da sociedade que eu chamo de elite e que tem predominância econômica no nosso país. Infelizmente, a nossa televisão, de uma maneira geral, está ligada a esse grupo que obedece criteriosamente a informações que eles querem dar à população brasileira. E4

A Televisão foi criticada também por seu sensacionalismo e pelo tipo de conteúdo oferecido. É o que se constata nas falas seguintes:

É muito sensacionalismo e pouca resposta. Pouca atitude. E isso incomoda. A gente vai ligar a televisão e sabe que ali vai ter uma crítica, mas o cara não te dá uma solução e nem te ajuda. E quando alguém vai fazer, vem um outro e critica porque está do outro lado. Política, sei lá! E cada um na sua. Cada um puxa brasa para a sua sardinha. E6

O que você vê em televisão? O dia todo num canal é igreja. De dia só crime. “Matou fulano... matou fulano...” só violência. Vê no outro só comida, e a gente na terceira idade não pode se deliciar com as coisas que estão ali (...). E8

Atentos ao problema das *fake news*, alguns entrevistados salientaram que buscam formas de checagem e filtragem das notícias recebidas, em geral, recorrendo ao auxílio de conhecidos:

Tenho diversos grupos independentes disso aí, grupos que eu participo e a gente está sempre trocando informações e daí a peneira para não entrar nos fake news que hoje são moda e que distorcem a realidade do povo brasileiro com a mentira repetida milhares de vezes, igual a Hitler fez como povo alemão. Uma mentira repetida mil vezes se torna verdade e, principalmente, isso se encaixa muito no povo inculto que é uma grande parcela do povo brasileiro. E4

(...)A gente lê e manda para fulano. “Fulano, vê aí o que recebi”. “Cara, procede!” e a gente vai e compartilha. E8

(...) A gente tem que peneirar todo aquele conteúdo que tem lá da mesma forma que a gente peneirava antes. Eu não tenho esse olhar assim: “Ah, porque tem muita abobrinha, tem muita nunca sei o quê”. Mas, toda a imprensa sempre teve muita abobrinha, sempre teve essa seleção do que a gente ia ler, né? Qual jornal eu vou ler? Esse aqui eu quero espremer e sair um monte de sangue ou eu quero um outro jornal? E1

Apenas dois entrevistados alegaram não utilizar as redes sociais e os meios digitais de informação. E7 lamentou-se pelo fato de não utilizar celular diretamente para se informar:

Eu não uso porque infelizmente não consegui, porque levo uma surra com esse aparelhinho na mão. Tem hora que peço socorro à minha neta, ao meu genro. Seu eu entendesse bonitinho, rapaz... eu estava mandando zap toda hora para a Câmara de Vereadores de Mesquita, pra Assembleia Legislativa do Rio. E7

E10 demonstrou pouquíssimo uso. As informações do mundo digital seriam obtidas, indiretamente, através das filhas:

Não. Eu uso o celular para quase nada. Às vezes eu sou informado pelas redes sociais através das minhas filhas. O meu celular quase não uso. E10

8.5.3 Convívio familiar¹⁴⁹

O convívio familiar foi descrito e avaliado em dois níveis de relação. O primeiro nível incluiu os membros remanescentes da família de origem (em especial, irmãos e primos) e o segundo, os descendentes (filhos, sobrinhos, netos e bisnetos).

No primeiro nível, os entrevistados narraram o impacto das perdas e dos distanciamentos. As duas falas abaixo espelham essa condição:

A relação vai mudando muito. Por exemplo, hoje eu recebi a notícia do falecimento de uma prima e ela estava na faixa de oitenta e dois anos. Foi uma outra prima que me passou a informação. As relações vão mudando porque, como eu sou a mais velha, as pessoas do meu momento, algumas já morreram, algumas estão fora do Brasil, ou estão em outros lugares, e a gente vai se afastando e não estive tão próxima dessas relações mais novas. E1

Hoje minha família praticamente já não existe mais, pois muitos já se foram (...). Perdi meu pai, perdi minha mãe e hoje só sobram na minha família quatro irmãos e os parentes que

¹⁴⁹ Em *A Life-Span Approach to Social Motivation*, Laura L. Carstensen descreve a formação de vínculos sociais e familiares na idade adulta tardia: “Em resumo, o contato social diminui com a idade. Modelos teóricos iniciais atribuem esse declínio a eventos específicos da velhice, seja o acesso obstruído aos parceiros sociais ou o fato de estar moribundo. Evidências empíricas, no entanto, mostram não só que as pessoas mais velhas estão satisfeitas com seus relacionamentos (Ryff, 1982; 1989) mas com a saúde mental relativamente boa (Weissman et al., 1991) apesar da diminuição do contato social. De igual forma, mesmo as pessoas muito velhas mantêm contato social com parceiros sociais emocionalmente próximos (Field & Minkler, 1988) se iniciando o declínio dos contatos em período relativamente cedo na vida (Carstensen, 1992). Os idosos interagem menos com certos tipos de parceiros sociais, mas continuam a interagir e a se sentir próximos da família e dos amigos de longa data.” (Carstensen, 2009, pp.349-350, trad. nossa). Carstensen é uma das principais elaboradoras da teoria da seletividade socioemocional. Susan K. Whitbourne e Joel R. Sneed em *Paradox of Well-Being, Identity Processes, Stereotype*, descrevem a teoria e os princípios que regulam em linhas gerais: “A teoria da Seletividade Socioemocional postula que o ímpeto subjacente para as mudanças na escolha dos parceiros sociais desejados é a percepção de tempo como algo limitado, não a idade. Quando pessoas de qualquer idade percebem que o tempo é limitado, e não expansivo, elas tendem a pesar a regulação de estados emocionais positivos mais fortemente do que a aquisição de conhecimento (novidade). Ou seja, quando o tempo é percebido como expansivo, as pessoas tendem a ser mais aquisitivas em seu desejo por novas informações. Quando as pessoas percebem que seu tempo será limitado, elas se tornam mais orientadas a converter seus objetivos sociais de aquisição de informações na busca por garantir interações emocionalmente significativas com outras pessoas igualmente significativas. Os idosos percebem seu tempo futuro como limitado e, portanto, se envolvem em um processo de redução do tamanho de suas redes sociais.” (Whitbourne e Seed, 2002, p.252, trad. nossa). Whitbourne e Sneed também ressaltam que a teoria da seletividade socioemocional reinterpretou o entendimento da desvinculação tal como fora explicado pelos teóricos do desengajamento: “Por meio do processo de seleção, a teoria da seletividade socioemocional explica o fato empírico de que os idosos possuem redes sociais menores. No contraste com a teoria do desengajamento, no entanto, a teoria da seletividade socioemocional explica o fato de uma forma positiva, apresentando os adultos mais velhos como agentes ativos na construção de seus mundos sociais. Além disso, os adultos mais velhos não restringem suas redes sociais porque valorizam experiências emocionais menos que os adultos mais jovens, um processo concluído pela teoria do desengajamento; na verdade, o motivo é inverso. Assim, os adultos mais velhos são vistos dentro desta estrutura como tendo o potencial de controlar suas experiências emocionais, também controlando a natureza de sua interação social.” (Ibidem, 2002, p.252, trad. nossa)

estão distantes, morando na sua maioria no Espírito Santo, uns poucos primos que moram em Nova Iguaçu, mas muito raramente a gente se vê. E4

No segundo nível, a grande maioria dos participantes descreveu suas relações parentais como extremamente positivas, minimizando (ou, simplesmente, não citando) a existência de problemas no convívio familiar:

No geral? Vou ter que dizer “regular”. E1

Boa. Muito boa! Tanto a família do meu marido quanto a minha família. Filha, netos, genro e não tendo problema com a minha família (...). E2

(...)Inclusive domingo é o aniversário de um ano de um dos bisnetos e eu vou estar lá, se Deus quiser, junto com todos. Nossa relação familiar é boa graças a Deus, com problemas que toda família tem, mas que temos que ter sabedoria para conviver. E3

Boa. Mas gostaria que fosse melhor. E4

Muito boa. E5

Ótima! E6

Muito boa, graças a Deus! (...) E7

A minha família é maravilhosa. (...). E8

(...) Relação muito boa, muito boa, sim. Momentos de ideias diferentes, mas a gente sempre conversa, nada de ninguém tomar decisão sozinho não. E9

Maravilhoso! Eu ganhei na loteria. Me casei, meus filhos são incríveis. (...)E10

8.5.4 Interação com pessoas mais jovens

Neste item, os idosos foram questionados se possuíam amigos muito mais jovens. Ressalta-se que as respostas fornecidas se adequaram a noções próprias a cada entrevistado sobre o que seria uma relação de amizade. Os que responderam de forma negativa à questão, assumiram um padrão de relação pessoal mais íntimo e contínuo¹⁵⁰. No caso oposto, os participantes consideraram apenas as relações de convívio, sendo assim, relações menos íntimas e contínuas. Enquanto “simples convívio”, todos os entrevistados afirmaram ter algum tipo de

¹⁵⁰ A fala de E1 expressa exatamente essa perspectiva sobre a amizade:

Eu tenho uma relação boa com os jovens por conta do passado (...). Mas eu classifico como amigo se for convivência diária de ficar junto, de passear, de ficar junto, de ter encontros e se for classificar por aí, não. Tenho convivência; E1

interação com as gerações mais jovens. Nas narrativas referentes a essa questão¹⁵¹, os idosos descreveram suas interações intergeracionais como harmoniosas e enriquecedoras:

É saudável, é legal, eu gosto. Gosto dessa energia que o jovem tem. Eu gosto muito disso, dessa leveza que o adulto não tem mais. E1

Eu tenho. Acho que não tenho problemas com eles e eles não têm comigo. (...) É uma relação positiva só que eu sou meio sargenta e sou daquele costume antigo, mas não sou dura. E2

Eu tenho muitos amigos jovens, mais jovens que eu, garotada mesmo, de vinte e cinco, trinta, trinta e cinco anos, até por causa do trabalho que eu fiz com os jovens. Hoje, eles continuam sendo meus amigos e vêm na minha casa quando podem. E quando vou à Mesquita, na minha casa, eles pedem para avisar para que possam me ver, e é uma amizade muito boa, um relacionamento bom que tenho com todos. E3

Tenho. Posso dizer que tenho mesmo tendo 64 anos e inclusive, frequentemente, a gente está sempre se vendo e isso é bom para mim. (...) É uma relação de cada dia uma descoberta. Descubro a cada dia uma coisa nova e é uma relação saudável. E4

Sim, alguns E5

Bastante. (...) Eu tento falar a linguagem deles: "É nós.!" E6

Demais, demais... E7

Um monte. Inclusive tem até jovem de 23 e 24 anos que vou ter de cortar a amizade porque senão vai querer me namorar. "Meu filho é apaixonado por você". (...) E8

Tenho alguns. E9

Não. Poucos. E10

Foram observadas assimetrias nas trocas sociais descritas pelos idosos, em especial, no que diz respeito ao papel do conhecimento vivido e da reserva moral, situações nas quais os jovens tendem a ser descritos como aprendizes ou sujeitos que carecem de alguma orientação. Em muitas ocasiões, os entrevistados se descreveram como conselheiros morais:

Então, eu estou sempre em cima desses jovens dizendo a eles que não está certo e por onde é que está.... Eu tenho outro amigo aqui que o filho já foi preso e eu chamo esse menino... Tem um outro que já foi preso a segunda vez. E7

Você com os jovens tem que falar a língua deles, a linguagem deles. (...) É bom dar aquele puxão de orelhas neles, mas não como se estivesse chamando atenção, porque se não,

¹⁵¹ Em outras questões da entrevista, foram reportados conflitos intergeracionais.

eles falam, “Qual é? Está de intrometendo na minha vida?” Aquele puxão de orelha na brincadeira, na sacanagem, mas você está alertando ele. E8

Muitas relações ocorreram em âmbito familiar (netos, bisnetos), outras se originaram no passado através de atividades com os jovens (aulas, atividades políticas e culturais):

Na maioria eu acho que tenho mais amigos jovens que idosos, uns em razão dos netos que tenho, que são doze e os amigos dos meus netos acabaram se tornando meus amigos desde os tempos da escola, no ensino fundamental e médio porque iam na minha casa para fazer trabalho ou para que eu ajudasse nos seus trabalhos, principalmente sobre a história de Mesquita que conheço muito e as mães não sabiam nada, e hoje são casados, com filhos e meus amigos. E3

Depende da idade: até 10 anos sou chato; de 10 a 20 sou legal; acima de 17 gostam muito do tio, vô (...). E5

*- Tem algum tipo de atividade que você participa com eles? (Entrevistador)
- É só política. Ou quando eu vou cobrir alguma coisa, um futebol, eu vou lá e fotografo e gosto. (...)Eu não tenho a mínima dificuldade (de relacionamento) não. E6*

Talvez mais por causa da poesia. O meu contato com eles é por causa da poesia, por causa de ensaios. Fora disso, amigos jovens só os parentes mesmo na condição de sobrinha ou, netas. E10

8.6 Percepções e atitudes relativas ao envelhecimento

O envelhecimento é descrito pelos idosos entrevistados ora como um fenômeno decursivo, ora como uma condição (afetiva, social) relativa a determinadas perspectivas. Alguns o descreveram como um processo natural e, portanto, inexorável. Inclui-se neste olhar, a ideia de que a velhice é uma manifestação da própria vida, uma dádiva, uma conquista não desfrutadas por todos:

É uma consequência natural ... é uma conquista porque nem todas as pessoas conseguem. (...) E1

A velhice é viver, é vida. Você chegou à idade porque você superou os momentos difíceis e as mortes. Porque a gente não tem uma única morte, morremos aos poucos. Então, quando você vai se superando, você chega na velhice e é uma vitória. E2

O envelhecimento você adquire à medida que vai envelhecendo e a máquina vai enferrujando. Você tem que aproveitar pra viver cada momento porque o tempo passa. (...). Então eu falo do envelhecimento como uma coisa natural e certa. (...) E10

A perspectiva em questão ganha tons místicos nas falas de E7:

Essa pergunta é bonita, gostosa e linda. O envelhecimento é uma coisa natural. É uma coisa feita por alguém nada mais que acima dele. O envelhecimento foi feito pelo Senhor Deus. (...) Eu sempre digo para os jovens: “Você não sabe.” Digo para minha neta(...): “O que o avô viu, vocês sabem por história e por pesquisa”. Eu conto para ela como foi minha vida, que eu corria no mato atrás de um preá ou de uma caça para comer e que hoje se ouve que não pode mais nem caçar, é proibido. Tudo isso. Então o envelhecimento é uma dádiva de Deus. É uma riqueza. (...)E7

E3 estabelece uma leitura do envelhecimento com base em preceitos espiritualistas:

Eu acho que nós não envelhecemos, o espírito continua o mesmo, o que envelhece é a matéria e as energias vitais vão se acabando. Mas para isso aconteça é necessário que cada um de nós que tenhamos equilíbrio, evitando certas coisas. E3

Outros entrevistados responderam à pergunta, ressaltando os aspectos negativos do envelhecimento. No caso a seguir, E6 destaca o sofrimento trazido pela redução das capacidades físicas:

Olha a rapaz, a velhice não é muito legal não. A gente vive, e é gostoso viver, mas existe muita deficiência. A gente vai perdendo os reflexos físicos. Muitos perdem a capacidade mental. Eu, por exemplo, agora já estou sofrendo da audição. Mas é bom viver. Agora tem suas conseqüências. A gente tem que ter cuidado mesmo (...) E6

Outros dois respondentes denunciaram a dimensão social negativa do envelhecimento. No primeiro caso, E5 associa a velhice ao isolamento social e à perda de produtividade:

É o desligar dos problemas inerentes à Sociedade, viver em um mundo sem projetos pessoais e sociais. E5

No segundo caso, fazendo menção a sua própria situação pessoal, E8 associa o envelhecimento à vulnerabilidade social:

É a falta do acolhimento, da assistência social, saúde, moradia e alimentação. Eu moro sozinha, mas tenho meus conhecimentos. E se eu não tivesse esses conhecimentos? Olha para a minha casa! Tem condições de uma pessoa idosa viver assim? Não! (...) E8

Os operadores de atividades dirigidas aos idosos também descreveram as ambiguidades presentes no envelhecimento:

Velhice é uma dádiva para a pessoas que conseguem viver com longevidade e saúde. Velhice também é um estado em que a pessoa perde sua saúde, vive solitária, sofre com o

abandono dos familiares e o descaso dos gestores, não tem condições de se defender das investidas dos espertalhões e da violência urbana. E11

O envelhecimento é uma parte natural do nosso corpo e vai acontecer, não tem jeito, fisiologicamente dizendo, mas acho que a parte mental a pessoa com atitude positiva, com atividade que mantenham sua mente sempre ativa, acho que o envelhecimento é infinito. Fisiologicamente, sim, mas da outra parte não tem uma definição. E13

Em sentido similar ao declarado na fala de E13, E9 também observou que o processo de envelhecimento pode ser controlado mediante certas atitudes e comportamentos:

(...)Eu penso três questões a física, psicológica e a emocional. Primeiro na questão física é você tentar ter uma boa alimentação, praticar algum esporte, está sempre em atividade, não ficar sedentária. E na questão psicológica, você não ser retrógrada, não gostar de conhecer coisas novas. (...) É sempre tempo de aprender alguma coisa e eu gosto muito disso. Alguém propor alguma coisa e você ver; se gostar, você tenta fazer aquilo. E você estar aberta para novos conceitos, novas atividades. Emocional é quando você não se deixa abalar por coisas fortes que acontecem na sua vida. A gente às vezes envelhece por causa de coisas que acontecem na vida da gente, por questões emocionais. Quando você olha, já passou, e você não fez mais nada. E9

8.6.1 A autopercepção do envelhecimento

Quando inquiridos sobre o sentimento pessoal de estar envelhecendo, todos os entrevistados idosos manifestaram um conflito interno. Disseram se sentir envelhecidos ao pensar na dimensão físico-corpórea do envelhecimento, sobretudo nas moléstias e debilidades. Por outro lado, ao se perceberem em termos mentais ou espirituais, se descreveram como novos.:

Não! Isso é muito curioso! (...)Eu percebo que a minha cabeça e o meu corpo têm idades diferentes. Eu percebo que isso não acontece só comigo. Eu percebi isto lá atrás com meu pai, pois ele não tinha consciência de fato da idade que ele tinha, e depois eu comecei a me surpreender percebendo isso em mim. Não é pouca coisa e vésperas de setenta anos. Faltam seis meses para eu fazer setenta anos. Septuagenária que se fala? E eu me surpreendo ao, de fato, pensar nisso. Eu fico pensando assim, “mas como que eu tenho setenta anos?” A minha cabeça não tem muito essa compreensão, mas o meu corpo dá sinais bem claros de que eu tenho setenta anos. E1

Mentalmente, não. Fisicamente sim. Só olho que estou idoso quando olho para o espelho, mas minha cabeça é fértil, é jovem E6

*Não. Acabei de falar que quando eu dei o exemplo da minha avó “de que velho é mulambo e velho é meu passado”. Por que que velho é meu passado? Porque ficou para trás. O que está presente é novo e eu estou presente, então sou novo. E outra coisa também, biblicamente, para Deus, ninguém é velho. Para Deus todo mundo é novo e só passa o tempo. (...)*E7¹⁵²

Uma parte sim e outra não. Na questão física, eu tenho que me sentir idosa pois já não tenho a agilidade que tinha, mas como mente e agilidade, não. Eu ajo mais que uma pessoa jovem. E8

Alguns participantes idosos ressaltam o esforço contínuo de atualização e a realização de atividades como maneiras de não se sentirem envelhecidos:

Eu costumo dizer que não (me sinto idoso), porque eu sempre venho me prevenindo, tentando ser bastante atual, me fazendo pertencer sempre à realidade, me atualizando sempre, porque isso ajuda a gente a não cair na malha de algumas doenças que são pertinentes aos idosos como o esquecimento, o mal de Alzheimer. Mas isso não quer dizer que eu não possa algum dia...Pelo menos, eu com 64, tenho conseguido escapular, sair dessa malha. E4

Não, ainda estou produzindo em minha atividade principal e, principalmente, muito preocupando com o futuro e meus projetos pessoais e sociais, acreditando ainda na educação e no conhecimento do ser humano. E5

*Como te falei eu não me sinto uma pessoa idosa. Não sei se é porque ainda estou trabalhando, não quis parar de trabalhar, continuo fazendo atividade física, tento fazer uma boa alimentação, converso muito com meus filhos que são jovens de cabeça aberta e eles morrem de rir comigo. Eu acho que não me sinto velha por causa disso. Por estar cercada por alunos, embora na secretaria, (...)você vê aquela juventude e eles te dão uma energia. Você se aborrece às vezes, mas eles te dão uma energia boa, então eu não me sinto uma pessoa idosa não.*E9

Outros idosos observam que mesmo as dores e limitações impostas pela senectude, não são suficientes para impedir que se sintam jovens em termos mentais:

- Eu me sinto pela minha fragilidade pois já não faço mais o que eu fazia antes. Às vezes quero sair, quero visitar, fazer uns círculos bíblicos. Mas, assim, se eu vou num lugar, não vou no outro.

- E do ponto de vista espiritual e mental? (Entrevistador)

-Aí não, tranquilo. (...) E2

(...)Eu escalei a Pedra da Gávea com quarenta anos e vejo gente hoje que não está se aguentando em pé e com quarenta anos já está se encostando e não pode isso, não pode aquilo. Quanto à parte negativa do que me faz sentir uma pessoa idosa são as dores, mas as que sinto,

¹⁵² A representação da “pessoa velha” como uma representação negativa do envelhecimento é discutida no artigo “As representações sociais de pessoa velha construídas por adolescentes.” (Dos Santos, Tura & Arruda, 2013).

fico analisando, e eu não sinto isso porque eu sou idosa, porque eu conheço pessoas mais novas do que eu, inclusive minha filha mais nova com cinquenta anos, têm mais dores do que eu. Então essa limitação me faz sentir idosa, mas ao mesmo tempo penso que não, não é por isso. E3

- A gente vai tendo limitações. Eu, por exemplo, estou com dificuldade para andar, uma dor na perna que não se consegue descobrir o que é, (...) eu sinto muita dor na perna e no joelho, mas isso aí não me afeta.

- Então o senhor não se sente uma pessoa idosa? (Entrevistador)

-Não. E10

8.6.2 As representações sobre o envelhecimento

Em seguida, foi solicitado aos participantes que descrevessem aquilo que consideravam positivo e negativo no envelhecimento. O gráfico abaixo dimensiona os fatores positivos construídos a partir do agregado das respostas obtidas:

A experiência e a sabedoria trazidas pelo acúmulo de vivências foram as principais qualidades citadas (60% das respostas).

Tem muitas coisas positivas em ser idoso e, não correndo o risco de dizer aqueles jargões que a gente sempre ouviu, de que tem que respeitar os idosos porque são mais experientes, fugindo desse conceito, desse valor que foi dado aí, quero dizer que os idosos, em grande parte, adquiriram diferentes conhecimentos em diferentes situações de suas vidas e têm muito a contribuir, inclusive com a sociedade como um todo, não só com os jovens, mas com a sociedade como um todo. (...) E4

Acredito na experiência dada pelo tempo, que é muito importante para as novas gerações. E5

Experiência de vida. (...) Eu não me arrependo de nada que eu tenha feito no passado. Também não ia querer corrigir, não. Eu poderia ter feito outras coisas. Mas a velhice é experiência. Você olha as coisas. Você já tem mais visão das coisas. Vê o jovem, vê as coisas que acontecem. As mudanças que vêm ocorrendo. Então é a experiência. Ter experiência de vida é muito bom. E6

Sabedoria que a gente podia ter quando jovem e a gente não consegue ter, mas acho que é uma coisa natural da vida mesmo. Quer dizer, quando a gente vai envelhecendo a gente vai amadurecendo, a gente vai vendo coisas pequenas que não tem necessidade de ser da gente quando jovem. Mas é como te falei, é um processo natural do ser humano onde você não só evolui como passa por esses problemas, né? Acho que seria mais a sabedoria de poder ajudar as pessoas, orientá-las e deixando coisas boas para o mundo e isso se perpetuando de geração em geração. E7

Acho que é a sabedoria. O jovem é muito radical, é tudo ou nada, e a gente pensa duas vezes, pesa um lado, pesa outro, vê o que tem de positivo e o que tem de negativo. Muitas vezes,

a gente achava uma coisa muito negativa e ao longo do tempo, a gente vai amadurecendo e tendo muito mais sabedoria para tomar certas decisões. E9

(...)O envelhecimento traz para a gente a liberdade maior e um respeito muito grande. Quando você fala alguma coisa as pessoas param para ouvir. Talvez dada a experiência de vida. E você, de qualquer forma, passou por muitas fontes enquanto vai envelhecendo. (...). E10

Destoando do grupo, E1 problematizou a ideia de que o envelhecimento possa trazer algum acréscimo positivo. Reconsiderando elementos que tradicionalmente são considerados como “conquistas” ou “vantagens” da senectude, e, ao mesmo tempo, pondo em xeque o empoderamento trazido pelo acúmulo de experiências, a respondente levantou reflexões instigantes:

Francamente eu não sei o que pode ser positivo. Eu sempre lembro uma coisa dita por um escritor, o Pedro Nava, “A experiência é um carro com os faróis voltados para trás”. Não serve para nada. Eu não sei qual a vantagem de ser uma pessoa idosa... eu não sei se tem vantagem. Eu não percebo. (...)

Mas a experiência pode servir para você sacar algumas coisas, geralmente serve. Mas eu não creio que seja tão vantajoso assim. É claro que vai acumular conhecimento, saberes e informações, mas também vai perder porque a memória vai comendo as coisas. Eu já não me lembro com facilidade de muitas coisas. Eu percebo compensações bem básicas que me ocorreram agora. Você fala de ganhos, por exemplo a liberação de passagem gratuita em ônibus é uma vantagem? Acho que é uma conquista, uma compensação. Não vejo como vantagem. (...) E1

O maior bloco de respostas sobre os fatores negativos do envelhecimento surge quando agregamos as citações referentes às limitações físicas e às moléstias, feitas pelos idosos:

Tem essa limitação. A limitação física. (...) E1

Ser idoso é ter suas limitações. Quando a gente é mais novo, tem mais desafios, você se desafia; agora não mais, não se desafia mais. Agora dependo da família. Fiquei mal (...) e eles ficam:” A senhora vai passar mal!” tem esse zum, zum. Mas é assim, eu sou muito livre e ninguém me segura quando eu quero fazer uma coisa. Ponho na cabeça, eu faço. Sou muito assim. Nem marido, nem filho, nem ninguém me impede. Essa liberdade ainda estou com ela. E2

(...) Eu gosto muito de trabalhar em obra. Eu tenho uma obra ali que queria fazer, mas eu sei que vou demorar. Eu faço piso, eu faço porque eu quero fazer. Eu faço. Mas aí...eu vou me cansar, vou me abaixar. A hora em que eu abaixo, para levantar tenho de pedir ajuda. A parte (negativa)é essa aí, é a idade que chega e a gente vai perdendo muita coisa de vitalidade. Mas é bom viver. Sou um velho jovem. E6

E7 e E10 através de comparações com os tempos passados, afirmaram vivenciar um decréscimo no ritmo de suas atividades atuais. Contudo, ao reconhecerem que as atividades mencionadas apenas se adaptaram às imposições do envelhecimento, se recusaram a classificar as limitações físicas e mentais experimentadas como negativas:

Para mim, negativo, o que eu diria, apesar de dizer que desconheço essa palavra “negativo”, mas, vou colocar ela no poder do físico, no poder mental. Por exemplo: eu me lembro que descarregava carreta de cimento com o saco sem encostar na cabeça, lá no alto. Hoje, para pegar num saco de cimento, para colocar esse saco aqui, foi uma dor de cabeça. Eu me arrastei aqui, botei. Olhei se tinha alguém para me ajudar. Então essa parte seria a parte negativa. Mas eu não considero negativa. É como se fosse uma máquina que era nova e você a dirigia toda certinha, durinha. Quando se passaram dez anos, começou a ranger ferro com ferro. Nesse lugar eu botaria um desgaste físico, um desgaste mental. Por exemplo: eu pegava uma música que o cara tocava no rádio; quando ele acabava de cantar, eu cantava ela. Hoje, eu tenho aqui pilha de músicas minhas, umas duzentas músicas, músicas escritas por mim aí. Hoje eu levo um tempão para gravar. O número de telefone você gritava lá da rua e eu gravava. Agora... é a memória, a parte física. E7

- De negativo eu acho que não tem nada, só as dificuldades que você vai adquirindo com o tempo. Antigamente, nós jogávamos futebol aqui na rua, nesse espaço aqui, sábado e domingo, à tarde toda. Hoje, eu acabo de almoçar e vou tirar meu cochilo porque a disposição para correr é aquela coisa. Então, isso é ruim, mas tem que aceitar porque são as condições que o tempo te oferece.

- Então as limitações são físicas? (Entrevistador)

- Sim. E10

A desvinculação dos idosos dos grupos sociais foi outro fator negativo evidenciado em algumas falas:

Eu percebo umas das características principais de pessoas idosas é o isolamento. É uma tendência muito grande a se isolar e a ser isolado. Eu não percebo isso ainda em mim, pode ser que esteja acontecendo e eu não perceba, mas olhando para fora, eu percebo que isso acontece com a grande maioria dos idosos. E1

Quando o próprio idoso se faz pertencer a um grupo que deixa de viver intensamente a vida social, isto é negativo. Isto é muito negativo. Porque ao fazer isso, ao adquirir este comportamento, ele passa a ser uma pessoa excluída do convívio social, e isto só serve para quem usa o velho de uma forma oportunista ou pragmática, para poder usurpar dos momentos da vida deles. É negativo por essa razão. E4

E3 se queixou a respeito do isolamento, ao examinar sua condição pessoal:

Eu sou uma pessoa que não sabe viver de modo que não seja em grupo. Ultimamente estou me sentindo isolada, e o isolamento faz a gente se sentir mal. A minha vida inteira eu sempre tive muita gente na minha casa, eu participando das coisas e ultimamente, em razão das minhas limitações, eu tenho vivido muito isolada. Até porque esse foi sempre o grande

sonho do meu marido, me ver dentro de casa para ele. Mas estou voltando para Mesquita e vou voltar a fazer tudo o que eu fazia antes, se Deus quiser. E3

Vimos nas sessões anteriores, que, embora não sejam atributos constitutivos da senescência, os fatores sociais, culturais e econômicos podem determinar a maneira como as pessoas irão envelhecer. Neste sentido, alguns entrevistados denunciaram a ausência de políticas públicas específicas, os preconceitos de ordem cultural e a vulnerabilidade econômica como capazes de influenciar negativamente o envelhecimento:

(...)A falta de políticas públicas é enorme, (a política) específica para o idoso é muito difícil o idoso conquistar, um atendimento específico é muito difícil de conquistar. A criança tem lá o pediatra, tem o ginecologista, tem outras especialidades, mas, para o idoso é muito difícil isso. Atendimento de saúde pública de um modo geral. (...) Acho que estou me prendendo muito no idoso socialmente carente, (...) porque era um hábito nosso de estar tendo esse olhar. Mas saindo dessa categoria, o idoso que tem uma condição financeira e social melhor, tem muito mais chances de usufruir, de ter vantagens, de sentir menos as dificuldades de ser idoso. Independente dessa necessidade básica, ele pode ter acesso a muito mais coisa que vão tornar mais suave ele ser idoso. E1

É uma coletânea de informação que a gente vai colhendo pela vida afora, a gente vai fazendo algumas diferenças do envelhecimento do povo brasileiro com o envelhecimento do povo europeu, por exemplo. (...) Eu falo do comportamento político dos nossos governantes em relação aos idosos no Brasil, quando eu faço essa comparação com a Europa, com os idosos europeus, eu quero simplesmente dizer que existe um comportamento de respeito ao cidadão da Europa enquanto que, aqui, existe um desrespeito muito grande e forte em relação aos idosos. E4

(...)A questão financeira é ruim quando você ganha um salário mínimo. Eu vejo muitos por aí que pagam quinhentos reais de aluguel. Aqui mesmo, a dona Maria que paga luz, água e alimentação. O que compra neste mês, no mês que vem não comprar porque vai faltar outra coisa. E8

Determinados comportamentos também foram apontados como fatores negativos resultantes do envelhecimento. É o que vemos na fala de E9:

Eu acho que é a teimosia. Eu tive que me mudar para cá para cuidar da minha mãe e ela tinha um gênio muito forte e era muito teimosa. Eu não sei se serei assim. Meus filhos dizem que eu não sou teimosa, mas alguns idosos que conheço tem essa característica muito forte: a teimosia. Talvez por acharem que têm muita experiência de vida e acharem que estão sempre certos. Querem proteger muito os filhos e a teimosia é demais. Até o meu cachorro era igual a minha mãe. E9

E5 denunciou os preconceitos derivados das regras do mundo tecnológico, como a associação entre a ideia de obsolescência e o envelhecimento:

Hoje com a evolução da tecnologia pensam que somos obsoletos. Quando a experiência de vida sempre será fundamental. O professor nunca poderá ser um computador. Professor é aquele que ensina uma arte ou ciência com vivência, sem necessidade de formação acadêmica. E5

8.6.3 Percepções sobre o empoderamento a partir da comparação com gerações passadas

Indagou-se aos participantes se eles acreditavam que os idosos atuais usufruíam de maior autonomia e poder quando comparados aos idosos das gerações anteriores. Todos responderam que sim, muitas vezes, tendo como ponto de partida a descrição de hábitos e situações outrora observadas no cotidiano de seus pais e avós:

Sim, porque a maioria dos idosos vão para excursões, baile da terceira idade. Hoje em dia, os idosos estão mais abertos, mais liberais. Aqueles que querem se apoderar, vão, principalmente a classe baixa, porque a alta, a rica, não, porque encostam os idosos nos asilos. Mas na classe baixa, a terceira idade está ótima. Estão fazendo ginástica, estão beijando na boca, estão namorando, vão para bailes, vão ver desfile, vão para a academia. Então, sim, bem melhor que antes. Hoje em dia tem mais incentivo para eles do que antes E8

Acho sim. Eu tenho muitos amigos que até na parte financeira eles têm a autonomia deles a até os filhos dependerem dele. Eu conheço amigas minhas que moram sozinhas, que têm boa saúde, os sobrinhos vão lá, os filhos vão lá, mas elas moram sozinhas. Acredito que sim. E9

Antigamente a gente era tolhido por muitas coisas, todo era proibido, tudo era errado. Hoje não. A televisão fala muita coisa e, então, há uma liberdade maior de expressão que não havia no nosso tempo de jovem. Eu me lembro que a gente foi fazer uma peça num centro espírita e era uma poesia minha teatralizada que começava com a explosão de uma bomba. Quando aquilo aconteceu, nós fomos reprimidos, pois isso era errado. Como é que podia no centro estourar uma bomba? Então existiam naquela época essas coisas. Hoje, eu acho que está muito mais fácil. (...) E10

Interessante observar que, parte das entrevistadas associou o empoderamento histórico da pessoa idosa ao empoderamento da mulher:

Sim! Com certeza que sim! A gente não pode negar que aconteceram conquistas que fazem a gente envelhecer muito mais. As vacinas, as adaptações mesmo domésticas, que dão uma qualidade de vida melhor. Sim é inegável que no passado era muito mais pesado ser idoso. Há quarenta anos, cinquenta anos, meio século, era bem mais difícil. O idoso tinha um papel muito mais difícil para cumprir do que hoje. Em relação as mulheres principalmente. Em relação as mulheres, era cobrado muito. A mulher idosa tinha que ter uma determinado postura, um determinado comportamento que era cobrado com muito mais intensidade do que é cobrado hoje. E1

Sim, eles estão muito à frente do que era no passado. O pessoal está hoje na ginástica, no movimento, no passeio. Quanto à participação é uma coisa, mas a gente vê muitas lideranças no meio desse povo que acordaram para a vida. Antigamente eu me lembro das minhas avós. A minha vó morreu depois da minha mãe (...). Vovó era muito limitada, e fazia crochê, sentadinha. Foi para a igreja Batista, escutava a Rádio Relógio, aquele pastor falando, falando. A madrugada dela era na Rádio Relógio. Hoje não. Inclusive, até na questão de acolher os netos. O idosos hoje estão criando seus netos e estão com uma força grande. (...)
E2

E3 denunciou o uso depreciativo do termo “velho” evocando o exemplo de sua mãe:

(...) Minha mãe nunca assumiu a velhice e sempre disse que “velha” é trapo e que ela era “idosa”, palavra pouco usada na época. Os idosos de antigamente tinham muitas dificuldades e poucos eram iguais à minha mãe. Hoje têm muito mais autonomia para fazerem as coisas. E3

E4 associou o empoderamento dos idosos à formação e ao empoderamento das camadas urbanas ocorrido nas migrações do século passado:

Eu não tenho dúvida disso. Claro que há mais autonomia. O idoso hoje consegue alcançar um tempo de vida maior do que antes. E aí eu não estou querendo comparar quem viveu na roça e se tiver um avida social razoável consegue viver muito mais tempo do que quem mora na zona urbana, nos grandes centros, mas com certeza a autonomia se edificou, ficou muito maior hoje do que antes. Porque existe algumas variantes dessa pergunta. Ao acontecer o êxodo rural, quando as pessoas vinham mais para a cidade, você obrigatoriamente teria que se adaptar a uma nova realidade social e isso também traz a questão da autonomia pois ele começou a conhecer um pouco dos seus direitos, a entender qual é o papel da reivindicação, qual o papel do pertencimento, e junto a isso, a questão da autonomia. E4

E6 reconheceu o ganho de autonomia, mas teceu algumas ressalvas, em especial, quanto ao enfraquecimento dos laços familiares na sociedade contemporânea, bem como, ao aumento de responsabilidade dos idosos atuais:

- Bom, eu acredito... no meu tempo os idosos morriam com a família, né? Era outro comportamento. O casal envelhecia junto, todo mundo ali. Hoje mudou. Hoje, você vê que existe manual do idoso...

- O Estatuto do Idoso? (Entrevistador)

- Estatuto do Idoso, assim como existe o estatuto da criança. Eu acho que está se fazendo alguma coisa pelo idoso. Você está tendo direitos. Você entra num estacionamento tem lá uma posiçãozinha. Se tiver um lado que eu posso, eu deixo para o idoso e lá eu boto meu carro. Eu acho que está melhor. Só que na minha época, pai e mãe morriam juntos. Bom é viver entre família. E hoje não. O casamento já não dura e então o idoso é que sofre. O idoso é que cria os filhos que não colocou no mundo. O idoso, hoje, tem mais compromisso. E6

E7 frisou a perda de autoridade dos idosos atuais em relação aos mais antigos¹⁵³. Salientou que nos dias de hoje, conflitos intergeracionais entre idosos e jovens necessitam ser dialógicos e que, nem sempre, o idoso tem a palavra final nas decisões:

Nos tempos passados, os idosos faziam por poder próprio, autoridade própria. Antigamente o idoso falava para os filhos: "quem manda sou eu! Porque sou o pai de vocês. Tem que me obedecer e acabou! Está certo!" É o pai.

Hoje não. O pai tem que ter um diálogo com o filho. Às vezes o diálogo do pai não funciona e o do filho é que vai funcionar. Então, o idoso de hoje não tem mais liberdade para falar sozinho. Ele tem liberdade para falar em prol de amigos, família, reuniões, etc. No passado, não. O idoso tinha autoridade própria. E7

E13, operadora de atividades voltadas para os idosos, também concordou que atualmente, os idosos possuem mais autonomia e poder:

Antigamente os idosos ficavam dentro de casa. Chegavam a certa idade e faziam crochê, jogavam um dominó na praça e hoje em dia, não. A gente está tentando mostrar para eles que podem ainda fazer uma faculdade, que eles podem ativar a mente deles a hora que eles quiserem. Então eles podem estar tendo este poder através da conscientização, da gente informar, despertá-los, incentivá-los a cada vez mais. Antigamente, eles não tinham essa consciência. Ou pode ser por falta desses profissionais (que lidam com idosos) e a medicina está evoluindo muito. Então, eu acho que essa diferença é enorme. E13

E5 apontou as vulnerabilidades sociais como obstáculos à autonomia plena dos idosos:

Sim, hoje uma grande parte é mais qualificada e aproveita de forma significativa a fase da vida. O que falta são oportunidades para a periferia e os menos favorecidos. E5

E11, gestor da antiga SEMDPDI, emitiu opinião semelhante:

Relativamente. Certos grupos de idosos sim. Têm mais autonomia e liberdade financeira. Mas em sua maioria não podem ter autonomia se dependem que um vizinho compre o seu alimento por falta de pagamento dos benefícios de aposentadoria e/ou assistenciais, se sofrem violência doméstica calados, se precisam se submeter às decisões dos considerados responsáveis, já que estes são considerados legalmente incapazes. Quando se falha em idosos

¹⁵³ A perda de autoridade da figura idosa pode estar relacionada à supervalorização da juventude nas sociedades contemporâneas. Com base nesse fenômeno, Flavia Turino analisa a inversão de papéis sociais entre jovens e adultos: "Portanto, falar de juventude atualmente e defini-la como um grupo social de uma determinada faixa etária fica cada vez mais complicado, pois ela tem começado mais cedo e terminado cada vez mais tarde. Múltiplos são os vetores que fabricarão este fenômeno. O culto à 'imagem-jovem' é um destes vetores, que, para alguns autores, produz uma crise geracional, de tal modo que crianças e jovens assumem cada vez mais cedo as responsabilidades e decisões que caberiam aos pais. Estes, por sua vez, não querem mais exercer o papel de autoridade (portando-se como 'adultescentes'), horizontalizando as relações familiares, como relata Birman: 'a autoridade simbólica das figuras parentais se fragilizou de forma progressiva, e os filhos adolescentes começaram a encará-las como quase iguais, numa transformação radical da economia simbólica da família.' (S/data p.50). Para muitos autores, isso produz uma falta de parâmetros e limites necessários para o convívio com as diferenças e as alteridades.(Turino, 2010, p.122)

é necessário que se olhe para todos os idosos. Os que tem autonomia, os abrigados, os abandonados pelos familiares, os com deficiência, os que passeiam, que namoram e os que dependem da boa vontade de Governos e familiares. E11

8.6.4 Percepções sobre o empoderamento a partir da comparação com gerações mais jovens

Quando perguntados se a sociedade atual valorizaria mais o jovem que o idoso, a maioria dos respondentes concordou.

Com certeza! Sem dúvida alguma! Se um homem de cinquenta, sessenta anos levar um currículo com todas as qualidades para uma empresa e um jovem levar também, eles vão aceitar o do jovem e descartar o do idoso, até porque, eles vão achar que o idoso vai passar mal, vai apresentar problema de saúde, por mais que ele não tenha nenhum problema e essa é umas das razões para a valorização do jovem ser maior do que a do idoso. E3

Nesse momento, sim. Quer dizer, não só nesse período. Tem dado muito mais valor ao jovem por conta da cadeia produtiva, justamente porque o idoso é visto como uma pessoa que não produz mais, uma pessoa que é incapaz. (...) E4

Sempre tivemos um foco maior nos jovens, até porque a idade média de vida era bem menor. Hoje já podemos ver uma pequena valorização da vivência como exemplos para orientação de novos caminhos. E5

Ah, sim. O idoso é deixado de lado. Mas está crescendo. As coisas estão acontecendo para o bem do idoso. Eu acho isso um caminho. E6

Existe sim uma desvalorização, principalmente do trabalho do idoso. A gente está vendo, agora, algumas empresas até contratarem pessoas mais idosas pela responsabilidade, pela disciplina. (...) Minha geração por exemplo, teve uma oportunidade de estudar, com sacrifício, mas teve muita gente da minha faixa etária que estudou, fez pelo menos uma faculdade e está até ocupando determinados mercados de trabalho pela disciplina, pela responsabilidade e pela experiência. Mas, mesmo assim, a juventude, ainda mais aqueles que lidam com a internet, com computador, com a tecnologia, na atual situação, parece que só existe profissões que lidam com tecnologia. Infelizmente, a gente ainda vê muito isso. Mas acho que mudou bastante, pelos idosos tentarem ocupar esses espaços, não que a sociedade desse mais espaço, não. E9

Acho que sim. E10.

Entretanto, quatro entrevistados concluíram, de certo modo, que os preconceitos sociais no Brasil seriam dirigidos a todos e que, portanto, não haveria um privilégio etário:

Depende muito das circunstâncias. Não dá para generalizar e dizer assim, que a população inteira de uma cidade, de um Estado, de um país, valoriza mais os idosos. Não sei se é assim. Acho que depende das circunstâncias de quem olha e de quem é olhado. E1

Não sou muito de observar isso não. Tem jovens que são valorizados, mas acho também difícil, já que as pessoas não acreditam neles, principalmente, nos espaços em que eu participo, tenho dificuldade em perceber a força da juventude, o jeito deles serem. (...) E2

Os dois lados estão precisando de mais apoio, de mais visão. Não é que estão abandonados, mas precisam de mais visão, mais oportunidade. Não escolher quem é mais e quem é menos. E7

Nenhum dos dois. Só na teoria, porque na prática, não. Nenhum dos dois são valorizados. Tem muitas leis que beneficiam eles, mas não são usadas. E8

8.6.5 Percepção sobre preconceitos sociais dirigidos aos idosos

Sobre a existência de injustiças sociais e preconceitos dirigidos aos idosos, à exceção de apenas um respondente, todos foram afirmativos. Para além da confirmação, também narraram episódios em que foram vítimas do preconceito. É o que observamos nas falas abaixo:

Eu vou usar o meu caso, eu vou me citar como um exemplo. Quando eu fiz sessenta anos eu já tinha prioridade de atendimento em filas em bancos etc., e em algumas vezes, assim que fiz sessenta anos, eu fui desdenhada, vamos falar assim, por algumas pessoas na fila, que perguntavam qual era a razão de eu estar naquela fila. Porque eu não era gestante, eu não era deficiente física. Isso foi claramente o que aconteceu aqui em Mesquita algumas vezes. E eu tive que responder pra algumas pessoas que a lei me dava esse direito e que a lei não exigia que eu estivesse caindo aos pedaços, me arrastando par usufruir desse direito. Então parece que o direito tem que ser concedido se a pessoa estiver muito mal, moribunda à beira da morte. Eu vivi isso intensamente e a minha mãe, na época, dizia para mim: do jeito que o seu pai é encenqueiro, se ele visse uma mulher assim como você na fila de prioridade, ele também ia criar caso. Então eu vivi isso e percebi essa questão do preconceito, da discriminação em relação ao idoso. (...) E1

“Já é velho! Está velho e seu tempo já passou!” “Ah, sai daí velho!” No outro dia eu saí e quando nós voltamos, o motorista, que era novo de linha, ficou meio nervoso e não conhecia muito o caminho. Na volta ele bateu em outro carro e quebrou o visor. Eu pedi a meu marido para ir lá ajudar e foi ele e um outro senhor que era da comunidade. Um rapaz lá atrás falava: “Sai daí velho!” “Ô velho!” Eu falei, “Olha só, será que podia mudar a linguagem? Os velhos têm muita sabedoria. Que falta de educação é essa! “Ele ficou quieto, mas tinha abusado muito. E2

Quantas vezes a gente está no banco, numa fila, e eu não passo à frente de ninguém, e a sociedade precisa entender que o idoso tem a prioridade, e nem sempre isso acontece. Aqui tem dois caixas eletrônicos e eu vou de carrinho, pois me movimento de carrinho elétrico. Eu encosto o carrinho, e as pessoas estão nas cadeiras esperando a vez, e se não tiver alguém para falar, eu não falo e fico só observando e vejo as pessoas jovens passarem, irem até o caixa e eu fico ali. Uma senhora que trabalha numa loja ao lado é que avisa que eu vou passar a frente, do contrário, não dão a vez ao idoso não. Então, a sociedade discrimina o idoso ainda sim. Enfrentamos preconceito na questão dos caixas, da espera, em lojas, quantas vezes as

peessoas vão para a fila do idoso com uma barriguinha de nada ou com uma criança no colo para passar à frente do idoso. Isso é discriminação e o dono do comércio permite isso. O preconceito e a discriminação com o idoso existem muito. (...)E3

(...)Podemos citar alguns exemplos que já vi e hoje bem menor como já disse em algumas regiões do Estado brasileiro. O preconceito em não dar lugar num ônibus por exemplo, o preconceito numa fila, qualquer lugar. Fila de banco, de médico, fila do SUS. Enfim, existem diversos tipos de preconceitos, inclusive o preconceito já pré-concebido por achar que ele é idoso e incapaz até de ter um grau de inteligência para entender o seu momento. Esse é o pior preconceito que eu acho. Que você afasta ele da sua vida de uma forma rápida quando você pensa que ele é incapaz até para pensar. E4

(...)Essa semana eu estava lá com uns colegas tomando um vinho, porque não tomo mais cerveja, era aniversário de uma criança e os caras bebendo cerveja. Teve um lá, na brincadeira ele disse que tinha uns quarenta anos e disse que um cara a partir dos 58 anos não fazia mais nada. Nós até criticamos, porque, como pode um cara de quarenta anos dizer isso? E foi aquela polêmica. Eu fiquei calado. Eu sou observador(...) ele fez as críticas todinhas, e tinha um outro rapaz, que é dono de um bar do lado, também com idade avançada, que ficou calado. Quando esse rapaz saiu, ele chegou para mim e disse, “Está vendo? Criticando a gente, o idoso.” (...) E aí eu falei para ele (o homem que fez a brincadeira), “Cara, se você só tem 48 anos como pode criticar quem tem 60? Você pode criticar quem tem menos de 48 porque você não passou por essa experiência. Eu passei por esta idade que você está criticando. Hoje estou com 78 e então posso dizer para você quem sou eu ou o que faço.” E7

Existe sim o preconceito, principalmente de achar que são incapazes de fazer alguma coisa. Acham que as pessoas chegam aos setenta, incapazes de fazer alguma coisa. E9

E6 e E8 reportaram situações em que o idoso é vítima da exploração e dos preconceitos dos próprios familiares:

Até os próprios filhos deveriam cuidar bem dos seus pais. Dos seus velhos. Dos seus idosos. E não é isso que existe. Eu acho que eles até tiram proveito disso. Se aproveitam da possibilidade do velho “no monetário” para atender, para deixá-los à vontade. Sei lá, a idade, é complicado. Eu acho que não estou ligando muito para isso não. Como disse anteriormente. Há um grande avanço, acho que existe lei aí para não se maltratar um velho, a coisa está crescendo. Agora, é preciso se colocar em prática. Assim como tem a mulher que apanha, não vou comentar sobre isso, (...) também, deveriam ser mais divulgados os direitos do idoso. E6

Hoje em dia os idosos não estão tão preconceituosos pelo que eu ando vendo nas minhas reuniões, nas minhas palestras, os idosos estão espertos e se apoderam das novas leis. Eles sofrem preconceito na família. A própria família é preconceituosa.

(...)Aí o jovem fala, minha avó é chata! A minha avó é ranzinza! Porque não aceitam os nossos conselhos, porque a gente já viveu então procura alertar. Aí quando você está orientando, os pais ficam:” é mãe, ele sabe o que tem que fazer!” E8

Os entrevistados E5 e E7 ressaltaram que o preconceito contra os idosos deve ser visto como apenas um dentre os tantos preconceitos que caracterizariam a sociedade brasileira:

Todos enfrentam preconceitos no Brasil. A sociedade é muito excludente, os com menos formação acadêmica ou cultural, os negros, os LGTBs, em algum momento sentem esse preconceito independente da idade. E5

Sofre. O preconceito é uma doença social que não tem especificação. Por exemplo: eu sou idoso e o preconceito pode me atingir na condição do vestuário, pode ser na condição física, pode ser na condição de fala. Então não tem como definir isso. Ele é deficiente de alguma maneira para a sociedade. No meu pensamento não tem como julgar isso direito. E7

Na percepção de E10, o que muitos consideram preconceito, em verdade, seriam deficiências do trabalho enfrentadas pelos idosos em dadas situações, tidas por eles como formas de discriminação:

- Não. Acho que não
- O senhor não vê nenhum tipo de preconceito? (Entrevistador)
- Não acho que não. Os idosos, às vezes, têm as dificuldades em diversos setores e eles acham que é uma discriminação, mas eu acho que não. Eu acho que é deficiência mesmo do trabalho.
- Uma deficiência que pode ser interpretada como algo contra ele? (Entrevistador)
- Mas não é não. E10

E15, profissional da área do serviço social, também reconheceu a existência dos preconceitos e sugeriu que, o combate a esses últimos, requer da sociedade a devida atenção à fala dos idosos:

O pessoal acha que o idoso só atrapalha e que não tem nada para ensinar, mas se você tiver um tempo e conversar com um idoso, vai verificar que ele tem muito para nos passar. Infelizmente, nós seres humanos somos muito preconceituosos. Tem muita coisa boa que os idosos fazem, mas o preconceito não deixa a gente escutar, nem ver. Eles acham que o lugar do idoso é no asilo ou dentro de casa, que tem que tomar remédios, que está ficando esclerosado, mas nem sempre é assim. (...) Mas tenho certeza que isso vai melhorar, porque eles hoje são bem informados, tem internet, leem jornais, tem a experiencia deles e muitas coisas boas. E15

8.6.6 Atitude relativa aos sinais do envelhecimento

Sobre a busca pela ocultação dos sinais do envelhecimento¹⁵⁴, as respostas fornecidas pelos idosos foram, em geral, afirmativas, ainda que as razões para tal, não tenham sido muito claras, ou mesmo, esclarecidas. Como se pode observar nas falas desse tópico, através de perguntas complementares, o entrevistador buscou explorar as diversas possibilidades e

¹⁵⁴ No caso, para além dos sinais físicos, são também considerados como sinais: as atitudes, os hábitos, as vestimentas e os cuidados com a saúde.

motivos para os cuidados citados. Cabe, igualmente, notificar que, nem todos distinguiram seus cuidados rotineiros e vaidades habituais, das medidas antienvhecimento. Esse aspecto mostra-se relevante uma vez que tal indistinção pode dificultar a identificação de estigmas referentes à velhice.

- *Sim, claro! Por exemplo, não me comportando como uma senhora de setenta anos. Eu acho que toda minha cabeça se recusa a este padrão estabelecido de uma senhora de setenta anos, desde o que eu vou vestir.*

Uma coisa que é muito comum em pessoas idosas é a religiosidade e eu me recuso. Cada vez mais, eu estou mais distante de religião. Eu estive muito próxima de religião em muitos momentos de minha vida, mas hoje, eu fico muito confortável estando distante. Isso é uma das coisas. Eu não quero conversão, eu não quero praticar religião porque sou idosa, ou porque existe a possibilidade de inferno. Eu não acredito em nada disso, mas eu percebo que muitas pessoas quando se tornam idosas, se tornam praticantes de uma religião. Eu não quero fazer isso, eu não gosto disso e não vou fazer isso.

Fisicamente meu corpo vai dizer que eu tenho setenta ou oitenta, mas eu não vou fazer esforço nenhum para demonstrar que eu tenho setenta ou oitenta anos.

- *Além da vestimenta, com o cabelo você se preocupa, você pinta? (Entrevistador)*

- *Sim*

- *Intervenção cirúrgica? (Entrevistador)*

- *Eu já tive muitos momentos que eu pensava em fazer e teve uma época em que eu fiz preenchimento com botox e achei legal. Hoje já não tenho mais vontade, não.*

Eu já deixei o meu cabelo ficar grisalho quando fiz sessenta anos e não gostei, porque eu sou amarela. Não sou morena, nem branca. Sou amarela e de cabelo branco eu fico muito esquisita. Então eu vou continuar não usando cabelo branco, até quando eu não sei. Pode ser que eu mude de ideia. E1

Eu sempre fui vaidosa, de andar sempre com o cabelo arrumado, e meus filhos não gostam que eu fique de cabelo branco porque já se acostumaram com meu cabelo pintado, mas, ultimamente, tenho tido alergia até à tinta de cabelo. Eu estava de cabelo branco e fiz uma química que botei ele lilás, mas agora já saiu. Gosto de fazer minha unha, pintar o cabelo, passar um creme porque sempre gostei e não é para evitar os sinais do envelhecimento, mas sim porque quando a gente envelhece e não fizer isso, vamos assustar os outros. Não gosto de sair à rua com a cara limpa, mas sem maquiagem exagerada, mas um blush, uma basezinha. E o cabelo sempre gostei de cuidar bem, minhas unhas, botar uma roupa bonitinha. Coisas que gente faz porque se sente bem, fazendo porque fez a vida inteira. Eu não saio na rua se não estiver arrumada e não sou materialista de querer anel, pulseira, relógio, eu não uso, nunca tive joia e não gosto, mas minha vaidade é com minha aparência pessoal. Tenho que me olhar e me sentir bem. E3

- *Na medida do possível, sim, porque as duas coisas andam juntas, o físico e o psicológico e você não pode separar.*

- *O que você faz fisicamente para evitar os sinais do envelhecimento? (Entrevistador)*

- *Caminhada, ando de bicicleta, alimentação, na medida do possível, pois tento me alimentar razoavelmente bem.*

- *Na questão dos trajes, você acha que tem uma forma de evitar parecer mais velho na maneira como se veste? (Entrevistador)*

- Não porque os trajes hoje, comparados com os que existiam há um tempo atrás_ quando, por exemplo, o homem andava de chapéu e a mulher andava de chapéu, os trajes, hoje, tanto os do jovem quanto os do idoso, se for um idoso atualizado, são os mesmos e não têm diferença.

-Alguma alteração estética, cremes, pintura de cabelo, a essas coisas você recorre?
(Entrevistador)

Eu já pintei o cabelo até um tempo atrás na minha vida, mas hoje eu não faço mais.

- Por que você mudou de atitude em relação a isso? (Entrevistador)

- Porque eu entendi que não havia necessidade e que eu estava perdendo a minha identidade. Comecei a perceber isso, e é fundamental que você não perca sua identidade. E4

- Eu já até fiz. Até tentei fazer alguma coisa. Um cremezinho, um protetor por causa da minha idade as vezes eu abuso. Fisicamente eu tomo uma vitamina de A a Z, eu cuido da minha próstata, eu tenho remédio para ela. Eu tenho remédio para o meu vigor físico.

- Já pensou em pintar cabelo ou coisa assim? (Entrevistador)

- Pintar? Nunca tentei.

- Nunca pensou nisso? (Entrevistador)

- Não! Nada. Vou pintar e vou ficar triste?

A única coisa que me deu vontade foi de raspar a cabeça, mas eu desisti.

- Por que raspar a cabeça? Queria ficar careca? (Entrevistador)

- Para ver como é que fica. Está na moda então deixa eu tentar. E6

E7 emitiu declarações contraditórias à respeito do encobrimento (“*Eu procuro andar o mais jovem possível*” e, ao mesmo tempo, “*Não me incomoda nada (a mudança trazida pelo envelhecimento)*”).

- Eu combato. Eu estou até meio que me abandonando um pouco por causa dessa obrinha aqui, mas eu combato. Eu procuro andar o mais jovem possível. Aquela roupa toda rasgadinha, bermuda, tênis lá curtinho. Eu procuro estar o mais jovem possível. Não estou melhor ainda porque tenho que tratar dos meus dentes, mas tem quatro anos que estou fazendo essa obra. É incrível! O cara faz em trinta dias e eu estou há quatro anos fazendo isso.

Eu sou mais reconhecido pelo jovem do que pelo idoso. Eu fico encabulado porque quem poderia me chamar de velho era o jovem, não é? Porque ele é jovem. Mas nunca um jovem me chama de velho. Quem me chama de velho é outro velho.

- O senhor pinta o cabelo? (Entrevistador)

- Não, eu gosto muito da realidade.

Eu gostaria de fazer coisas que me ajudem. Por exemplo uma dentadura boa. Não é para eu andar bonito, mas é para eu me alimentar bem, sorrir bem. (...)

Tatuagem! Deus fez o meu corpo tão bonito e eu vou colocar tatuagem? _ Tem coisa que o senhor não mexe porque o senhor vê como naturais.

- O senhor tenta se identificar com os jovens, mas por quê? (Entrevistador)

Eu gosto de me identificar com os jovens da maneira que eu sou e para o que eles me ensinam (...).

- O senhor não tem nenhum problema pelo fato de o envelhecimento estar trazendo mudanças para o senhor? Isso não lhe incomoda no caso? (Entrevistador)

- Não me incomoda nada. (...). E7

. *Lutar, lutar, não. Eu faço as atividades que sempre fiz: uma atividade física, uma alimentação boa; agora bater contra isso, esconder, nunca rolou na minha cabeça não. Eu deixo acontecer. Às vezes, de repente, eu olho assim. Como falei a você anteriormente, quando eu vejo um amigo mandar um retrato, vê álbuns de fotografia de coisas antigas, é que eu paro e penso, “nossa, eu estou ficando velha!” Mas nunca fui desesperada, bota creme aqui, bota creme ali, nunca tive muito grilo com isso não. Eu gostaria de envelhecer com saúde, nunca fui de evitar certas coisas porque não adianta, e idade passa mesmo. E9*

- *Procuro.*

- *Por que o senhor faz isso? (Entrevistador)*

- *Porque eu levo bronca toda hora. Se estou com uma camisa, “você não vai sair com essa camisa, você tem que trocar de camisa!”. Então é uma cobrança constante e você sabe que realmente fica melhor. Eu estou sempre envolvido com algum evento, algum recital e então você tem que estar com uma aparência boa, com uma roupa boa. Então a preocupação talvez seja oriunda disso.*

- *No caso se ficasse muito evidente algum excesso do envelhecimento isso poderia causar uma imagem ruim? (Entrevistador)*

- *Porque no meu trabalho todo mundo espera uma boa aparência. Então o pessoal fala, você com setenta e sete anos ainda faz recital? Faço. Faço com carinho, embora a vida me cobre muito. Antigamente eu fazia um recital de uma hora e meia e, hoje, já sinto um cansaço para fazer. Então essa coisa toda vai te cobrando. Não me preocupo em envelhecer, perder uma perna, mas as pessoas que sofrem esses acidentes e continuam a toca a vida têm um mérito. (...)*

Não tenho vergonha de envelhecer. Tenho um caroço aqui e quero fazer a cirurgia porque fica mais estético. Tem um velho ditado, ou você envelhece ou morre jovem, então é melhor envelhecer, e envelhecendo você vai passar por percalços, por dificuldades, como quando falei da minha perna. Meu braço deu um problema, fui no médico e ele falou, “você não pode comer gordura”. E eu gosto de um torresmo, gosto de uma feijoada. Mas você vai sentindo que não pode isso ou não pode aquilo. Abuso para caramba, levo uns puxões de orelha, mas sigo em frente. E10

E2, E5 e E8 responderam negativamente à questão:

Nunca, minha aparência e meu humor são meus cartões de visita. E5

Eu não sou vaidosa, mas me lembro que a minha mãe era. Eu faço o que posso, o necessário. Não pinto o cabelo, faço unha semanalmente porque contribuo com uma menina que faz minha unha, pois ela é surda. Eu fico radiante com a coragem dela porque não se comunica, só por gestos, mas procura. Trabalha, faz crochê, e eu valorizo. E2

Mesmo citando as dificuldades trazidas pela artrose, E8 reportou não ver em si mesma sinais do envelhecimento.

- *Não uso nenhuma pintura, só o cabelo e a sobrancelha. Mudo. Às vezes boto para preto, às vezes para branco, mas é meu.*

- *Por que você não evita os sinais do envelhecimento? (Entrevistador)*

Eu não tenho. Tenho?

- *Se sinais chegarem, você não vai reagir a eles? (Entrevistador)*

- Não. O único preconceito que eu tenho em mim, e sempre tive, se eu tivesse dinheiro eu iria tirar um pouco disso (apontou para o quadril), mas o resto não. Não tenho varizes, uso biquini, uso shortinho, uso top, uso bermudinha, boto um tênisinho. Se aparecerem os sinais e eu tiver que andar de bengala, eu vou usar. Às vezes a artrose me bota de bengala e muleta. Faço uns exercícios e pimba! Nunca usei pintura, sempre usei cara limpar e mal uso um batom. Faço sobancelha, a unha, mas não venha me dar roupa de velha para eu usar que não vou usar não. Terninho igual a Dilma usava, não. Posso usar um topzinho, as costas de fora. Quando saio para encontrar com um ministro, assim, eu levo uma roupa mais decente, mas é uma roupa popular, uma calça jeans, um tênis, um camisa, amarro um turbante aqui e lá vou eu. E8

8.7 Revisão do modelo de participação social

8.7.1 Habilidades sociais e agência

Em termos de habilidades sociais, (ver nota 10, p.28 da tese), como foi observado, as entrevistas revelaram que os idosos participantes apresentavam considerável *comportamento pró-social* (ver notas 141 e 142, p.180 da tese). Além dos traços empáticos e altruístas acima mencionados, podemos, igualmente, destacar a *assertividade* presente nas habilidades de comunicação e na forma dialógica com que defenderam suas opiniões, conquistas e reivindicações. Com efeito, o item *c* dos objetivos específicos da tese (“analisar o nível de agência dos idosos estudados a partir do grau de autoreatividade de suas ações”, ver p. 23) foi contemplado.

Na qualidade de líderes comunitários, os participantes se sobressaíram ao promoverem a *agência coletiva*, forma de agência em que o indivíduo potencializa sua agência individual a fim de alcançar *ações coletivamente eficazes* (ver pp.33 da tese).

8.7.2 Capital social e contexto institucional

Ainda quando diante da vulnerabilidade social (como nas ocupações) ou da repressão política (como nas ações clandestinas durante a Ditadura Militar), os idosos engajados civicamente conseguiram sustentar ações coletivas, marcadas por fortes laços de confiança e apoio mútuo. Para tanto, nos tempos anteriores à emancipação, contaram com o suporte institucional de partidos políticos, grupos religiosos, sindicatos e associações de moradores. Com a criação do município, novas instituições, incluindo as entidades governamentais e os movimentos da sociedade civil, permitiram aos participantes idosos alcançar um outro nível de envolvimento social, assim consolidando um círculo virtuoso de ações em prol do desenvolvimento da localidade. As narrativas coletadas nesta tese (ver pp.177-178 da tese),

podem ser descritas como a história particular do *capital social* mesquitense (ver pp.41-42 da tese).

8.7.3 Perfis de empoderamento

Através das entrevistas, é possível estabelecer duas etapas nas ações de empoderamento (ver p.37 da tese) em Mesquita. A primeira delas se sucede no período pré-emancipatório, momento em que floresceram os movimentos sociais autônomos de Mesquita e a atuação do poder público foi menos intensa¹⁵⁵. A agenda da redemocratização, a criação e o desenvolvimento dos bairros, as ações sindicais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) despontam nessa fase e se impõem como ações de *conquista*. A própria emancipação se consolidou como um movimento de conquista, potencializado nesse período.

Na segunda etapa, com a criação do município, os movimentos sociais existentes se tornaram coadjuvantes de variadas políticas públicas. Houve enorme incremento das taxas de urbanização e novos dispositivos de participação popular e controle social foram instituídos. Em consideração a isso, o empoderamento tornou-se também um movimento de *concessão*. O CMDPI, dentre outros conselhos, ilustra o que ocorreu neste momento.

Das *ações individuais* (atividades artísticas, religiosas), passando pelas *ações organizacionais* (associações culturais, sindicatos) até os movimentos *coletivos e comunitários* (ocupações, emancipação municipal), a narrativa dos idosos engajados expôs diversos níveis de empoderamento. No que concerne aos recursos empregados nas múltiplas formas de engajamento cívico citadas, foram descritos recursos de ordem *psicológica* (habilidades sociais/agência) *político-social* (capital social) e *econômica* (investimento financeiro).

8.7.4 As representações sociais

Ao contrário de outros estudos citados nesta tese (ver pp.105-129 da tese), as representações sociais sobre o envelhecimento, em sua maioria, evidenciaram mais aspectos positivos do que negativos. Não ocorreram associações entre a velhice e a proximidade da morte por exemplo (Araújo, de Lima Coutinho & de Souza Santos, 2006). As representações

¹⁵⁵ Neste período, Mesquita ainda pertencia à Nova Iguaçu. Embora existissem ações de empoderamento estimuladas pelo poder público, tais ações ocorriam em menor escala se comparadas às ações posteriores à emancipação. A emancipação trouxe a criação de uma máquina administrativa, uma câmara legislativa, novas legislações, conselhos de controle, mais equipamentos públicos, maior taxa de urbanização e aumento dos índices de qualidade de gestão e de vida, dentre os quais o IDH.

negativas compartilharam como traços centrais as *limitações físicas*, as *doenças* e o *isolamento social*, ao passo que, a *experiência de vida* despontou como elemento constitutivo principal das representações positivas.

A *transição demográfico-epidemiológica* (ver cap. III da tese) desencadeou a *transição gerontoparadigmática*, que, em poucas palavras, pode ser descrita como a emancipação simbólica da pessoa idosa, decorrente da transformação dos paradigmas que regem as representações sociais sobre o segmento. Ao longo de décadas, inovações oriundas do *universo reificado*¹⁵⁶ foram incorporadas ao *universo consensual* dos idosos, consolidando uma ampla *ancoragem* de noções, outrora, não *familiares*. E uma vez que a *transição demográfico-epidemiológica* e os processos dela decorrentes encontram-se ainda em curso, há de se concluir que a *transição gerontoparadigmática*, também, não veio a termo, de jeito que as representações sobre o envelhecimento prosseguem sendo modificadas por contínuas *objetivações*.

Nesta pesquisa, quando estimulados a descrever a velhice de seus ancestrais, os idosos entrevistados reportaram imagens e comportamentos muito diferentes de seus próprios comportamentos. Os idosos antigos figuraram como pessoas excluídas do mundo do trabalho, que utilizavam roupas de um certo tipo, viviam atividades restritas ao círculo familiar e usufruíam de pouca autonomia¹⁵⁷. Por contraste, representaram a si próprios como atualizados, esclarecidos, autônomos e produtivos. Descreveram uma velhice positiva, mesmo quando sob queixas do aumento de suas responsabilidades legais, do controle parental sobre suas liberdades e da perda da autoridade diante das novas gerações. Todavia, é preciso ressaltar que a despeito da renovação intermitente das representações sociais acerca do tema, o *protótipo* do antepassado idoso segue interferindo na maneira como os participantes desta tese processam suas ancoragens atuais. Ainda que tenham se percebido vivendo uma velhice distinta daquela vivida por seus ancestrais, compartilham em suas memórias muito do que assimilaram outrora. Não sabemos, exatamente, como mensurar a influência desses traços representativos vestigiais, nem mesmo como avaliá-los em termos positivos ou negativos. Por outro lado, visto que espelham estilos de vida hoje ausentes, não seria equivocado supor que possam estar na base

¹⁵⁶ Aqui se inserem as inovações decorrentes de conceitos e dispositivos desenvolvidos por geriatras, juristas (legislações previdenciárias, securitária, direitos difusos, etc), antropólogos, esteticistas, pedagogos, entre outros especialistas, responsáveis pela melhoria qualitativa do envelhecimento.

¹⁵⁷ O núcleo figurativo das representações referentes a esses idosos pôde ser ilustrado na descrição de uma das entrevistadas sobre a avó: uma senhora que passava os dias em casa fazendo crochê e ouvindo a extinta Rádio Relógio (ver p.212 da tese, E2).

de conflitos cognitivos e emocionais. Tal conflito de elementos representacionais ambivalentes sobre a velhice, como veremos na conclusão, é uma variável importante para o entendimento de muitas das dissonâncias cognitivas identificadas nas falas.

De todo modo, as representações sociais negativas sobre o envelhecimento não se revelaram uma categoria suficientemente capaz de explicar a não participação social de idosos nas causas que lhes são próprias. Como vimos, a mudança de paradigmas que acompanhou a transição demográfico-epidemiológica fez emergir o protótipo de um idoso ativo, saudável e produtivo, uma pessoa independente, plena de direitos e protegida por inúmeros dispositivos sociais cuja representação positiva segue sendo aprimorada. As representações negativas do envelhecimento associadas ao isolamento, à doença e à morte, ao menos nos casos aqui investigados, não foram vistas como definidoras de comportamentos, porém, como obstáculos a superar.

A partir das observações acima, constatmos que o item *a* dos objetivos específicos desta tese (“Identificar as construções coletivas locais sobre o envelhecimento, detectando a maneira pela qual elas impulsionam ou delimitam o empoderamento. Neste sentido, identificar papéis e estigmas sociais atribuídos à pessoa idosa, bem como o imaginário que nasce em resposta ao controle social”, ver p.23) pode ser contemplado.

8.7.5 Estigma e desvio

Embora o *estigma* não se resuma a determinados *atributos* – mas à relação entre atributos e determinadas *normas sociais* – os traços estigmáticos do envelhecimento, sejam eles físicos ou psíquicos, estão condicionados ao grau de senescência experimentado pelo indivíduo. À medida em que forem mais evidentes os *sinais desacreditáveis* do envelhecimento, maior será a intensidade do estigma. De modo igual, quanto mais o decurso da velhice for percebido, maiores serão as preocupações que ele despertará¹⁵⁸.

A análise das enunciações atestou a existência de estigmas e seus efeitos psicossociológicos sobre os idosos entrevistados. Nas perguntas sobre os preconceitos vividos e sobre o combate aos sinais do envelhecimento, o fenômeno tornou-se explícito. Alguns dos participantes demonstraram elevado grau de consciência sobre os estigmas que enfrentavam.

¹⁵⁸ Como discutido no cap IV, ainda que a experimentação de estigmas nas fases iniciais da velhice seja menor, a natureza processual da senectude tornará o idoso um indivíduo permanentemente *desacreditável* e progressivamente *desacreditado*.

Em contrapartida, outras narrativas indicaram manifestações estigmáticas muito sutis, camufladas por discursos de *normificação*.

Segundo Goffman, a *normificação* é uma estratégia defensiva construída pelo estigmatizado no intuito de que ele possa ser inteiramente aceito em termos sociais. As táticas utilizadas podem variar. No caso da pesquisa, alguns dos participantes buscaram, a partir da naturalização do envelhecimento, minimizar ou ignorar os sofrimentos trazidos pela redução das reservas funcionais (“Eu sinto muita dor na perna e no joelho, mas isso aí não me afeta”, “Então essa parte seria a parte negativa (limitações físicas). Mas eu não considero negativa”). Outros se autodescreveram como dotados de certas características mentais e físicas que os separariam dos demais idosos. Em suas falas, buscaram se identificar em contraposição a pessoas que segundo as descrições fornecidas, seriam “mais idosas do que elas”, afirmando não pensar ou se comportar como tais pessoas. Tais comparações nos reportam à tática normatizadora citada por Goffmann na qual certos estigmáticos buscariam amenizar a própria condição desacreditada, apontando a existência de companheiros com estigmas mais graves que os seus.

Os participantes descreveram episódios em que foram considerados incapazes e desrespeitados em seus direitos mais básicos (em geral, violações relativas à prioridade de atendimento e à acessibilidade). Também reportaram ofensas e zombarias dirigidas a eles. Não obstante as falas sobre as relações familiares terem sido positivas, alguns se queixaram que seus problemas de saúde estavam levando ao aumento do controle parental sobre suas escolhas e decisões.

À exceção de dois respondentes, todos os idosos admitiram evitar os sinais do envelhecimento¹⁵⁹. Dentre as medidas adotadas, averiguou-se o uso de *encobrimentos* (pintar o cabelo) e de *signos desidentificadores* (evitação de roupas antiquadas).

Curiosamente, ao contrário do que percebemos em outros grupos de estigmatizados (minorias étnicas e sexuais, pessoas com deficiência), nenhum dos respondentes idosos manifestou interesse em associar-se a seus pares no intuito de combaterem, de algum modo, a deterioração social causada pelo estigma.¹⁶⁰ Mas, isso, também, não deve ser interpretado como uma aceitação passiva do problema.

¹⁵⁹ Em algumas falas, os cuidados para encobrir os sinais do envelhecimento foram descritos como cuidados habituais, feitos por vaidade ou manutenção do bem estar, à inteira revelia das preocupações com a velhice.

¹⁶⁰ Conforme já comentado na análise dos discursos, apesar de suas histórias pessoais de engajamento, os idosos desta pesquisa não demonstraram muito interesse em organizações ou ações cívicas dirigidas a questões do envelhecimento.

Em suas falas, os idosos descreveram atos de resistência aos estigmas. Tais práticas, cerceadas ao plano das ações individuais e solitárias, ocorreram em situações específicas, incluindo:

- a) O uso de roupas consideradas inadequadas aos idosos (dentre elas, peças tidas por parte da sociedade como inapropriadas para faixas etárias mais avançadas a exemplo dos biquinis e shorts);
- b) Enfrentamento pessoal ao desrespeito nas situações do dia a dia (filas de banco, mercados, ruas, eventos singulares onde tenham ocorrido alguma conduta afrontosa aos idosos);
- c) Resistência ao controle parental, por meio da manutenção de atividades pessoais autônomas;
- d) Evitação consciente de estereótipos associados à velhice;

As resistências citadas não podem ser dissociadas das práticas de socialização desenvolvidas pelos pesquisados ao longo de seus anos de engajamento cívico. Neste sentido, elas expressam uma recusa consciente contra a imposição de papéis sociais indesejáveis, um tipo de recusa similar àquela que permitiu aos envolvidos alcançar a emancipação social noutros momentos.

Em vista disso, tal como fizeram noutras situações do passado, os idosos dessa pesquisa também apresentam um comportamento *socialmente desviante*.

Por fim, é preciso dizer que a análise do discurso apontou o estigma como uma categoria inconsistente para descrever o decréscimo da participação social no envelhecimento. Seguem as razões:

- Nem toda recusa aos sinais do envelhecimento é motivada por um estigma (preferência por sinais de juventude podem ser preferências meramente estéticas, como o caso das roupas e da cor do cabelo);
- Os sinais do envelhecimento, em razão da relação variável entre norma e atributo, podem ser vistos ora como estigmas, ora como símbolos de prestígio (novamente, o caso dos cabelos brancos)¹⁶¹;
- Estigmas, por sua vez, podem ser re-significados pelos indivíduos: Russel A. Ward em *The Impact of Subjective Age and Stigma on Older Persons* (1977), analisa a resistência a rótulos estigmáticos a partir da ressignificação individual:

¹⁶¹ Podemos citar os exemplos extraídos do imaginário popular, onde os mesmos atributos podem caracterizar tanto figuras arquetípicas assustadoras como o *velho do saco*, quanto aquelas carismáticas tal qual o *Papai Noel*.

Aqueles que aceitam a aplicabilidade do rótulo e o estigma relacionado a ele, são suscetíveis a sentimentos de indignidade pessoal e falta de segurança. Por sua vez, o desviante pode aceitar o rótulo, mas substituindo os significados positivos pelos negativos da sociedade. Ser rotulado pelos outros pode ter consequências em razão de mudanças na interação. O impacto da rotulagem sobre o eu e a identidade, no entanto, deve ser buscado no nível pessoal, como um resultado dos processos de auto-identificação. Os significados para o rótulo podem vir da sociedade (como o "outro generalizado") ou das contra-attitudes de uma subcultura, mas seu efeito desponta da internalização pelo desviante. Assim, o impacto pessoal da rotulagem depende sobretudo dos significados pessoais para o rótulo, qualquer que seja sua fonte original. Foi, portanto, hipotetizado que o impacto da identificação etária, como um rótulo potencialmente estigmatizante, na autoestima dependeria dos significados pessoais atribuídos aos rótulos de identificação da idade. (Ward, 1977, p.228)

Assim, em lugar de enfraquecer, o estigma pode servir como estímulo à resistência e a ruptura contra normas sociais excludentes, assim engendrando comportamentos socialmente desviantes e potencialmente geradores, como discutimos nos parágrafos acima, de participação social.

- Comparados aos atributos de outros grupos de *desacreditados* e *desacreditáveis* (pessoas com deformidades graves, delinquentes, adictos etc.) os atributos estigmáticos do envelhecimento se apresentam como menos impactantes e mais *normatizáveis*.

A partir das observações contidas neste tópico e no anterior (8.7.4), constatamos que o item *a* dos objetivos específicos desta tese ("Identificar as construções coletivas locais sobre o envelhecimento, detectando a maneira pela qual elas impulsionam ou delimitam o empoderamento. Neste sentido, identificar papéis e estigmas sociais atribuídos à pessoa idosa, bem como o imaginário que nasce em resposta ao controle social", ver p.23) pôde ser contemplado.

CONCLUSÃO

Sobre a hipótese principal desta tese, *algum tipo de categoria psicossociológica, acerca do envelhecimento, inclinaria os idosos mesquitenses a não participação sociopolítica, sobretudo, em questões ligadas à sua própria condição enquanto idosos*, concluímos que a suposição se revelou frágil em muitos aspectos. A começar pelo próprio comportamento social dos idosos. Embora o alcance dos vínculos pessoais tenha se reduzido e os laços estabelecidos tenham se tornado mais seletivos, os entrevistados se esforçaram por manter suas relações sociais. Parte deles, familiarizada com os meios digitais, se utilizou das redes para reforçar interações com outras pessoas e, ao mesmo tempo, se informar sobre a atualidade. Aliás, o desejo de manter-se atualizado a respeito dos acontecimentos cotidianos foi um traço comum a todos.

Constatou-se, também, que a maioria dos idosos entrevistados continuou a se engajar em atividades cívicas, muitas das quais políticas. Mesmo aqueles que se encontravam afastados dos movimentos sociais ou de atividades em grupo, ainda sustentavam comportamento pró-social e motivações sociais. A participação social em grande parte dos casos mostrou-se menos intensa em razão de fatores senescentes e senis como limitação física, redução da disposição, redução da mobilidade e moléstias. Fatores sociais como violência urbana e problemas econômicos também contribuíram para o decréscimo.

Em geral, não se percebeu nos respondentes interesse espontâneo para atuar em causas ou movimentos ligados aos idosos. Todavia, quando indagados sobre a possibilidade de participação, apenas uma respondente se opôs à ideia. Concomitante a isso, estigmas e representações negativas do envelhecimento foram detectados, todavia sem que despontassem, na fala dos participantes, como causa principal para o problema da participação. Em sua expressiva maioria, os respondentes afirmaram que uma eventual vinculação em ações e causas dirigidas aos idosos, não despertaria neles sentimentos de vergonha ou constrangimento pessoal. Ressalta-se que, noutras ocasiões, também assumiram posturas desviantes de resistência e ressignificaram positivamente os estigmas identificados.

A partir dos dados coletados e discutidos, concluiu-se que categorias psicossociológicas relativas ao envelhecimento como estigmas, representações negativas, estereótipos¹⁶² e rótulos, podem reforçar a não participação sócio-política dos idosos. Mas,

¹⁶² A *teoria psicossocial dos estereótipos* guarda muitos pontos de semelhança com as considerações de Gofman sobre os estigmas, ainda que seus domínios de estudo sejam muito mais abrangentes e seus fundamentos muito mais psicológicos do que sociais. Em *Doddering but Dear: Process, Content, and Function in Stereotyping of*

dentre os fatores convergentes que definem a participação social dos idosos, as categorias sociopsicológicas mencionadas não se revelaram preponderantes. Pode-se afirmar, inclusive, que tais fatores exercem uma influência negativa secundária (social), visto que fatores de ordem primária (individual) seriam muito mais influentes. Abordaremos esse aspecto nos parágrafos a seguir.

Ao menos, à primeira vista, a hipótese secundária desta tese, *idosos que exercem algum tipo de protagonismo social não se identificariam em causas que dizem respeito a sua condição enquanto idosos*, aparentou ser mais plausível que a hipótese inicial. Isso se deve, em parte, ao fato de que grande parte dos entrevistados idosos não relatou atuação em causas ou entidades voltadas para o próprio segmento¹⁶³. Os poucos idosos envolvidos no CMDPI participaram por força de solicitações governamentais. Também, como observado anteriormente, não se identificou o desejo de participação espontânea em iniciativas do tipo, ainda que a maioria dos idosos, caso fosse convidada, não tenha se recusado em participar.

Ao longo da análise, quando levados a refletir sobre como lidavam pessoalmente com o envelhecimento, parcela significativa dos respondentes idosos, em diversas ocasiões, expressou sentimentos ambíguos. Mentalmente, sentiam-se jovens, ao passo que seus corpos sinalizavam o envelhecimento. Houve, também, quem não se reconhecesse enquanto idoso, bem como, quem não percebesse, no próprio corpo, as marcas da senectude.

Também foram detectadas atitudes e declarações contraditórias (“procuro andar o mais jovem possível” / “as mudanças do envelhecimento não me incomodam em nada”), sentimentos de não pertencimento em relação aos demais idosos (“... porque sou idosa com espírito muito

Older Persons (2002), Amy J. C. Cuddy e Susan T. Fiske analisam os mecanismos cognitivos analisados pela teoria: “Os processos de estereotipagem se endereçam à cognição. Um contexto para isso vem da tradicional visão tripartida na qual três mecanismos constituem as atitudes: afeto, comportamento e cognição (Breckler 1984; Eagly e Chaiken 1998). Em atitudes fundadas em categorias, são representadas como preconceito (afetivo), discriminação (comportamental) e estereotipagem (cognitiva). O preconceito de idade possui os mesmos três mecanismos. Este capítulo se debruça principalmente sobre os estereótipos, estruturas cognitivas armazenadoras de nossas crenças e expectativas sobre as características dos membros de um grupo social, bem como, a estereotipagem enquanto processo de aplicação de informações estereotipadas.

Os estereótipos se desenvolvem com o tempo, à medida que as pessoas percebem alterações em seus ambientes, interpretam as informações percebidas e as codificam na memória. Enviesadas por vários processos cognitivos, tais coleções de crenças são, posteriormente, recuperadas para uso na interpretação de pistas sociais e, consequentemente, dirigir a maneira como devemos nos comportar em nossas interações sociais (Stangor e Schaller 1996). Exatos ou não, os estereótipos orientam nosso comportamento social e, muitas vezes, governam quais informações buscamos, consideramos e lembramos (para uma revisão, consulte Fiske 1998). Na raiz do estereótipo está o nosso impulso de assinalar objetos, eventos, e pessoas, à classes de significados, sobre as quais temos estabelecido crenças e expectativas.” (Cuddy e Fiske, 2002, p. 4, trad. nossa)

¹⁶³ Os operadores de atividades voltadas para os idosos também apontaram a baixa participação social dos mesquitenses longevos.

jovem, e é aí que eu entro em contradição com os outros porque eu fui uma criatura e vim para cá muito evoluída.”).

Estados emocionais conflituosos derivados de percepções dissonantes sobre o envelhecimento são abundantes na literatura gerontológica. Na tentativa de categorizar a autopercepção social e psicológica das manifestações biológicas do envelhecimento¹⁶⁴, estudiosos diversos do envelhecimento desenvolveram conceitos como “idade social”, “identidade etária” e “idade subjetiva” (Batistoni e Namba, 2010).

No momento em que atitudes entram em contradição com dados cognitivos (crenças, concepções e valores) na acepção de Festinger, desponta uma *dissonância cognitiva*¹⁶⁵. A relação dos idosos entrevistados com o processo do envelhecimento, emergiu, no plano discursivo, acompanhada de questionamentos, dúvidas, contradições e conflitos, com impactos prováveis na formação de suas identidades pessoais enquanto idosos. Considerada a necessidade de coerência interna, comum a todos os indivíduos, a dissonância, por si mesma, é motivação para a busca de consonância. Não há clareza, a partir das enunciações coletadas, sobre quais estratégias os participantes investigados adotaram diante de suas dissonâncias¹⁶⁶. Entretanto, é possível inferir que, ao pensarem sobre si mesmos em relação à velhice, refletirão em suas identidades pessoais, as contradições acima mencionadas. Nessa continuidade, estigmas e representações sociais negativas podem ser potencializados se a dissonância vier a

¹⁶⁴ “Neri (2005) resumiu os conceitos de idade de Schoots e Birren (1990) e os incluiu como vocábulos distintos em um trabalho de catalogação e definições de palavras-chave utilizadas em Gerontologia. Assim, idade biológica é concebida como um indicador do tempo que resta a um indivíduo para viver, num dado momento da sua vida. O envelhecimento biológico é o processo que preside ou determina o potencial de cada indivíduo para permanecer vivo, o qual diminui com o passar dos anos. Por outro lado, idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história de cada sociedade. Por sua vez, o conceito de idade psicológica pode ser usado em dois sentidos. Um deles é análogo ao significado de idade biológica e refere-se à relação que existe entre a idade cronológica e capacidades como percepção, aprendizagem e memória, as quais prenunciam o potencial de funcionamento futuro do indivíduo. O segundo uso do conceito de idade psicológica tem relação com o senso subjetivo de idade. Este depende de como cada indivíduo avalia a presença ou a ausência de marcadores biológicos, sociais e psicológicos do envelhecimento em comparação com outras pessoas de sua idade. (Batistoni e Namba, 2010, p.734)”

¹⁶⁵ A teoria da dissonância cognitiva foi desenvolvida por Leon Festinger na década de 1950. O autor a resume da seguinte forma: “Em resumo. proponho que a dissonância, isto é a existência de relações discordantes entre cognições, é um fator motivante *per se*. Pelo termo *cognições*, aqui e no restante do livro, entendo qualquer conhecimento. opinião ou convicção sobre o meio ambiente, sobre nós próprios ou o nosso comportamento. A dissonância cognitiva pode ser considerada uma condição antecedente que leva à atividade orientada para a redução da dissonância tal como a fome conduz à atividade orientada no sentido de redução da fome. É uma motivação muito diferente daquela com que os psicólogos estão habituados a lidar, mas nem por isso é menos poderosa como veremos.” (Festinger, 1975, p.13, trad. nossa)

¹⁶⁶ As estratégias de resolução da dissonância podem ser inúmeras, da simples negação ao aumento dos elementos dissonantes.

sustentar uma crise identitária¹⁶⁷. Assim, conforme observado na análise da primeira hipótese: se estabelece o efeito secundário da influência psicossocial sobre um conflito primário em nível individual.

Aqui, as dissonâncias apontadas¹⁶⁸ se tornam relevantes uma vez que sugerem um efeito imediato sobre a formação da identidade pessoal e, conseqüentemente, um efeito mediatizado na formação de *identidades coletivas* e de *movimentos sociais* conectados a essas últimas.

Por fim, constatamos que não procede a *não identificação* de idosos com movimentos e causas que reflitam sua própria condição enquanto idosos (identidade coletiva). Todavia, tal vinculação pode ser enfraquecida e dificultada tendo em vista as dissonâncias cognitivas experimentadas na autopercepção da senectude.

Ainda em relação à participação social dos idosos, em especial as atividades de engajamento cívico ligadas às causas do segmento, se fazem necessários certos esclarecimentos.

A noção de *identidade coletiva* é um conceito recente e complexo, encerrando múltiplas características e funções. Conforme a descrição de Francesca Polleta e James Jasper em *Collective Identity and Social Movements* (2001, p.28), “A identidade coletiva descreve comunidades imaginadas e concretas, envolve um ato de percepção e construção, bem como, a descoberta de obrigações preexistentes, interesses e limites.” (Polleta e Jasper, 2001, p.298, trad. nossa). Seriam estruturas “fluídas e relacionais”, relacionando públicos distintos, com o poder de canalizar “palavras e ações, eventuais reivindicações, ao passo que deslegitimariam outras.”. Através da identidade coletiva, na acepção dos pesquisadores citados, os indivíduos obteriam categorias que “dividiriam e dariam sentido ao mundo social”.

¹⁶⁷ Sobre este ponto é preciso esclarecer que os conflitos apontados não se encontram relacionados a desajustes ou conflitos desestruturantes da identidade pessoal. Como afirmado em diversas passagens anteriores, os entrevistados mostraram-se bastante adaptados ao processo de envelhecimento, descrevendo sentimentos positivos com relação à vida e uma estrutura personal saudável. A este propósito recomenda-se a leitura do artigo de Susan K. Whitbourne e Joel R. Sneed, *Paradox of Well-Being, Identity Processes, Stereotype*, no qual os autores expõem a *teoria do processo de identidade*: “. De acordo com o modelo de processo de identidade, os indivíduos mais velhos mantêm uma sensação positiva de bem-estar, apesar das perdas objetivas e da exposição ao envelhecimento através do mecanismo de assimilação de identidade.” (Whitbourne e Sneed, 2002, pp.254-255, trad. nossa,)

¹⁶⁸ Outros agrupamentos sociais experimentam conflitos derivados de dissonâncias similares ao que foi descrito acerca dos idosos. A idade subjetiva em desacordo com a idade cronológica é um fenômeno comum a outras faixas etárias, em especial nas transições etárias. Dissonâncias quanto aos atributos físicos também podem embasar conflitos identitários, como no caso do *colorismo* ou das divergências relativas aos gêneros sexuais. Contudo, em situação adversa a dos idosos, nos casos relatados, o conflito manifesta o despontar da identidade desejada: o jovem “sério” que abraçou a idade adulta; o indivíduo multiétnico que afirma sua singularidade; o indivíduo transgênero que resiste a uma sociedade binária. No caso do envelhecimento, a condição estabelece o conflito.

A existência de inúmeros indivíduos compartilhando características comuns é a condição inicial dos processos de identidade coletiva (Melucci, 1989), mas não a condição suficiente para o despontar de movimentos sociais. Em verdade, os processos de interação entre os indivíduos tendem a ser mais significativos que a própria identidade coletiva. Como bem observou Mario Diani, movimentos sociais são agrupamentos diversificados em termos de forma e interação, onde “(...) pessoas que promovem e / ou apoiam suas ações não as realizam como indivíduos atomizados, possivelmente com características sociais e valores similares, mas como atores conectados uns aos outros através de complexas redes de trocas, diretas ou mediatizadas. “(Diani, 2003, p.1, trad. nossa). Por sua vez, Polleta e Jaspers ressaltam que as identidades coletivas “estão em constante interação com identidades pessoais, mas elas não são simplesmente o agregado de identidades individuais. Se a identidade coletiva descreve o que leva as pessoas a ocuparem uma categoria semelhante, a identidade pessoal é o conjunto de características que cremos nos tornarem únicos.” (Ibdem, p.298)

Para Alberto Melucci, nas ações coletivas, os indivíduos participantes “definem em termos cognitivos, afetivos e relacionais o campo de possibilidades e limites que percebem, ao mesmo tempo em que ativam seus relacionamentos para dar sentido ao ‘estarem juntos’ e aos fins que perseguem. (...)” (Meluci & Massolo, 1991, p.358, trad. nossa). O autor resalta ainda a necessidade do compartilhamento de uma estrutura cognitiva relativa ao contexto das ações implementadas e seus objetivos, bem como, a existência de laços afetivos envolvendo os indivíduos atuantes (Melucci, 1989).

Independentemente das constatações de ordem psicossociológica relativas às hipóteses levantadas por este projeto, a ausência de uma identidade coletiva, bem como, de movimentos sociais promovidos pelos idosos mesquitenses decorre, sobretudo, do contexto social em que se inserem esses últimos. Todos os condicionantes necessários para que um fenômeno de tal ordem ocorresse, mostram-se atualmente, no mínimo, embrionários. Não existe um acúmulo de lutas e ações engajadas envolvendo causas de idosos, nem mesmo redes de atuação estabelecidas. Quanto à possibilidade de empoderamento a partir da atuação do poder público, é preciso lembrar que as iniciativas e equipamentos públicos dirigidos à parcela idosa da população são poucos e se restringem à saúde, ao lazer e à assistência básica. Por sua vez, há de se evidenciar a mais dura das constatações: parte significativa da população idosa em Mesquita, sobrevive em meio a dificuldades econômicas, ainda lutando para garantir suas necessidades mais básicas. Neste sentido, o símbolo maior da ausência da identidade coletiva dos idosos mesquitenses é o CMDPI, um organismo socialmente esvaziado, mantido sob

pressão de exigências legais e desprovido de ações significativas para a população longeva local¹⁶⁹.

Contudo, perspectivas futuras assinalam a possibilidade de um cenário diferente. O progressivo aumento da população idosa local traz em seu bojo, o crescimento das demandas assistenciais, securitárias, epidemiológicas e culturais próprias ao segmento. Com efeito, tal eventualidade abrirá espaço para a criação de uma agenda de reivindicações, da mesma maneira que poderá estimular o surgimento de novos atores idosos. Até lá, contínuos avanços de ordem tecnológica e geriátrica permitirão uma melhor qualidade de vida e de comunicação. É possível que as redes sociais sigam impulsionando a formação de redes de atuação e de integração afetivo-cognitiva dos idosos, inclusive, diminuindo a restrição de relacionamentos, fenômeno comum nas idades mais avançadas. Diante de tal projeção, não seria surpreendente, o despontar da identidade coletiva dos idosos locais, e, partir dela, o surgimento de inúmeros movimentos sociais.

Por fim, as conclusões e conjecturas aqui apresentadas não esgotam a necessidade de novas investigações. Com vistas ao aprofundamento das proposições expostas nesta conclusão, segerem-se os seguintes estudos:

- a) Aprofundar o entendimento das dissonâncias discutidas no capítulo oitavo, recorrendo a procedimentos psicométricos que possibilitem um melhor dimensionamento do fenômeno identificado; de igual modo, investigar a relação entre participação social e a existência de condicionantes para a formação de uma identidade coletiva.;
- b) Para fins de comparação, com base em uma amostra de idosos não engajados socialmente, realizar novas entrevistas de profundidade, mantendo inalteradas as questões gerais sobre o envelhecimento abordadas na amostra anterior;
- c) A partir de uma amostra probabilística, dimensionar as questões aqui observadas por meio de pesquisa quantitativa, dirigida à população idosa de Mesquita.

¹⁶⁹ Neste parágrafo, podemos concluir que o item b dos objetivos específicos (“ Detectar ações de empoderamento dos idosos locais que indiquem a continuidade de práticas anteriores ou apontem novas formas de ação”, ver p.23), ao menos no que diz respeito a ações de engajamento cívico voltadas para idosos, não foi contemplado.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. (2001). **Prácticas sociales y representaciones**. México: Coyoacán.
- AÇÕES para idosos na gestão Artur Messias. **Mesquita Informa Blogspot**, Mesquita-RJ, junho de 2011, disponível em <http://mesquitainforma.blogspot.com/2011/06/> (Acessado em 20.08/2020)
- ALEXANDRE, M. (2004). **Representação social: uma genealogia do conceito**. *Comum*, 10(23), 122-38.
- ALMEIDA, A. M. O. (2005). **A Pesquisa em Representações Sociais: Proposições teórico-metodológicas**. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs.). *Diálogos com a Teoria da Representação Social* (pp. 117-160). Recife: EDUFPE/EDUFAL
- ALMEIDA, M. F. (2007, January). **Envelhecimento: activo? Bem sucedido? Saudável? Possíveis coordenadas de análise....** In *Forum Sociológico. Série II* (No. 17, pp. 17-24). CESNOVA.
- ALVES, C.M.L. **Movimento Dos Aposentados e Ação Coletiva Em 1991**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, realizada nos dias 25 e 28 de agosto de 2015 na Universidade Federal do Maranhão
- ANUÁRIO DO CENSO DE 1991. **Biblioteca do IBGE**, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1991.pdf acessado 02/08/2020
- ARAÚJO, L. F. D., COUTINHO, M. D. P. D. L., & SANTOS, M. D. F. D. S. (2006). **O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais**. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 89-98.
- ARISTÓTELES (2004) **Coleção Os Pensadores**, São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda,
- ARRETCHE, M. (2002). **Relações federativas nas políticas sociais**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set..
- ATCHLEY, ROBERT (2006) **Continuity Theory, Positive Outcomes and Determinism**, pp.267-268, in por Noelker, Linda S., Rockwood, Kenneth (2007) "The Encyclopedia of Aging", Springer Publishing Company, 17 de mar. de 2006 - 720 páginas
- _____. (2007) **Continuity Theory: how elders find wisdom in spite of it all in** <https://web.archive.org/web/20080111085251/http://www.asaging.org/at/at214/continuity.html> Arquivado do original em 11/01/2008 . Página visitada em 2007-12-16 .
- BANDURA, A. (2001). **La teoría cognitiva social: Una perspectiva agencial**. Traducción: Ps. Ricardo Bascuñán C. Revisión anual de Psicología.
- BAPTISTA, A. B., & FERNANDES, L. V. (2020). **COVID-19, análise das estratégias de prevenção, cuidados e complicações sintomáticas**. *DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 7(Especial-3), 38-47.

BAQUERO, R. V. A. (2012). **Empoderamento: instrumento de emancipação social?—uma discussão conceitual**. Revista debates, 6(1), 173.

BARALDI, G. D. S., ALMEIDA, L. C. D., & BORGES, A. C. D. C. (2007). **Evolução da perda auditiva no decorrer do envelhecimento**. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, 73(1), 64-70.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BARROS, G. J. (2011). **Nossas Ruas têm História Mesquita/RJ** 1ª ed. [S.l.]: Imprinta - Express Gráfica e Editora. p. 35. 152 páginas.

BARROS, M. M. L. D. (2006). **Trajatória dos estudos de velhice no Brasil**.

BATISTONI, S. S. T., & NAMBA, C. S. (2010). **Idade subjetiva e suas relações com o envelhecimento bem-sucedido**. Psicologia em Estudo, 15(4), 733-742.

BERKMAN, L. F., GLASS, T., BRISSETTE, I., & SEEMAN, T. E. (2000). **From social integration to health: Durkheim in the new millennium**. Social science & medicine, 51(6), 843-857.

BLUMER, H. (1980). **A natureza do interacionismo simbólico**. Teoria da comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 119-37.

BOSI, E. (2003). **Memória e sociedade: Lembrança de velhos**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL, publicado no **Diário Oficial da União**, em 8 de fevereiro de 1908 disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1615231/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-02-1908>

_____, Lei 8213/91, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. Lei 3807/60, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em <http://hpm.org.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-no-3.807-de-26-de-agosto-de-1960.pdf>

_____. Lei 6036, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6036.htm

_____. Lei 7604/80, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7604.htm

_____. Lei federal nº 10.741/03, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

_____. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm

_____, Lei nº. 10.741 de 2003, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm

_____, Política Nacional para os Idosos (PNI), disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110060/politica-nacional-do-idoso-lei-8842-94>

_____, Portaria n.82 4/07/74 , **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3129865/pg-35-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-07-1974>

_____, Portaria nº 249/SAS/MS, de 2002, disponível em http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=537

_____, Portaria nº 702/SAS/MS, de 2002, disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/239984.pdf>

_____, Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html

BRASIL/SENADO FEDERAL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.

BRITO, T., DE OLIVEIRA, A., & DO CARMO EULALIO, M. (2015). /**Deficiência física e envelhecimento: Estudo das representações sociais de idosos sob reabilitação fisioterápica** 33(1), 121.

CABRAL, C. C. (2015). **Dewey e as relações entre natureza e experiência no ato investigativo**. *Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia*, 12(2), 170-178.

CALDAS, E.P., FERNANDES, J.C.F & CASTELLO, A (org.), (2013) **Dossiê Pessoa Idosa – Rio de Janeiro**: Instituto de Segurança Pública, 2013.

CANNUSCIO, C., BLOCK, J., & KAWACHI, I. (2003). **Social capital and successful aging: The role of senior housing**. *Annals of internal medicine*, 139(5_Part_2), 395-399.

CARNEIRO, R. S., & FALCONE, E. M. D. O. (2004). **Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade**. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 119-126.

CARSTENSEN, L. L. (1998). **A life-span approach to social motivation**.

CARVALHO, A. M. A. (1998). **Etologia e comportamento social**. *Psicologia: Reflexões (im) pertinentes*, 195-224.

CARVALHO, V. D. D., BORGES, L. D. O., & RÊGO, D. P. D. (2010). **Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social**. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(1), 146-161.

CASTRO, C. S., COSTA, M. F. LIMA, CESAR, C. C., NEVES, J. A. B., & SAMPAIO, R. F.. (2019). **Influência da escolaridade e das condições de saúde no trabalho remunerado de idosos brasileiros**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11), 4153-4162. Epub October 28, 2019

CAZORLA, L.J., MINGUET, J. L. C., & CAZORLA, M.L., (2010) **La vejez y el deporte como objeto de representaciones sociales**. RETOS. Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación 17: 118-121.

CENSO 2010, **IBGE**, disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>

CHARCHAT-FICHMAN, H., CARAMELLI, P., SAMESHIMA, K., & NITRINI, R. (2005). **Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento**. Brazilian Journal of Psychiatry, 27(1), 79-82.

CHATUBA ganha Centro Municipal de Longevidade e novo CRAS in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2019/10/31/chatuba-ganha-centro-municipal-de-longevidade-e-novo-cras/> (acessado em 01/03/2021)

CHECKOWAY, B., & ALDANA, A. (2013). **Four forms of youth civic engagement for diverse democracy**. Children and Youth Services Review, 35(11), 1894-1899.

CIOSAK, S. I., BRAZ, E., COSTA, M. F. B. N. A., NAKANO, N. G. R., RODRIGUES, J., ALENCAR, R. A., & ROCHA, A. C. A. (2011). **Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 45(SPE2), 1763-1768.

COMERLATO, E. M. B., GUIMARÃES, I., & ALVES, E. D. (2009). **Tempo de plantar e tempo de colher: as representações sociais de profissionais de saúde e idosos sobre o processo de envelhecimento**.

COOLEY, C. H. (1902). **Human nature and social order** (Charles Scribner and Sons, New York).

CORDEIRO, L. P., DE SOUSA MEDEIROS, M. H., SOUSA, L. S., & GAMA, J. S. D. F. A. (2015). **Alterações do sistema gastrointestinal no processo de envelhecimento: revisão da literatura**. Anais CIEH, 2(1).

COSTA, J. S. (2015). **Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços conferências**.

COUTINHO, M. D. P. D. L., GONTIÈS, B., ARAÚJO, L. F. D., & SÁ, R. C. D. N. (2003). **Depressão, um sofrimento sem fronteira: representações sociais entre crianças e idosos**. PsicoUSF, 8(2), 183-192.

COUTRIM, R. M. D. E. (1998) **Aposentados e Pensionistas de São José dos Campos (1983-1990)**. Dissertação de Mestrado; UNESP - Universidade Estadual Paulista.

COWGILL, D. O. (1981). **Aging in comparative cultural perspective**. *Mid-American Review of Sociology*, 6(2), 1-28.

COWGILL, D. O., & HOLMES, L. D. (Eds.). (1972). **Aging and modernization**. New York: Appleton-Century--Croft

CRISTOFALO, V. J., TRESINI, M., FRANCIS, M. K., & VOLKER, C. (1999). **Biological theories of senescence**.

CUDDY, A. J., & FISKE, S. T. (2002). **Doddering but dear: Process, content, and function in stereotyping of older persons.** *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, 3(1), 26.

DA COSTA, M., & CIOSAK, S. (2010). **Comprehensive health care of the elderly in the family health program: Vision of health professionals.** *Revista da Escola de Enfermagem da U S P*, 44(2), 437-44.

DA SILVA, A. C. (2016). **A trajetória profissional de professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma identidade docente em construção.**

DATASUS, **Sistema de Mortalidades do DATASUS**, disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>

DE ANDRADE, O. G. (2008). **Representações sociais de saúde e de doença na velhice-** DOI: 10.4025/actascihealthsci.v25i2.2235. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 25(2), 207-213.

DE ABREU, A. M. C. U. (1983). **Comportamento pós-social: análise conceitual e variáveis correlatas.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 35(2), 153-169.

DE MACEDO HADDAD, E. G. (2003). **Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil.** *Prisma Jurídico*, 2, 107-120.

DE MARCHI NETTO, F. L. (2004). **Aspectos biológicos e fisiológicos do envelhecimento humano e suas implicações na saúde do idoso.** *Pensar a prática*, 7(1), 75-84.

DE MORAES, E. N., DE MORAES, F. L., & LIMA, S. D. P. P. (2010). **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento.** *Rev Med Minas Gerais*, 20(1), 67-73.

DE OLIVEIRA ALMEIDA, A. M. (2009). **Abordagem societal das representações sociais.** *Sociedade e estado*, 24(3).

DE OLIVEIRA, A., & RODRIGUEZ, A. O. (2009). **Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas.** *Semestre económico*, 12(24), 127-143.

DE OLIVEIRA, M. (2012). **O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares.** *Debates do NER*, 2(22), 67-94.

DE SÁ, C. P. (2014). **Sobre o pensamento social e sua gênese: algumas impressões.** *Conselho Editorial*, 376.

DE SOUZA RODRIGUES, L., & SOARES, G. A. (2006). **Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea.** *Revista Ágora*, (4).

DEBERT, G. G. (1994). **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice.** *Antropologia e velhice*, 2, 7-27.

_____ (1997). **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(34), 39-56.

DEBERT, G. G., & OLIVEIRA, G. S. (2016). **Os dilemas da democracia nos conselhos de idosos.**

DESCARTES, R., (1979) **Discurso do método ; Meditações ; Objeções e respostas ; As paixões da Alma ; Cartas.** Traduções de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural,. 324 p.

DEWEY, J. (1929). **Experience and nature.** George Allen and Unwin Ltd. (Second Edition.)

_____ (1938). **Logic-The theory of inquiry.** Henry Holt and Company Inc., New York

DIA mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa e comemorado em Mesquita in **site da Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semus/2018/06/11/dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa-e-comemorado-em-mesquita/>(acessado em 01/03/2021)

DIANI, M. (2003). **Social movements, contentious actions, and social networks: 'From metaphor to substance'. Social movements and networks: Relational approaches to collective action**, 1-20.

DIAS, A. (2012). **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação

DOISE, W. (2002). **Da psicologia social à psicologia societal.** Psicologia: teoria e pesquisa, 18(1), 27-35.

DOLL, J., GOMES, Â., HOLLERWEGER, L., PECOITS, R. M., & ALMEIDA, S. T. D. (2006). **Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento.** Porto Alegre. Vol. 12 (2007), p. 7-33.

DOS SANTOS, V. B. D., TURA, L. F. R., & ARRUDA, A. M. S. (2013). **As representações sociais de " pessoa velha" construídas por idosos.** Saúde e sociedade, 22, 138-147.

DOTTAVIANO, E. J. **Sistema endócrino e 3ª idade.** Conselho Editorial, 13, 97.

DUARTE, J. (2005). **Entrevista em profundidade. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 1, 62-83.

DURKHEIM, ÉMILE. (1970). **Representações individuais e representações coletivas.** Sociologia e filosofia, v. 2, Cap 1, p. 15-49,.

DUVEEN, G. (2007). Prefácio, in **Moscovici, Serge Representações sociais: investigações em psicologia social / Serge Moscovici:** editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,

ESTADO DO RIO DE JANEIRO Decreto estadual nº 46.983 de 20 março de 2020 in <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391258>

_____, Lei de criação do Município de Mesquita in <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/143611/lei-3253-99>

EWERS, I., RIZZO, L. V., & KALIL, F. (2008). **Imunologia e envelhecimento**. Einstein, 6(Suppl 1), S13-S20.

FAYÃO A.L.S. & MACIEL, T.M.F.B, (2018) **As representações Sociais e o Envelhecimento no Brasil** (não publicado)

FAYÃO, A.L.S. (2016), **Considerações sobre a Teoria das representações Sociais de Serge Moscovici**, Cap. II. Trabalho de conclusão para a disciplina de Psicossociologia I, Programa Eicos, UFRJ, pp.20-28 (não publicado)

FECHINE, B. R. A., & TROMPIERI, N. (2015). **O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos**. InterSciencePlace, 1(20).

FEIST, J., FEIST, G. J., & ROBERTS, T. A. (2015). **Teorias da personalidade-8**. AMGH Editora.

FERNANDES, A. S. A. (2002). **O capital social e a análise institucional e de políticas públicas**. Revista de Administração Pública, 36(3), 375-398.

FERREIRA, F.T.(2010) **Consumo, logo apareço: produção de subjetividades juvenis na cultura do consumo e do espetáculo** Rio de Janeiro: UFRJ, 192f.Tese de Doutorado

FESTINGER, L. (1975). **Teoria da dissonância cognitiva**. Zahar.

FLICK, U. (2008). **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora.

FREITAS, M. C. D., & FERREIRA, M. A. (2013). **Old age and elderly people: social representations of adolescent students**. Revista latino-americana de enfermagem, 21(3), 750-757.

FURLANETTO, E. L. (2008). **Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social**. Revista de Sociologia e Política, 16, 55-67.

GARCES, SOLANGE B.B. (2012). **Movimentação dos Atores Idosos na Esfera Pública e na Sociedade Civil: Sociabilidades Presentes no território dos Idosos**; Tese de Doutorado,S.Leopoldo, RS: Universidade do vale do Rio dos sinos.

GAVA, A. A., & ZANONI, J. N. (2005). **Envelhecimento celular**. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, 9(1).

GEHLERT, S. (2012). **Social Engagement and a Healthy Aging Society**. Public Health for an Aging Society, 205.

GIBRAN, K., COELHO, P., & LOPEZ, R. (1998). **Cartas de amor del profeta**. Ediciones B.

GOFFMAN, E. (1988). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, 4.

GOTTLIEB, M. G. V., CARVALHO, D., SCHNEIDER, R. H., & CRUZ, I. B. M. D. (2007). **Aspectos genéticos do envelhecimento e doenças associadas: uma complexa rede de**

interações entre genes e ambiente. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, 10(3), 273-284.

GOULART, I., & DAS GRAÇAS BREGUNCI, M. (1990). **Interacionismo simbólico: uma perspectiva psicossociológica.** Em Aberto, 9(48).

GROEBEN, N., & SCHEELE, B. (2000, June). **Dialogue-hermeneutic method and the" research program subjective theories.** In Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research (Vol. 1, No. 2).

GUARDA CIVIL realizou evento do novembro azul in **site da Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semsopc/2019/11/21/guarda-civil-realizara-evento-do-novembro-azul/>(acessado em 01/03/2021)

HAGUETTE, T. M, F.(1997) **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Petrópolis-RJ: Vozes.

HAVIGHURST, R. J. (1961).**The Gerontologist**, Volume 1, Issue 1, Pages 8–13

HAVIGHURST, R.J. AND NEUGARTEN, B.L. AND TOBIN, S.S. (1964), **Disengagement, Personality and Life Satisfaction in the Later Years**, University of Chicago

HOROCHOVSKI, R. R. (2006). **Empoderamento: definições e aplicações.** Encontro anual da ANPOCS, 30(24), 1-13.

IBGE, Microdados do Censo 2010 RJ in site do **IBGE**, disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/RJ.zip

_____, Mesquita-RJ, in site do **IBGE**, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mesquita/panorama>

_____, Notas técnica do Censo 2010, p.25, in site do **IBGE**, disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf (visto em 02/10/19)

_____, Notas técnicas da PNAD Contínua in site do **IBGE**, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf

_____, Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, in site do **IBGE**, Departamento de População e Indicadores Sociais.(2002), disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv929.pdf>

_____, Perfil etário de Mesquita in site do **IBGE** , disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330285>

PAINEL REGIONAL, **IETS/SEBRAE**, 2016, disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf

JENT, G. A. (2004). Toward a practical theory of aging. Torch Trinity Journal, 7(1), 176-196.

JODELET, D.(2005).Loucuras e Representacoes Sociais. Petropolis: Editora Vozes;391 pp.

_____.: (1989) **Représentations sociales: un domaine en expansion.** In D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales.**Paris: PUF, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Uso escolar, proibida a reprodução.

JUVENTUDE em ação dentro das escolas in **site da Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/03/03/juventude-em-acao-dentro-das-escolas/>(acessado em 28/04/2020)

KALACHE, A., VERAS, R. P., & RAMOS, L. R. (1987). **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo.** Revista de Saúde Pública, 21, 200-210.

KANT, I. (1974). **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos.** São Paulo: Abril Cultural.

KAWACHI, I., & BERKMAN, L. F. (2001). **Social Ties and Mental Health.** Journal of Urban health, 78(3), 458-467.

KOENIG, L. B., MCGUE, M., KRUEGER, R. F., & BOUCHARD JR, T. J. (2007). **Religiousness, antisocial behavior, and altruism: Genetic and environmental mediation.** Journal of Personality, 75(2), 265-290.

KOLLER, S. H., & BERNARDES, N. M. (1997). **Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg.** Estudos de Psicologia (Natal), 2(2), 223-262.

LAMPREIA, C. (2008). **O processo de desenvolvimento rumo ao símbolo: uma perspectiva pragmática.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, 60(2), 117-128.

LEANDRO-FRANÇA, C., & GIARDINI MURTA, S. (2014). **Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções.** Psicologia: Ciência e profissão, 34(2), 318-329.

LEBRÃO, M. L. (2007). **O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica.** Saúde coletiva, 4(17), 135-140.

LEGARD, R., KEEGAN, J., & WARD, K. (2003). **In-depth interviews. Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers**, 6(1), 138-169.

LEWIS, J. (2003). **Design issues. Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers**, 47-76.

LISPECTOR, C. (1998). **Feliz aniversário. Laços de família**, Roccodigital, RJ, p.48

LOPES, E. S. D. L., & PARK, M. B. (2007). **Representação social de crianças acerca do velho e do envelhecimento.** Estudos de psicologia (Natal), 12(2), 141-148.

LOPES, H. C. (2013). **Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North.** Brazilian Journal of Political Economy, 33(4), 619-637.

- LORENZ, K., & TAMEN, I. (1973). **A agressão: uma história natural do mal.**
- MADDOX, G. L. (1968). "**Persistence of life style among the elderly: A longitudinal study of patterns of social activity in relation to life satisfaction**". in Neugarten, B. L. (Ed.). (1968). Middle age and aging (Vol. 10). University of Chicago press.
- MANZINI, E. J. (2004). **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros.** Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 10.
- MASLOW, A. H. (1970). **Motivation and personality.** Harper & Row
- MEAD, G. H., & MAZÍA, F. (1993). **Espíritu, persona y sociedad.** Editorial Paidós.
- MEIRELES, A. E., DE SOUZA PEREIRA, L. M., DE OLIVEIRA, T. G., CHRISTOFOLETTI, G., & FONSECA, A. L. (2010). **Alterações neurológicas fisiológicas ao envelhecimento afetam o sistema mantenedor do equilíbrio.** Revista Neurociências, 18(1), 103-108.
- MELUCCI, A. (1989). **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society.** London: Hutchinson Radius.
- MELUCCI, A., & MASSOLO, A. (1991). **La acción colectiva como construcción social.** Estudios SOCIOLÓGICOS, 357-364.
- MENDES, R., & BARATA, J. T. (2008). **Envelhecimento e pressão arterial.** Acta Med Port, 21(2), 193-8.
- MESQUITA abre Conferencia Municipal da Juventude in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/08/15/mesquita-abre-conferencia-municipal-da-juventude/>(acessado em 28/04/2020)
- MESQUITA convoca 2187 idosos para inscrição no cadastro único e evitar cancelamento do benefício de prestação continuada, in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2017/08/14/mesquita-convoca-2-187-idosos-para-inscricao-no-cadunico-e-evitar-cancelamento-do-beneficio-de-prestacao-continuada/>
- MESQUITA cria Conselho Municipal da Juventude in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/12/16/mesquita-cria-conselho-municipal-da-juventude/>(acessado em 28/04/2020)
- MESQUITA ganha Centro de Referencia da Juventude, in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/09/05/mesquita-ganha-centro-de-referencia-da-juventude/>(acessado em 28/04/2020)
- MESQUITA promove debate sobre violência contra idosos in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2017/11/24/mesquita-promove-debate-sobre-violencia-contra-idosos/>(Acessado em 20.08/2020)

MESQUITA realiza IV Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semas/2019/05/08/mesquita-realiza-iv-conferencia-municipal-dos-direitos-da-pessoa-idosa/>(acessado em 01/03/2021)

MESQUITA terá Plano Municipal da Juventude in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2015/08/15/mesquita-tera-plano-municipal-da-juventude/>(acessado em 28/04/2020)

MESQUITA, Abairramento de Mesquita in site **Leis Municipais**, disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/mesquita/lei-complementar/2011/1/15/lei-complementar-n-15-2011-aprova-a-lei-de-uso-ocupacao-e-parcelamento-do-solo-do-municipio-de-mesquita-e-da-outras-providencias> acessado 02/08/2020

_____, Decreto municipal nº 2703 de 21 de março de 2020 in, site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <https://transparencia.mesquita.rj.gov.br/webrun/tmp/PortalServices/decreto2703-covid19.pdf>

_____, Decreto nº 454, de 28 de Setembro de 2006.

_____, Lei nº 184-2005, 10 de maio de 2005

_____, Lei nº 879 de 26 de Março de 2015.

_____, Orçamento municipal (2018), in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2018/01/PUBLICA%25C3%2587%25C3%2583O-DIA-12-de-janeiro-de-2018-1.pdf

MINAYO, M. C. D. S. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & saúde coletiva, 17, 621-626.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Notas técnicas do Datasus in site do **DATASUS**, disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqa02.htm>, acessado 02/08/2020

MIRANDA, É. S., SCHALL, V. T., & MODENA, C. M. (2007). **Representações sociais sobre educação ambiental em grupos da terceira idade**. Ciência & Educação (Bauru), 13(1).

MOEN, P., DEMPSTER-MCCLAIN, D., & WILLIAMS JR, R. M. (1992). **Successful aging: A life-course perspective on women's multiple roles and health**. American Journal of Sociology, 97(6), 1612-1638.

MOSCOVICI, S. (1979). **El Psicoanálisis, su imagen y su publico**. Buenos Aires: Ed. Huemul, 2da. edición

_____. (2003). **Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire**. In Les représentations sociales (Vol. 7, pp. 79-103). Presses Universitaires de France.

_____. (2007) **Representações sociais: investigações em psicologia social / Serge Moscovici**: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,.

- MOTA, M. P., FIGUEIREDO, P. A., & DUARTE, J. A. (2004). **Teorias biológicas do envelhecimento**. Revista portuguesa de ciências do desporto, 4(1), 81-110.
- MOTTA, A. B. D. (2010). **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento**. Sociedade e estado, 25(2), 225-250.
- MOTTA, L. B. D. (2014). **Saúde da pessoa idosa: fisiologia do envelhecimento**.
- NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M.. **Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação escolar**. Paidéia, 2008, 18.39: 125-138.
- NASRI, F. (2008). **O envelhecimento populacional no Brasil**. Einstein, 6(Supl 1), S4-S6.
- NERI, A. L. (2013). **Conceitos e teorias sobre o envelhecimento**. Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional, 17-42.
- OLIMPIADAS da Longevidade lotaram Vila Olimpica de Mesquita in site da **Prefeitura Municipal de Mesquita**, disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semgov/semcelt/2019/08/12/olimpiadas-da-longevidade-lotaram-vila-olimpica-de-mesquita/> (acessado em 01/03/2021)
- ORIÁ, R. B., FERREIRA, F. V. A., SANTANA, É. N., FERNANDES, M. R., & BRITO, G. A. (2003). **Estudo das alterações relacionadas com a idade na pele humana, utilizando métodos de histo-morfometria e autofluorescência**. Anais Brasileiros de Dermatologia, 78(4), 425-434.
- ORMSTON, R., SPENCER, L., BARNARD, M., & SNAPE, D. (2014). **The foundations of qualitative research. Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers**, 2, 52-55.
- OTAKE, K., SHIMAI, S., TANAKA-MATSUMI, J., OTSUI, K., & FREDRICKSON, B. L. (2006). **Happy people become happier through kindness: A counting kindnesses intervention**. Journal of happiness studies, 7(3), 361-375.
- PARTEZANI RODRIGUES, R., GUIMARÃES DE ANDRADE, O., & MARQUES, S. (2001). **Social representations of the care given to the elderly by health professionals in a nursing home**. Revista Latino-americana De Enfermagem, 9(1), 7-12.
- PATNAIK, B. B. **Social Connectivity and Communication**. Sl. No. Title & Author Page No., 34.
- PEIRCE, C.S. (2014). **A Neglected Argument for the Reality of God**.in <https://www.semanticscholar.org/paper/A-Neglected-Argument-for-the-Reality-of-God-Peirce/8a1ed3b6c17e04ffd4cf57472792b635cd4824ee>
- PINHEIRO FILHO, F. (2004). **A noção de representação em Durkheim**. Lua Nova: revista de cultura e política, (61), 139-155.
- PINTO, J. M., & NERI, A. L. (2017). **Trajetórias da participação social na velhice: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 20(2), 260-273.

PLATÃO (1993). **A República**. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª ed.,

POLLACK, O., & HEATHERS, G. (1993). **Social Adjustment in Old Age: A Research Planning Report**. *Sociological Practice*, 11(1), 5.

POLLETTA, F., & JASPER, J. M. (2001). **Collective identity and social movements**. *Annual review of Sociology*, 27(1), 283-305.

POPULAÇÃO está mais miscigenada e mais velha aponta *PNAD* in site da **Valor Econômico**, disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/11/25/populacao-esta-mais-miscigenada-e-mais-velha-aponta-pnad.ghtml>

PRADO, S. D., SAYD, J. D. (2004), **A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9: 57-67.

PUTNAM, R. D. (2015). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. editora FGV.

QUEIROZ, M. A. C., LOURENÇO, R. M. E., COELHO, M. D. M. F., MIRANDA, K. C. L., BARBOSA, R. G. B., & BEZERRA, S. T. F. (2015). **Social representations of sexuality for the elderly**. *Revista brasileira de enfermagem*, 68(4), 662-667.

RIBEIRO, P. C. C. (2015). **A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. Gerais**: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(SPE), 269-283.

RODRIGUES, C. L. (2013). **Sexualidade e Envelhecimento: uma análise da relação atividade e satisfação sexual** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

ROSSI, E., & SADER, C. S. (2008). **Envelhecimento do sistema osteoarticular**. *Einstein*, 6(1), S7-12.

ROWE, J. W., & KAHN, R. L. (1997). **Successful aging**. *The gerontologist*, 37(4), 433-440.

RUIVO, S., VIANA, P., MARTINS, C., & BAETA, C. (2009). **Efeito do envelhecimento cronológico na função pulmonar. Comparação da função respiratória entre adultos e idosos saudáveis**. *Revista Portuguesa de Pneumologia*, 15(4), 629-653.

SÁ, C. P., & ARRUDA, A. (2000). **O estudo das representações sociais no Brasil**. *Revista de Ciências Humanas*, 19, 11-31.

SALGADO, T. B. P. (2012). **A constante experiência do self: aproximações conceituais entre Dewey e Mead**. *Verso e Reverso*, 26(62), 83-91.

SAMPAIO, D. N. & BARROS, C.C.(2018). **A construção do self como possibilidade de luta por reconhecimento: do sujeito psicológico ao sujeito de direitos**. *Anais Seminário de Iniciação Científica*, (20).

SANTANA, A. P., & SANTOS, K. P. D. (2017). **A perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e a análise da linguagem na clínica fonoaudiológica**. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 12(2), 174-190.

- SANTANA, M., & CHAVES MAIA, E. (2009). **Senior citizen's physical activity and welfare.** Revista De Salud Pública (Bogotá, Colombia), 11(2), 225-36.
- SANTELLE, O., LEFÈVRE, A., & CERVATO, A. (2007). **Social representations of eating and nutrition by residents of homes for the elderly in São Paulo, Brazil.** Cadernos De Saúde Pública, 23(12), 3061-5.
- SANTOS BRAGA, P. C., & GAGLIETTI, M. (2013). **Social Representations of Sexuality in a Shared by Elderly Asylum of Rio Grande do Sul.** Revista De Psicologia Da IMED, 5(1), 32-39.
- SANTOS, A. M. M., BEZERRA, C. A. M., & LOUREIRO, C. (2011). **Política e Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública.** ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6.
- SANTOS, F. H. D., ANDRADE, V. M., & BUENO, O. F. A. (2009). **Envelhecimento: um processo multifatorial.** Psicologia em estudo, 14(1), 3-10.
- SANTOS, M. D. F. D. S. (1994). **Velhice: uma questão psico-social.** Temas em Psicologia, 2(2), 123-131.
- SARAIVA, E. R. D. A., & COUTINHO, M. D. P. D. L. (2012). **A difusão da violência contra idosos: um olhar psicossocial.** Psicologia & Sociedade, 24(1), 112-121.
- SAYRE-MCCORD, G. (1997). **Hume's Representation Argument Against Rationalism.** Manuscrito, 20, 77-94.
- SCHICK, THEODORE; VAUGHN, LEWIS (2002). **How to think about weird things: critical thinking for a New Age.** Boston: McGraw-Hill Higher Education.
- SCHNEIDER, R. H., & IRIGARAY, T. Q. (2008). **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de Psicologia (Campinas), 25(4), 585-593.
- SCHULZE, C. M. N. (2011). **Social representations of ageing shared by different age groups.** Temas em Psicologia, 19(1), 43-57.
- SCORALICK-LEMPKE, N. N., & BARBOSA, A. J. G. (2012). **Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span.** Estudos de Psicologia (Campinas), 29, 647-655.
- SIDRA, **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**, página inicial, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/>
- SILVA, M. F. D. S. (2003). **Das terras de mutambó ao município de Mesquita-RJ: Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade.**
- SIMÕES, M. R. (2007). **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** Mesquita: entorno.

- SIMONEAU, A., & OLIVEIRA, D. C. D. (2011). **Programa universitário para pessoas idosas: a estrutura da representação social**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(1), 11-21.
- SIQUEIRA, R. L. D., BOTELHO, M. I. V., & COELHO, F. M. G. (2002). **A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais**. *Ciência & saúde coletiva*, 7(4), 899-906.
- SOARES, M. T. S. (1965). **Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Geografia*, 27(3), 329-387.
- SOLDAN, T. L., & RASIA, J. M. (2015). **A polêmica relação indivíduo e sociedade: as abordagens teóricas do Interacionismo Simbólico e das Representações Sociais**. *Sociologias Plurais*, 3(1).
- SOUTO, A. B. C. (2016). **As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense:(1910/1933)**.
- SOUZA, S. M. D. (1992). **Da laranja ao lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu**. RJ.
- SOUZA, T. B. G. D. (2017). **Religiosidade e envelhecimento: panorama dos idosos do município de São Paulo-Estudo SABE** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- STRACK, F., & DEUTSCH, R. (2004). **Reflective and impulsive determinants of social behavior**. *Personality and social psychology review*, 8(3), 220-247.
- TAVARES, R. B. (2007). **As várias Mesquitas de várias Baixadas** (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- TCE -RJ, Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Mesquita (2019) in **site do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**, disponível em https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos
- TEIXEIRA, I. N. D., & GUARIENTO, M. E. (2010). **Biologia do envelhecimento: teorias, mecanismos e perspectivas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, 2845-2857.
- TEIXEIRA, I. N. D., & NERI, A. L. (2008). **Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida**. *Psicologia USP*, 19(1), 81-94.
- TEIXEIRA, M. B. (2002). **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde** (Doctoral dissertation).
- TEIXEIRA, M. C. T. V., SCHULZE, C. M. N., & CAMARGO, B. V. (2002). **Representações Sociais sobre a Saúde na Velhice: Um Diagnóstico Psicossocial na Rede Básica de Saúde**. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 351-359.
- TIMO-IARIA, C. (2003). **O envelhecimento**. *Acta Fisiátrica*, 10(3), 114-120.
- TORRES, T., CAMARGO, B., BOULSFIELD, A., & SILVA, A. (2015). **Social representations and normative beliefs of aging**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12), 3621-30.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 116-175.

UCHÔA, E., FIRMO, J. O., LIMA-COSTA, M. F. F. D., & MINAYO, M. C. S. (2002). **Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural**. *Antropologia, saúde e envelhecimento*, 25-36

VALENTIM, J. P. (2010). **Uma entrevista de Willem Doise com Xenia Chrysochoou** (Março de 2009) e com Joaquim Pires Valentim (Setembro de 2009). *Psychologica*, 321-343

VELOZ, MARIA CRISTINA TRIGUERO, NASCIMENTO-SCHULZE, CLÉLIA MARIA, & CAMARGO, BRIGIDO VIZEU. (1999). **Representações sociais do envelhecimento**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 479-501. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000200015>

VERAS, R. (2009). **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. *Rev Saúde Pública*, 43(3), 548-54.

VERAS, R. P., & CALDAS, C. P. (2004). **Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, 423-432.

VERAS, R. P., RAMOS, L. R., & KALACHE, A. (1987). **Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade**. *Revista de Saúde Pública*.

VERHOEVEN, J. C. (1993). **An interview with Erving Goffman, 1980**. *Research on Language and Social Interaction*, 26(3), 317-348.

VIERALVES, R. PREFÁCIO, IN ALMEIDA, A. D. O., SANTOS, M. D. F. D. S., & TRINDADE, Z. A. (2011). **Teoria das Representações sociais: 50 anos**. Brasília: TechnoPolitik Editora.

WACHELKE, J. F. R., CAMARGO, B. V., HAZAN, J. V., SOARES, D. R., OLIVEIRA, L. T. P., & REYNAUD, P. D. (2008). **Social representation on aging's organizing principles: data collection via internet**. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(2), 107-116.

WACHELKE, JOAO, & CONTARELLO, ALBERTA. (2010). **Representaciones sociales del envejecimiento: Diferencias estructurales relacionadas con la edad y el contexto cultural**. *Revista Latinoamericana De Psicologia*, 42(3), 367.

WALLERSTEIN, N., & BERNSTEIN, E. (1994). **Introduction to community empowerment, participatory education, and health**. *Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health - Part I*. Vol 21, 2: 141-170 in Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/45049547>

WARD, R. A. (1977). **The impact of subjective age and stigma on older persons**. *Journal of Gerontology*, 32(2), 227-232.

WEBER, M., GERTH, H. H., & MILLS, C. W. (1982). **Ensaio de sociologia**.

WHITBOURNE, S. K., & SNEED, J. R. (2002). **The paradox of well-being, identity processes, and stereotype threat: Ageism and its potential relationships to the self in later life**. *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, 247-273.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2005). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.**

YIN, R. K. (2016). **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Penso Editora.

ZANI, B., & BARRETT, M. D. (2012). **Introduction. Engaged citizens? Political participation and social engagement among youth, women, minorities, and migrants.** Human affairs, 22(3), 273-282.

ZANJANI, F.A.K. , SCHAIE, W. , & WILLIS, S.L. (2006). **Age group and health status effects on health behavior change.** Behavioral Medicine, 32, 36-46.

ZIMMERMAN, M.A.. (1995). **Psychological empowerment: Issues and illustrations.** American Journal of Community Psychology, 23, 581-599

ANEXO I

Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa “Comunidade, empoderamento e participação social: um estudo de caso sobre as limitações do Conselho Municipal do Idoso em Mesquita”, de responsabilidade André Luiz da Silva Fayão, aluno de *doutorado* da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Esta pesquisa busca identificar as variáveis psicossociológicas que influenciam a participação de membros idosos da sociedade civil em seus respectivos mecanismos de controle social. Especificamente, este projeto procura identificar as razões da baixa participação dos idosos residentes no município de Mesquita (RJ) no *Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa* (CMDPI), organismo decisório fundamental para a condução das políticas públicas relativas ao segmento social supramencionado.. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

O(A) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Não ocorrerão filmagens ou fotos.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas semi-estruturadas e coleta de relatos de história de vida*. É para estes procedimentos que o(a) senhor(a) está sendo convidado a participar.

Embora não apresente nenhum benefício direto aos(às) entrevistados(as), esperamos que, com esta pesquisa, suas informações possam contribuir para os estudos gerontológicos no Brasil a partir de uma melhor compreensão da participação social das pessoas idosas nos mecanismos de controle social municipais. A permanência das conquistas e a superação dos desafios enfrentados pelos idosos brasileiros, dependem de ações que assegurem aos mesmos o direito de escolha sobre seu modo de vida. Neste sentido, o principal benefício social desta pesquisa é sua contribuição ao estudo de procedimentos que possam aumentar o empoderamento da pessoa idosa.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Frisamos que, eventualmente, as perguntas formuladas nos procedimentos de pesquisa aqui adotados podem gerar o risco¹⁷⁰ de : a) Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários;b) Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio;c) Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; d) Alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc. O(A) senhor(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.


Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, o(a) senhor(a) poderá me contatar através do telefone xxxxxxxxxxxx ou pelo e-mail fayao.mesquita@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de divulgação na instituição onde os dados serão colhidos através de um seminário planejado para acontecer após a defesa da tese, onde todos os participantes serão convidados a participar e terão acesso trabalho final impresso e/ou em CD, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ.. As informações com relação à assinatura do RCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH, Campus da UFRJ da Praia Vermelha, Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30, telefone (21) 3938-5167 e e-mail cep.cfch@gmail.com

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) senhor(a).

Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Mesquita, ____ de _____ de _____

¹⁷⁰ Extraído da orientação nº 01/2016 – Comitê de Ética em Pesquisa da FASURGS, em conformidade à Resolução 466/2012 - V – Dos riscos e benefícios,CNS/MS

ANEXO II

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM PESSOAS IDOSAS ATUANTES NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA DE MESQUITA-RJ

DADOS PESSOAIS

- a) Data da entrevista: __/__/__
- b) Local: _____
- c) Iniciais do entrevistado(a): _____
- d) Idade: _____
- e) Sexo: _____
- f) Naturalidade: _____
- g) Cidade de origem: _____
- h) Ano em que se mudou para Mesquita/Nova Iguaçu (somente para os que não nasceram na cidade) : _____
- i) Razão pela qual mudou-se para Mesquita/Nova Iguaçu:
R: _____
- j) Profissão dos pais: _____
- k) Quantidade de irmãos: _____
- l) Classificação socioeconômica da família de origem (rica, classe média, pobre, muito pobre) : _____
- m) Estado civil: _____
- n) Em caso de não estar casado(a) ou viúvo(a), encontra-se em algum relacionamento amoroso?
1.() sim 2.() não
- o) Número de filhos? : _____
- p) Nível de escolaridade: _____
- q) Instituições de ensino onde foi educado(a) : _____
- r) Profissão: _____
- s) Encontra-se aposentado(a)? : _____
- t) Renda familiar: _____
- u) Possui alguma doença crônica?
1.() sim 2.() não
Qual(is): _____

v) Pratica exercícios físicos?

1.() sim 2.() não

w) Com que frequência?

1.() diariamente 2.() algumas vezes por semana 3.() algumas vezes por mês

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Possui ou já possuiu alguma atuação em algum espaço religioso? Em caso positivo, poderia nos descrever essa atuação?
2. Possui ou já possuiu alguma atuação em alguma organização político partidária? Em caso positivo, poderia nos descrever essa atuação?
3. De algum modo já participou ou participa de alguma organização social ou política (*governo, câmara, sindicato ou associação de classe, associação de moradores, associações de caridade, grupos de terceira idade, etc*)? Em caso positivo, poderia nos descrever essa atuação?
4. Poderia nos descrever o quão considera importante sua participação social?
5. Quais motivos o(a) levaram a atuar em espaços ou causas ligadas a pessoa idosa?*(Apenas para os que já atuaram em organizações ou movimentos ligados à pessoa idosa)*
6. Gostaria de atuar em espaços ou causas ligadas a pessoa idosa?Por quê?*(Apenas para os que não atuaram em organizações ou movimentos ligados à pessoa idosa)*
7. De algum modo, a ideia de atuar em espaços ou causas ligadas à pessoa idosa lhe traz ou poderia lhe trazer algum desconforto? Por quê?

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE MESQUITA (para os que já atuaram no Conselho)

8. É (foi) membro do Conselho ou apenas participa (participou) dele?
9. Há quanto tempo é (foi) membro?
10. Sendo membro, qual (foi) sua função específica?
11. Como descreveria o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
12. Por que decidiu participar do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
13. Como classificaria sua atuação? (escala de intensidade: muito presente, presente, pouco presente)
14. De que modo sua atuação nesta organização contribui (contribuiu) em termos sociais?
15. De que modo sua atuação nesta organização contribui (contribuiu) para sua vida pessoal?
16. Como classificaria seu grau de satisfação com a atuação do Conselho? (ótima, boa, regular, ruim, muito ruim)

17. Por quê?
18. Em sua opinião, como a sociedade trata o Conselho ? (com atenção, com pouca atenção, com nenhuma atenção)
19. Por quê?
20. Em sua opinião, por que poucos idosos participam do Conselho?
21. Em sua opinião, o que poderia aumentar a atuação dos idosos no Conselho?

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE MESQUITA (para os que nunca participaram da entidade)

22. Já ouviu falar no Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita? (*sim/não=> saltar para o próximo item*)
23. Onde ouviu falar sobre o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
24. Poderia fazer algum comentário sobre Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
25. Já teve vontade de participar do Conselho?
26. Por que não participou ou não quis participar?

PERCEPÇÕES, HÁBITOS E ATITUDES

27. Em sua opinião o que é a velhice?
28. Se sente uma pessoa idosa? (Em caso positivo, o que lhe faz se sentir uma pessoa idosa?/Em caso negativo, o que não lhe faz se sentir uma pessoa idosa?)
29. Cite o que há de positivo no fato de ser uma pessoa idosa.
30. Cite o que há negativo em ser uma pessoa idosa
31. Nos tempos atuais, em sua opinião, os idosos possuem mais poder e autonomia para fazerem coisas?
32. Nossa sociedade dá mais valor aos jovens que aos idosos? Comente sua resposta.
33. Os idosos enfrentam preconceitos? Quais?
34. Nossa sociedade é justa com os idosos? Comente suas respostas
35. Costuma se divertir de que maneira?
36. Como costuma se informar sobre os acontecimentos atuais?
37. Participa de alguma rede social ?Com que frequência?
38. Como descreveria sua relação com a família?
39. Possui amigos muitos mais jovens?
40. Como descreveria sua relação com as pessoas mais jovens?
41. De algum modo, procura evitar os sinais do envelhecimento?De que maneira?

**ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM
PESSOAS GESTORES MUNICIPAIS LIGADOS A POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA
IDOSA EM MESQUITA-RJ**

DADOS PESSOAIS

- a) Data da entrevista: __/__/__
- b) Local: _____
- c) Iniciais do entrevistado(a): _____
- d) Idade: _____
- e) Sexo: _____
- f) Naturalidade: _____
- g) Período em que atua ou atuou em Mesquita : de _____ a _____
- h) Profissão :
- i) Área de atuação: _____
- j) Nível de escolaridade: _____

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Como descreveria a participação social dos idosos na área em que atuou?
2. Poderia citar os benefícios aos idosos trazidos por seu trabalho?
3. Em sua opinião, o que ainda é preciso fazer para melhorar as condições atuais de vida da pessoa idosa em Mesquita?
4. Como descreveria a participação social e política dos idosos na cidade de Mesquita?
5. Concorda com a ideia de que o envelhecimento diminui a participação social de idosos? Em caso afirmativo ou negativo, justifique sua opinião.
6. De algum modo, acha que a participação social de idosos, sobretudo a atuação política, poderia ser prejudicada por preconceitos relativos à pessoa idosa? De que modo isto ocorreria e qual seria o peso desses preconceitos em sua opinião?

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE MESQUITA (para os que já atuaram no Conselho)

7. É (foi) membro do Conselho ou apenas participa (participou) dele?
8. Há quanto tempo é (foi) membro?
9. Sendo membro, qual (foi) sua função específica?
10. Como descreveria o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
11. Por que decidiu participar do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
12. Como classificaria sua atuação? (escala de intensidade: muito presente, presente, pouco presente)

13. De que modo sua atuação nesta organização contribui (ou contribuiu) em termos sociais?
14. De que modo sua atuação nesta organização contribui (ou contribuiu) para sua vida pessoal?
15. Como classificaria seu grau de satisfação com a atuação do Conselho? (ótima, boa, regular, ruim, muito ruim)
16. Por quê?
17. Em sua opinião, como a sociedade trata o Conselho ? (com atenção, com pouca atenção, com nenhuma atenção)
18. Por quê?
19. Em sua opinião, por que poucos idosos participam do Conselho?
20. Em sua opinião, o que poderia aumentar a atuação dos idosos no Conselho?

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE MESQUITA (para os que nunca participaram da entidade)

21. Tem algum grau de conhecimento sobre o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita? (*sim/não=> saltar para o próximo item*)
22. Poderia fazer algum comentário sobre Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Mesquita?
23. Já teve vontade de participar do Conselho?
24. Por que não participou ou não quis participar?

PERCEPÇÕES E ATITUDES

25. Em sua opinião o que é a velhice?
26. Cite o que há de positivo no envelhecimento.
27. Cite o que há negativo no envelhecimento.
28. Em sua opinião, os idosos atuais possuem mais poder e autonomia que os idosos das gerações passadas?
29. Em sua opinião, nossa sociedade valoriza mais a juventude do que a velhice? Por quê?

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADE, EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS LIMITAÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO EM MESQUITA

Pesquisador: ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26208119.9.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.834.934

Apresentação do Projeto:

O projeto "busca identificar as variáveis psicossociológicas que influenciam a participação de membros idosos da sociedade civil no difícil processo de composição de um organismo decisório fundamental para a condução das políticas públicas relativas aos idosos na cidade de Mesquita, a saber, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mesquita (CMDPI).", pois "há cinco anos, o CMDPI vem apresentando sérios problemas quanto a seu funcionamento."

Objetivo da Pesquisa:

Identificar as variáveis psicossociológicas que podem estar influenciando este caso concreto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão de acordo com as normas da Res 510 para Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Os benefícios ainda enfatizam muito, no entanto, a perspectiva do pesquisador, e não do participante. Seria interessante colocar peso maior no benefício da pesquisa ao participante quando o protocolo for entregue para assinatura.

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO



Continuação do Parecer: 3.834.934

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os cronogramas do projeto, da folha de informações e da planilha anexada estão coerentes, ao contrário da versão analisada anteriormente. Estão, portanto, com a pendência resolvida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com as normas da Res 510 para Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Recomendações:

Enfatizar mais o benefício ao participante no RCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1433408.pdf	06/01/2020 14:47:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	06/01/2020 14:46:57	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.xlsx	06/01/2020 14:46:41	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.docx	06/01/2020 14:28:58	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
Outros	CARTA_DE_REVISAO_ETICA.docx	21/10/2019 18:32:58	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
Brochura Pesquisa	INSTRUMENTO_DE_PESQUISA.docx	21/10/2019 18:31:21	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO.docx	21/10/2019 18:29:27	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	21/10/2019 18:23:30	ANDRE LUIZ DA SILVA FAYAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 12 de Fevereiro de 2020

Assinado por:

Mônica Pereira dos Santos (Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com